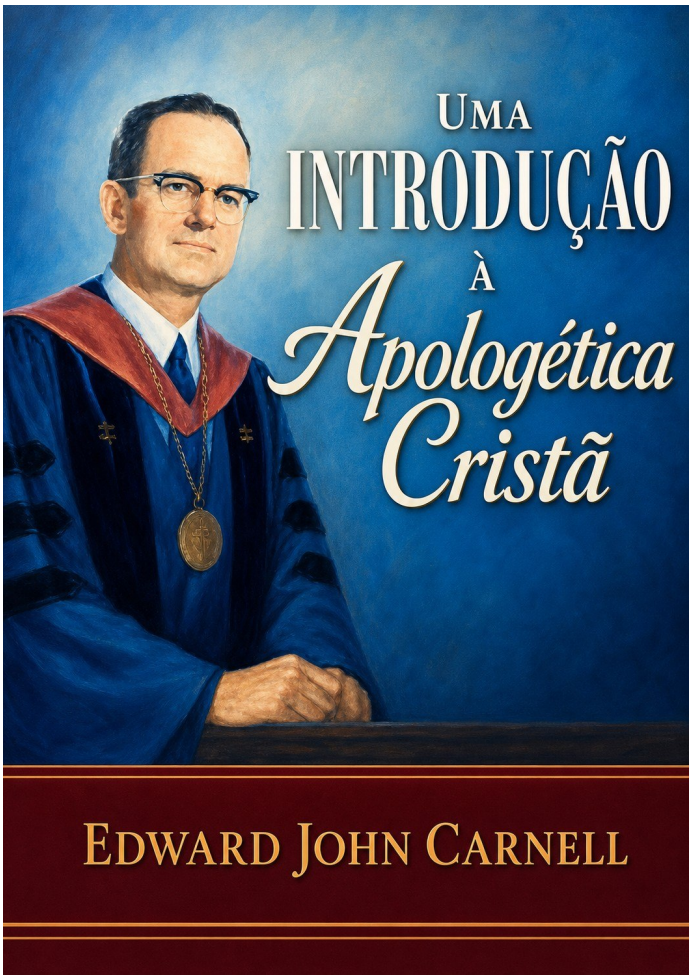


Uma Introdução à Apologética Cristã

Edward John Carnell



Uma Introdução à Apologética Cristã

Edward John Carnell

Uma Introdução à Apologética Cristã: Uma Defesa Filosófica da Fé Trinitário-Teísta

1. Glossário
2. Capítulo 2
3. Uma Introdução à Apologética Cristã
4. Capítulo 4
5. Prefácio à Quarta Edição
6. Prefácio à Primeira Edição
7. Capítulo 7
8. Parte I
9. Capítulo I
10. Capítulo II
11. Parte II
12. Capítulo III
13. Capítulo IV
14. CapítuloV
15. Capítulo VI
16. Capítulo VII
17. Capítulo VIII
18. Capítulo IX
19. Capítulo X
20. Parte III
21. Capítulo XI
22. Capítulo XII
23. Capítulo XIII
24. Capítulo XIV
25. Capítulo XV
26. Capítulo XVI
27. Capítulo XVII
28. Capítulo XVIII
29. Capítulo XIX

30. CONCLUSÃO
31. Capítulo XX

Glossário

(Os termos contidos nesta seção são definidos apenas no sentido restrito em que são empregados ao longo deste volume. O glossário, portanto, não deve ser considerado um substituto para os dicionários filosóficos e da língua inglesa padrão. Em vez disso, ele está incluído aqui única e exclusivamente com o propósito de tornar a leitura deste livro acessível àqueles que não têm acesso a fontes mais autorizadas.)

ABSOLUTO: Ser não causado, não condicionado; livre de limitações externas.

ABSTRATO: Ou uma qualidade ou ator considerado isoladamente em relação ao sujeito no qual ele inerge, como 'brancura'. Ou uma teoria considerada separadamente de qualquer aplicação concreta, como 'verdade abstrata'.

ABSURDO: Logicamente contraditório, como um triângulo com dois lados.

ACIDENTE: Aquela propriedade do ser que pode ser destruída sem alterar a essência do próprio ser, como a cor de um livro.

CONHECIMENTO POR CONHECIMENTO DIRETO (ACQUAINTANCE, KNOWLEDGE BY): Intuição imediata da natureza por meio da percepção, em contraste com o conhecimento conceitual ou conhecimento por descrição.

HIPÓTESE AD HOC: Pertence a um único caso e não pode ser testada por meio de sua inserção em novas situações. Hipótese desconexa, não relacionada às outras hipóteses do sistema. Marca de fraqueza em uma cosmovisão.

AD HOMINEM (dirigido ao homem): Ou apela a paixões ou preconceitos em vez do intelecto, ou usa uma premissa pela qual seu oponente é responsável para ajudar a refutar o próprio oponente.

AD INFINITUM: Sem limite ou fim. Continuar para sempre.

ESTÉTICA: Ciência do belo. Arte.

A FORTIORI: Com muito mais razão, como, se um homem grande pode atravessar uma ponte com segurança, com quanta mais probabilidade pode um homem pequeno.

ALEGORIA: Uma metáfora sustentada ou prolongada.

ANALOGIA ENTIS: Analogia do ser. Conceito escolástico. Artifício para unir o reino eterno do ser e o temporal em predicação significativa.

ANALOGIA: Similaridade de duas coisas em relação, assim como um transatlântico é semelhante a uma cidade flutuante.

ANTECEDENTE: Que vem antes. Prévio, precedente. Como o ovo para a galinha.

APOLOGIA: Vundicação formal de uma hipótese ou convicção.

A PRIORI: Conhecido apenas pela razão, anterior à experiência sensorial, como o conhecimento das rationes aeternae.

ASSUMPTION: Pressuposição ou postulado. O que é tomado ou postulado em um dado argumento.

ATELEOLÓGICO: Que não tem propósito. Oposto a teleológico.

ATEÍSMO: A descrença na existência de um Deus pessoal.

AUFKLÄRUNG: O movimento dos séculos XVII e XVIII na filosofia alemã que tentou livrar a mente do homem de preconceitos estranhos, autoridade, convenção e tradição. Conhecido como o 'Iluminismo'.

AUTONOMIA: Auto-governado. A recusa em ser governado pela lei do Todo-Poderoso.

AXIOLOGIA: A ciência dos valores.

AXIOMA: Uma verdade autoevidente, como a lei da contradição.

BECOMING: Qualquer ser cuja característica é a mudança e o fluxo.

SER: O existente. Em Parmênides, o real, aquilo que não está sujeito à mudança, ao fluxo e ao movimento.

CALVINISMO: Aquela teologia, oriunda dos postulados fundamentais da soberania de Deus e da autoridade absoluta das Escrituras Sagradas, que é detalhada nas Confissões de Fé Gallicana, Segunda Helvética, de Dort e de Westminster.

IMPERATIVO CATEGÓRICO: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma lei universal.” Máxima ética de Kant.

CAUSA: Aquilo que ocasiona ou é a condição necessária para um dado efeito.

CRISTÃO: Qualquer um que, sendo regenerado pelo Espírito de Deus, por ocasião da fé, teve seus pecados atenuados pelo sangue de Jesus Cristo, o Deus-Homem encarnado.

COGITO ERGO SUM: ‘Penso, logo existo.’ Argumento de Descartes.

COERENTE: Aquela condição de uma filosofia de vida em que os postulados principais são horizontalmente consistentes consigo mesmos e, verticalmente, ajustam-se aos fatos.

CONCEITO: Ideia; o significado que a mente confere a um termo universal, como o conceito de 'livrescidade'.

CONSERVADOR: Aquele que segue a hipótese de que há um Deus verdadeiro; este Deus é trino; este Deus se revelou nas Escrituras; e as Escrituras constituem a única regra de fé e prática. Em sentido amplo, aquele que tem fé no sangue derramado de Cristo como expiação por seus pecados.

CONTINGENTE: Dependente, fortuito, acidental.

CONTRADIÇÃO, LEI DA: Uma proposição não pode ser e não ser verdadeira ao mesmo tempo. O mesmo atributo não pode ser ao mesmo tempo afirmado e negado do mesmo sujeito.

CORRELATIVO: Uma coisa que se encontra em relação recíproca com outra, e depende desta outra para o seu significado, como pai e filho, verdade e erro.

ARGUMENTO COSMOLÓGICO: Uma tentativa de provar a existência de Deus a partir do fato empírico de que as coisas existem. Sendo contingente, o universo requer a existência do não contingente, Deus.

ALIANÇA DA GRAÇA: Aquele acordo nos conselhos de Deus pelo qual o Pai escolheu o Filho para servir como a parte reconciliadora na restauração do homem pecador ao favor de Deus. As partes da aliança foram o Pai e o Filho; o Pai representou a Deus e o Filho representou o homem pecador. A condição da aliança era que Cristo cumprisse como o Segundo Adão o que o primeiro Adão falhou em fazer. A promessa da aliança era a vida para todos os que creem.

TEOLOGIA DA CRISE; veja neo-ortodoxia.

CRITÉRIO: Um padrão ou norma em relação ao qual as coisas são julgadas.

DADO: O dado ou o oferecido em um argumento ou sistema de pensamento.

DEDUÇÃO: A passagem do geral para o particular.

DE FACTO: Na verdade. De fato.

DEÍSMO: Teologia que nega a imanência de Deus na história, enquanto mantém a transcendência de Deus acima da história.

DEMIURGO: O fabricante intermediário do universo segundo Platão. Auxiliou na criação.

DIALÉTICA: A arte de extrair a verdade conduzindo hipóteses às suas conclusões lógicas.

TEOLOGIA DIALÉTICA: ver neo-ortodoxia.

DING AN SICH (coisa em si): A realidade em si mesma, em oposição à aparência ou ao fenomênico (no sentido kantiano). Usado por Kant.

DUALISMO: Visão de mundo que ensina a existência de dois princípios metafísicos últimos.

EINHEITLICHE WELTANSCHAUUNG: Visão de mundo unificada.

EFÁVEL: Capaz de ser expresso em palavras. Em contraste com inefável.

EMPIRISMO: Forma de epistemologia que, aceitando a tabula rasa , afirma que todos os dados para o conhecimento provêm da experiência sensorial.

EPISTEMOLOGIA: A ciência da origem, estrutura, limites e validade do conhecimento. Responde à pergunta: Como conhecemos?

EQUIVOCAÇÃO: Uso de um termo com dois significados como se tivesse apenas um. Ambiguidade.

ESCATOLOGIA: Ciência das últimas coisas a acontecer no universo.

ESSÊNCIA: A soma total daqueles atributos que não podem ser removidos de um ser sem destruir o próprio ser, como a racionalidade no homem.

ÉTICA: Ciência da conduta. Responde à pergunta: O que é o bem?

MAL: Ou a frustração dos valores humanos ou, se pecado, qualquer falta de conformidade com, ou transgressão da lei de Deus. Todo mal é pecado ou a punição de Deus pelo pecado.

EX CATHEDRA: Literalmente, "da cadeira". Refere-se ao papa em seu cargo oficial como cabeça da igreja. Quando o

papa fala *ex cathedra*, seus julgamentos em assuntos pertinentes à fé e à prática são considerados infalíveis.

EX NIHILO: Descreve o ato de Deus de criar o mundo. 'Do nada.'

EXCLUDED MIDDLE, LAW OF: A é ou B ou não é B; nenhum tertium quid.

FATO: Qualquer unidade de ser que seja capaz de portar significado.

FÉ: (a) Fé genérica: Um repouso do coração na suficiência das evidências; (b) Fé salvífica: Uma confiança de toda a pessoa na pessoa e na obra de Jesus Cristo. A fé salvífica é formada por três partes — conhecimento (notitia), assentimento (assensus) e confiança cordial (fiducia).

FALÁCIA: Erro ao relacionar, inferir ou concluir durante o raciocínio.

CAUSA FINAL: A razão última de um processo, como o propósito que Deus tinha em mente ao criar o universo.

FINITO: Que possui limites ou fronteiras específicos. Oposto a infinito.

FLUXO: Mudança, vir-a-ser, movimento, como um rio caudaloso.

FORMAL: Pertinente à teoria ou validade. Não material ou concreto.

FUNDAMENTALISTA: Um conservador.

GENÉRICO: Geral.

GÊNERO: Uma classe geral de objetos que possuem as mesmas qualidades, como 'lâmpada'

DEUS: Um Ser infinito, imutável e eterno em Sua sabedoria, justiça, bondade e verdade. Criador do universo. O Absoluto. A Trindade.

BOM: Aquilo que Deus aprova ou recompensa.

AUTOCONSISTÊNCIA HORIZONTAL: Ausência de contradições. O estado em que as proposições podem entrar em acordo com a lei da contradição.

HUMANISMO: Aquele sistema filosófico-religioso que tem como seu interesse central e controlador os valores do homem.

HIPÓTESE: Um julgamento que a mente considera para explicar uma área da realidade.

IMANENTE: Que habita no interior, como a presença de Deus no universo.

IMEDIAÇÃO: Direção, ausência de mediação ou intervenção.

IMPLÍCITO: Envolvido em ou capaz de ser deduzido de, como o carvalho está implícito na bolota.

INDUZIR: Raciocinar inferencialmente do particular para o geral.

INEFÁVEL: Incapaz de ser expresso em palavras.

INFINITO: Sem limites ou fronteiras externas. Aplica-se exclusivamente a Deus.

IDÉIA INATA: Conhecimento que faz parte da dotação da mente ao nascer.

IN RERUM NATURA: Na natureza das coisas reais. Objetivamente real.

IPSE DIXIT: Literalmente, “Ele mesmo o disse.” Refere-se à crença em algo com base na mera afirmação de uma pessoa. Uma declaração dogmática, desprovida de comprovação.

IRRACIONAL: Contrário à razão.

IRRELEVANTE: Sem relação com o assunto, desvinculado da questão em pauta.

JULGAMENTO: Como ato, a formulação de hipóteses, a relação entre sujeito e predicado. Como resultado do ato, a proposição ou $_{e}$ hipótese que a mente apresenta para explicar uma área específica da realidade.

LIBERAL: Um modernista.

SIGNIFICADO: Conotação, sentido, importância de uma coisa. Fruto da avaliação dos fatos pela mente.

METAFÍSICA: Ciência do ser último. Responde à pergunta: Qual é a natureza do ser qua ser?

MILAGRE: Um ato visível extraordinário de poder divino, realizado por agência eficiente da vontade de Deus, por meio de meios secundários, acompanhado por revelação pactual válida, e tendo como causa final a vindicação da retidão do Deus trino.

MODERNISTA: Aquele que, rejeitando tanto a teologia do cristianismo conservador quanto sua metafísica concomitante, aceita o plano geral de epistemologia delineado por Kant, a evolução 'total', a alta crítica da Escritura e os frutos da religião comparada detalhados pela ciência, e que ensina um sistema frouxamente articulado de

postulados éticos baseados nas palavras de Jesus, na doutrina da fraternidade dos homens e da paternidade de Deus, na bondade inerente do homem e na inevitabilidade do progresso, e que subscreve à hipótese de que a Bíblia nada mais é do que o registro das experiências religiosas dos homens em uma certa época.

MÍSTICO: Aquele que afirma conhecer a Deus imediatamente através de uma forma de interioridade espiritual, em oposição ao conhecimento através da sensação ou raciocínio.

NATURALISMO: Visão de mundo que nega todo e qualquer sobrenaturalismo e teleologia em favor da hipótese de que o universo é autônomo, auto-direcionado e auto-explicativo.

TEOLOGIA NATURAL: A ciência que busca demonstrar a existência de Deus a partir do exame do conteúdo da experiência sensorial.

NEO-ORTODOXIA: O movimento teológico contemporâneo, chamado de 'teologia da crise' no continente e de 'Realismo' na América, que, rejeitando a teologia da imanência do modernismo, tentou restaurar a validade da fé em um Deus transcendente, para que uma fé otimista na eternidade pudesse ser preservada acima de uma visão pessimista do homem e da história. O artifício utilizado para preservar a relação entre o tempo e a eternidade é denominado 'a dialética.'

NIHIL EST IN INTELLECTU NISI PRIUS FUERIT IN SENSU: Não há nada no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos. Uma pressuposição seguida pelos empiristas Aristóteles, Tomás de Aquino e Locke, mas que foi rejeitada pelos racionalistas Platão, Agostinho e Leibniz. A mente é tabula rasa.

NON SEQUITUR: Falácia de extrair uma conclusão que não decorre das premissas dadas no problema.

NORMA: Critério, padrão, regra de avaliação.

OBJETIVO: Aquilo que existe em seus próprios direitos ontológicos, independentemente de uma mente avaliadora, como o ser de Deus. O oposto de subjetivo.

ONTOLOGIA: A ciência das propriedades essenciais, natureza e relações do ser enquanto ser. Metafísica.

PAGÃO: Aquele que rejeita a fé cristã ou alguém que está fora dessa fé.

PÁNTA REI: “Tudo flui.” A doutrina de que o universo está em constante mudança, extraída do filósofo Heráclito.

PANTEÍSMO: Aquela visão de mundo que, negando a transcendência de Deus, identifica Deus com o mundo e o mundo com Deus. Imanência radical.

PERCEPTO: Uma impressão recebida por meio da experiência sensorial. O oposto de conceito.

PETITIO PRINCIPII: Petição de princípio. Uso, como uma das premissas em um argumento, da conclusão que está sendo estabelecida.

FENÔMENO: Ou qualquer fato ou coisa concebível, qualquer item da realidade; ou a aparência das coisas em oposição às coisas em si mesmas.

FILOSOFIA: Aquela ciência que tenta dar uma explicação racional para a totalidade da realidade.

POLITEÍSMO: Crença na existência de uma pluralidade de deuses. Em contraste com o monoteísmo, a crença na existência de um único Deus.

POSITIVISMO: Qualquer filosofia que, repudiando a possibilidade de uma explicação teológica ou metafísica da realidade, restringe o conhecimento verificável à descrição de fenômenos.

PRAGMATISMO: Aquela filosofia que toma como teste para a verdade as consequências práticas observadas que se seguem quando uma dada hipótese é aplicada à experiência concreta.

PREDICAÇÃO: Aquele ato da mente em que um sujeito é relacionado a um predicado. O ato de fazer juízos. A formação de proposições.

PROCUSTIANIZAR: Forçar fatos a se adequarem à própria hipótese, independentemente de sua adequação.

PROPOSIÇÃO: A menor unidade de conhecimento à qual a lei da contradição, o teste da consistência interna, pode ser aplicada, e sobre a qual as questões de verdade e erro podem ser feitas com sentido. Aquela forma de linguagem que pode ser analisada em sujeito, predicado e cópula.

PRO TANTO ('por tanto'): Literalmente, “por tanto”. Até certo ponto.

QUA ('enquanto'): Na medida em que, ou na capacidade de.

RATIONES AETERNAE ('razões eternas'): Os critérios imutáveis que conferem significância transtemporal e transespacial ao conhecimento, como as normas da lógica, da ética e da estética.

REALISMO: veja Neo-ortodoxia.

REIFICAR: Materializar, conferir existência concreta a.

RELATIVO: Existente em relação; contingente.

CETICISMO: A negação de que a verdade imutável possa ser conhecida.

CIÊNCIA: Conhecimento sistematicamente classificado.

SINE QUA NON ('sem o qual não'): Uma condição indispensável. Aquilo sem o qual uma coisa não pode gozar de existência. Como, uma sine qua non para a vida é a comida.

SOTERIOLOGIA: A ciência que responde à pergunta geral: O que devo fazer para ser salvo?

SUBJETIVO: Relacionado ao sujeito pensante. Aquilo que existe apenas quando é apreendido por uma mente ativa, como uma miragem no deserto ou 'snarks' em Marte. Carente de ontologia objetiva.

SUMMUM BONUM: O bem mais alto ou supremo. Para o cristão: a posse de Deus.

TABULA RASA: A teoria de que a mente, antes de receber impressões, é uma tabuleta polida, i.e., é completamente desprovida de ideias inatas. De Locke.

TELEOLÓGICO: Que possui ou está relacionado a um propósito ou a um fim designado.

ARGUMENTO TELEOLÓGICO: Um argumento indutivo a partir da presença de propósito no universo para um Projetista por trás do universo.

TERMINUS A QUO: Um ponto de partida. Um ponto no qual a medição começa.

TERMINUS AD QUEM: Um ponto de término. Um ponto no qual a medição termina.

TERTIUM QUID: Um terceiro algo. Uma alternativa mediadora que alguém pode escolher quando pressionado em um dilema.

TEÍSMO: A crença na existência de um Criador pessoal e infinito que é tanto imanente em Sua criação quanto totalmente transcendente acima dela. Deus como Criador é transcendente — Ele é distinto do mundo. Deus como Sustentador é imanente — Ele é a razão final para o poder de tudo no mundo.

TOTO CAELO: Diametralmente. Diferindo mesmo na extensão de todos os céus.

TRANSCENDENTE: Em Deus: existente antes de, independente de e exaltado sobre o universo de tempo e espaço.

VERDADE: Correspondência com a mente de Deus. Teste: Consistência sistemática.

UNIVERSALIDADE E NECESSIDADE: Qualidades da verdade. Universalidade: verdade sob todas as condições, independentemente das contingências de tempo e espaço. Necessidade: verdadeiro pela força da compulsão à luz dos fatos. Oposto a esotérico ou relativo.

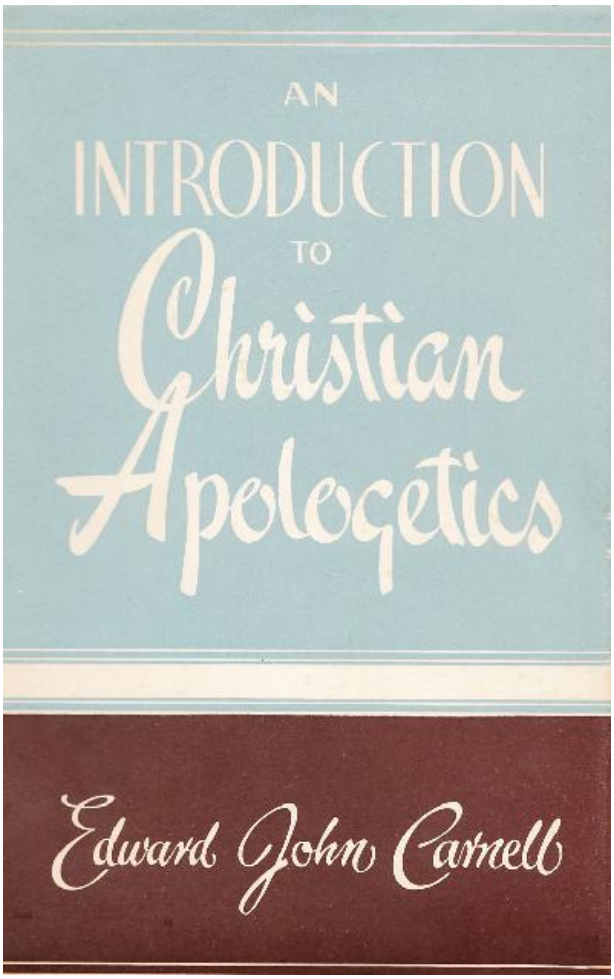
UNÍVOCO: Que possui apenas um significado, em contraste com equívoco, que tem dois ou mais significados.

VÁLIDO: Consistente.

WELTANSCHAUUNG: Cosmovisão.

VISÃO DE MUNDO: Uma filosofia sistemática de, ou percepção sobre, o movimento e o plano de todo o universo. Filosofia da realidade.

VALOR: Qualquer coisa considerada com valor. Qualquer coisa prezada porque contribui para o nosso bem-estar.


AN
INTRODUCTION
TO
Christian
Apologetics
Edward John Carnell

Uma Introdução à Apologética Cristã

Uma Defesa Filosófica da Fé Trinitário-Teísta

por

EDWARD JOHN CARNELL, Th.D., Ph.D.

Professor de Apologética, Seminário Teológico Fuller

Autor de

A Philosophy of the Christian Religion, The Theology of Reinhold Niebuhr, — Television — Servant or Master? ETC.

Quarta Edição Revisada

WM. B. EERDMANS PUBLISHING COMPANY

Grand Rapids 1952 Michigan

Copyright, 1948, por

Wm. B. Eerdmans Publishing Company

Todos os direitos reservados a este livro. Nenhuma parte pode ser reproduzida de nenhuma forma sem permissão por escrito da editora, exceto por breves citações usadas em conexão com uma resenha em uma revista ou jornal.

Composto e impresso, março de 1948

Quarta edição, revisada, novembro de 1952

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

— Este Livro —

UMA INTRODUÇÃO À APOLOGÉTICA CRISTÃ

de

Edward John Carnell

foi premiado com o

Primeiro Prêmio

no

Concurso do Prêmio de Livro Evangélico Eerdmans

— 1948 —

A todos, em toda parte, que lutam sinceramente pela Fé que foi de uma vez por todas entregue aos santos

Prefácio à Quarta Edição

O primeiro rascunho deste trabalho foi composto quando eu estava profundamente envolvido em difíceis problemas acadêmicos como estudante de pós-graduação. Conselhos maduros me instaram a não me apressar em publicar, mas, contra o conselho dos meus mais velhos, submeti o manuscrito para exame. Eu sabia que havia perigos nessa empreendimento, mas estava disposto a correr o risco. Felizmente, os anos que se passaram confirmaram a sensatez da minha decisão de escrever. Sou grato por este resultado.

Esta é a tese fundamental sobre a qual se constrói este sistema de apologética cristã: No concurso entre as escolas de pensamento racional e empírica, um cristão deve situar seus interesses em algum lugar entre os dois extremos. Se ele ceder as rationes aeternae ('as normas pelas quais julgamos'), ele acaba no ceticismo; se ele se afasta do respeito pelos dados da percepção sensorial, ele termina com uma filosofia estéril e abstrata. Não recuei um milímetro sequer dessa convicção.

Talvez o maior erro tático que cometi tenha sido omitir um capítulo introdutório sobre o significado exato da apologética. Eu dei como certo que os estudantes cristãos já estavam cuidadosamente versados nas disciplinas básicas da enciclopédia teológica. Errei nessa opinião.

Permitam-me inserir aqui uma definição de trabalho de apologética. A apologética é o ramo da teologia cristã que responde à pergunta: O cristianismo é defensável racionalmente? Quando os críticos lançam objeções contra Cristo, a salvação ou a verdade da Bíblia, é tarefa dos apologistas formular respostas. Suponha, por exemplo, que

um estudante se recuse a crer na ressurreição de Cristo, insistindo na “evidência da ciência” de que os milagres são impossíveis. Não há nada que o cristão possa fazer? Deve ele ficar sentado ociosamente e permitir que os céticos ridicularizem sua fé? A igreja respondeu ao desafio comissionando apologistas para responder às objeções críticas.

O propósito da apologética é pelo menos duplo. Primeiro, trazer glória a Deus. Assim como defenderíamos as palavras de nosso pai terreno, defendemos as palavras de nosso Pai nos céus. Segundo, remover dos críticos qualquer desculpa para não se arrependerem diante de Deus. Os homens que recusam a Cristo por causa de supostos “erros lógicos” no cristianismo são homens com uma justiça própria na área do conhecimento. Eles estão se apoiando em muletas que precisam ser arrancadas.

Isso leva a outras três implicações. Primeiro, deve-se livrar a mente da ideia de que se está “pedindo desculpas” pela fé, como se tivéssemos vergonha dela. Exatamente o oposto: estando certo da verdade do cristianismo, ele a defende contra as acusações dos incrédulos. Segundo, falando tecnicamente, nunca se “argumenta” alguém para que se torne cristão. Refutamos suavemente o erro; depois pregamos o evangelho, pois os homens são salvos pelo poder do evangelho. Terceiro, quando alguém defende sua fé, não está competindo com o Espírito Santo. O Espírito de Deus atrai os homens por meio do poder convincente das evidências. “Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?” (Romanos 10:14) O grande pai da igreja, Agostinho, não abandonou sua confiança pagã no maniqueísmo até que estivesse satisfeito com a superioridade racional do cristianismo bíblico.

Uma das ilusões que eu nutria anteriormente era a suposição de que todos os cristãos deveriam fazer as pazes com um sistema de apologética. Novamente, errei. Aparentemente, Deus coloca diferentes tipos de mentes e interesses nas pessoas. A experiência me garantiu que existem mentes tanto apologéticas quanto não apologéticas entre os cristãos — aqueles, por um lado, que são incomodados por objeções racionais à fé e exigem respostas, e aqueles, por outro, que não são. Eu sou da primeira formação. Meu coração não pode crer no que minha mente rejeita como falso.

Não é minha intenção criticar aqueles que ignoram uma declaração defensiva do cristianismo em favor de uma aceitação direta e apreendida intuitivamente. Que cada indivíduo permaneça firme ou caia diante de seu próprio mestre. Minha preocupação é encorajar aqueles que, como eu, sentem um ardor interior para saber se o cristianismo pode ser aceito com o consentimento de todas as nossas faculdades. É a esta companhia, e somente a ela, que recomendo a leitura desta obra. É a eles que coloco a pergunta: Se o cristianismo não vale a pena ser defendido , o que então vale?

As reações de um autor ao seu primeiro livro publicado são interessantes. A primeira edição infla seu orgulho acadêmico. Ele se retira para um canto isolado e lá apalpa suavemente o novo livro, ainda quente das prensas, enquanto assegura modestamente a si mesmo que fez uma “grande” contribuição para a literatura contemporânea.

Contudo, quando a segunda edição aparece, seu humor mudou de forma marcante. O livro não abalou nem mesmo um acre de terra, muito menos moveu o mundo. Nem mesmo os melhores amigos do autor se deram ao trabalho de ler a publicação. E mais do que isso, resenhas críticas de

livros expuseram diligentemente uma série de pequenas inconsistências na primeira tiragem. Não mais antecipando fama e renome por sua obra, o autor contenta-se apenas em sair no zero a zero.

Quando chegam a terceira e a quarta tiragens, instala-se um contentamento maduro e constante, uma espécie de compromisso entre a ambição de destaque nacional e a resignação da obscuridade completa. Essas edições posteriores são aceitas pelo autor como prova cabal de que ele conseguiu expor convicções que pelo menos alguns acharam úteis. Ele agora aceita isso como suficiente, percebendo que o mundo é vasto demais, complexo demais, para se incomodar muito com o fluxo comum de livros que saem dos prelos.

Edward John Carnell

Pasadena, Califórnia, 1º de setembro de 1952

Prefácio à Primeira Edição

A tarefa de qualquer filosofia de vida é construir uma explicação adequada para todo o curso da realidade. O cristianismo conservador, comumente referido hoje como 'fundamentalismo', é uma filosofia de vida, e ele compete para explicar questões como de onde o universo veio, qual é o seu significado atual e qual é a direção para a qual ele está gravitando. Tendo assinado ex animo ('de todo o coração') ao cristianismo bíblico, temos agora o fardo de cumprir a ordem do apóstolo Pedro: “Estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós” (I Pedro 3:15). O objetivo deste volume é cumprir a obrigação que este versículo nos impõe, mostrando como o cristianismo é capaz de responder às perguntas fundamentais da vida de forma tão adequada quanto, senão mais adequada do que, qualquer outra cosmovisão.

Tentaremos demonstrar a verdade do cristianismo conservador desta maneira. Primeiro, exporemos o dilema básico do homem, tanto prático quanto teórico; isso servirá para nos conduzir a uma discussão completa sobre o problema do um no muitos, a fundação sobre a qual todo o volume é construído. Em segundo lugar, limparemos o terreno para o lançamento dessa fundação, enfrentando problemas básicos como a natureza da verdade, a definição da fé, a validade da hipótese conservadora e a natureza da prova. Concluído isso, iniciaremos o terceiro projeto, o arcabouço da superestrutura. Ao longo de quatro capítulos, enfrentaremos e tentaremos resolver a intrincada questão do ponto de partida. Em quarto lugar, e finalmente, com o arcabouço concluído, não restará nada senão terminar de erguer e adornar a superestrutura. Isso será alcançado ao

extrairmos as implicações para o fundamentalismo a partir de problemas como a crítica bíblica, o terreno comum, a relação entre o cristianismo conservador e o empirismo do método científico, a natureza dos milagres, a natureza da lei natural, a filosofia da história, a espinhosa questão do mal, o um e o muitos éticos, e a imortalidade e ressurreição. Na conclusão, tentaremos mostrar que o edifício está pronto para ser habitado.

Além e acima desses objetivos concebidos teoricamente, um motivo prático anima a nossa obra. Estamos convencidos de que os homens precisam de Deus hoje tanto quanto, se não mais do que, em qualquer outro momento da história da vida humana, e que o ato mais elevado de filantropia em que podemos nos empenhar, no século XX, é conduzir os homens a um conhecimento salvífico do Homem das Dores.

Nossa defesa do fundamentalismo é ainda mais desafiadora neste momento porque, para a mente moderna, a vitalidade da teologia do cristianismo parece esgotada, e suas doutrinas básicas parecem, à luz do método científico, ser apenas frutos da superstição e da imaginação, assumidos gratuitamente por sobrenaturalistas timoratos. Entre a intelectualidade contemporânea, portanto, a probabilidade antecedente do cristianismo conservador é muito baixa. No entanto, o fundamentalista está convicto de que a mente moderna só consegue ridicularizar o cristianismo conservador porque atribui a este último certas proposições que o próprio sistema não requer.

Filósofos experientes ficarão desapontados com nossos esforços, pois escolhemos aqui apelar aos estudantes universitários do último ano ou àqueles com equivalente preparo. A profundidade com que adentramos os problemas, portanto, é condicionada por esse objetivo. Um volume de

concepção mais técnica deve ser elaborado para satisfazer a mente precisa do filósofo. Isso aparecerá a seu tempo. Para ajudar os leigos em sua compreensão da filosofia, elaboramos um glossário dos principais termos que utilizamos na obra.

Como é natural, fomos forçados a contrapor o cristianismo a outros sistemas filosóficos; a verdade de qualquer proposição envolve necessariamente a falsidade de sua contradição. Ao fazê-lo, contudo, tentamos manter diante de nós as palavras de advertência de Paulo: “Tudo o que vocês fizerem seja feito com amor” (1 Coríntios 16:14). Se falhamos em cumprir este padrão, foi mais por fraqueza da carne do que por má vontade do espírito.

O autor reconhece uma dívida imensurável para com seu ex-professor, Dr. Gordon Haddon Clark, da Universidade Butler, cuja bondade espiritual, interesse paternal e paciência acadêmica tornaram possíveis as convicções que estimularam a redação deste volume. Pelas muitas falhas no texto final, contudo, o autor assume inteira responsabilidade.

Edward John Carnell

1º de março de 1948

Sumário

Prefácio à Quarta Edição

Prefácio à Primeira Edição

PARTE I. A Necessidade de uma Cosmovisão Cristã

I. O DILEMA HUMANO PRÁTICO

As Fontes da Angústia da Alma

A Natureza da Angústia da Alma

A Cura para a Angústia da Alma

Recapitulação

II. O DILEMA HUMANO TEÓRICO

Transição para o Teórico

O Problema dos Muitos

O Problema do Um

O Perigo Filosófico Persistente

PARTE II. O Surgimento da Cosmovisão Cristã

III. O PROBLEMA DA VERDADE

A Natureza da Verdade

O Critério da Verdade

Recapitulação

IV. O QUE É A FÉ?

Distinção entre a Natureza e o Critério da Fé

Fé Baseada em Decretos Autoritativos

Fé Baseada na Imediatez Subjetiva

Objeções à Visão Cristã da Fé

Benefícios Práticos Decorrentes

V. A HIPÓTESE CRISTÃ

A Natureza das Premissas

Filosofia e Premissas

Objeções à Hipótese Cristã

VI. OS CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO

A Natureza da Prova

Os Critérios de Verificação no Cristianismo

Probabilidade e o Problema da Certeza Moral

Objeções à Probabilidade

VII. PONTO DE PARTIDA: NATUREZA

A Natureza do Ponto de Partida

Uma Crítica da Teologia Natural

VIII. PONTO DE PARTIDA: NATUREZA (Continuação)

A Estrutura da Analogia do Ser

Uma Crítica da Analogia do Ser

IX. PONTO DE PARTIDA: DEUS

Transição para o Racionalismo Cristão

O Conhecimento de Deus a partir do Eu

O Conhecimento de Deus por meio das Rationes aeternae ('razões eternas')

O Conhecimento de Deus por meio da Natureza

X. PONTO DE PARTIDA: DEUS (Continuação)

O Apelo à Revelação Especial

Os Benefícios da Revelação Especial

Objeções ao Cristianismo

PARTE III. Implicações da Visão de Mundo Cristã

XI. O PROBLEMA DA CRÍTICA BÍBLICA

A Natureza da Crítica Bíblica

A Questão Básica

A Força da Hipótese Conservadora

Observações Finais

XII. O PROBLEMA DO TERMO COMUM

Os Três Níveis de Significado

O Reflexo do Absoluto Metafísico

Objeções

XIII. A FÉ CRISTÃ E O MÉTODO CIENTÍFICO

Material de Transição

A Reaproximação Proposta

Problemas Finais

XIV. O PROBLEMA DOS MILAGRES E DA LEI NATURAL

Dados de Contexto

O que é um Milagre?

O que são a Natureza e a Lei Natural?

A Lei Natural e a Ressurreição de Cristo

XV. OS PROBLEMAS DOS MILAGRES E DA LEI NATURAL (Continuação)

Os Cânones de Hume e os Fenômenos Históricos

Qual é o Propósito dos Milagres?

Dificuldades Finais

XVI. O PROBLEMA DO MAL

A Natureza Geral do Problema

A Natureza do Mal

As Soluções Básicas para o Problema

XVII. O PROBLEMA DO MAL (Continuação)

O Teísmo Cristão

Objeções ao Teísmo Cristão

XVIII. O UM E O MÚLTIPLO ÉTICOS

O Problema Fundamental da Ética

A Primazia da Lei

A Primazia do Homem como Legislador

Deus como Legislador

Objeções à Ética Cristã

XIX. RESSURREIÇÃO E IMORTALIDADE

O Problema da Imortalidade

Os Argumentos em Favor da Imortalidade

Objeções

CONCLUSÃO

XX. CONCLUSÃO

Resumo e Recapitulação

A Aposta de Pascal

GLOSSÁRIO

Parte I

A NECESSIDADE DE UMA COSMOVISÃO CRISTÃ

Capítulo I

O Dilema Humano Prático

Como, pois, seria o homem justo perante Deus? Ou como seria puro aquele que nasce de mulher? Eis que até a lua não tem brilho, e as estrelas não são puras aos seus olhos. Quanto menos o homem, que é um verme! E o filho do homem, que é um verme! — Jô

O FATO de que o homem é tanto alma quanto corpo gera felicidade e miséria. Por um lado, há os prazeres. Os do corpo provêm de emoções adequadas, enquanto os da mente vêm da reflexão, da memória e da antecipação. Platão acertadamente nomeia o segundo grupo como o melhor, pois o caráter transitório das delícias emocionais invalida a sua candidatura ao cargo de bem supremo. Por outro lado, tanto o corpo quanto a alma proporcionam ao homem dores e misérias incalculáveis. Todos os que se submeteram ao manuseio do bisturi ou à broca da perfuração testemunham voluntariamente a realidade da dor física, tanto em sua intensidade quanto em sua gravidade. Contudo, a tristeza da alma é uma enfermidade muito mais temível para o homem do que os desconfortos físicos. Muitos são os amputados que suportaram a remoção de um membro sem a atenuação de uma anestesia, simplesmente porque a vontade, ditada por uma alma cheia de fé, determinou que a vida valia a pena ser vivida; enquanto outros, no auge da saúde, repletos de riquezas e bens, recorreram ao suicídio para escapar às exigências que a sociedade lhes impunha durante os seus setenta anos de vida. Em outras palavras, por mais grave que seja a dor física, se a alma antevê a tranquilidade como sua possessão, ela é capacitada a suportar o fardo com

esperança. A paz de espírito é a mais alta forma de felicidade humana.

1. As Fontes da Tristeza da Alma

Qua corpo, o homem é um animal, ao passo que qua espírito, ele é um ser celestial. Como criatura de tempo e espaço, o homem é limitado pela morte; enquanto criatura de espírito, o homem é capaz de viver eternamente. A meditação sobre essas realidades conflitantes é uma causa básica da tristeza da alma. A pressão resultante da consideração do que o homem é como um eu empírico e do que ele deveria ser como um eu ideal cria atrito. O atrito, se for severo o suficiente, conduz ao suicídio.

A. O Problema do Corpo

Solomão, o mais sábio dos mortais, expressou bem o problema do corpo. “Porque o que sucede aos filhos dos homens sucede aos animais; o mesmo lhes sucede: como morre um, assim morre o outro, e todos têm a mesma respiração; e o homem não tem vantagem sobre os animais; porque tudo é vaidade” (Eclesiastes 3:19). O corpo é um organismo incrivelmente preciso, uma maravilhosa obra-prima de arte e simetria. Basta refletir casualmente sobre o mistério de seu coração pulsante para apreciar a declaração davídica: “Eu te louvarei, porque estou assombrosamente e maravilhosamente feito!” (Salmo 139:14).

Mas a maravilhosa estrutura do homem também é uma fonte de aflição humana. Os homens nascem no mundo sem pacto ou consulta e são obrigados a tirar o melhor partido do corpo que lhes é conferido, independentemente de sua condição. Todos nós nascemos ‘não inteiramente perfeitos’. Marcas de nascença desfigurantes, lábio leporino, fenda palatina, estrabismo, joelhos valgos, pés tortos ou dentes

mal alinhados nos tornam autoconscientes e inferiores. Felizmente, a cirurgia reconstrutiva pode intervir nesses casos. Mas o que dizer dos corações fracos, dos aleijados congênitos e dos cancerosos? Sem medo de contestação, podemos afirmar que estes são motivo de tristeza. O fim dessa tristeza é a morte. Desde o momento em que o homem compra seu primeiro par de óculos para fortalecer a vista fraca até que o médico balança a cabeça para indicar que nada mais pode ser feito para salvar o corpo, a realidade e o temor da morte estão sempre diante do homem. Isso é uma fonte de angústia.

B. O Problema do Universo

O corpo não apenas é incompetente para agir como um veículo para sustentar os ideais eternos da alma, mas o universo que compõe o ambiente para o corpo é de tal forma e viciosamente hostil ao homem que a situação deste último parece agravada quase a ponto do desespero. Vamos rastrear algumas das descobertas científicas que contribuíram para essa situação.

1. Com a descoberta do telescópio por Galileu em 1609, os limites da realidade foram empurrados para o infinito. Em relação a essa vasta imensidão, o homem parecia não ser nada. “A ciência tornou impossível... acreditar em um Pai Todo-Poderoso e amoroso. A imensidão do universo que a astronomia moderna revela é estarrecedora em sua vacuidade de qualquer coisa que sequer sugira o cuidado de um Pai para com os seres humanos.”[1]

2. O passo seguinte foi o universo mecânico. Concebida por Descartes e aperfeiçoada por Spinoza, a noção de que o universo é uma vasta máquina ainda é um axioma da ciência. "A ciência moderna tem sido caracterizada pelo abandono da interpretação teleológica em favor da

descrição e explicação em termos de lei natural."[2] O homem agora era reduzido a uma engrenagem em uma máquina vasta e sem propósito.

Os propósitos deram lugar à matemática, a vontade humana e a previsão a uma ordem mecânica imutável e inflexível. Por toda a extensão . . . dos confins do infinito, na pedra, na planta e no animal, em nenhum lugar deste universo havia outro ser como o homem, em nenhum lugar um ser que sentia e sofria, amava e temia e esperava, que pensava e conhecia. O homem estava sozinho, bem sozinho, em uma máquina cósmica vasta e complexa. Tinham-se ido as hostes angélicas, idos os demônios e suas travessuras, idos os milagres diários de intervenção sobrenatural, ido estava até mesmo o grito suplicante da oração do homem . . . o homem tornou-se . . . uma mera parte desta vasta máquina; sua flor mais bela, talvez — talvez um acidente cósmico e um erro. Para aquele grito eterno da alma, 'Por quê?', a resposta veio: Ignoramus — não, Ignorabimus?

Se o todo não tem propósito, pode haver propósito em alguma parte?

3. A evolução uniu-se à astronomia para explicar o lugar do homem em um universo atélico. Em 1871, Darwin publicou seu A Origem do Homem (The Descent of Man), no qual foram oferecidas provas para a evolução biológica do homem.[4] Não sendo mais o ato culminante da criação, o homem deve agora engolir seu orgulho e meditar sobre o fato de ter saído rastejando do lodo junto com os besouros, caracóis e doninhas. Mas essas últimas criaturas são mais afortunadas do que o homem, pois ele tem consciência tanto de sua ancestralidade ignóbil quanto de seu fim temido, a morte. Assim, temos um comentário adicional

sobre aquilo a que Pascal se referiu como a miséria e a grandeza do homem.

4. Coroando a interpretação da ciência sobre o universo em sua relação com os valores humanos, está a segunda lei da termodinâmica, de acordo com a qual a quantidade de energia disponível no universo está diminuindo. Com o tempo, toda a energia estará distribuída uniformemente e, portanto, será inútil. Isso significa que o mundo, algum dia, se tornará impróprio para a vida. À luz de tal massacre generalizado, deve-se realizar na vida aquilo que Shakespeare limitou ao palco. O que é a vida?

É um conto

Contado por um idiota, cheio de som e fúria,

Sem sentido algum.[5]

Em suma, o homem moderno parece não passar de um germe crescido, sentado na engrenagem de uma vasta máquina cósmica que um dia está destinada a parar de funcionar por falta de energia. Deve Salomão ser ignorado quando diz: “Vi todas as obras que se fazem debaixo do sol, e eis que tudo é vaidade e correr atrás do vento” (Eclesiastes 1:14)?

II. A Natureza da Dor da Alma

O núcleo do dilema do homem é o problema de relacionar o seu desejo insaciável de autopreservação com as realidades de um corpo condenado à morte e de um universo impessoal.

A . A União do Real e do Ideal

Em pensamento, o homem pode transcender as contingências do tempo e do espaço. Ele pode sonhar com um corpo melhor e um universo melhor do que aqueles que existem na realidade. A meditação sobre a união do real e do ideal traz miséria.

O homem parece estar literalmente suspenso entre o céu e a terra, entre o ideal e o real, entre o desejável e o atual. Ele anseia por um corpo forte, mas os germes letais interrompem a esperança. Ele ora por mais um dia de vida, mas a foice da morte o decepa. Ele confia em monumentos de mármore, apenas para ver a terra sob eles ceder e desmoronar. O que quer que o homem realize, o universo parece determinado a fazer com que as ervas daninhas do tempo e da indiferença o cubram. Toda expressão cultural tem o mesmo veredito escrito sobre si: Isto está condenado à podridão! Que sentido há em tal universo? E quem é o responsável por esta situação monstruosa?

> Por isso o meu espírito se abate dentro de mim;
>
> O meu coração está desolado dentro de mim.[6]

A incapacidade de unir o real e o ideal impõe ao homem um estranho e imperioso senso da futilidade e do absurdo da vida. Não há castelo que o homem possa construir que dure para sempre, pois, não importa quão profunda seja a fundação, quão grossas as paredes, quão imensa a superestrutura, o mesmo decreto de ruína está escrito sobre ele, assim como está escrito sobre tudo o que o homem empreende.

B. O Temor da Morte

A incongruência entre o desejo de vida do homem e a realidade da morte física é o problema mais enlouquecedor

de todos. Embora veja a escrita na parede, o homem ainda se recusa a pensar que a morte é seu destino final, que perecerá como o peixe e a ave, e que o seu lugar não será mais lembrado. O homem quer viver para sempre; esse impulso está profundamente gravado em sua natureza.

A natureza da angústia da alma decorrente do medo da morte é evidente. É aquela inquietação espiritual que permanece no coração do homem quando ele confronta os ideais que deseja com a realidade das coisas como elas são. O homem anseia pela vida eterna. Esse é o ideal. Ele morrerá em breve. Essa é a realidade. A grosseira incompatibilidade entre esses dois lados do homem torna a montagem do quebra-cabeça da vida uma tarefa verdadeiramente desconcertante, e não poucos são aqueles espíritos tímidos que, enxergando apenas uma pequena chance de sucesso, sucumbem à desilusão, à ansiedade, ao desânimo, ao desespero e à melancolia.

III. A Cura para a Angústia da Alma

O homem pode escolher seguir um de quatro caminhos ao tentar abrir caminho através do labirinto da dor humana. Examinemos cada um deles.

A. As Quatro Alternativas

1. Pode-se saltar do alto de um penhasco, caso assim o prefira, mas de alguma forma ele rejeita instintivamente este curso de ação. Não apenas o suicida é um covarde, mas o próprio ato contraria o impulso básico do homem de viver. O homem é um solucionador de problemas por demais obstinado para descartar o dilema da vida estourando seus próprios miolos.

2. Pode-se ignorar o problema e continuar vivendo como se a vida tivesse sentido — embora Deus saiba o porquê! Esse

caminho é o trilhado pela maioria; de fato, poucos são aqueles que encaram candidamente a questão da existência exatamente pelo que ela vale. Mas mentes mais sérias rejeitam essa noção porque ela constitui apenas uma evasiva, e não uma solução para o problema. Pode ser que a indiferença perante a questão seja o único estado no qual o homem não deve ser encontrado, pois o que está em jogo na vida e na morte pode ser muito alto. “Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” (Marcos 8:36)

3. Pode-se admitir que, visto sabermos por boas razões racionais que o universo é hostil aos nossos valores, a única atitude varonil a tomar é tirar o melhor partido de uma situação ruim. Não há virtude em desempenhar o papel de uma criança choramingona e piorar o problema do que ele já é. Este é o caminho do pessimista, uma rota que se torna cada vez mais popular para a mente moderna. Bertrand Russell chama isso de 'desespero confiante'.

Não se pode descartar essa alternativa com um suspiro, pois, como o bom senso nos diz, se o universo é hostil aos nossos valores e ideais, então devemos — se formos honestos com os fatos e se ainda desejarmos continuar vivendo — ser estóicos e nos conformar com um arranjo infeliz pelo qual não somos responsáveis. Sob essa perspectiva, contudo, nenhuma razão real pode ser apresentada para dissuadir as pessoas de cometerem suicídio. Isso pode parecer apenas um ponto insignificante, mas uma rápida reflexão mostrará que o suicídio aberto levará à destruição da própria sociedade. Teremos mais a dizer sobre isso mais tarde.

4. A alternativa final é questionar seriamente a validade da interpretação pessimista dos fatos do universo. O

conservador escolherá seguir esse curso de ação, pois está convencido de que o universo faz sentido suficiente e dá esperança bastante ao homem para que este não precise descer a uma interpretação do curso da realidade baseada em agarrar-se a palhas e no 'desespero confiante'. Se o cristão conseguir estabelecer essa visão das coisas, ele terá restituído a esperança ao homem.

B. Os Ingredientes da Cura para a Dor da Alma

Todo o problema do homem é que ele não consegue encontrar um sentido adequado para a vida. Um sentido pessimista do universo produz ansiedade e desespero na alma. A cura para a dor da alma, portanto, é aquele sentido da vida que pode restaurar a fé do homem nas coisas.

1. O primeiro ingrediente que a cura deve possuir é a esperança da imortalidade pessoal. O desejo intransigente do homem pela autoconservação o força a rejeitar como insuficiente qualquer sentido para a realidade que exclua a possibilidade da imortalidade pessoal. A morte é a espada de Dâmocles do homem e, até que ela seja removida, a felicidade completa é inatingível. Esta é a razão pela qual todos os filósofos clássicos se contentaram em pensar em apenas uma dimensão. Essa dimensão é a imortalidade, pois a alma do homem foi feita para a felicidade eterna e não

descansará enquanto não repousar nessa eternidade.

É à luz desse contexto que o cristão enfatizará as promessas do evangelho de Cristo. “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna ” (João 3:16). Como alguém pode manter inteligentemente essa esperança à luz da morte iminente tanto do corpo quanto do universo é uma questão que enfrentaremos mais adiante. Neste ponto, descansemos no fato de que o homem precisa da imortalidade para ser feliz.

2. Mas a imortalidade não pode ser garantida até que o homem faça as pazes com o seu universo. Se o universo não for tal que possa sustentar a possibilidade da imortalidade, a realidade dela nunca poderá ser estabelecida. Além de nossa esperança na imortalidade, portanto, devemos ter uma visão racional do universo para servir como uma estrutura de referência em termos da qual a imortalidade possa se tornar significativa. Por 'racional', queremos dizer 'logicamente inteligível'.

Fique claro que uma visão racional da vida é o mínimo com que um homem racional se contentará. O cristão não pode reivindicar isenção desta regra. Ou o cristianismo é logicamente inteligível, ou ele é sem sentido. Não há tertium quid . Se a possibilidade da imortalidade é o primeiro ingrediente, a realidade de uma visão racional do universo é o segundo.

3. Dado que precisamos da imortalidade. Dado também que a satisfação dessa necessidade é contingente a uma visão racional do universo. No entanto, não há um problema ainda mais básico do que esses? A questão fundamental é: O que

é a verdade? Até que saibamos o que é a verdade, seremos incapazes de reconhecer um universo racional quando o vermos.

A necessidade da verdade é óbvia. O homem, em seu zelo para estabelecer a imortalidade, é tentado a construir visões de mundo artificiais que favorecem a esperança da vida eterna. Esse gesto de esperança a qualquer custo é fatal, no entanto, pois comete a falácia de pensar que desejar fará com que seja verdade. A menos que haja algum controle sobre os sistemas racionais propostos, portanto, eles abundarão tanto em número e estilo que o homem ficará sem um critério pelo qual distinguir o que é digno do que não é.

Em suma, sem esperança, nada tem verdadeiro significado. Sem uma visão racional do universo, a esperança não pode ser assegurada. Mas, sem o conhecimento do que é a verdade, um universo racional não pode ser reconhecido. No devido tempo, tentaremos mostrar que o cristianismo — e somente o cristianismo — pode fazer as pazes com três condições sine qua non* para a felicidade humana.

* Os estudantes que não estão familiarizados com termos filosóficos são encorajados a consultar o glossário na página 363.

IV. Recapitulação

O homem é uma criatura que está simultaneamente no processo da história e que, ainda assim, transcende a história em todos os pontos. Esse envolvimento e essa transcendência são a causa daquele atrito na alma do homem que, se não for controlado, resulta em pessimismo e suicídio. O que atormenta o homem é a morte. Ele nunca tem certeza de que sua existência não seja análoga à

ovelha no aprisco que recebe alimento dia após dia, mas que, no fim, é abatida e comida. No entanto, o homem não pode ser mudo quando vai para o abate, pois ele é um ser racional. Ele vive em um mundo ideal, bem como em um mundo real. A única solução para o seu problema é estabelecer uma interpretação verídica do universo em que o real e o ideal estejam unidos de tal forma que a imortalidade pessoal se torne possível.

A. O Problema

Oscar Hammerstein II deu uma declaração clássica do dilema humano prático em suas letras de Show Boat

Você e eu, nós suamos e nos esforçamos,

Corpo todo doendo e consumido pela dor.

‘Carregue essa barca!’ ‘Levante esse fardo,’

Fique um pouco bêbado e você vai parar na cadeia.

Eu fico cansado e farto de tentar,

Estou cansado de viver E com medo de morrer,

Mas o velho rio apenas continua fluindo.

Não apenas aqueles que carregam fardos de algodão procuram “aquele riacho chamado rio Jordão”, mas também todos os homens que enfrentam a solidão e a separação do chamado da morte.

B. A Solução

Jesus Cristo deu a resposta imortal ao dilema humano prático.[8]

Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos,

E eu vos aliviarei.

Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim;

Porque sou manso e humilde de coração,

E encontrareis descanso para as vossas almas.

Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve.

Tanto a declaração quanto a solução do problema estão agora diante de nós. O que obviamente falta, contudo, é o esclarecimento da conexão entre elas. Demonstrar essa conexão nos ocupará nos capítulos seguintes.

Notas

1. Roberts, The Problem of Choice , p. 404. Veja esta obra para uma sólida defesa da teleologia.

2. Twentieth Century Philosophy, (Runes, ed.), p. 120.

3. Randall, The Making of the Modern Mind, p. 227. Veja esta excelente seção para um relato integral desse desenvolvimento da ciência.

4. Não estamos aqui aprovando a evolução orgânica. Apenas relatamos que existem aqueles que o fazem. Para uma atitude cristã em relação à evolução, veja infra, Capítulo XIII.

5. Tragedy of Macbeth, V.v.

6. Salmo 143:4.

7. De Ol' Man River , direitos autorais, 1927, por T. B. Harms Co., Nova York. Usado com permissão. Tão grave é o problema prático aqui que se pensa que as águas barrentas do Mississippi estão em uma condição mais invejável do que a do homem!

8. Matthew 11:28-30. O dilema prático, como observaremos abaixo, é na verdade o subproduto de um dilema mais básico e penetrante, o dilema do pecado. Se não fosse pela rebelião antecedente do homem contra a lei de Deus, não haveria absolutamente nenhum dilema humano prático. Todo mal é pecado ou a punição pelo pecado. Mas, visto que o desconhecido só pode ser aprendido através do conhecido, procederemos para compreender o dilema pecaminoso do homem compreendendo primeiro os dilemas práticos e teóricos nos quais ele está envolvido. Ao compreender o problema do homem ao enfrentar seu universo, seu dilema ao enfrentar as exigências de Deus se tornará mais inteligível. Nossa ordem de investigação, portanto, é pedagógica. Não se deve supor que o dilema prático seja um problema maior para o homem do que seu envolvimento pecaminoso.

Capítulo II

O Dilema Humano Teórico

Feliz é o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire conhecimento. Porque a sua aquisição é melhor do que a aquisição de prata, e o seu lucro mais do que o ouro fino. Ela é mais preciosa do que os rubis, e nenhuma das coisas que você pode desejar se pode comparar a ela. — Salomão.

Cristo, sabedoria de Deus. — Paulo.

S E o problema prático do homem é dissipar o temor da morte por meio de uma união bem-sucedida entre o mundo ideal e o empírico, o problema teórico é a localização de uma conexão racional entre esses reinos. Filosoficamente, essa dificuldade é conhecida como o problema do um e do múltiplo. Os muitos são os particulares do universo espaço-temporal, ao passo que o um é a conexão lógica ou teleológica entre eles.

Ilustremos esse problema da relação entre o um e o múltiplo apontando para a famosa pintura de Luca Signorelli, Cabeça de um Jovem. Se alguém quer enxergar sentido na pintura, não deve postar-se demasiado perto da tela nem demasiado longe dela. Se alguém cola o olho bem na pintura, toda a coerência da imagem se perde. O preto do cabelo parecerá ser uma negrura sem significado. Mas se alguém se afasta demais da tela, tudo o que consegue ver é um ponto vago no horizonte. Vê o todo, mas o todo não tem sentido porque carece do suporte das partes. Deve-se chegar suficientemente perto da imagem para ver as partes e, ainda assim, manter-se suficientemente longe para ver a conexão entre as partes.

Da mesma forma, não é possível enxergar a racionalidade do universo a menos que nos mantenhamos suficientemente próximos dele para ver as partes do universo e, contudo, suficientemente distantes para ter a perspectiva de ver o todo como um universo. Se tivermos apenas uma visão microscópica do mundo, estaremos na mesma situação da formiga míope que caminha sobre o encosto de uma cadeira. O que ela atravessa é apenas uma série de superfícies planas, e não uma cadeira de fato, pois não possui perspectiva para ver o todo. Se tivermos uma visão telescópica do universo, teremos, de fato, uma imagem do todo, mas o nosso ponto de vista não terá relevância alguma para a situação humana.

I. Transição para o Âmbito Teórico

Assim como toneladas de projetos devem ser elaboradas para lançar um couraçado ao mar, e assim como um médico residente deve passar anos memorizando aquelas abstrações que compõem a nomenclatura médica para que possa distinguir o baço do estômago em uma situação prática, também o filósofo é obrigado a mergulhar fundo na teoria abstrata antes de poder produzir uma solução prática para o problema do uno no múltiplo. Se são necessários dois anos para construir um couraçado, não é de admirar que

sejam necessários séculos para construir uma visão racional do universo.

Para ajudar o iniciante a assimilar o aspecto teórico, forneçamos duas ilustrações práticas sobre a relação entre o significado (o uno) e o fato (o múltiplo). Por meio dessas ilustrações, mostraremos que não se pode sequer fazer fofoca com sucesso sem empregar certos princípios filosóficos.

A. O Problema da Fala Significativa

O problema do uno no múltiplo começa quando abrimos a boca e falamos. Em outras palavras, no ato simples da predicação. A predicação é o ato da mente pelo qual um predicado é atribuído a um sujeito, como em 'O papel é branco.' A relação concluída é conhecida como 'proposição'. Quando afirmada pela mente, a proposição é chamada de 'juízo'. Todas as proposições podem ser analiticamente divididas em três partes: sujeito, predicado e cópula. Em nossa ilustração, as partes seriam 'papel', 'branco' e 'é', respectivamente. Ora, por mais absurda que a sugestão possa parecer ao leitor à primeira vista, esse simples gesto de predicação envolve um problema que literalmente transborda de dificuldades. Em suma, como pode o uno (o predicado) referir-se significativamente ao múltiplo (o sujeito)? O termo predicado é um termo universal, isto é, refere-se a mais do que um particular. 'Branco', por exemplo, é aquela cor acromática que apresenta a menor semelhança com o preto. Quando dizemos 'O papel é branco', na verdade estamos dizendo 'Esta ocorrência particular de papalidade é um caso de, ou pode ser subsumida sob, o conceito de classe geral, a brancura'. Mas o que é essa coisa estranha, 'a brancura'? Não é evidente que não há duas coisas na natureza exatamente iguais? Como, então, podemos usar significativamente o termo

'brancura' para nos referirmos a muitos particulares? Se fôssemos ser minuciosamente precisos, um nome próprio deveria ser dado a cada objeto individual na realidade. Mas isso é impossível, pois os grãos de areia no Saara certamente esgotariam todos os nomes que poderíamos inventar em uma vida inteira.

Sem aprofundar demais este ponto, visto que este não é um manual de lógica formal, fique sabendo que resolvemos o problema da fala dividindo os particulares na realidade (os muitos) em conceitos de classes relacionados teleologicamente (o um). Por esse expediente, podemos manter uma conversação significativa. Tudo o que pode ser subsumido sob a classe geral 'mobília para iluminação', chamamos de 'lâmpada'. Ao definir o 'homem' como 'um ser senciente capaz de adorar a Deus', pusemos este conceito de classe (homem) em oposição a outros conceitos de classe. Isso é conhecido como a 'definição connotativa'. Por meio desta definição, distinguimos o homem de cavalos, pulgas e girinos, que não podem adorar a Deus, e de pedras, árvores e machados, que não são seres sencientes.

Valeria a pena o leitor meditar sobre este problema da predicação da próxima vez que caminhar sozinho pela floresta. Se o perseguir, encontrará aqui uma ilustração do problema do um dentro dos muitos.

B. O Problema da Ação Significativa

Pode-se recusar a falar, mas não se pode optar por não agir, pois a determinação de não agir de forma alguma já é, em si, um ato. Vamos aqui indicar como a ação significativa, assim como a fala significativa, depende de uma solução para o problema do um dentro dos muitos. Usemos Sócrates como nosso paradigma aqui.

Com o surgimento do ceticismo dos filósofos, o povo da Grécia desviou-se da virtude para o vício. As leis foram desrespeitadas, os contratos foram quebrados e os deuses foram desprezados. Aqui, novamente, vemos a relação entre o prático e o teórico. A filosofia pode não assar pão, mas tem um poder estranho para fazer as pessoas realizarem coisas. “Nas mentes mais jovens e exaltadas, esse ceticismo assumiu frequentemente a forma socialmente disruptiva da suposição de que a única medida da verdade e do direito para qualquer indivíduo é o interesse próprio — o apelo de uma ideia ou de um ato proposto a ele no momento em que se apresenta.”[1] Isso é conhecido filosoficamente como 'relativismo ético', onde cada homem age conforme o que lhe parece correto aos seus próprios olhos.

Preocupado em corrigir a situação, Sócrates dirigiu-se cedo à praça pública para interrogar os homens acerca de suas almas, prometendo que, se seguissem fielmente o epigrama délfico, 'Conhece-te a ti mesmo!', seriam conduzidos a uma ação ética normativa. O problema do homem é a sua ignorância. A ignorância é a fonte do vício. “Quando uma pessoa supõe que sabe, e não sabe; esta parece ser a grande fonte de todos os erros do intelecto.”[2]

A genialidade de Sócrates residia em sua convicção de que a moralidade é uma arte e que, como todas as artes, ela deve ser governada por padrões se quisermos que as ações sejam pensadas de maneira significativa como boas ou más.

Pois todo julgamento moral, todo julgamento com predicados como justo, injusto, temperante, intemperante, certo, errado, envolve tal pretensão ao conhecimento ético; contudo, essa pretensão mostra-se inválida e sem fundamento assim que aqueles que usam com confiança tais termos gerais são chamados a defini-los ou explicá-los.

O objetivo da interrogação socrática era, portanto, em primeiro lugar, despertar a consciência de que faltava o conhecimento e de que, sem ele, os homens eram como embarcações sem leme ou timoneiro; e, em segundo lugar, ensinar-lhes o método de reflexão e investigação pelo qual somente tal ignorância poderia ser removida. [3]

Observe o que está acontecendo aqui. O critério para a conduta correta é aquele que fornece um padrão de classificação para o múltiplo. Independentemente dessa relação entre o uno e o múltiplo, o julgamento moral significativo é impossível.

Sócrates, contudo, falhou em sua missão, pois do ditado 'Conhece-te a ti mesmo!' surgiram os cínicos, filósofos que, tendo conhecido a si mesmos, decidiram que tudo o que não fosse a satisfação imediata de alguma necessidade primária no homem era supérfluo. Toda cultura, riqueza e refinamento foram, assim, excluídos da vida de um homem virtuoso. Nesse contexto, Diógenes alcançou sua imortalidade ao rejeitar as convenções sociais e vagar pelas ruas à procura de um homem honesto.

A razão pela qual Sócrates falhou foi que ele não forneceu conteúdo para aqueles critérios que ele via tão claramente como necessários para a vida ética. Instruir os homens a olharem para dentro é totalmente fútil. Todo maníaco homicida afirma que sua consciência está limpa. “Dizer aos homens, portanto, que olhem para dentro em busca de um guia autoritário e que confiem em suas convicções irresistíveis é dar-lhes um guia que os levará à destruição.”[4]

Sócrates havia definido a virtude, a concepção ética fundamental, como discernimento, e este, por sua vez, como conhecimento do bem, mas não dera ao conceito do bem nenhum conteúdo universal e, em certo aspecto, o deixara em aberto. Isso tornou possível que as mais diversas concepções de vida introduzissem suas visões sobre o fim último (telos) da existência humana nesse espaço em aberto do conceito socrático.[5]

Isso conclui nossa segunda ilustração do um no muitos. Passemos agora ao problema geral, tal como diz respeito a uma visão racional do universo.

II. O Problema do Muitos

A tarefa do filósofo é imensa. Ele precisa dar sentido à totalidade da realidade. O problema da filosofia, portanto, é o problema da predicação em larga escala. Enquanto na predicação simples um conceito de classe é unido a uma entidade particular, em uma filosofia de vida completa, uma rede de universais e a totalidade da realidade são unidas. Vamos realizar aqui nossa ilustração do retrato, mostrando as dificuldades que acompanham aqueles que mantêm uma visão excessivamente próxima do universo, e os problemas que acompanham todos os que mantêm uma perspectiva excessivamente distante.

Visto que a Grécia antiga foi literalmente a cozinha onde a maioria dos cardápios filosóficos foi elaborada, voltemos a essa terra de filósofos para a apresentação mais nua e crua do problema do um no muitos.

Quando Heráclito declarou que tudo é Devir, e Parmênides disse que tudo é Ser, o problema que desde então tem atormentado as mentes de incontáveis pensadores foi enunciado em toda a sua crassa simplicidade. Se o Ser é e o

Devir não é, como podem existir o muitos e o mutável? Se o Devir é e o Ser não é, como podem existir unidade e estabilidade? O homem não pode razoavelmente duvidar da experiência, que testemunha a mudança, nem negar a inteligência, que revela pelo menos alguma permanência nas coisas.[6]

A . Exemplo de Aproximação Excessiva do Universo da Mudança

Os primeiros grandes empiristas foram Heráclito e Protágoras. Heráclito lidou com a metafísica, e Protágoras com a epistemologia. Metafísica e epistemologia caminham juntas como Scarlatti e o cravo. Onde você encontra uma, imediatamente pensa na outra.

O primeiro problema da metafísica é responder à pergunta: 'Qual é a natureza da realidade?'. A isso Heráclito deu a resposta: 'devir', pois, olhando pela janela, viu rios fluindo, árvores crescendo e bebês engatinhando. Se a natureza é a realidade, então a realidade é o devir, pois toda a natureza está em fluxo.

“Todas as coisas são trocadas por fogo e o fogo por todas as coisas, assim como mercadorias são trocadas por ouro e ouro por mercadorias. Todas as coisas fluem; nada permanece. Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio.”[7]

O primeiro problema da epistemologia é responder à pergunta: 'Como a realidade pode ser conhecida?'. Ora, é evidente que, se a realidade é a natureza, o mundo da mudança, então a única maneira de conhecê-la é através da percepção sensorial. Se alguém espera saber qual é o gosto

de uma pêra, deve abrir a boca e experimentá-la. A matemática não o ajudará aqui. Para Protágoras, portanto, o conhecimento é sensação.

B . Crítica

Agrupemos esses dois empiristas e mostremos como eles falharam em resolver a situação difícil do homem por terem chegado perto demais do fluxo. O que argumentamos contra essa forma primitiva de empirismo aplica-se igualmente a todas as formas de empirismo coerente. A maioria das críticas foi registrada por Platão em seu notável diálogo, Teeteto.

1. O empirismo faz do homem o autor da realidade. Se o conhecimento é sensação, então as qualidades são criadas pela mente, pois a percepção das qualidades depende do estado fisiológico do observador, como no daltonismo. A pessoa que vê o vermelho e a pessoa que vê o verde são igualmente qualificadas para relatar qual é a cor em rerum natura . A cor real é ambas, pois o conhecimento é um relato do real e a sensação é o conhecimento. Isso é ceticismo metafísico.

2. All judgments are true . Se todas as sensações são conhecimento, todas são verdadeiras. Então, aquele que pensa que Protágoras está errado está fazendo um julgamento verdadeiro. Sendo errados, podemos descartar as pretensões de Protágoras à verdade.

3. Todos os juízos são falsos. Visto que o verdadeiro e o falso são correlativos, isto é, cada um depende do outro para o seu sentido, segue-se que, sendo tudo verdadeiro, nada é verdadeiro. Se não há nada verdadeiro, então tudo é tão falso quanto é verdadeiro. Mais uma vez, a filosofia de Protógoras é falsa.

4. Critérios imutáveis são impossíveis. Se tudo está em fluxo, então até mesmo a proposição 'tudo está em fluxo' está em fluxo, e nada tem sentido. "Visto que a verdade é a mesma hoje, amanhã e para sempre, não pode haver conhecimento certo e definitivo se tudo o que é percebido pelos sentidos muda constantemente."[8] Sem critérios imutáveis, todo o sentido é destruído.

5. A sociedade é impossível. "Epicarmo já caçoava disso ao colocar o argumento na boca de um devedor que não queria pagar. Como ele poderia ser responsabilizado, já que ele não é o mesmo homem que contraiu a dívida?" [9]

6. O discurso significativo é impossível. Nenhuma palavra pode descrever adequadamente a realidade, pois, antes que a palavra possa sair da boca, a realidade já mudou. Panta rei! Se as palavras não podem ser escolhidas porque se ajustam aos fatos, então devem ser escolhidas por razões estéticas. Mas, além disso, "todas as respostas... a qualquer pergunta são igualmente corretas. No entanto, todas são inexatas, pois as próprias palavras usadas, até mesmo as palavras 'isto' e 'assim', implicam algum tipo de estabilidade e definitude que a teoria exclui."[10]

7. Envolve o subjetivismo. A menos que a verdade seja imutável, não adianta discutir sobre nada, pois nunca se pode elevar acima da opinião. Quando falamos de verdade, bondade e beleza, estamos apenas descrevendo como nos sentimos.

Pois, se o subjetivismo for verdadeiro, os argumentos não conseguirão fazer nenhuma proclamação sobre o assunto ao qual pretendem se relacionar; eles apenas conseguirão

nos dizer algo sobre as opiniões dos subjetivistas que os utilizam.

Assim, se as conclusões que o subjetivismo afirma estiverem corretas, não pode haver argumentos a favor delas, uma vez que a verdade tanto do argumento quanto de sua conclusão deve ser subjetiva. Consequentemente, afirmar que o subjetivismo é verdadeiro significará apenas que convém a algumas pessoas — a saber, àquelas que defendem visões subjetivistas — acreditar nele.[11]

Quando subjetiva, a verdade existe para nós. Isto é o ceticismo. “A verdade é algo relativo, uma questão de gosto, temperamento e educação. As controvérsias metafísicas são, portanto, totalmente vãs.”[12]

III. O Problema do Um

Até aqui, o destino daqueles que se aproximam demais do universo. Passemos agora a traçar brevemente a sorte daqueles que se afastam do universo.

A. Exemplo de Afastamento Excessivo do Universo

Parmênides e Górgias decidiram que o mundo do fluxo era ilusório. Voltando-se, portanto, do caráter espectral do fenomênico, recorreram à lógica e à inteligibilidade para lhes dizer o que era a realidade. Tal como em Hegel, o real é o racional e o racional é o real. As massas e o hoi polloi podiam confiar na sensação, mas não o filósofo. A turba tumultuosa pensa que o real é panem et circenses , 'pão e circo'. Em termos contemporâneos, isso seria 'uma marmita farta e um cinema semanal'. Para o racionalista, o real é o reino eterno e imutável da verdade coerente.

A razão pela qual Parmênides e Górgias rejeitaram o mundo da sensação foi que os sentidos pareciam dizer que o movimento era possível, enquanto a razão diz que não é. Zenão havia provado que o movimento é impossível. O argumento mais popular de Zenão é o enigma de Aquiles e a tartaruga. “Aquiles deve primeiro alcançar o ponto de onde a tartaruga partiu. Nesse ínterim, a tartaruga terá avançado um pouco. Aquiles deve então percorrer essa distância, e ainda assim a tartaruga estará à frente. Ele está sempre se aproximando, mas nunca a alcança.”[18] A mudança presumivelmente destrói a lei do terceiro excluído ao afirmar que A é B ou não-B. Na mudança, A não é nem B nem não-B. Ele está tornando-se. Isso é ilógico.

Portanto, há "um ónico caminho: que o Ser é;";[14] pensava Parmänides. Górgias pegou esse pensamento sobre o Ser e o evaporou, tirando-o da existância.

E o Ser não existe. Pois, se existisse, seria eterno ou gerado . . . Ora, se é eterno, pois devemos começar por aqui, ele não tem origem. Tudo o que é gerado tem alguma origem, mas o eterno, por permanecer não gerado, não tem origem e, por não ter origem, é infinito. Se, no entanto, é infinito, não está em lugar nenhum. Pois, se estivesse em algum lugar, outra coisa existiria na qual ele estaria, e assim o Ser, cercado por algo, não seria mais infinito, uma vez que aquilo que cerca é maior do que a coisa cercada, ao passo que nada é maior do que o infinito, e portanto o infinito não está em lugar nenhum.[15]

Por esse tipo de dialética, o Ser de Górgias foi tão desgastado que "assemelha-se à veste do rei, cuja fina textura todos fingiam admirar, até que, finalmente, uma criancinha exclamou, na simplicidade de seu coração: 'Ora, o rei está nu!' "[16]

B. Crítica

Salvo o uso incorreto da lógica que Parmänides e Górgias fizeram, a objeção cristã ao emprego da dialética como meio único para conhecer a realidade é que ela conduz inevitavelmente à negligância do mundo de sangue, suor e lágrimas, o mundo em que o drama humano está se desenrolando. Há um mundo em mutação aqui que precisa ser explicado. Até que isso aconteça, o homem não pode encontrar a felicidade.

A coragem do racionalista em pensar que o real e o racional são a mesma coisa decorre de uma noção errônea da conexão entre os muitos. Sua esperança é que todas as conexões sejam logicamente necessárias, ou seja , dedutivas. Ele acredita que conhecer a fundo uma única folha de grama daria a alguém informações suficientes para deduzir necessariamente a totalidade da realidade. O cristão rejeita isso com base no argumento de que a relação entre o número de folhas de grama na Bolívia e as pítons-reais na África é teleológica , e não necessária. Ao conhecer uma árvore, não se pode determinar por dedução lógica onde Napoleão travou suas batalhas. Para o cristão, a fonte da unidade é a mente de Cristo, uma fonte que unifica os particulares no universo espaçotemporal de acordo com a teleologia. “Porque dele e por meio dele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre.”[17] Para o cristão, Deus, e não a lógica, é a razão última das coisas, pois Deus é o autor da própria lógica. A razão para isso aparecerá posteriormente.

IV. O Perigo Filosófico Persistente

A. O Problema Contemporâneo

Ainda somos tentados a transformar em uma questão de "ou/ou" aquilo que deve ser um "tanto/quanto". Não podemos escolher entre a lógica e a experiência. Sem a lógica, nossa experiência não pode ser normativa; sem a experiência, nossa lógica não pode ser relevante para a situação humana. Esse problema, como os pobres, está sempre conosco.

Ou se descreve o universo — o espiritual bem como o físico — em termos de existência material e de objetividade, e então é preciso ir tão longe a ponto de chegar ao 'epifenomenalismo' e concordar em nunca encontrar nada que possa se parecer com o que chamamos de consciência, ideia, finalidade, vontade. Ou então concorda-se em colocar-se, em um dado momento, no próprio centro da consciência e partir do cogito ; neste último caso, encontrará-se, acima do vir a ser heraclitiano, o mundo platônico das essências e, ao mesmo tempo, os problemas inevitáveis do idealismo e do realismo, do subjetivo e do objetivo, do ser e do pensamento. Tal é a alternativa que, mesmo após a admirável tentativa feita pelo Sr. Dewey, nos parece ainda confrontar a reflexão humana.[18]

B. A Atitude do Cristão

Ambos os níveis da realidade são admitidos pelo cristão, o normativo (o um) e o contingente (os muitos).

1. O mundo dos muitos. Paulo estabelece o estado de espírito do cristão ao clamar pelas provas empíricas da morte e ressurreição de Cristo, confessando: "Estou persuadido de que nenhuma destas coisas lhe escapou à atenção, pois isto não foi feito em canto nenhum".[19] A criada pode varrer a sujeira para o canto para escondê-la, mas Cristo ressuscitou abertamente diante dos homens. Como verificação da fé cristã, portanto, o cristão defenderá

a veracidade da interpretação bíblica dos muitos. O cristianismo é uma filosofia que encontra o mundo real.

2. O mundo do um. Cristo é o princípio do um e o autor dos muitos, pois 'nele foram criadas todas as coisas... por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas, e nele todas as coisas coexistem"[20] Cristo é o EU SOU. A posse do conhecimento de Cristo, portanto, é a posse da mais alta forma de realidade. Por essa razão, o cristão adverte os homens de que há uma diferença de valor entre os dois níveis de ser. Deus é o ser necessário, enquanto Sua criação é o ser contingente. Sendo contingente à vontade de Deus, é essa vontade, e não um sistema lógico antecedente, que dá significado ao movimento do mundo do tempo-espaço. Os muitos estão teleologicamente relacionados entre si, de acordo com o fim (telos) que Deus decretou para as coisas.

Por esta razão, a igreja universal prega que o fim principal do homem é amar a Deus e desfrutar dele para todo o sempre. A posse de Deus é comparada nas Sagradas Escrituras à propriedade de um tesouro escondido em um campo. O tesouro é tão valioso que um homem sábio está disposto a vender tudo o que tem para obtê-lo. Novamente, é comparado a uma grande pérola, de maior valor do que todas as pérolas. Para a posse dessa pérola, um homem prudente fará o mesmo. É neste contexto do problema do uno no seio do múltiplo e das ordens do ser que a Parábola do Rico Insensato deve ser interpretada. O homem que prefere celeiros e riquezas ao Autor dos celeiros e das riquezas é um insensato, [21] assim como é insensato aquele que diz no seu coração que não há Deus. [22] O insensato é

aquele que, tendo falhado em resolver o uno no seio do múltiplo em seu nível mais alto, perde o sentido da vida e escolhe seguir um caminho que lhe parece reto, mas cujo fim são os caminhos da morte. [23]

Notas

1. Burtt, Types of Religious Philosophy, p. 39.

2. Sophist, 229b.

3. Caird, The Evolution of Theology in Greek Philosophers, I, pp. 69-70.

4. Hodge, Systematic Theology, I. p. 102.

5. Windelband, History of Philosophy , p. 82.

6. Phelan, St. Thomas and Analogy , p. 20.

7. Bakewell, Source Book in Ancient Philosophy, p. 33. Heráclito também ensinou a existência do logos, mas apenas por uma feliz inconsistência em sua epistemologia empírica.

8. Weber, History of Philosophy, p. 35.

9. Burnet, Greek Philosophy, Parte I, p. 63.

10. Martin et al., History of Philosophy, p. 96.

11. Joad, God and Evil, p. 186.

12. Weber, op. cit., p. 61.

13. Bakewell, op. cit., p. 24.

14. Ibid., p. 15.

15. Citado em Martin et al., op. cit., p. 82.

16. Weber, op. cit., p. 32.

17. Romanos 11:36.

18. The Philosophy of John Dewey (Schilpp, ed.), The Library of Living Philosophers, Volume 1, p. 242.

19. Atos 26:26.

20. Colossenses 1:16-17.

21. Lucas 12:16-21.

22. Salmo 14:1. O padrão perfeito para a solução da relação entre unidade e diversidade é encontrado naquilo que Van Til chama de "o um e os muitos eternos". Por isso entende-se que "a unidade em Deus não é mais fundamental do que a diversidade, e a diversidade em Deus não é mais fundamental do que a unidade. As pessoas da Trindade esgotam-se mutuamente." Christian Apologetics, p. 14. Ao nos referirmos a Deus neste volume, portanto, queremos dizer — a menos que indicado o contrário — Deus essencialmente, não pessoalmente . Qua essência, Deus é a Divindade; qua pessoa, Deus é Pai, Filho e Espírito Santo. A essência da Divindade — o Um — esgota-se igualmente nas Pessoas — os Muitos.

23. Provérbios 14:12. O dilema humano teórico, assim como o prático, só constitui um problema devido à existência antecedente do dilema do pecado. O intelecto do homem está envolvido nos efeitos da queda humana tão

certamente quanto o estão as demais faculdades do coração do homem. O homem deve olhar através de um espelho, de forma escura. Ele deve andar por fé, isto é, deve aprender por meio do doloroso processo da discursividade. Adão desfrutava de uma intuição criada e perfeita da vontade de Deus. Todos os descendentes de Adão foram cegados por causa do pecado. Cf. Romanos 1-3. O homem é totalmente depravado no que tange à sua capacidade de agradar a Deus. O homem não é totalmente depravado, contudo, no que tange à sua capacidade de saber, de forma negativa, que é infeliz. Se o homem não visse que é infeliz, as promessas de felicidade no evangelho seriam completamente insensatas e não existiria nenhum ponto de apelo. Mas Cristo apelou aos homens sobrecarregados para que viessem a ele em busca de descanso. O valor de prosseguir através do dilema teórico do homem em direção ao seu dilema pecaminoso é duplo. Primeiro, o primeiro dilema, que é conhecido pelo homem, pode ser usado como um fulcro para levar o homem a apreciar o segundo, que é desconhecido. Iniciar uma apologética do cristianismo conservador apelando para aquilo de que o homem natural é ignorante é lançar pérolas aos porcos. Segundo, não apenas o homem natural não acredita que é um pecador, como também está ativamente em rebelião contra todos os que ensinam que ele o é. É pedagogicamente mais sensato, portanto, fazer com que o homem admita a sua infelicidade antes de lhe mostrar a razão mais profunda pela qual essa infelicidade existe. Este trabalho preparatório não removerá a cegueira do homem quanto ao fato de que Deus é necessário para a plena paz e tranquilidade do coração, mas pode servir para preparar o caminho para a exibição daquelas evidências objetivas do cristianismo por meio das quais o Espírito Santo pode se agradar em efetuar a regeneração. A fé é um dom de Deus. Os valores cristãos são refratários ao coração não regenerado do homem.

Parte II

O SURGIMENTO DA VISÃO CRISTÃ DE MUNDO

Capítulo III

O Problema da Verdade

Eu sou a verdade, — Jesus Cristo

A té agora aprendemos que o homem é uma criatura no tempo e no espaço que está primordialmente interessada na felicidade. Contudo, antes que esse estado desejado de bem-estar possa se tornar real, três condições definitivas devem ser cumpridas. Primeiro, a esperança da imortalidade deve ser garantida, porque sem essa esperança o homem é acossado e vexado pelo temor da morte. Segundo, uma visão racional do universo deve ser traçada, pois o temor da morte não pode ser dissipado simplesmente esfregando alguma lâmpada maravilhosa de Aladim. Ele só pode ser eliminado quando o homem consegue aprender que a morte não é seu juiz final. Terceiro, o homem deve saber o que é a verdade para que possa ter uma norma pela qual uma verdadeira solução para o problema do um dentro do muitos possa ser reconhecida quando ela surgir. Já fornecemos o que pensamos serem as dicas básicas na solução cristã para o um dentro do muitos. O próximo problema que devemos enfrentar é o da natureza e do teste da verdade.

I. A Natureza da Verdade

A maneira mais simples de entrar na questão da natureza da verdade é mostrar por ilustrações concretas exatamente o que se quer dizer ao afirmar que um juízo é verdadeiro. O verdadeiro é uma qualidade daquele juízo ou proposição que, quando acompanhado até o testemunho total dos fatos em nossa experiência, não decepciona nossas expectativas. Assim, se me dizem que sob uma grande tília branca na

praça da cidade está enterrado um tesouro perdido; e se, após desviar dos olhos vigilantes dos pais da cidade, eu arranco a árvore em questão pela raiz, mas não encontro nenhum tesouro, posso concluir que meu benfeitor mentiu. O juízo dele, 'Há agora um tesouro sob a tília branca na praça da cidade', é falso porque não se sustenta no agregado da minha experiência. Novamente, quando o pequeno João diz que há cinquenta degraus que levam à nascente no parque, e uma contagem científica real revela que há exatamente esse número, então dizemos que ele fala, ou tem, a verdade. Ele fez um bom juízo. Se, contudo, o número exceder ou ficar abaixo dos cinquenta designados, então dizemos com propriedade que ele fala falsamente. Ele fez um mau juízo; ele não tem a verdade.

A verdade, então, em sua dimensão mais simples, é um juízo que corresponde às coisas como elas realmente são. Se eu digo que está chovendo lá fora e a experiência mostra que é assim, estou dizendo a verdade. Mas se a experiência deixa de sustentar minhas expectativas e revela que não há chuva, estou dizendo um erro. No primeiro caso, meu juízo é verdadeiro porque representa o significado das coisas como essas coisas realmente são na realidade, enquanto no último caso meu juízo é falso porque deixa de representar o

significado das coisas como essas coisas realmente são na realidade.

Esta definição de verdade, contudo, é deficiente do ponto de vista cristão, pois não vincula a verdade à mente de Deus de maneira suficientemente nítida. Para o cristão, Deus é a verdade porque Ele é o Autor de todos os fatos e de todo o significado. Não há realidade separada da natureza eterna do próprio Deus e do universo que Ele criou para manifestar a Sua glória. Todo significado, portanto, flui da mente de Deus, pois essa mente foi o projeto segundo o qual o universo contingente foi formado. Deus chamou o mundo à existência ex nihilo segundo o padrão de coisas que Ele preservou em todo o conselho da Sua vontade.

> Ele fez a terra pelo seu poder,
>
> Ele estabeleceu o mundo pela sua sabedoria;
>
> E pelo seu entendimento estendeu os céus.[1]

Visto que a mente de Deus conhece perfeitamente a realidade, a verdade é uma propriedade daquele juízo que coincide com a mente de Deus. Se o homem, portanto, deixa de dizer sobre a realidade o que Deus diz sobre ela, ele cometeu um erro: pois Deus, a fonte e o poder de todo significado e fato adequados, não pode errar em seu juízo. A verdade para o cristão, então, é definida como correspondência com a mente de Deus . Em qualquer nível de juízo, portanto, o homem só tem a verdade enquanto diz sobre os fatos o que Deus diz sobre esses fatos. Se o homem diz que seu fim principal é comer, beber e regalar-se, ele diz a verdade apenas se isso for o que Deus diz ser o fim principal do homem também.

II. O Critério da Verdade

Com essa observação, contudo, surge uma nova dificuldade. É a seguinte. Como sabemos quando nossos julgamentos de fato correspondem à mente de Deus? Este é o problema do erro. Precisamos de um teste para a verdade que nos auxilie a determinar quando nossos pensamentos são os mesmos pensamentos de Deus. Embora muitos testes para a verdade sejam propostos em diversas ocasiões por vários pensadores, limitaremos nossa investigação a uma lista típica de dez.[2] Incluímos esses testes aqui, não porque sejam iguais em poder de prova, mas sim por duas razões. Primeiro, eles podem servir como recursos pedagógicos por meio dos quais o leigo em filosofia pode ser guiado em sua compreensão da epistemologia. Segundo, visto que o homem comum é guiado por critérios falsos na maior parte do tempo, ele não será guiado no caminho da verdade até que seja instruído adequadamente.

A. Instinto

O instinto é aquela aptidão natural da espécie que conduz ao cumprimento de alguma ação não premeditada, como quando o pombo retorna ao pombal, o pássaro constrói seu ninho e a mãe protege seu filho. Mas, embora os instintos possam fornecer aos seres sencientes certos motivos para a ação, eles não podem ser o teste para a verdade, uma vez que não conseguem distinguir entre o que é legitimamente natural para a espécie e o que é adquirido. Apenas a mente pode fazer isso.

B. Costume

O costume é qualquer hábito ou prática que passou a ser associado às ações ou crenças uniformes de um determinado indivíduo ou grupo em razão de sua longa continuidade ou uniformidade, como saudar a bandeira ou seguir certas regras de etiqueta enquanto se está em Roma. Mas os costumes podem ser bons ou maus, verdadeiros ou falsos. Algo além e externo ao costume, portanto, deve testar a validade dos próprios costumes.

C. Tradição

A tradição é o corpo mais normativo de costumes. É o corpus de critérios e padrões que tem sido transmitido em um grupo desde os tempos antigos. O argumento prima facie ('à primeira vista') em favor da tradição é que tantas pessoas não poderiam ser enganadas por tanto tempo. Embora seja um argumento favorito da impressionantemente vasta Igreja Católica Romana, a bolha da tradição pode ser facilmente estourada ao apontar-se que existem tantas tradições, tão conflitantes em pontos essenciais, que apenas em um manicômio todas elas poderiam ser justificadas. Visto que existem, reconhecidamente, tradições verdadeiras e falsas, como Cristo apontou,[8] a verdade deve estabelecer a tradição, e não a tradição a verdade.

D. Consensus Gentium

Com isso, quer-se dizer o consentimento das nações. O que é crido por todos, em toda parte, sempre, parece ser um padrão infalível para a verdade. Se não podemos confiar no julgamento corporativo dos homens, como podemos confiar no indivíduo? Isso soa mais impressionante do que realmente é.

Não muitas gerações atrás, no mundo ocidental, era uma crença praticamente universal de que a terra é o centro astronômico do universo, que os corpos pesados caem com maior aceleração do que os leves, que o ar da noite é propício a causar malária, que as pessoas que duvidam de ideias religiosas ortodoxas são imorais, que velhas que agem de maneira estranha provavelmente estão pactuando com o diabo. [4]

Uma proposição deve ser verdadeira para ser digna da crença de todos, mas não se segue que o que é crido por todos seja verdadeiro.

E. Sentimento

Sentimento é aquela faculdade aperceptiva da alma por meio da qual se tem uma impressão interior do estado de algum objeto, pessoa ou relação, como quando alguém tem a sensação de estar sendo seguido, ou a convicção de que certos signos do zodíaco agouro coisas futuras. Palpites, inspirações e sentimentos, contudo, são pouco mais do que sugestões subjetivas da alma; eles devem ser filtrados de fora quanto às suas qualidades de verdade ou erro. Alguns homens sentem que são o próprio Napoleão. Outros juram que Deus lhes disse para decepar o braço direito ou jejuar até a morte. Outros ainda sentem certeza de que, quando o corvo inclina a asa em um ângulo de noventa graus, haverá uma grande safra de cocos produtores de toddy em Madagascar. Sem a razão para guiá-lo, o sentimento é irresponsável — malgrado a intuição feminina.

F. Percepção Sensorial

A sensação — ver, saborear, tatear, cheirar e ouvir — fornece-nos o que às vezes é chamado de 'conhecimento por familiaridade', em oposição ao 'conhecimento por inferência ou reflexão'. Um olhar para o pôr do sol vespertino fornece-nos uma conscientização mais imediata das maravilhas de Deus para os filhos dos homens do que a precisão de cinco volumes eruditos sobre refração de cores. Por mais verdadeiro que isso possa ser, no entanto, a percepção sensorial é apenas uma fonte para a verdade, não sua definição ou teste. Nossos sentidos frequentemente nos enganam. Já refutamos a noção de que a percepção sensorial é conhecimento, de modo que não precisamos levar adiante esse argumento aqui.

G. Intuição

Terreno favorito dos místicos, a intuição é aquele olho da alma que vê com imediatismo. Por meio da intuição, conhecem-se os primeiros postulados e axiomas. Vê-se imediatamente que o todo é igual à soma de suas partes ou que uma linha reta é a menor distância entre dois pontos. Mas aqui, como em outros lugares, visto que as intuições não conseguem detectar falsas intuições (e há muitas delas), devemos dizer que as intuições são uma fonte de verdade, e não um teste para ela. Teremos mais a dizer sobre a falácia do misticismo no devido tempo.

H. Correspondência

Os adeptos da correspondência[5] afirmam que uma ideia é verdadeira quando corresponde à realidade. A ideia 'piano' é verdadeira quando coincide com sucesso com o piano lá fora na natureza. A falácia dessa posição foi apontada vezes demais para que nos alonguemos nela aqui. Se a realidade

está fora da ideia, como podemos comparar as nossas ideias da mente com ela? Como o piano pode ser trazido para a mente para vermos se a nossa ideia se parece com ele? A mente só pode comparar ideias entre si; estas e nada mais.

I. Pragmatismo

O pragmatismo é essencialmente uma filosofia americana. Concebido por Charles S. Peirce por meio do auxílio de certos conceitos kantianos (praktish e pragmatisch), e popularizado por William James e John Dewey, o pragmatismo marca uma reação do racionalismo e do idealismo em direção àquela teoria da epistemologia que sustenta que a verdade é descoberta, não pela coerência racional, mas por meio da ação empírica bem-sucedida, da conduta, da adaptação ao ambiente e da satisfação prática das necessidades humanas. Peirce sustentava que, até que uma proposição possa ser levada a um experimento empírico real no laboratório da vida, ela não pode ser considerada devidamente verificada, visto que o sentido racional de toda proposição reside exclusivamente em sua capacidade de influenciar a conduta na vida. William James chamou isso de 'valor de face' (cash value) da verdade, defendendo que o verdadeiro “é apenas o expediente em nossa forma de pensar, assim como 'o correto' é apenas o expediente em nossa forma de agir”.[6] A verdade não é simplesmente encontrada na experiência; ela é a experiência. “A verdade acontece a uma ideia. Ela torna-se verdadeira, é tornada verdadeira pelos eventos. Sua veracidade é , de fato, um evento, um processo: a saber, o processo de sua própria verificação, sua veri ficação. Sua validade é o processo de sua validação.”[7] Qualquer ideia que não envolva nossas expectativas em frustrações, que consiga ajustar e adaptar nossa vida ao cenário completo da realidade, cumpre a definição pragmática de verdade. A

coerência tem apenas uma solução oracular para o problema da verdade, e não uma solução real.

Ilustremos isso com um exemplo que James propõe. Alguns homens dizem: 'O último supremo é a matéria', outros, 'O último supremo é o espírito'. "O que queremos dizer com matéria? Que diferença prática pode fazer agora que o mundo seja governado pela matéria ou pelo espírito?", pergunta James.[8] O pragmatista diz que não há diferença entre essas duas teorias. Se tudo veio da matéria ou de Deus, o mesmo material está aqui e o mundo continua como era antigamente. Experiencialmente, ambas as teorias estão dizendo a mesma coisa em palavras diferentes. O materialista olha para sua matéria com reverência e o teísta olha para Deus com reverência. "O pragmatista deve, portanto, dizer que as duas teorias, apesar de seus nomes de sons diferentes, significam exatamente a mesma coisa, e que a disputa é puramente verbal."[9] Deus e matéria significam a mesma coisa: um poder para fazer o mundo. A matéria, considerada funcionalmente, é uma entidade tão divina quanto Deus, e tem a vantagem de estar livre de conotações eclesiásticas e clericais. A matéria pode fazer tudo o que Deus pode, então por que brigar por termos?

Como os papistas vinculam continuamente o pragmatismo ao clima do protestantismo, devemos considerar qualquer energia gasta em refutar o movimento como bem empregada. No entanto, é impossível neste tipo de livro fazer mais do que mostrar a incapacidade do pragmatismo de resolver o problema do uno no múltiplo. A verdadeira refutação desta teoria do conhecimento foi dada por Brand Blanshard em seu volumoso clássico, The Nature of Thought , Volume Um, Capítulo Dez. O leitor deve buscar a obra em si para apreciar seu nível de crítica. Tentar copiar os argumentos de Blanshard aqui seria como tentar copiar um

Rembrandt — o produto acabado teria todas as características marcantes de uma falsificação.

O pragmatismo é comprovadamente um campo de atuação sedutor; a operabilidade é evidentemente um sinal pro tanto da presença da verdade. Contudo, a própria limitação do método o torna um caminho inviável para resolver o problema do uno no múltiplo e dar ao homem uma razão para viver. O pragmatista divide o conhecimento em duas espécies, 'virtual' e 'terminado', sendo a primeira a experiência antecipada e a segunda a experiência atual verificada. A proposição "Há quatro pêssegos sobre a mesa" não passa de conhecimento virtual até que o conceito na mente se encerre em um percepto na experiência, caso em que o conhecimento virtual se torna terminado.[10] O conhecimento virtual é verdade potencial, um substituto para expectativas de imediaticidade. Os conceitos derivam seu poder de sua capacidade de sugerir vias de experiência. O conhecer virtual transita para o conhecer terminado quando você experimenta o cumprimento das condições determinadas pelos seus conceitos e é capaz de dizer: "Isto é exatamente o que eu esperava", ou "Isto não é o que eu procurava", dependendo de o seu conhecimento virtual transitar para o conhecimento terminado ou para o erro. "Assim, um conceito de árvore, ou método de lidar com a árvore, só é conclusivamente verificado quando terminado."[11] Quando a ideia de árvore é verificada na experiência, a experiência não acrescenta nenhum conhecimento, mas apenas dá ao homem o direito teórico de afirmar a ideia tal como ela se apresenta. "A realidade, tomada como a contraparte do conhecimento culminante, é como *a experiência percebe e não como as ideias concebem*" [12]

O que temos aqui a apontar é que, se os conceitos não passam de substitutos para a imediatividade e extraem sua força de seu poder de sugerir experiência, então decorre que devemos já possuir a fé de que o universo possui tal caráter que pode ser significativamente antecipado. Nós esperamos que o grande bloco de conhecimento virtual que preenche nossas milhares de bibliotecas passe a ser conhecimento consumado sempre que escolhermos testá-lo em nossa experiência. Tomemos a proposição: ‘O hélio é mais leve do que o ar.’ Isso não passa de conhecimento virtual; contudo, esperamos plena e confiantemente que ele nos conduza sem frustração à nossa experiência amanhã. É porque acreditamos que o universo é regular que confiamos nesse conhecimento virtual que está diante de nós. O pragmatista espera que o trem em que viaja o leve para a cidade de Nova York e não se transforme em lagartos verdes ou penas de pavês em cinco segundos. Ele espera que o mundo se mantenha estático o tempo suficiente para que ele possa falar sobre a natureza com confiante antecipação. O que o cristão quer saber é: de onde veio essa garantia? Como pode o pragmatista estabelecer uma conexão entre sua teoria do conhecimento e suas ações diárias?

O cristão pode contar com a regularidade do amanhã, porque Deus jurou manter as estações regulares e nunca mais inundar o mundo com um dilúvio; mas, em virtude do decreto de quem o pragmático pode confiar tanto? A proposição 'O universo é regular' é em si apenas conhecimento virtual até que termine na experiência. Isso significa que a regularidade do universo é contingente à experiência momento a momento do homem. O universo, portanto, é aberto, pois tanto a regularidade quanto a irregularidade são possibilidades que o pragmático deve considerar a cada momento. Mas, se o universo é aberto, qualquer coisa pode acontecer, pois não há necessidade

antecedente por parte de coisa alguma de continuar sendo ela mesma por outro momento; não há, em outras palavras, nenhuma providência de Deus para o pragmático. Deus dá ordem às estações e limites aos elétrons. Mas o pragmático, se for coerente, não tem Deus. Pela própria limitação de sua epistemologia, ele jamais poderia ter alcançado o conhecimento de Deus, pois Deus não tem corpo; Ele é desprovido de partes e paixões e, portanto, não está sujeito à experiência empírica no sentido estrito do termo. Deus pode ser concebido, mas não sentido, provado ou tocado. Contudo, isso mantém Deus na categoria de conhecimento virtual; assim, jamais podemos conhecê-Lo naquele sentido que nos é necessário para confiarmos que Ele governa e guia o universo de forma providencial.

Sem um Deus soberano para traçar o curso da realidade e dar promessas de esperança ao homem, há uma chance de 50/50 de qualquer coisa acontecer. Em cinco minutos, não apenas os elefantes podem voar e as raízes crescer para cima, mas as portas podem ter apenas um lado, o espinafre pode crescer em manchas de círculos quadrados, o sol pode se transformar em seda, a lua em vison, para cima pode ser para baixo, a direita pode ser a esquerda e o bem pode ser o mal. Pelas premissas do pragmático, não se pode falar significativamente sobre conhecimento virtual, pois há igual probabilidade quanto à veracidade de qualquer proposição dada e de sua contradição, uma vez que em um universo aberto qualquer coisa pode acontecer. O pragmático, ao desvincular-se de Deus, deixou-se à deriva em um oceano sem margens e sem fundo, em um barco sem bússola e sem leme.[13]

A refutação a esse argumento baseia-se na convicção de que temos o direito de argumentar em favor da regularidade futura com base na passada regularidade. O sol sempre nasceu; portanto, é tolice propor que a

probabilidade de o sol nascer amanhã seja de 50/50. A isso respondemos que não adianta argumentar a partir da regularidade passada do universo para a sua regularidade futura, a menos que tenhamos garantia, por outros fundamentos, de que existe uma conexão racional entre o passado e o futuro das coisas. Mas como essa conexão pode ser estabelecida? Há apenas duas maneiras. Ou temos uma revelação de Deus, o Autor do universo, que nos diz que podemos esperar as estações em sua ordem, ou devemos encontrar nossos princípios de coesão dentro da experiência do aqui e agora. O pragmatista deve eleger esta última alternativa, já ele rejeitou a primeira. Ele nunca pode ter conhecimento 'terminado' de Deus, já que a infinidade de Deus nunca pode ser englobada dentro de qualquer experimento crucial de espaço-tempo. Tudo o que o pragmatista pode fazer, se for coerente, é esperar para ver o que a natureza fará amanhã. E se o pragmatista

persiste em sua convicção de que o passado e o futuro estão organicamente conectados, parece que sua convicção se baseia mais em uma fixação resultante da observação de regularidades passadas do que em uma percepção logicamente consistente do problema.

O pragmatismo está latindo para a árvore errada para pegar aquela raposa que está causando o sofrimento humano. Vinculado a um programa social humanista, o pragmatismo dedica-se à atenuação da miséria humana e da desadaptação no nível das contingências históricas. Ora, embora este trabalho social seja adequado e oportuno, ele falha em penetrar na fonte fundamental do sofrimento humano: o medo da morte. O homem realmente quer que suas relações sociais sejam tranquilizadas, pois desadaptações desse ou daquele tipo são uma fonte real de dor na alma. Mas o que o homem realmente deseja é a vida. Se o pragmatismo quer ser de real utilidade ao homem em sua busca pela felicidade, ele deve expor a relação que existe entre a vida do homem e o problema da morte. Mas dentro do quadro dessas demandas, onde o pragmatismo pode se posicionar? Como é possível ter conhecimento 'terminado' da proposição 'A morte acaba com tudo' ou 'A morte não acaba com tudo', até que alguém morra e olhe em volta para ver como é a situação, caso em que o conhecimento é oferecido tarde demais para aplacar o coração do homem agora? Mas é no presente que a questão do significado das coisas deve ser determinada.

J. Consistência Sistemática

O cristão crê que um juízo é verdadeiro quando corresponde à mente de Deus, visto que Deus é o Autor de todos os fatos e de seu significado. O teste ao qual ele se propõe a submeter suas proposições, para saber quando de fato corresponde à mente de Deus, é, como outro pensador formulou, a "consistência sistemática". Um juízo é verdadeiro e nele se pode confiar quando se harmoniza com todos os fatos de nossa experiência, ao passo que um juízo é falso quando isso não acontece. Quando alguém diz, por exemplo, que Gustav Ratzenhofer foi um general, filósofo e sociólogo austríaco dos séculos XIX e início do século XX, que publicou, em 1898, uma obra em três volumes intitulada Die Soziologiscke Erkenntnis , o que ele quer dizer, se pretende falar a verdade, é que, se alguém examinar cuidadosamente todos os dados da história, descobrirá que o juízo acima é aquele ao qual deve dar assentimento se espera formar um panorama coeso e sistematicamente consistente de toda a sua experiência. Por "experiência", entendemos aquela amplitude total da consciência humana que abrange a totalidade da vida racional, volitiva e emocional do homem, tanto interna quanto externamente. Assim, quer um homem saboreie romãs, sonhe em remar um bote, lute para levar o valor de pi além do convencional 3,14159265, ou medite sobre o problema da cosmologia, ele está experienciando. É essa amplitude de definição que salva o cristão tanto da estreiteza do racionalismo espinozano, por um lado, quanto do empirismo humeano, por outro.

Há duas partes distintas neste teste para a verdade. Primeiro, há a consistência. Segundo, há a ideia de que essa consistência deve ser sistemática. Examinemos detalhadamente esses dois componentes em sua relação com a questão genérica da verdade.

1. Por consistência entendemos a obediência à lei da contradição. Em qualquer julgamento, um termo deve significar uma coisa de cada vez se quiser transmitir a verdade. A declaração formal da lei da contradição é a seguinte: A não é não-A. Platão disse que a "mesma coisa claramente não pode agir ou sofrer a ação na mesma parte ou em relação à mesma coisa ao mesmo tempo", [14] enquanto Aristóteles aprimorou a lei ao afirmar que "o mesmo atributo não pode ao mesmo tempo pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito e sob o mesmo aspecto". [15] Sem consistência em nosso significado, não conseguimos distinguir o lunático do especialista. O primeiro é conhecido por sua violação frequente da lei da contradição. Ele diz uma coisa em um minuto e exatamente o oposto no seguinte. O último, contudo, é tão consistente em seu julgamento quanto alguém pode ser enquanto trabalha sob as limitações do raciocínio discursivo.

A consistência é o nosso teste mais seguro para a ausência de verdade. É o teste da consistência que o júri aplica às evidências durante o julgamento. É a consistência que aplicamos no contato diário uns com os outros. Se alguém diz que estava na cidade de Nova York ontem, apenas para seguir isso com a admissão de que estava em Bermudas em uma viagem de pesca ao mesmo tempo, suspeitamos que uma declaração, ou possivelmente ambas, esteja errada. Não se pode ao mesmo tempo ser e não ser em Bermudas no mesmo sentido, com os mesmos atributos. Finalmente, é a consistência que fornece aos críticos um argumento contra a igreja. Quando as pessoas reclamam de hipócritas, o que elas querem dizer é que certas pessoas dizem que amam a Cristo por um lado, e então vivem como o maligno por outro. Em outras palavras, elas quebram a lei da contradição.

A lei da contradição é tão básica para o pensamento significativo e, consequentemente, para a verdade [pois a verdade está preocupada apenas com o significado] que não pode ser demonstrada. A única prova para a lei é que nada é significativo sem que a validade da lei seja pressuposta.

A palavra lâmpada deve significar uma única coisa tanto no mundo real quanto na consciência. Se ela significar um número definido de coisas, tal como uma peça de mobiliário, um ornamento e um peso de papel, um nome especial pode ser dado a cada significação, de modo que cada nome significaria uma coisa. Mas, se as significações forem infinitas, como devem sustentar aqueles que negam este axioma, então esta lâmpada é também não-lâmpada , e, visto que não é uma lâmpada, ela é tanto um calendário quanto não um calendário, bem como um livro e não um livro. Isto é, visto que a palavra lâmpada não designa nada... a fala e a filosofia tornam-se impossíveis. O resultado é que todos os juízos tornam-se puramente subjetivos e o homem é a medida de todas as coisas.[16]

Se uma palavra não significa uma coisa de cada vez em um dado universo de discurso ou todo inferencial, a racionalidade é impossível. Até mesmo Lewis Carroll, o autor da encantadora história da terra onde se brinca irresponsavelmente com a lei da contradição, Alice no País das Maravilhas , estava sob a obrigação de levar a lei a sério para conseguir comunicar significativamente a falta de sentido. A maneira mais garantida de destruir toda a esperança de conhecer a verdade, portanto, é negar que devemos construir nossos conceitos de acordo com as exigências da lei da contradição. Dizer que um homem racional pode assentir simultaneamente a proposições contraditórias, tais como 'Não há água na cisterna diante de mim' e 'Há água na cisterna diante de mim', é retirar da

palavra racional todo o significado. Sem coerência, não temos absolutamente nenhuma maneira de distinguir a voz do tolo da voz do especialista. O primeiro elemento em qualquer sistema de verdade, portanto, é a coerência. Onde quer que encontremos contradições, podemos ter certeza de que a verdade brilha pela sua ausência.[17]

2. A mera coerência no uso de nossos termos, contudo, não é uma prova de que possuímos a verdade. Significa apenas, negativamente, que onde não somos coerentes, aí estamos enredados no erro.

A consistência "nos diz em geral que todas as coisas devem permanecer juntas; ela não nos diz especificamente como, onde ou por que elas devem permanecer."[18] Um exemplo de consistência que não diz a verdade é o seguinte silogismo: Todas as tartarugas são símios; todos os professores de filosofia são tartarugas; portanto, todos os professores de filosofia são símios. Este silogismo é formalmente válido, porque não viola nenhuma das oito regras do silogismo. Ele tem o número e o tipo corretos de termos e premissas, e adere aos vários cânones de distribuição. Mas, felizmente para os professores de filosofia, o silogismo é materialmente falso, uma vez que começa com premissas falsas. De fato, as tartarugas não são símios e os professores de filosofia não são tartarugas.

Esta observação nos obriga a distinguir entre verdade formal e material. A primeira preocupa-se apenas com a validade ou consistência. Tal verdade, conforme exemplificada na matemática e na lógica, não precisa passar para a consistência sistemática. A mera consistência é suficiente. A última, contudo, preocupa-se não apenas com a validade formal, mas com a relação entre os termos e o curso real da história. A verdade material, a verdade que buscamos no cristianismo, diz respeito sempre à totalidade

do que é real. O real é tudo o que é, isto é, tudo o que pode ser trazido à nossa experiência. Isso, como se pode ver prontamente, não apenas inclui a consistência da lógica formal e da matemática, mas também passa a abranger cadeiras, planetas, enguias e coisas semelhantes.

A consistência sistemática é a combinação da verdade formal e material. É uma consistência porque se baseia na aplicação rígida da lei da contradição, e é uma consistência sistemática porque os dados que são formados neste sistema consistente são retirados da totalidade de nossa experiência, interna e externa. A validade sem fatos reais é, nos termos de Kant, vazia (exceto na matemática e na lógica), e os fatos da experiência sem a direção formal da lei da contradição são cegos. Se rejeitarmos a lei da contradição, não teremos sobre o que falar, porque nada significa nada se o cânone não for verdadeiro; e se rejeitarmos os fatos da experiência, não teremos nada na história sobre o que falar, porque não há realidade além de nós como ponto de referência para dar conteúdo às nossas palavras. Fatos sem lógica não têm direção e a lógica sem fatos tem apenas validade formal e não pode terminar no universo espaço-temporal.

A consistência sistemática, portanto, é fortificada por uma abordagem dupla. A consistência é a sua característica negativa e ser sistemática é a sua afirmativa. Vamos examiná-las brevemente.

Negativamente, a consistência sistemática é verdadeira porque não viola a lei da contradição. Ela constrói seus termos de maneira significativa ao recusar-se a afirmar que o A pode ser tanto A quanto não-A ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Admitir que algo é simultaneamente si mesmo e não si mesmo é absurdo; sob tais condições, o discurso significativo é destruído. O sine qua non para

qualquer sistema de verdade, portanto, é a consistência. Sem consistência, não há verdade. A verdade é sempre acompanhada pela consistência. É à luz dessa observação que uma das facetas da pretensão do cristianismo à verdade deve ser avaliada. Deus "nunca mente" (Tito 1:2). Ele é "o Pai das luzes, com o qual não há mudança nem sombra de variação" (Tiago 1:17). "Também a Gloriosa Força de Israel não mentirá nem se arrependerá; porquanto não é um homem, para que se arrependa" (I Samuel 15:29). Deus é a consistência absoluta. Ele jamais afirma e nega a mesma coisa ao mesmo tempo. Negativamente, portanto, Deus não infringe a lei da contradição nem se envolve em erro.[19] O cristão, portanto, não teme aplicar a lei da contradição à revelação de Deus em palavra e ato. Ele nem sempre discernirá a consistência nos pensamentos de Deus, mas está convicto de que ela existe. [20]

Afirmativamente, a consistência sistemática é marcada por uma devoção a todos os fatos da experiência, pois são eles que compõem o conteúdo do nosso conhecimento. O real é tudo o que experimentamos. Podemos não ser capazes de explicar coisas como o movimento e a mudança, mas não constitui uma solução supor, com Parmênides e Zenão, que o movimento e a mudança, portanto, não são reais. A lei da contradição proíbe que afirme o que é real na experiência ao mesmo tempo em que o negamos em nossa lógica. A verdade é um relato sistemático da realidade. Não esperamos até que possamos ver conexões racionais na realidade antes de afirmarmos tal realidade. A razão para isso é dupla. Primeiro, se esperássemos até ver a conexão racional entre as coisas, não saberíamos nada na natureza. Não há razão demonstrável pela qual um átomo de oxigênio e dois átomos de hidrogênio devam formar logicamente

esse fluido incolor chamado água. A ciência descreve a natureza mostrando-nos que essa combinação sempre produz água, mas não há lei lógica que diga que ela deve fazê-lo. Segundo, e aqui pressupomos a premissa maior cristã, os fatos discretos do universo empírico estão relacionados entre si, não por necessidade demonstrável, mas por teleologia. O mundo está unificado de acordo com o plano que existia na mente do Criador. A relação, portanto, entre o número de cabras na Albânia e o peso da estrela mais próxima, ou a relação entre a profundidade do Oceano Atlântico em seu centro e a morte de Cristo na cruz, é teleológica. Deus elegeu livremente criar o mundo. Não houve compulsão antecedente, seja de dentro ou de fora, que determinasse que Deus fizesse este mundo em vez de outro. Deus elegeu livremente exibir a Sua glória neste mundo, e o motivo por trás da escolha foi que isso agradou a Deus, este e nenhum outro. O mundo atual é um mundo coerente e é o melhor mundo, porque Deus o fez; pois Deus é coerência e bondade.

III. Recapitulação

Em suma, a perfeita consistência sistemática é uma correspondência perfeita com a mente de Deus. Com este pensamento estamos prontos para concluir nosso estudo da verdade.

A. Deus e a Verdade

As palavras não passam de signos arbitrários do significado que pretendemos transmitir quando falamos ou escrevemos. Quando desejamos descrever o que queremos dizer com uma coisa, nós lhe damos um nome, como 'cão', 'bétula' ou 'ovo'. O único valor de um nome é a sua capacidade de comunicar significado. Se o termo 'Pare!' não

transmitir o conceito 'Impeça o movimento do seu veículo até uma parada total!' àqueles que se aproximam de um cruzamento perigoso, ele é inútil como signo e bem poderia ser uma palavra escrita em uma língua estrangeira. A concordância de palavras, portanto, não é de modo algum um sinal seguro de que há concordância de significado. O modernista, por exemplo, usa o termo 'Cristo' e quer dizer com ele aqueles ideais que ele considera mais semelhantes a Deus. O conservador usa o mesmo termo e quer dizer com ele a segunda Pessoa da Trindade ontológica. O significado dos termos é descoberto pela definição.

A definição estabelece os limites daquilo que queremos dizer com os termos. É o meio que devemos empregar se desejamos que os outros saibam o que está por trás das palavras que estamos usando. Não podemos saber qual é o julgamento de um homem até sabermos como ele está usando seus termos. É o significado das palavras, portanto, e não as palavras em si, que é capaz de ser verdadeiro ou falso. Mas o significado é uma propriedade da mente.

Dizemos que quanto mais perfeita é uma mente, mais perfeito é o significado que essa mente possui em qualquer ato de julgamento. A mãe é mais perfeita do que a criança, e o especialista é mais perfeito do que a mãe (a menos que a mãe também seja uma especialista). Quando levamos isso adiante, qual mente é o receptáculo mais perfeito de todo o significado? Não há alternativa. É a mente de Deus, pois tal mente é a dEle, do qual nenhuma maior pode ser concebida. Ele, portanto, é a verdade, pois, sendo perfeito, Ele não pode errar. O significado que Ele dá às coisas é absoluto, pois Ele é o Autor das coisas. A verdade, portanto, é a correspondência com a mente de Deus. O teste para a

verdade é a consistência sistemática, pois Deus é consistente e o mundo que Ele ordena teleologicamente confere sistema a essa consistência. Conforme unimos a validade à experiência, temos um teste perfeito para a verdade.

B. A Bíblia e a Verdade

Deus não apenas revela Sua consistência sistemática nos fatos, mas também confiou à escrita aquela porção do significado da realidade que o homem precisa possuir caso queira ajustar-se a Deus harmoniosamente e desfrutar da vida eterna. A Bíblia foi dada como um remédio para a dor da alma. Ela nos diz como o homem pode ser reconciliado com Deus. A Bíblia foi escrita “para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhamos vida em seu nome” (João 20:31). Portanto, contrariamente à hipótese de alguns, a Bíblia não é um relato das experiências religiosas de homens em determinadas épocas. Antes, é “a revelação do mistério mantido em silêncio desde os tempos eternos, mas agora manifestado e tornado conhecido por meio das Escrituras proféticas, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência da fé, entre todas as nações” (Romanos 16:25-26). A Bíblia, visto que contém um sistema de significado que é sistematicamente consistente, é um reflexo da mente de Cristo. Conhecendo este corpo de revelação, por meio do testemunho do Espírito em nossos corações, podemos dizer com Paulo: “temos a mente de Cristo” (I Coríntios 2:16). A mente de Cristo é a verdade; nós a vemos na revelação de Deus em palavra e em fato. A dor da alma é curada quando vemos e abraçamos essa verdade. “Se permanecerdes na

minha palavra, verdadeiramente sois meus discípulos; e conhecereis a verdade, e a verdade vos setará livres” (João 8:32).

C. Criaturas e Verdade

Porque Cristo é a verdade (João 14:6), Ele é a fonte de toda a racionalidade. Ele é “a luz verdadeira que ilumina (confere uma natureza racional a) todo homem” (João 1:9). A capacidade de pensar os pensamentos de Deus após Ele é o que fornece o ponto unívoco de encontro entre Deus e o homem.

É o ministério do Espírito, a terceira pessoa da Trindade, aplicar a verdade aos nossos corações. Assim como Cristo falou apenas as coisas do Pai, também o Espírito nos fala apenas as coisas do Filho (João 16:13). À medida que somos trazidos para dentro da consistência sistemática, somos guiados pelo Espírito de Deus, pois Deus é a verdade. Essa admissão de que nenhum homem pode conhecer Deus à parte da obra do Espírito não nos envolve no misticismo, contudo, pois a obra do Espírito é realizada em conjunto com a revelação de Deus em palavra e em fato. “A palavra é o instrumento pelo qual o Senhor ministra aos crentes a iluminação do seu Espírito”,[21] assim como os fatos da natureza são o instrumento pelo qual o Senhor ministra aos homens uma iluminação da glória de Deus e do significado da história. A obra do Espírito é assegurar uma resposta adequada à evidência, não criar evidência.

D. Conclusão

Antes de deixar o problema da verdade, façamos referência a uma prerrogativa que a adoção da consistência sistemática nos concede. Uma proposição é verdadeira quando pode ser sistematicamente relacionada a toda a

nossa experiência. Essa amplitude de implicação livra o cristão do ceticismo do positivismo, no qual

... uma parte muito grande da filosofia, da religião e da ciência seria instantaneamente descartada como sem sentido, visto que conceitos como o de Deus no sentido tradicional, de realidade em oposição à aparência, de um bem supremo, do outro lado da lua, de elétrons e prótons, do universo físico em geral além do alcance do telescópio de 200 polegadas, indubitavelmente reivindicam uma referência além dos limites de minha própria experiência, seja presente ou futura.[22]

O cristão, por meio da consistência sistemática, terá o privilégio de falar não apenas sobre o outro lado da lua e sobre um bem absoluto, mas também sobre a criação, o dilúvio, os anjos, o céu e o inferno. A importância disso ficará evidente em breve.

Notas

1. Jeremias 10:12.

2. Esta lista vem en bloc de An Introduction to Philosophy, de Brightman, pp. 35-66. Aconselha-se o leitor a ler a exposição mais detalhada do Professor Brightman sobre esses critérios.

3. “Assim, por causa da vossa tradição, invalidastes a lei de Deus. Hipócritas!” Mateus 15 : 6 - 7 .

4. Burtt, Right Thinking, p. 46.

5. Não deve ser confundido com a noção escolástica de correspondência.

6. James, Pragmatism, p. 222.

7. Ibid., p. 201.

8. Ibid., p. 96.

9. Ibid., p. 97.

10. Cf., James, Radical Empiricism, p. 68.

11. Perry, In the Spirit of William James , p. 69.

12. Ibid., p. 61.

13. Clark expressa perfeitamente os nossos sentimentos. “Pode-se perguntar se algum estudante atrevido jamais perguntou a James por que ele não deveria entrar na contenda ao lado do mal. O resultado é incerto, e às vezes pareceria que as forças do mal têm a melhor chance de vencer. E, visto que na teoria pragmática a verdade é o que funciona e o sucesso é o teste supremo, segue-se que, se pudermos contribuir para o sucesso do mal, teremos pelo menos lutado pela causa da verdade. Em todo caso, é difícil ver por que alguém deveria se engajar em uma luta perigosa com o propósito de fazer as baratas felizes." A Christian Philosophy of Education, pp. 55-56. A proposição ‘Uma guerra atômica é uma coisa ruim’ é mais do que um conhecimento ‘virtual’ no esquema do pragmatista? Tornar isso conhecimento ‘terminado’ pode ser equivalente à destruição da própria civilização. Mas, mesmo que o pragmatista consiga mostrar que a guerra atômica é ruim hoje, ele não pode negar que ela pode ser **boa amanhã.**

14. República, 436b.

15. Metafísica IV (1005b).

16. Martin et al., A History of Philosophy, pp. 166-7. Cf. Aristóteles, Metafísica, IV (1006a) para uma discussão

completa da redução ao absurdo de uma negação da validade da lei da contradição.

17. O cristão sustentará que a revelação de Deus em palavra e em fato não comete erro porque constrói seus postulados principais de maneira coerente. Isto será tratado no Capítulo VI.

19. Visto que Deus é a própria definição de consistência, pois a consistência é o que Ele faz, é oportuno salientar que a lei da contradição tem significado pleno apenas em relação a Deus. Deus está acima da lei da contradição no sentido de que Deus é consistente por natureza. O homem deve aprender a ser consistente.

20. É evidente que estamos aqui apelando para a revelação especial, quando ainda não estabelecemos o nosso direito de fazê-lo. A justificativa para isso é que estabelecemos tal prerrogativa mais adiante. O presente apelo, portanto, não é gratuito. Ele se baseia em razões sistematicamente consistentes que aparecerão infra , Capítulos IX-X.

21. Calvin, Institutes , I, 9, 3.

22. Blanshard, The Nature of Thought

Capítulo IV

O Que É a Fé?

Sem fé é impossível agradar-lhe .

— Livro de Hebreus

É necessário neste ponto da defesa do cristianismo conservador apresentar uma exposição de nossa filosofia da fé. A razão para isso é que o homem moderno afirma que deseja viver pelo conhecimento e pela verdade enquanto "o justo viverá por sua fé" (Habacuque 2:4). O propósito deste capítulo é apontar que a divisão entre a fé e a apreensão da verdade é falsa. Ela é contrária à teologia cristã. "... a fé é limitada pelo conhecimento. Só podemos crer no que conhecemos, isto é, no que compreendemos de maneira inteligente. Se uma proposição nos for anunciada em uma língua desconhecida, nada podemos afirmar a respeito dela. Não podemos nem crer nem descrer nela."[1]

Com muita frequência, a fé é usada como um recurso epistemológico para evitar o árduo labor do pensamento lógico. Quão simples, e contudo repugnante, é para alguém dizer, quando pressionado a prestar contas de sua esperança: 'Não preciso prestar contas inteligentes, pois minha esperança está fundamentada na fé.' Sob tal filosofia, não é de admirar que o estudante universitário moderno encare a fé como um sinônimo de ignorância e a devoção aos ideais religiosos como um fenômeno que se enquadra na categoria geral da psicologia anormal. Certamente, se a fé não estiver relacionada ao conhecimento e à verdade, ela carece de sentido. É mais próxima de um tabuleiro de ouija do que da ciência. A religião cristã baseia-se de fato no ato de fé, mas a fé que

não se fundamenta no conhecimento não passa de superstição respeitável (?).

I. A Natureza e o Teste da Fé Distinguidos

Enfrentamos aqui um problema bastante paralelo àquele com o qual lidamos no capítulo anterior. Assim como tivemos de distinguir entre a definição da verdade e o critério da verdade, da mesma forma agora devemos fazer uma distinção cuidadosa entre a natureza da fé e o critério para a fé. Assim como havia conhecimento correto e incorreto, há também fé correta e incorreta. Quando soubermos qual é o critério para a fé, estaremos em condições de separar a fé falsa da fé verdadeira, assim como, quando temos um critério da verdade, podemos separar o erro da verdade.

A . A Natureza da Fé

Quando o cristão fala de fé, ele quer dizer algo muito simples com isso. A fé nada mais é do que uma confiança de toda a alma na palavra de Deus como verdadeira. Quando Deus diz algo, é verdade, pois Deus não pode mentir; e quando o homem descansa na palavra de Deus, ele tem fé. Se ele falha em repousar nela como verdade, nós o chamamos de infiel, i. e ., ele não é um dos fiéis. O poder pelo qual o coração é capacitado a ver que a palavra de Deus é verdadeira é o Espírito Santo. A palavra de Deus é, portanto, autoautenticadora. Ela traz seu próprio testemunho à verdade; ela sela sua própria validade. Se a palavra exigisse algo mais certo do que ela mesma para lhe dar validade, ela não seria mais a palavra de Deus . Se Deus, por definição, é aquele além do qual nenhum maior pode ser concebido, então Sua palavra é aquela além da qual nenhuma mais verdadeira pode ser concebida. Seria uma derrogação à eficácia da revelação supor que qualquer

coisa além do Espírito de Deus seja necessária para selar a palavra aos corações dos crentes. “Quando, portanto, se diz que a fé é fundamentada no testemunho, quer-se dizer que ela não está fundamentada nos sentidos, na razão ou no sentimento, mas na autoridade daquele por quem é autenticada.” [2]

Psicologicamente, a certeza da fé precede o teste da fé da mesma forma que a certeza da verdade precede o teste da verdade. Acreditamos, por exemplo, que a terra tem um centro muito antes de termos pensado em uma maneira de provar tal fato. Da mesma forma, descansamos na revelação de Deus em palavra e ato muito antes de sermos capazes de dar uma defesa racional desse ato. Portanto, assim como os ignorantes são capazes de se ajustar às complexidades da vida social sem ter a menor ideia de como poderiam justificar racionalmente suas ações, também os pobres e os ignorantes podem ver e receber as complexidades das riquezas da salvação na palavra de Deus pela fé e, ainda assim, serem totalmente incapazes de construir um teste digno para sua fé.

B . O Teste da Fé

Este estado de ignorância não pode ser o nosso ponto de repouso final, no entanto, pois ainda temos de enfrentar o problema de um teste para a fé. Embora os ignorantes possam não se preocupar com um teste para sua fé, os sábios não podem se esquivar da questão. A fé pode ser a confiança na palavra de Deus, assim como a verdade pode ser a correspondência com a sua mente, mas a questão é: como sabemos aqui que é a palavra de Deus e não a do diabo que realmente confiamos? Assim como o nosso problema anterior era: como sabemos que as ideias que nutrimos realmente correspondem à mente de Deus e não à

mente do diabo? Os problemas são obviamente paralelos. É a questão de como detectar o erro.

A questão torna-se mais urgente no estudo da fé, no entanto, pois existem centenas de fés conflitantes no mundo, muitas das quais, senão todas, afirmam basear-se em alguma manifestação do testemunho do Espírito de Deus aos nossos corações. Essas afirmações não podem ser todas verdadeiras, pois são inconsistentes, e a consistência é a primeira propriedade da verdade. Uma fé, por exemplo, diz que Jesus foi ressuscitado dentre os mortos segundo as Escrituras, enquanto outra o nega. Ambas não podem estar certas ao mesmo tempo em um universo racional. Não pode ser simultaneamente verdade que Cristo foi e não foi ressuscitado dentre os mortos segundo as Escrituras. Apenas uma pode estar certa, embora ambas possam estar erradas. A menos que, portanto, joguemos nossa apologética ao vento neste ponto, um teste para a fé deve ser criado. O cristão é um amante da luz; ele quer trazer sua fé ao teste da luz para que suas obras de fé sejam aprovadas. O teste que o cristão propõe tem duas facetas: há o teste interno e há o teste externo. Vamos considerá-los nesta ordem.

1. O teste interno. A prova mais segura que alguém pode ter de que sua fé na palavra de Deus é válida é o testemunho interno do Espírito de Deus em seu coração. O Espírito pode convencer os homens por ocasião do debate racional e da diatribe, mas é o Espírito, e não este último, que lhes assegura a verdade. As falsas pretensões de outras religiões não significam necessariamente que a pretensão cristã de um testemunho interior do Espírito seja igualmente errônea. “Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito” (João 14:26). Não há substituto para o testemunho interno do Espírito.

Uma ilustração dessa certeza interior é encontrada em Lucas 24. Cristo alcançou dois homens que estavam a caminho de uma aldeia chamada Emaús e lhes falou palavras de verdade. “E, começando por Moisés e por todos os profetas, explicava-lhes em todas as escrituras o que dele falavam” (versículo 27). Quando o Espírito selou em seus corações a verdade da Escritura, eles disseram: “Porventura não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, e quando nos abria as escrituras?” (versículo 32). Esse ardor é o que o cristão quer dizer quando afirma que “assim como Deus sozinho é uma testemunha suficiente de si mesmo em sua própria palavra, também a palavra nunca ganhará crédito nos corações dos homens, até que seja confirmada pelo testemunho interno do Espírito”.[3]

2. O teste externo. Embora o cristão não questione a suficiência do testemunho interno do Espírito em seu coração para selar em sua alma a verdade da palavra de Deus, quando ele é chamado por incrédulos a “dar conta da esperança” que há nele, ele tem a certeza de que há ainda uma atividade mais plena do Espírito à qual ele pode apelar para fundamentar a validade do testemunho interior. O Espírito testemunha aos nossos corações não apenas de forma imediata, conforme traçado acima, mas também de forma mediata por meio da apreensão da verdade pelo coração em todos os níveis da vida. O Espírito de Deus atua em selar a revelação de Deus em palavra e fato sempre e onde quer que o homem veja e aproprie-se da verdade. Quer um homem assente à proposição de que, em triângulos retângulo, o quadrado sobre a hipotenusa é igual à soma dos quadrados sobre os outros lados, quer à proposição de que Victor Hugo nasceu no ano de 1802, esse homem, se essas proposições forem verdadeiras, está sendo guiado pelo Espírito de Deus. Ele age com sabedoria aqui, pois sua mente descansa na suficiência da evidência.

Visto que existe essa relação entre a apreensão da verdade e a condução do Espírito de Deus, o cristão é capaz de construir uma apologética para sua fé bíblica. “Se o conteúdo da Bíblia não correspondesse às verdades que Deus revelou em Seu mundo externo e na constituição de nossa natureza, não poderia ser aceito como vindo dEle, pois Deus não pode contradizer a Si mesmo.”[4] Em suma, o cristão pode dizer que onde há inconsistência, ou seja, onde a lei da contradição é quebrada, ali o espírito do maligno está liderando; Deus é a fonte da consistência. Ele não pode contradizer a Si mesmo. A fé, portanto, é, como disse Agostinho, “razão com assentimento.”[5] “A fé não é uma convicção cega e irracional. Para crer, devemos saber o que cremos e os fundamentos sobre os quais nossa fé descansa.”[6] Unindo a fé adequada com a consistência sistemática, o cristão pode sempre alegar que “não há religião legítima desconectada da verdade.”[7]

Para recapitular, a fé cristã baseia-se na certeza da verdade pela alma. Essa verdade é selada nos corações dos homens pelo Espírito de Deus de duas maneiras. Primeiro, há o testemunho interior, pelo qual o Espírito abre o coração do crente para ver a verdade de Deus na Bíblia. Segundo, há o testemunho mediato, pelo qual o Espírito abre nossos corações para ver a verdade que Deus revelou através da natureza na revelação geral. O primeiro requer graça especial e o último, graça comum. Todos os homens por natureza estão qualificados para ver certos limiares da verdade tal como são revelados por Deus nos fatos da natureza, mas é preciso um dom especial de Deus para ter fé na Bíblia como verdade. Contudo, quando o cristão, a quem esse dom é dado, é chamado a prestar contas de sua fé, e quando é advertido: "Amados, não crede a todo espírito, antes provai os espíritos se são de Deus, porque já muitos falsos profetas se têm levantado no mundo" (I João

4:1), ele não fica sem um teste pelo qual possa saber se sua fé está devidamente fundamentada ou não. Esse teste é a consistência sistemática. Se aquilo em que se crê faz paz com a lei da contradição e com os fatos da experiência, é uma fé que é impulsionada pelo Espírito de Deus. Se aquilo em que se crê deixa de corresponder à mente de Deus, ou seja, não é sistematicamente consistente, tal fé é impulsionada por algo que não o Espírito de Deus. O Espírito só pode falar a verdade; Ele só pode testemunhar da mente de Deus.

É essa união de fé e verdade que torna possível construir uma apologética cristã. Mas a apologética só pode preparar o coração para a fé, pois a fé é um dom de Deus. A lógica pode ser o meio pelo qual o Espírito conduz um homem à fé, mas é o Espírito, e não a lógica, que finalmente sela a fé no coração.

Tendo concluído nosso ponto, podemos presumir que haja algumas objeções a essa construção da fé. Mas, com a permissão do leitor, guardaremos elas até termos estabelecido as outras duas bases alternativas: decretos autoritativos e imediatismo subjetivo. Com estas últimas superadas, teremos uma perspectiva com a qual julgar os méritos da estrutura conservadora.

II. Fé Baseada em Decretos Autoritativos

Se a fé não é um repouso da alma na suficiência da evidência, então ela é um repouso da alma na autoridade bruta de outro ou no testemunho do coração. Examinemos primeiro a primeira alternativa.

O sucesso dos movimentos totalitários depende da capacidade do líder de extrair fé implícita de seus seguidores. Isso era verdade no regime nazista sob Hitler,

assim como é politicamente verdade hoje na Rússia sob Stalin e teologicamente verdade em todo o mundo católico sob o papa. A igreja de Roma decreta oficialmente que seus filhos não precisam ver a coerência de tudo o que ela ensina. Roma aponta rapidamente que as massas ignorantes carecem do aparato crítico necessário para analisar as evidências racionais de um sistema teológico de verdade. Uma casta letrada de sacerdotes e bispos deve, portanto, carregar o peso de elaborar a verdade; então, a multidão ignorante deve seguir implicitamente o que esse corpo de doutores concorda ser a verdade. Quando o papa fala ex cathedra , ele afirma falar, como qualquer ditador, com uma autoridade que não pode ser questionada. Ipse dixit ('ele mesmo o disse') é a única evidência que um sistema totalitário precisa apresentar para fundamentar seu sistema de ensinamentos. Quando a igreja fala, o debate está fora de cogitação.

Roma apóia-se a seguir em uma analogia para fortalecer sua causa. Na sociedade, parece que nos submetemos à prescrição do médico, ao veredicto do juiz e às deduções do matemático sem fingir jocosamente ter analisado todas as suas evidências. Quantos conferiram as teorias de Einstein? E, no entanto, todos os homens acreditam que ele se aproxima da verdade em suas convicções básicas sobre a relação entre massa e energia. A bomba atômica é a prova de sua fórmula. Se a sociedade é gerida por um sistema de autoridade, devemos esperar que Deus opere de maneira diferente em assuntos de religião?

Sejamos claros quanto à questão em pauta. O conservador defende ardentemente um sistema de autoridade. Foi a convicção da coerência da autoridade das Escrituras que desencadeou a Reforma. O que o conservador rejeita, e o que está sendo analisado aqui, é a noção de que o decreto autoritário per se ('por si só'), desacompanhado de

evidências racionais de sua autoridade, possa ser uma base para a fé.

A. Considerações Afirmativas

1. Enfatizar a fé implícita em vez da explícita tem o benefício pragmático de tornar a lealdade a Roma uma questão relativamente simples de alcançar. Compare Francisco Xavier, que batizou milhares de orientais, com o missionário evangélico que por vezes trabalha cinquenta anos antes que um único convertido possa ser considerado verdadeiramente possuidor de fé salvadora. É sempre mais difícil persuadir as pessoas da verdade do que instruí-las sobre o que elas devem crer.

2. A lei dogmática absoluta tem o efeito inspirador de colocar as verdades fora do alcance dos relativismos de tempo e espaço, conferindo um ar de eternidade ao sistema. Assim, a Igreja Romana ostenta uma intemporalidade no tempo. Nenhuma outra instituição é comparável a ela neste ponto. Essa permanência e estabilidade proporcionam aos homens paz espiritual e os libertam da tarefa de construir doutrina, permitindo-lhes dedicar-se ao ato pacífico da meditação espiritual. Observe a tranquilidade do monge em seu jardim enquanto recita as horas canônicas em meditação pacífica, em contraste com o seminarista evangélico que gasta seu tempo procurando freneticamente livros de teologia de segunda mão e debatendo veementemente os prós e os contras da eleição e da predestinação.

B. Considerações Negativas

1. Sem razão para examinar as evidências de uma dada autoridade, como se pode separar uma autoridade correta de uma incorreta? Devemos contar o número de palavras

usadas para distinguir entre o valor dos Vedas, das Shastras, dos escritos de Confúcio, do Alcorão, do Livro de Mormón, das obras de Mary Baker Eddy, das Escrituras e dos pronunciamentos ex cathedra dos papas? Sem a consistência sistemática para nos ajudar, parece que tudo o que podemos fazer é tirar palitos, contar cabeças ou jogar uma moeda para escolher uma autoridade. Uma vez que aplicamos a lei da contradição, não estamos mais apelando para a autoridade de ipse dixit , mas para a verdade coerente. “Uma fé correta é sempre uma fé razoável; quer dizer, ela é concedida apenas a uma autoridade que se recomenda à razão como uma autoridade sólida, na qual seria irracional não confiar.”[8]

2. A analogia com a sociedade é falsa. Uma pessoa normal não submete sua vida a uma autoridade até que, guiada pela razão, esteja plenamente convencida em sua mente de que a autoridade em questão é confiável. Confia-se no médico da família porque se sabe que ele está eticamente comprometido com o juramento de Hipócrates. Nenhum cidadão sensato entregará seu corpo a um médico que, de fato, tenha fama de ter uma prática questionável na medicina. Isso também é verdade no lar e no estado. Embora a criança esteja sujeita aos pais, ela é livre para denunciar os pais às autoridades competentes quando estes ultrapassam os limites da decência estabelecidos pelas leis de Deus. Da mesma forma, embora sejamos governados pela autoridade do estado, essa autoridade só é válida enquanto o estado se conduz dentro da estrutura ética da revelação de Deus. Quando um governo troca a verdade de Deus por uma mentira, os cristãos são obrigados a obedecer a Deus antes que aos homens. Assim, somos vinculados pela autoridade externa da igreja apenas na medida em que a igreja ensina o que é compatível com a lei eterna de Deus. Essa lei é encontrada nas Escrituras Sagradas.

A Reforma decorreu de uma aplicação santificada da consistência sistemática aos ensinamentos da Igreja Católica Romana. Os Reformadores, um por um, viram que a Bíblia ensina que somos salvos exclusivamente pela graça, por meio da fé, enquanto a Igreja Romana diz que somos salvos pela graça mais o mérito que advém de nossas próprias boas obras. Em um universo racional, essas duas proposições não podem ser verdadeiras simultaneamente. Se o problema da autoridade dogmática é levado adiante, ele ou recai no irracionalismo, ou abandona suas pretensões de primazia e apela para a primazia da verdade. As Escrituras nos dizem para provar os espíritos (1 João 4:1). Isso só pode ser feito aplicando-se os cânones da verdade. Deus não pode mentir. Sua autoridade, portanto, e a verdade coerente coincidem em todos os pontos. A verdade, e não a autoridade cega, nos salva de sermos seguidores cegos de cegos.

III. Fé Baseada na Imediatividade Subjetiva

Se a verdade racional não pode sustentar nossa fé, e se rejeitamos a autoridade ipse dixit ('o próprio disse'), resta apenas uma grande fonte de certeza. Esse caminho da fé se dá através do coração; ele produz uma intuição subjetiva ou religiosa que nem a aplicação da consistência sistemática nem a autoridade externa podem fornecer.

Há um número interminável de maneiras de formular essa posição. Os voluntaristas afirmam que a vontade conhece a realidade de imediato. Trueblood argumenta em favor da validade da experiência religiosa como um caminho para alcançar a realidade última. Barth fala da ‘crise’, Brunner fala do ‘encontro divino-humano’. Os místicos falam de ‘iluminação interior’. Reinhold Niebuhr defende a noção de ‘fé religiosa’. Porém, em vez de tentar tratar de cada posição separadamente, vamos lidar aqui com a declaração

geral da convicção abrangente de que Deus pode ser conhecido por meio do coração com uma certeza suficientemente firme para prover uma base sólida para a fé.

Classicamente, o argumento da experiência religiosa tem sido veiculado por Schleiermacher, Ritschl e modernistas subsequentes. A convicção fundamental desse movimento é que, visto que Deus não pode ser conhecido por meio do entendimento, como Kant demonstrou em sua primeira Crítica, Ele só pode ser conhecido por meio do sentimento ou da intuição religiosa. É o coração que detecta o ser de Deus. Como Pascal o formulou, “o coração tem suas razões que a própria razão desconhece”.

A. Considerações Afirmativas

1. O sentimento no coração parece ser uma força poderosa no homem. Uma catedral gótica desperta o sentimento de reverência, enquanto os acordes de um poderoso órgão podem arrancar lágrimas. Se a beleza do lírio pode ser conhecida através de uma experiência imediata de toda a alma, a fortiori ('com mais forte razão') quanto mais Deus pode ser conhecido dessa maneira? Deus é a mais amável das flores perfumadas. “Eu mesmo acredito que a evidência de Deus reside primordialmente em experiências pessoais interiores”, testemunha o famoso filósofo William James.[9] A prova da existência de Deus por meio do sentimento é impressionante. Sinto a presença do cuidado amoroso de Deus em meu coração. Ele caminha comigo e fala comigo, dando-me coragem e paz diárias. A única hipótese que posso apresentar para abranger essa viva interioridade de paz é que Deus, o Autor dos meus sentimentos, existe. “O que podemos dizer diante de testemunhos tão tremendos, testemunhos repetidos em tantas gerações? Drogas e delusões podem sustentar os homens por um tempo, mas

aqui está algo que esgota toda a oposição. Isso torna os homens fracos corajosos e os homens orgulhosos humildes. As palavras parecem impertinentes e o silêncio, a única resposta adequada. Se aquilo que sustenta os homens e os faz louvar a Deus tanto nos momentos luminosos quanto nos sombrios não for a realidade, onde se há de encontrar a realidade?”[10] Esse dado é considerado tão sólido quanto a evidência de simetria e beleza quando se ouve a melodia de Jesu, Joy of Man's Desiring de Bach, ou a evidência de bondade quando se contempla a Mona Lisa de Leonardo da Vinci, ou a evidência de beleza quando se está com água nos joelhos em um campo de flores deslumbrantes. Não é Deus a beleza perfeita, a simetria perfeita, a bondade perfeita e a arte perfeita, superando as expressões finitas dessas realidades assim como a noite é superada pelo dia em brilho? Não é provável que o poder misterioso que guia os pássaros de volta ao ninho e as raposas às suas tocas também guie o homem de volta ao Criador de quem ele veio?

2. Acoplado a isso está o grande bloco de evidências empíricas que provém dos testemunhos de homens em todas as eras de que eles conheceram a Deus. O número de testemunhas é imenso. Elas vêm de todas as partes do mundo. A qualidade das testemunhas é uniforme: Deus tem sido conhecido pelo coração. Ele sustenta; Ele dá coragem; Ele estabelece os padrões morais do coração. A parte peculiar dessa massa de testemunho é o fato de que a intrusão de Deus no coração ocorreu totalmente contrária às expectativas e às vontades daqueles que tiveram a experiência. “Quando eles vieram, eu estava vivendo a vida mais plena, forte, sã e profunda. Eu não os estava buscando. O que eu estava buscando, com determinação resoluta, era viver mais intensamente a minha própria vida, contra o que eu sabia que seria o julgamento adverso do mundo. Foi nas estações mais reais que a Presença Real

veio, e eu tive consciência de que estava imerso no oceano infinito de Deus.”[11] O que se pode dizer diante de um testemunho tão esmagador?

B. Considerações Negativas

1. O misticismo clássico torna o objeto da fé sem sentido como algo sobre o qual se possa falar. William James corretamente nomeia a ‘inefabilidade’ como uma das quatro marcas da experiência interior. Isso significa que a ‘Realidade’ que é ‘sentida no coração’ não pode ser discutida de maneira significativa. Mas, até que o místico consiga comunicar sua experiência de tal forma que os termos que ele emprega representem adequadamente a ‘Realidade’ que está sendo experienciada, não temos como saber a O que ele se refere. "Nenhum relato adequado de seu conteúdo pode ser dado em palavras. ... Ninguém pode deixar claro para outro que nunca teve um determinado sentimento em que consiste a qualidade ou o valor dele."[12] Sendo inefável, o objeto da experiência mística não pode ser nem estabelecido nem refutado.

2. Nas formas mais irracionais de intuição religiosa, como em Barth e Brunner, não apenas o objeto da fé é destituído de sentido, mas isso também resulta em uma cisão permanente entre teologia e ciência. Este é um gesto fatal.

A dificuldade com um tipo de fé como esse é que ela se esvai em uma nebulosidade que se aproxima do zero absoluto. Não há nada em particular que ela nos ordene a ser, fazer, sentir ou crer. Ela se refinou a ponto de deixar de existir. Por outro lado, ela pode insistir em um conteúdo próprio que seja agressiva e desafiadoramente irracional. Nesse caso, sua posição é ainda pior. Ela lançou o desafio à razão ao insistir que o

incoerente ainda pode ser real. E, na medida em que adota essa postura, como alguns bartianos aparentemente estão prontos para fazer, a teologia está declarando guerra à filosofia e à ciência. Creio saber como tal guerra inevitavelmente terminará. Ela terminará na aniquilação da teologia, tanto por paralisia interna quanto por ataque externo. Não discutirei mais este assunto, limitando-me a citar o Dr. McTaggart, segundo o qual ninguém jamais tentou quebrar a lógica sem que a lógica o quebrasse. [13]

3. Novamente, com respeito à teologia sentimental dos místicos clássicos e dos neo-sobrenaturalistas modernos, Barth e Brunner, uma vez que o objeto da fé é irracional e que a fé e as ações caminham juntas, nossas ações também podem ser irracionais.* Se um homem, por meio de uma experiência de "crise" interior, pensa que é chamado para governar o mundo, assim como fez Hitler, então a validade de seu ato é tão segura quanto a validade de sua visão original do coração. O objeto da visão está acima e além do escrutínio da lei da contradição, pela própria razão de ser inefável ou irracional. Se a "crise" pode ser seguida, então ações irracionais podem ser toleradas pelo mesmo motivo. Mas isso envolveria um colapso completo de todo o sistema ético que une os homens racionais, visto que conduta significativa deve derivar de padrões significativos . Mas

onde a lei da contradição é excluída, não há significado! O significativo é o racional, isso e nada mais. Na posição de Barth sobre a imediatez religiosa, contudo, o fratricida e o cleptomaníaco não podem ser consistentemente considerados culpados de qualquer crime se alegarem que seus atos decorreram de uma experiência de "crise". Deus é melhor experimentado por esses homens durante os atos de crime. A única maneira de Barth detectar uma falsa "crise" é recorrendo a proposições filosóficas; mas esse método ele rejeitou. Os existenciais contemporâneos e os neo-realistas podem não gostar dessa reviravolta em sua teologia, mas o descontentamento pessoal não pode passar por um bom argumento. Qualquer teologia que rejeite o quarto livro da Metafísica de Aristóteles está prenhe dos elementos de sua própria destruição.[14]

* Veja a nota 23, página 88 a este respeito.

4. A teologia deixa de ser uma ciência e perdeu sua glória. Se a experiência subjetiva substitui a revelação proposicional objetivamente verificável, então o acordo entre investigadores competentes torna-se impossível, pois como podem os sentimentos concordar quando o objeto do sentimento é uma 'Realidade' diretamente intuitada? Apenas pelo sentimento não se pode sequer ter certeza de que outra pessoa está vendo a mesma beleza no pôr do sol que ele vê, quanto mais ter certeza de que o que outra pessoa quer dizer com 'Deus' é o que ele quer dizer com o 'suporte divino' do universo. Como pode uma experiência ser conferida com outra? Se alguém diz que experimentou algo, não há tribunal superior de apelo além do testemunho daquele que tem a experiência. As ciências de laboratório têm a percepção sensorial como controle, e o cristianismo tem a revelação proposicional, mas o que tem o teólogo

baseado em sentimentos? Se os sentimentos são uma fonte adequada para conhecer a realidade, em si mesmos e por si mesmos, então devemos abandonar o 'logia' da teologia, pois agora cada homem vale por si mesmo.

5. A teologia sentimental limita a percepção de Deus àqueles de uma certa construção fisiológica. É enorme o número de cientistas cujo trabalho é cuidadoso e honesto no laboratório, que não testemunham tal experiência de um sentimento íntimo de Deus, mesmo tendo professado disposição para se submeter a uma experiência sobre o assunto. Parece, portanto, que as glândulas de alguém devem estar dispostas de uma certa maneira para que ele possa participar de um sentimento por Deus. Essa exclusão lamentável de muitos do reino só pode ser eliminada quando uma proposição percebida racionalmente se torna o padrão para o conhecimento de Deus, pois todos os homens são feitos à imagem de Deus. [15]

6. Contra todas as formas de argumento baseado na experiência religiosa, opomos o argumento de que os sentimentos não estão aptos a criticar a si mesmos. Se o sentimento, em vez do intelecto, é o órgão mais qualificado do homem para conhecer a Deus, segue-se que todos os sentimentos devem ser testemunhas normativas. Schleiermacher preferia o sentimento de piedade pessoal, mas a sua seleção não esgota as possibilidades. Há também a raiva, o ciúme, o riso, a malícia, o amor e afins. Qual desses sentimentos é o melhor canal através do qual se deve aproximar o Divino? Não podemos decidir essa questão nem pelos sentimentos nem pelo intelecto. Os sentimentos não são críticos e o intelecto é descartado devido à sua impotência para conhecer a Deus por meio de proposições. Deve ser, então, como Clark colocou sucintamente: "A emoção que emite mais emocionalmente é, por sua própria autoridade, a melhor e mais valiosa",[ie].

Como devo expressar minhas emoções religiosas? Da maneira que eu escolher! Contorcendo-me, rolando, gritando, chorando, tremendo ou espumando. Nenhuma corte de apelação superior pode ser trazida para o cenário além de meus próprios sentimentos. Isso não deve ser interpretado como ridículo ou sarcasmo. É apenas uma tentativa realista de expor os elementos desagradáveis em uma teologia desprovida de coerência racional.

7. Em segundo lugar, a teologia baseada no sentimento envolve o politeísmo. Por meio da revelação proposicional, o conservador pode defender o monoteísmo. “Ouve, ó Israel: Jeová, nosso Deus, é o único Jeová” (Deuteronômio 6:4). Mas isso ocorre porque o cristão se apega à doutrina de que a razão é a faculdade mais qualificada para detectar o significado coerente. Quando o sentimento é tornado o teste para a existência de Deus, então há tantos deuses quantos são os diferentes sentimentos, na medida em que a natureza de Deus é definida em termos do tipo particular de sentimento empregado pelo zelota no momento de sua descoberta da 'Realidade'. Como o caráter de Deus é determinado pela natureza do sentimento que o descobre, Schleiermacher, acreditando que o sentimento de piedade indica o caminho para conhecer a Deus, definiu o Deus que

ele sentia como aquele ser que dá origem ao sentimento de piedade. Da mesma maneira, o sentimento estético tem como seu concomitante um poeta cósmico; o sentimento dinâmico produz uma grande fonte de poder cósmico; o sentimento belicoso convenientemente produz um deus de Marte (para grande deleite de Adolf Hitler); o sentimento de pessimismo gera um ser finito assediado por algum mal na realidade contra o qual ele luta; o sentimento que provém de cheirar nós de pinheiro consegue dar convicção à ideia de que há um grande lenhador; e o baque de cascos fornece ao índio americano a convicção de que há um Grande Chefe que está preparando um feliz campo de caça para os bravos e suas esposas.

Poderia ser objeto de objeção que refutamos aqui um espantalho e não a coisa real. Assim como um diamante tem muitas facetas, também esses chamados deuses diferentes são apenas várias maneiras de olhar para o único Deus. Pode-se observar um diamante de muitos ângulos diferentes. O número de perspectivas apenas realça a beleza da gema. Se isso é verdade para um pedaço de pedra, por que não seria verdade também para o Autor

dessa pedra, Deus? Ele não pode ser visto a partir de um número indefinido de ângulos?

Mas esta resposta pressupõe o próprio ponto em questão. Certamente se Deus é infinito, Ele pode ser visto de várias perspectivas; mas com o que estamos lutando aqui é a questão de saber se há um Deus ou não. Se alguém tenta provar Deus através do sentimento, descobre que o método é uma prova tão maravilhosa que muitos deuses podem ser provados. Se ele abandona sua teologia do sentimento neste ponto e recorre à razão, ele deve ser acusado de uma mudança de posição. A primeira regra de um sistema coerente é que todas as suas partes sejam ordenadas e relacionadas de acordo com princípios considerados básicos para o sistema em questão . Siga o sentimento e você será levado ao politeísmo; siga a razão e você terá apelado a um critério injustificado.

8. Finalmente, e do ponto de vista filosófico mais grave, os teólogos do sentimento arruinaram o amor à sabedoria ao defenderem um Deus desconhecido. Conhecer algo é percebê-lo com o entendimento, ou seja , ter uma consciência intelectual da coerência à luz da lei da contradição. Mas quando o teólogo do sentimento sustenta que Deus não pode ser submetido às limitações da razão do homem, ele diz, de fato, que Deus é incognoscível; conhecê-lo equivaleria a limitá-lo, uma vez que Ele estaria sujeito à lei da contradição nesse ponto. Mas se este incognoscível puder ser tolerado pela filosofia, então não há maneira concebível no momento de impedir que outros incognoscíveis sejam hipostasiados, como snarks, boojurns, splinth e gobble-de-gook. Com a comporta aberta para os incognoscíveis, toda a disciplina filosófica é lançada em confusão, e a precisão torna-se impossível.

Algumas pessoas se regozijam por Kant ter mostrado em sua primeira Crítica que a existência de Deus, visto que não pode ser conhecida, não pode ser refutada pela ciência, sem perceberem que, sob essas condições, não apenas a existência de Deus está a salvo, mas também a Sua inexistência. O trabalho de Kant tem sido um prejuízo para a teologia, e não um benefício. Kant removeu tão habilmente a Deus da condição de objeto do entendimento que deixou as proposições 'Deus existe' e 'Deus não existe' como alternativas igualmente possíveis. Pode-se escolher entre elas por razões estéticas, se assim o desejar, mas dificilmente isso pode ser interpretado como uma base significativa para a fé.

Encerremos nossa crítica à teologia do sentimento apresentando uma citação daquele grande apologista cristão, James Orr. “Uma religião baseada no mero sentimento é a mais vaga, a mais indigna de confiança e a mais instável de todas as coisas. Uma vida religiosa forte e estável não pode ser construída sobre nenhum outro fundamento senão o da convicção inteligente.”[17]

> Não peço sonho, nem êxtases de profeta,
>
> Nem o rompimento súbito do véu de argila,
>
> Nem visitante angélico, nem céus que se abrem;
>
> Mas tira a penumbra da minha alma.

Em suma, como bem expressou o professor Brightman, as emoções religiosas, se dignas, devem conformar-se à verdade, e não a verdade às emoções religiosas.[18]

IV. Objeções à Visão Cristã da Fé

A. A fé é infantil, não um gesto racional maduro

Machen já respondeu a esta objeção. Primeiro, quando dizemos que a fé é um repouso da alma na suficiência da evidência, isso não nos compromete com a posição de que a razão é temporalmente anterior à fé. Quando um homem tem fé, a alma inteira coopera. Podemos conhecer e amar uma pessoa no mesmo instante. “Mas o que sustentamos é que em nenhum ponto a fé é independente do conhecimento sobre o qual ela se baseia logicamente.”[19] Segundo, uma criança não age sem conhecimento. Embora seu conhecimento seja imaturo ou inocente, ele não deixa de ser conhecimento. A criança sabe distinguir seus pais de um gorila. A fé pode, de fato, ser semelhante à de uma criança. Terceiro, quando Cristo ordenou que as crianças viessem a Ele como um paradigma de fé perfeita, foi para ilustrar a prontidão e a simplicidade com que o reino de Deus deve ser recebido, e não para mostrar como as pessoas podem ser ignorantes e ainda assim crer. Adultos teriam servido como exemplos para isso tão bem quanto. A criança exibe um abandono próprio naquilo que faz. “Quanto mais conhecemos a Deus, mais sem reservas confiamos Nele; quanto maior for o nosso progresso na teologia, mais simples e infantil será a nossa fé.”[20]

B. Contrariamente a Hebreus 11:1

A primeira leitura de Hebreus 11:1, “Ora, a fé é a certeza das coisas que se esperam, a convicção não vista”, parece ser uma definição de fé que não se assemelha em nada à noção de que a fé é um repouso do coração na suficiência da evidência.

Em resposta, apontemos que esta não é, rigorosamente falando, uma definição filosófica. A “palavra 'descreve' é talvez mais estritamente correta do que 'define', pois as palavras que se seguem não são uma definição daquilo em que consiste a fé, mas daquilo que a fé serve e nos

assegura.”[21] Uma ilustração familiar servirá para mostrar o que queremos dizer. Nos círculos arqueológicos, conta-se a história da descoberta dos ossos de um homem que evidentemente havia sido mensageiro de alguma mulher que, em um esforço para fundamentar suas reivindicações sobre uma determinada propriedade, confiou uma mensagem nas mãos desse servo com a ordem de correr com ela até o prefeito do Egito. Ainda legíveis na superfície do pergaminho estavam estas palavras: “Para que meu senhor, o prefeito, saiba que minhas reivindicações são justas, envio em anexo a minha hipóstase ”. Quando abriram mais o conteúdo, descobriram que a hipóstase era simplesmente a escritura de propriedade de seus bens. Da mesma forma, o texto diz que a fé é a nossa hipóstase , a nossa escritura, das coisas que estão por vir. A fé é a escritura das coisas que se esperam, a convicção das coisas que não se veem. Olhe para dentro! Você tem fé? Essa fé foi dada a você como sua escritura de garantia de que as promessas do evangelho são suas. A apreensão da verdade — o repouso do coração na suficiência da evidência — é a sua escritura.

C. Torna a Igreja Credal

A palavra 'credal' tem dois significados. Primeiro, pode significar que a igreja, em nossa visão de fé, será guiada por credos como declarações resumidas do significado da Escritura. Nesse sentido, a igreja não apenas pode ser credal, ela deve ser.

Sem credos para determinar qual é o significado da Bíblia, quando a lei da contradição é aplicada a ela, haverá tantas interpretações das Escrituras quantas forem as pessoas. A igreja, como qualquer organização, deve ter leis e estatutos para administrá-la. As leis são os credos do Estado, úteis

para o louvor do bem e a punição do mal. Os credos da igreja preservam a igreja da anarquia desenfreada.

Mas há um segundo significado para "credal", e é certamente este que o objetor tem em mente. É a "ortodoxia morta" ou a preservação da letra da lei em oposição ao espírito. No entanto, isso não decorre necessariamente da nossa visão de fé. Paulo nos diz que há uma relação perfeita entre a mente e o coração quando toda a alma está engajada na fé. "Orarei com o espírito e orarei com a mente também; cantarei com o espírito e cantarei com a mente também." (I Coríntios 14:15). É a verdade da palavra de Deus que confere poder ao espírito do homem, pois é essa verdade que o Espírito de Deus usa para assegurar aos nossos espíritos que somos filhos de Deus. (Romanos 8:16). De fato, é somente dentro da consistência sistemática que a "ortodoxia morta" pode ser combatida. Ela é culpada de incoerência, uma vez que faz parte do significado das Escrituras que os preceitos de Cristo sejam aplicados a toda a mente, a toda a vontade e a todas as emoções. É a verdade que nos proporciona felicidade ao nos assegurar de que nossos pecados estão perdoados e de que estamos a caminho do céu. Mas essa verdade não pode ser comunicada sem a precisão dos credos. "É uma ideia estranha de muitos que apresentam essa objeção em prol do que concebem ser uma forma mais espiritual de cristianismo, a de que a 'espiritualidade' em uma religião é de alguma forma sinônimo de vagueza e indefinição; que quanto mais perfeitamente conseguem vaporizar ou volatilizar o cristianismo em uma névoa nebulosa, na qual nada pode ser percebido distintamente, mais o aproximam do ideal de uma religião espiritual."[22] A nossa felicidade pessoal é tão segura quanto a precisão do nosso sistema de verdade.

D. Gera Controvérsia

Exatamente. A verdade vale a pena ser defendida. Moisés a defendeu, assim como os profetas e apóstolos depois dele. Cristo disputou com os doutores no templo sobre a lei de Moisés. A tolerância a tudo é marca de uma mente vazia, não de amor agape . O pacifismo teológico é a morte da teologia. Não é nem bíblico nem lógico abster-se de controvérsias inteligentes. O padrão perfeito de argumentação está estabelecido em 1 Pedro 3:15. A preparação : “Antes, santificai a Cristo como Senhor em vossos corações.” A incumbência : “Estai sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós.” O espírito : “Fazei-o, todavia, com mansidão e temor.” Tampouco ficamos muito impressionados com aqueles que acham que os defensores de um sistema estão na ‘defensiva’ e temem estar errados. Pelo contrário, é a firme convicção de que o cristianismo é verdadeiro que impele os homens a propagá-lo com argumentos agressivos.

E. Contrariamente a Paulo

Paulo ensina que o evangelho é loucura, não lógico, então como podemos repousar nele por meio da aplicação de uma consistência sistemática? “Os gregos buscam sabedoria, mas nós pregamos a Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os gentios... Porque a loucura de Deus é mais sábia do que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens” (1 Coríntios 1:22-25). Não poucos pensadores tentaram deduzir dessa passagem que o evangelho pode ser irracional quando testado pelas leis convencionais da lógica, mas a posição deles é fraca. O evangelho é loucura para o homem natural porque ele aplica incorretamente a consistência sistemática, e não porque ele seja tão lógico que o cristianismo pareça loucura em relação a ele. A loucura é o que alguns acham que o evangelho é, não o que ele realmente é . Cristo é a

sabedoria de Deus, a coerência de sentido. Se Paulo estivesse ensinando que o Cristo crucificado era objetivamente tolo, no sentido de que Ele não pode ser categorizado racionalmente, então ele teria apontado para os insanos e dementes como encarnações da verdade.

Paulo também ensina que “a letra mata, mas o espírito vivifica” (2 Coríntios 3:6). Não seria isto contrário à doutrina daquele que segue a revelação proposicional? Não precisamos perder tempo com isso. O contexto indica claramente que o contraste na mente de Paulo não é entre o intelecto e as emoções, mas sim entre a lei de Deus que condena à morte e o Espírito de Jesus Cristo que traz a vida.

F. Inibe o Progresso

Com o cânon da revelação proposicional fechado, não podemos fazer nenhum progresso. Nossa teologia torna-se congelada. Pelo contrário, se não houver pontos fixos para servir como objetivos, não há nada de que se afastar e para onde progredir. O mero movimento não é progresso. O objetivo fixo em Cristo torna o progresso possível, em vez de inibi-lo.

G. Deifica a Razão

Se descansamos apenas no razoável, a razão substitui a Deus. Não é assim. A razão é o teste para a verdade. Ela detecta a verdade; ela não a fabrica. A verdade é sempre superior à lógica que a estabelece.

H. Os Demônios Crêem

Quanto aos demônios crerem e tremem, a Bíblia diz que eles o faziam (Tiago 2:19). Ela não minimiza a crença deles; ela apenas minimiza aqueles que não vão além em sua confiança do que os demônios. A fé demoníaca não frutifica

em amor de toda a alma a Deus. Os demônios sabem que o juízo de Deus os aguarda; eles não conhecem remédio para sua condição por causa de suas naturezas más.

V. Benefícios Práticos Decorrentes

Ao defender a primazia da revelação proposicional apreendida de forma coerente como a base adequada para a fé, o cristão desfruta do fruto de certos benefícios práticos.

A. Ministério Educado

Convencidos de que a fé tem como seu primeiro passo a aquisição daquele sistema da verdade que é delineado nas Sagradas Escrituras, os homens santos gravitarão na direção geral da erudição sagrada. Quanto mais fielmente alguém estuda a Palavra, mais ele é iluminado e guiado pelo Espírito do Deus Vivo. As línguas originais hebraica e grega serão dominadas; publicações inundarão nossas imprensas na delineação da fé; e grandes e precisos hinos de louvor serão escritos.

B. Humildade

Quando um homem chega à conclusão de que a força de sua fé está condicionada à exatidão de seu conhecimento, ele perceberá constantemente quão pouco ele realmente sabe e, assim, será humilhado diante de Deus. Quando os

sentimentos são deslocados pela lei da contradição ao interpretar a palavra autoritativa de Deus, muito da presunção do julgamento particular é expulso do coração em favor de um espírito contrito e quebrantado perante Deus. A ignorância é a faísca que incendeia o dogma cego e a intolerância.

C. Unidade da Igreja

“Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união!” (Salmo 133:1) Tendo o conhecimento objetivo em vez do sentimento subjetivo como base para determinar a sã doutrina, um vasto passo será dado em direção à unificação da agora escandalosamente desorganizada igreja de Jesus Cristo. Pode-se apenas adivinhar quantas denominações cessariam suas ênfases peculiares e se juntariam ao tronco principal da igreja, caso a consistência sistemática, e não as emoções, recebesse seu devido lugar. Sem um critério para determinar onde a verdade termina e a heresia começa, nenhuma unidade pode ser alcançada. Mas sem a orientação da razão, não temos critério para dizer o que é a verdade.

D. Lugar Adequado para o Sentimento

Em vez de ser o fruto de alguma agitação no baço, o sentimento cristão baseia-se na rocha sólida da verdade objetiva. A apreensão da verdade do evangelho garante emoções adequadas e faz com que o cristão clame com alegria: “Oh, dia feliz! Quando Jesus lavou meus pecados!” Os sentimentos são tão seguros quanto o sistema de verdade que os fortifica.

Desencorajado pelo trabalho da vida,

Desanimado por seu fardo,

Envergonhado por suas falhas ou seus temores,

Afundo à beira do caminho.

Mas deixa-me apenas pensar em Ti,

E então um novo coração brota em mim.

Neemias, capítulo oito, dá um exemplo da concomitância da fé e do sentimento no cristianismo. Quando Esdras abriu a lei de Moisés, o povo ouviu a leitura da palavra e a entendeu com a mente. Estando convencido em toda a alma de que era a verdade, o povo chorou por seus pecados. Esta foi a contrição. Então eles celebraram comendo e bebendo e fizeram grande alegria, "porque haviam entendido as palavras que lhes foram declaradas" (Versículo 12). Esta foi a alegria emocional. Aqui, em perfeição, vemos a doutrina cristã da primazia da verdade e a capacidade dessa verdade de apaziguar o homem inteiro. O sentimento adequado, como o misticismo adequado, decorre do estabelecimento da verdade da lei de Deus. A verdade estabelece os sentimentos; os sentimentos não estabelecem a verdade.[23]

Notas

1. Hodge, Teologia Sistemática, Volume III, p. 84.

2, Hodge, op. cit., p. 63.

3. Calvin, Institutes, I, vii, 4.

4. Hodge, op. cit., p. 83.

5. Cum assensione cogitare. De Praed. Sanct., 5.

6. Hodge, ibid.

7. Calvin, op. cit., I, 6, 3.

8. Warfield, Studies in Tertullian and Augustine, pp. 154-155.

9. Pragmatism , p. 109.

10. Trueblood, The Logic of Belief, p. 213.

11. Citado em James, Varieties of Religious Experience, p. 389.

12. James, op . cit., p. 371.

13. Blanshard, “The Inner Light.” The Harvard Divinity School Bulletin , Volume XLIII, 10 de março de 1946, p. 62.

14. “O problema com a doutrina, contudo, não é apenas que a Divindade em nós é feita para colocar sua chancela sobre o que acaba por ser falso, mas também que, uma vez removido o freio da razão comum, ela pode aconselhar o mais puro fanatismo. Esse perigo poderia ser exemplificado muitas vezes a partir das passagens iniciais da história quaker. Um jovem pregador zeloso chamado Farnsworth propôs uma turnê de pregação à base de nada além de água de nascente e Escritura. Richard Sale, um condestável, sentiu-se compelido a caminhar por Chester descalço e com as pernas nuas, em pano de saco e cinzas, com flores na mão direita e 'ervas fedorentas' na esquerda; isso deveria ser um sinal. Ele também se sentiu compelido a caminhar pela Eastgate Street, em Londres, carregando uma vela acesa como testemunho contra o culto à luz de velas. Uma quaker chamada Susanna Pearson estava convencida de que podia trazer de volta à vida um jovem que havia se afogado; então ela mandou desenterrar o cadáver, deitou-se sobre ele e orou; infelizmente, ele teve de ser sepultado novamente.” Blanshard, Harvard Divinity School Bulletin, op. cit., p. 57. A isso pode ser acrescentada a observação de

que a teologia baseada no sentimento geralmente está associada a charlatões e seitas, e não às teologias sistemáticas rigorosamente concebidas.

15. Obviamente, aqui excluímos, tanto do lado do oponente quanto do nosso, todas as pessoas anormais, tais como idiotas, etc.; falamos aqui de todos os homens normais . Os idiotas são feitos à imagem de Deus, mas perderam o controle de sua racionalidade.

16. A Christian Philosophy of Education , p. 176.

18. Talvez a objeção mais séria à teologia do sentimento nem sequer tenha sido tocada em nossa discussão, e esta é a negligência da Bíblia que inevitavelmente resulta quando alguém possui uma voz particular de orientação dentro de si. Quando a Bíblia é negligenciada, o cristianismo é perdido; com o cristianismo perdido, não se pode resolver o problema do uno dentro do múltiplo para proporcionar a felicidade ao homem. O sentimento surge como um pretendido auxílio suplementar à Bíblia; mas logo se torna uma voz coequal, apenas para acabar substituindo completamente a revelação especial.

19. Machen, What is Faith? p. 94.

20. Ibid. , p. 96.

21. Alford, Greek Testament , Vol. IV.

22. Orr, op. cit ., pp. 21 - 22 .

23. Uma ambiguidade na linguagem ameaça nos trair levando-nos a um grave mal-entendido. Todos os seguidores da neo-ortodoxia, e Barth e Brunner em particular, opõem-se ao misticismo. Como, então, podemos acusar a escola dos erros do misticismo? A resposta é que o misticismo

apresenta-se em pelo menos duas formas diferentes. Primeiro, há o misticismo metafísico, no qual se defende uma continuidade ontológica entre o homem e Deus, como em todas as formas de panteísmo. Deus e o homem são contíguos no ser. É contra esta forma de misticismo que Barth e Brunner estão argumentando. Aferrando-se a uma relação dialética entre o tempo e a eternidade, eles rejeitam todas as formas de imanência. A imanência é o otimismo de que o homem, usando habilidades inerentes, pode descobrir a Deus.

Em segundo lugar, há o misticismo epistemológico, aquela visão que nega o poder da lógica para interpretar a realidade última, sendo tal realidade pessoal e não factual. É esta forma de misticismo que o texto tem em mente. Como resultado de sua revolta contra os fundamentos filosóficos, Barth e Brunner abriram um abismo entre a verdade pessoal ou de encontro (Du Wahrheit) e a verdade filosófica (Es Wahrheit). Isso é um mau subjetivismo.

Capítulo V

A Hipótese Cristã

Senhor, para quem iremos? Tu tens as palavras da vida eterna; e nós temos crido e conhecido que tu és o Santo de Deus.

—Simão Pedro

C HEGOU o momento de enfrentarmos uma objeção séria à nossa estrutura. A objeção surge a partir do clima antimetafísico do empirismo moderno e toma a forma de um desafio ao nosso direito de sequer considerar a possibilidade da revelação sobrenatural como uma solução para o problema do uno no múltiplo. Mas, por ora, vamos revisar nossas descobertas. Três problemas aguardam a solução do filósofo. Primeiro, a verdade deve ser localizada. Segundo, um universo racional deve ser mapeado. Por fim, estes dois devem ser unidos de tal forma que forneçam uma base para a confiança na imortalidade pessoal. Esses três problemas, quando agrupados, compõem uma única dificuldade: o problema de localizar uma cosmovisão coerente; visto que, ao julgarmos adequadamente o caráter geral da totalidade da realidade, nós chegamos a lidar com os problemas da verdade, da racionalidade e da felicidade pessoal. Uma cosmovisão nada mais é do que uma série de hipóteses logicamente unidas, na ordem das hipóteses científicas, que a mente apresenta como um padrão de significado coerente para explicar a origem, o propósito presente e o fim último do agregado de toda a realidade. O propósito de qualquer hipótese é exibir relações e conexões entre fatos observáveis e cognoscíveis.

Com base no postulado último, a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras, o cristianismo afirma ser uma cosmovisão que está qualificada para resolver esses problemas básicos da epistemologia e da metafísica, e para delinear a natureza e o destino do homem. Em suma, a solução cristã para os problemas da felicidade pessoal, da racionalidade no universo e da verdade coerente é a seguinte.

Primeiro, a felicidade é assegurada para o homem por Jesus Cristo, que, sendo verdadeiro Deus, consubstancial ao Pai e ao Espírito Santo, tendo deixado o céu, assumiu a forma de servo, cumpriu a aliança da graça obedecendo perfeitamente à lei de Deus, morreu uma morte expiatória na cruz como propiciação completa pelos pecados de muitos, e agora vive eternamente como o Deus-Homem intercedendo pelos justos. "O homem ou o anjo teriam sido baixos demais em relação a Deus; e um Deus descoberto teria sido alto demais em relação aos homens pecadores, incapazes de suportar o trato com tal Majestade celestial. Por isso o Filho de Deus, para que pudesse ser apto a mediar, assim como ele, sendo Deus igual ao Pai, era alto o suficiente em relação à parte ofendida; assim consentiu em tornar-se baixo o suficiente em relação à parte ofensiva, ao tornar-se homem."[1] Por causa de sua missão salvadora, Cristo pôde dizer: "Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna; não entra em juízo, mas passou da morte para a vida" (João 5:24). Em Cristo, o homem possui todas as coisas: "Pois tudo é vosso, quer... a vida, quer a morte, quer o presente, quer o futuro, tudo é vosso; e vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus" (I Coríntios 3:21-22).

Nem todo o sangue dos animais sobre os altares judaicos derramado,

Pôde dar paz à consciência culpada,

Ou lavar a mancha.

Mas Cristo, o Cordeiro celestial,

Tira todos os nossos pecados,

Um sacrifício de nome mais nobre,

E sangue mais rico do que eles.

Segundo, um universo racional é estabelecido pelo fato de Deus ser o Autor do movimento da história. "O Senhor com sabedoria fundou a terra; com entendimento estabeleceu os céus" (Provérbios 3:19). A história é o plano concebido na mente de Deus desde a eternidade para ser o meio através do qual a sua glória seria manifestada a todos, e por meio do qual muitos filhos seriam trazidos à glória.

Finalmente, a verdade é estabelecida porque Deus é o depósito da sabedoria. No ato da criação, Deus dotou tanto o mundo quanto o homem de racionalidade. Por causa de Deus, portanto, o mundo tem sentido, e este sentido, quando ordenado sistematicamente, é a verdade. Se não houvesse este sentido antecedente na história, não poderíamos ter uma cosmovisão. "Na tua luz vemos a luz" (Salmo 36:9).

Encaremos agora o preconceito. O crítico vê a estrutura acima como se fosse uma obra de poesia. Soa bem, e seria bom na realidade, se ao menos fosse verdade. Mas um homem racional não pode mais acreditar em um mundo ordenado sobrenaturalmente, pois Kant demonstrou em sua

Crítica da Razão Pura que, em assuntos pertinentes à metafísica, como Deus, o céu e os anjos, o entendimento é impotente. E se um homem não pode entender a Deus, que virtude há em falar sobre Ele?

I. A Natureza dos Pressupostos

Sentimos que a objeção ao apelo do cristão à Bíblia para resolver problemas filosóficos é um preconceito devido à própria natureza dos pressupostos. O que o cristão faz ao pressupor que a Bíblia é uma situação de significado com a qual se deve contar antes que a realidade possa ser propriamente conhecida, não é mais pretensioso do que a fé do não cristão de que a Bíblia não é uma situação de significado com a qual se deva contar antes que a realidade possa ser propriamente conhecida. Cada um é um pressuposto.

Pode-se perguntar por que fazemos suposições. Por que não nos atemos apenas aos fatos? A resposta para isso é muito fácil de fato! Nós fazemos suposições porque precisamos fazer suposições para sequer pensar. Todo conhecimento é inferencial e todas as inferências são suposições. O conhecimento é a construção mental do significado e o significado devidamente construído é a verdade. Portanto, é inútil dizer: 'Atenha-se aos fatos', a menos que queiramos dizer: 'Mantenha suas hipóteses em conformidade com os fatos'. Os fatos simplesmente são. O conhecimento é a inferência extraída dos fatos. Um fato é qualquer unidade de ser que seja capaz de conter significado, mas é o significado, e não o fato, que constitui o conhecimento. “O conhecimento dos objetos, então, o conhecimento do real, envolve sempre dois elementos: o elemento de apresentação dada e inefável, e o elemento de interpretação conceitual que representa a resposta da mente. Poderíamos dizer que o conceitual é o elemento

formal, de ordem ou relação, e o dado é o elemento material ou de conteúdo.”[2] Um especialista em geologia consegue ver significado nas rochas. Isso acontece devido à sua mente fértil e altamente treinada, e não porque as rochas trazem etiquetas dizendo o que significam. Ao interpretar os estratos, o geólogo está apelando para suposições. Ele está dizendo, na prática: 'Conceda-me a suposição da época do Pleistoceno, e poderei formar um panorama mais coerente da sua experiência'. Mas não esqueçamos que esse assunto da 'época do Pleistoceno' é uma pura hipótese, uma pura suposição. O mesmo é verdade para todo o conhecimento. Quer expliquemos uma janela quebrada ou conjeturemos se Deus existe ou não, nossas respostas são planos de significado (hipóteses) que mantemos na mente para abranger de forma coerente o que consideramos ser o significado do mundo real.

A. Suposições na Vida Diária

Somos bombardeados com fatos o tempo todo: sapatos perdidos, suco de laranja azedo, baterias descarregadas, roupas sujas, vidro quebrado, cheiro de gás e coisas do gênero. Cada uma dessas situações fáticas deve ser explicada; nossa explicação é uma hipótese. Quando sentimos cheiro de fumaça, pensamos em várias explicações possíveis. Aquela que nos conduz de maneira coerente a toda a nossa experiência é a verdadeira. Toda segunda-feira de manhã, a lavadeira precisa tomar aquela decisão importantíssima de estender ou não a roupa. Ela ouve as previsões do tempo, observa a densidade das nuvens e, então, age com base na força da hipótese que decide adotar. Se, após estender a roupa, a chuva cair, ela poderá ter certeza de

que se baseou em uma premissa construída de forma defeituosa.

B. Pressuposições na Ciência

O procedimento do cientista é o mesmo da dona de casa, exceto pelo fato de ser conduzido em uma escala um pouco mais refinada. Os insights repentinos do cientista, dos quais emergem as hipóteses, podem ser testados por aparelhos complexos que não estão disponíveis para a lavadeira. Vamos demonstrar que as conclusões científicas são tão verdadeiramente pressuposições quanto o são as opiniões do cidadão comum.

Arquimedes, se pudermos confiar na tradição, descobriu a lei do deslocamento de água quando entrou em uma banheira cheia de água e observou o líquido transbordar por causa da ação. Uma bela tirada de imaginação. A primeira lei do movimento de Kepler — de que as órbitas planetárias são elipses tendo o sol como seu foco comum — não foi encontrada por observação direta, pois esta simplesmente indica a direção variável da linha que une nosso planeta, a Terra, ao planeta sob investigação. Kepler assumiu a hipótese de que os planetas seguem órbitas elípticas em vez de circulares porque, com ela, conseguia formar uma imagem mais harmoniosa dos céus do que sem ela. Watt, segundo nos contam, concebeu sua ideia de máquina a vapor ao observar o escape de vapor de uma chaleira. Outro belo lance de imaginação. Galileu, ao observar o movimento rítmico de um lustre oscilante, deparou-se com o princípio que hoje é conhecido na física como isocronismo dos pêndulos. Não estamos sugerindo aqui que as hipóteses do cientista sejam simplesmente tiradas do nada; antes, elas foram propostas por mentes disciplinadas que haviam se imbuído profundamente de fatos relevantes. Nosso ponto

é que todas as hipóteses não passam de padrões de significado concebidos pela mente do investigador para explicar a configuração dos dados com que se defronta. As hipóteses que funcionam bem são chamadas de 'teorias', e as teorias que se consolidam são chamadas de 'leis'. Mas não esqueçamos que essas leis não passam de boas hipóteses. Aproveitaremos essa observação quando discutirmos a possibilidade dos milagres.

C. Premissas de Visão de Mundo

O erro do homem moderno é pronunciar a bênção quando o cientista já falou, não percebendo que ainda existem super-hipóteses que devem ser formuladas antes mesmo que as leis subordinadas da ciência sejam significativas. Como discutiremos esse assunto de forma mais completa em um capítulo posterior, vamos aqui apenas apontar brevemente quais são algumas dessas premissas de visão de mundo que o cientista deve pressupor.

1. Epistemologia. Se uma lei deve ser significativa, ela deve ser verdadeira. Todo cientista bem-sucedido, portanto, deve assumir que o conhecimento é possível. Mas estabelecer a possibilidade do conhecimento é tarefa da filosofia, pois não há nenhum experimento empírico crucial que possa resolver problemas de epistemologia.

2. Metafísica. A ciência pressupõe que o universo é regular, mas como essa hipótese pode ser tornada significativa sem uma visão de mundo que permita a regularidade? Sem a metafísica não podemos ter confiança para o amanhã. "A física aponta para trás e fundamenta-se na metafísica."[3]

3. Ética. Todos os cientistas sabem que um homem deve ser honesto antes que suas conclusões possam ser confiáveis, mas como o empiricista pode mostrar, por meio de um

experimento de laboratório, que a honestidade é uma questão normativa? A ciência apenas descreve.

A situação enigmática no mundo moderno é que o cientista rejeita a visão de mundo cristã porque ela envolve certas hipóteses metafísicas não empíricas, enquanto assume para si mesmo uma quantidade enorme delas, cada uma das quais vai muito além da observação sensorial tanto quanto o postulado cristão do Deus que Se revelou nas Escrituras. O cristão questiona a lisura desse jogo. Regras justas no concurso de formulação de hipóteses deveriam ditar que o vencedor seja aquele que puder produzir o melhor conjunto de premissas para dar conta da totalidade da realidade. Se o cristão for desqualificado da arena por regras que seu oponente impõe, é evidente que o jogo foi 'manipulado'. O bom espírito esportivo, para não falar do bom senso, exige que em um concurso todos os participantes recebam as mesmas vantagens, bem como as mesmas desvantagens. Sem essas condições, não há esporte.

II. Filosofia e Premissas

Vamos aprofundar esta questão. Na vida diária, damos significado à fumaça, a garrafas, a escovas de dente e a lâmpadas. Na ciência, damos significado a moléculas, planetas e lagartos. Mas na filosofia damos significado a tudo. “'Tudo no universo, que de alguma forma entra na experiência humana, ou afeta, ou é conhecido pelos seres humanos, é de interesse da filosofia.'[4] A coerência não pode parar em um segmento de nossa experiência; ela deve prosseguir para abranger tudo. Então, torna-se filosofia.

Ressaltemos rapidamente que ser um filósofo não é uma tarefa que podemos escolher ad lib. Nós devemos emitir um julgamento sobre a totalidade da realidade; isso não é opcional. Estamos no processo da história, e o que

pensamos da realidade governará nossas ações na história. Não se pode abrir os olhos sem contemplar vastos espaços do universo, um universo que deve ser explicado tão verdadeiramente quanto uma bateria descarregada em um automóvel enguiçado ou a recorrência de terremotos no Japão. É impossível para um homem não pensar no universo de uma certa maneira. Mesmo que ele diga que o caráter do universo não pode ser conhecido, ele está afirmando que o universo é um assunto incognoscível, o que em si é uma suposição negativa ousada de dimensões consideráveis.

A. Exemplos de Suposições Filosóficas

1. Platão, para explicar a epistemologia e a metafísica, postulou a existência do Bem, de Deus, do mundo das Ideias, do demiurgo e do receptáculo espaço-tempo e, ao fazê-lo, pôde resolver os problemas de "Como pode uma coisa ser outra? Como podem muitas coisas ser uma? Como pode a permanência ser harmonizada com o fluxo? Como se pode conhecer alguma coisa? Qual é o objeto do conhecimento?"[5] A validade das suposições de alguém é determinada pela capacidade dessas hipóteses de dar sentido à vida respondendo a problemas. "A teoria das ideias, portanto, não é a priori ; sua validade repousa sobre seu poder de explicar os fenômenos.[6]

2. Aristóteles achou que podia aprimorar a obra de Platão introduzindo as noções do Primeiro Motor Imóvel, das inteligências, da forma, da matéria e da enteléquia. Não perderemos tempo apresentando nossas razões aqui, mas não conseguimos ver em que ele resolveu mais problemas do que Platão. Seu empirismo levou ao ceticismo em Hume.

3. Kant, para resolver o problema do conhecimento, propôs a existência das formas de tempo e espaço e das categorias do entendimento. Mas Kant nunca cheirou ou

provou uma categoria. Ele as concebeu como parte de uma hipótese para dar conta da possibilidade do conhecimento. O ceticismo do positivismo moderno pode ser uma pista para determinarmos se Kant obteve sucesso em sua teoria do conhecimento ou não.

4. O Cristianismo assume a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras para resolver problemas metafísicos e epistemológicos. Com esse postulado, ele pode explicar, e não negar, a experiência. Sua premissa maior não é mais ostentosa do que a daqueles que negam a existência de Deus como uma condição sine qua non para interpretar a realidade.

Poderia ser proveitoso salientar mais uma vez que um homem não pode ser neutro quanto à questão da existência de Deus. Acredita-se seja que cairá sob o juízo de Deus, seja que não cairá. Um agnóstico pode protestar contra esta observação, mas o seu esforço é em vão.

Se o seu protesto fosse sincero, no entanto, ele teria de admitir que havia uma chance em duas de que o juízo divino o alcançasse. Se ele nada sabe, e se deve haver ou um juízo ou nenhum juízo, então, até onde ele sabe, as chances são iguais de que haverá um juízo.

E se um homem realmente cresse na possibilidade, para não dizer na probabilidade, de um juízo da ira de Deus sobre o pecado, ele não adotaria a atitude de indiferença característica dos autoproclamados agnósticos. A indiferença deles é evidência clara de que acreditam estar seguros, de que nenhum juízo os aguarda. Sua vida e suas ações mostram o que eles creem. As ações falam mais alto do que as palavras. Consequentemente, queira-se ou não, é-se forçado a adotar esta ou aquela teoria.[7]

Todos os homens devem decidir qual é a natureza abrangente da realidade, e quando fazem isso são filósofos. Bons filósofos são aqueles que conseguem construir sistemas de significado sistematicamente consistentes, enquanto os maus são aqueles que não conseguem. Esta conclusão estabelece a possibilidade do Cristianismo como uma resposta ao dilema da vida. Uma investigação cuidadosa dele como sistema pode estabelecer a sua atualidade .

B. O Caráter Bilateral das Hipóteses Filosóficas

Quando o cristão afirma que, ao introduzir a Bíblia no panorama filosófico, ele é capaz de dar mais sentido à vida do que sem ela, a força dessa asserção depende de dois fatores.

1. O lado positivo. A força positiva de uma hipótese é a sua capacidade de cumprir o que promete. Quando Platão diz: "Concedam-me isto, e espero poder mostrar-lhes a natureza da causa e provar a imortalidade da alma",[8] o teste positivo dessa afirmação é ver se ela cumpre o que se propõe a estabelecer. Assim, no cristianismo, o seu primeiro teste é verificar se ele pode corresponder às suas elevadas pretensões, oferecendo uma base de esperança pessoal na imortalidade, uma visão racional do universo e uma solução para o problema da verdade.

2. O lado negativo. Com isso queremos dizer a consideração do que nos resta se abandonarmos uma dada hipótese. Esta é a força fundamental da teoria do conhecimento cristã-teísta, pois todas as alternativas rivais conduzem ao ceticismo. Ao considerar o cristianismo, portanto, deve-se prestar atenção não apenas às implicações que decorrem dele como uma dada hipótese, mas também àquelas que decorrem de sua negação.

Alguém pode pessoalmente não gostar da cosmovisão cristã, mas, antes que seus protestos possam ser levados a sério pelo cristão, o primeiro deve produzir uma cosmovisão que seja mais simples e coerente do que aquela que está rejeitando. Um homem racional aceitará o sistema que vier acompanhado das menores dificuldades.

C. Perigos ao Fazer Pressuposições na Filosofia

Ao construir pressuposições filosóficas, dois extremos devem ser evitados. O primeiro é o receio de fazer hipóteses de todo, e o segundo é a completa falta de receio. Estes são a Cila e a Caríbdis do pensamento correto.

1. A fobia anterior faz parte da convicção daqueles indivíduos condicionados sem espírito aventureiro que evitam emitir julgamento sobre as coisas porque podem "ir além dos fatos". A estes dizemos, com Huxley, que aquele que não vai além dos fatos raramente chegará tão longe quanto os fatos. É preciso ir além dos fatos para conceituais e efetivamente conhecer qualquer coisa, pois o conhecimento é o significado dos fatos, e não os fatos em si mesmos. Quando a imaginação é sufocada, torna-se impossível a liberdade para construir interconexões significativas e dinâmicas entre os fatos do universo.

2. O outro perigo acompanha aquelas almas ávidas por hipóteses, que, tendo o mínimo de paciência com os fatos e o máximo de imaginação livre, produzem hipóteses mais rápido do que comitês examinadores competentes conseguem verificar a validade delas. Essa falácia de procrusteanizar e geometrizar a realidade é comumente cometida por racionalistas e idealistas. Esses filósofos esquecem que a imaginação deve ser relevante além de livre. Os seguidores de Hegel são um exemplo dessas práticas. “Baur, com base em sua filosofia hegeliana, com

sua ‘tese, antítese e síntese’, esperava encontrar um conflito na era apostólica com um acordo e solução gradual. E assim ele encontrou esse fenômeno com bastante certeza — desafiando os fatos, mas em concordância com sua filosofia.”[9]

Isso é conhecido como a ‘falácia da petição de princípio’, como o proprietário que prova que está fornecendo calor suficiente para um apartamento ao colocar o termômetro no radiador em vez de na parede acima de uma janela.

Uma hipótese perfeita é aquela que é livre o suficiente para explicar os fatos e ainda assim restrita o suficiente para explicar os fatos. Demasiada ênfase na explicação conduz alguém pela via alta e árida a priori do racionalismo e do idealismo, enquanto o pouco interesse nela empurra a pessoa para o pântano do positivismo. A solução racionalista é heroica e livre, mas não é relevante para a situação humana; ao passo que a solução positivista é relevante, mas não é uma solução.

D. O Problema da Seleção de Hipóteses

Visto que há uma vasta variedade de visões de mundo possíveis, qual se deve escolher? A resposta é, claramente, a ‘mais simples’. Três regras são sugeridas para ajudar a reconhecer a simplicidade quando se a vê.

1. Coerência. “Visto que uma hipótese explicativa é uma possível estruturação de fatos que pretende explicá-los dispondo-os em um tipo de ordem mais inteligível, devemos esperar que ela seja auto-consistente, ou livre de contradições internas.”[10] Ao escolher entre o sistema de Kant e o sistema de Cristo, veja, antes de tudo, qual deles faz melhor paz com a lei da contradição.

2. Uma hipótese é mais simples do que outra se recorrer a menos princípios últimos para explicar as coisas. “Diz-se que uma hipótese é mais simples do que outra se o número de tipos independentes de elementos na primeira for menor do que na segunda."[11] Assim, o cristianismo é mais simples do que o zoroastrismo, pois o último requer dois ultimates—luz e trevas—enquanto o primeiro requer apenas um—Luz. Platão precisava de três ou quatro princípios, enquanto o cristão precisa apenas de Deus.

3. Uma hipótese é mais simples se usa menos ad hoc pressuposições do que outra. Este é o sentido fundamental em que o cristianismo é simples. Todas as coisas estão teleologicamente relacionadas à mente de Deus.

Duas hipóteses podem ser ambas capazes de introduzir ordem em um determinado domínio. Mas uma teoria pode ser capaz de mostrar que vários fatos no domínio estão relacionados com base nas implicações sistemáticas de suas pressuposições. A segunda teoria, no entanto, pode ser capaz de formular uma ordem apenas com base em pressuposições especiais formuladas ad hoc que não estão conectadas de nenhuma maneira sistemática. A primeira teoria é então considerada mais simples do que a segunda. A simplicidade nesse sentido é a simplicidade de sistema . . . Uma teoria será, portanto, considerada mais simples ou geral do que outra se a primeira puder, enquanto a segunda não, exibir as conexões que está investigando como instâncias especiais das relações que toma como fundamentais.[12]

Sob uma pressuposição, o cristão consegue desdobrar as implicações de sua teoria da imortalidade, universo racional e verdade. A ciência não pode fazer isso. Portanto, o método científico é menos simples do que o cristianismo.

O modernista acredita que seu sistema é mais simples do que o do conservador, pois tudo o que ele defende é a paternidade de Deus e a fraternidade dos homens, enquanto o último tem de lidar com os difíceis sessenta e seis livros da teologia pactual nas Escrituras canônicas. O modernista, contudo, interpretou mal a natureza da simplicidade. A matemática de Einstein é tecnicamente mais difícil do que a de Newton, mas é mais simples porque, sob uma única premissa, consegue explicar mais da realidade do que a matemática de Newton consegue. A complexidade em um sistema não é de forma alguma o que causa a falta de simplicidade. A simplicidade de um sistema diz respeito ao número de pressuposições especiais que precisam ser introduzidas e que não podem ser relacionadas sistematicamente aos fundamentos do sistema. O cristianismo pode parecer mais pesado do que o modernismo, mas ele consegue explicar toda a realidade com menos postulados fundamentais do que o modernismo. Portanto, ele é mais simples. Não vamos nos deter para estabelecer isso aqui. O modernismo está em um estado de decadência tal hoje que apenas os totalmente ignorantes podem deixar de ver os sinais premonitórios.

Da mesma forma, os conservadores conseguem explicar as coisas melhor do que os tomistas, pois estes precisam introduzir os dois pontos finais epistemológicos, a fé e a razão, antes de poderem concluir as coisas; enquanto os primeiros, seguindo Agostinho, precisam introduzir apenas a fé. O tomista, quando sua razão se esgota, precisa trocar de cavalo epistemologicamente no meio do rio e recorrer à fé. Isso é uma falta de simplicidade.

III. Objeções à Hipótese Cristã

A. Dupla Pressuposição

O cristão pressupõe tanto Deus quanto as Escrituras. Acaso não poderíamos aplicar a navalha de Occam e pressupor apenas um Deus bondoso? Em resposta, o cristão aponta que sua pressuposição é, na verdade, apenas uma. Deus é a ratio essendi (o fundamento das Escrituras), enquanto as Escrituras são a ratio cognoscendi (aquilo por meio do qual Deus é apreendido). Deus é a única premissa maior do cristão, mas esse Deus é conhecido por meio das Escrituras. As pressuposições ontológica e epistemológica caminham juntas. Deus, à parte de Sua autorrevelação, seria desconhecido, ao passo que a revelação sem a autoridade de Deus por trás dela seria inútil. Mas acrescentaríamos também que, ao explicar o mundo, deve-se tomar cuidado para não cometer a falácia da simplificação excessiva. O mundo é complicado e, se dez pressuposições forem necessárias para resolver seus problemas, não é coerente usar apenas nove. O cristão faz apenas uma pressuposição — o Deus que Se revelou na Escritura —, mas, mesmo que tivesse mais, e se com elas conseguisse formar um panorama coerente da realidade, ele não poderia ser censurado.

B. Petitio Principii

O cristão comete petição de princípio ao pressupor a verdade da existência de Deus para estabelecer essa mesma existência. De fato! Isso é verdade para o estabelecimento da validade de qualquer elemento último. A verdade da lei da contradição deve ser pressuposta para provar a validade desse axioma. A natureza deve ser pressuposta para provar a natureza. A demonstração estrita de um primeiro postulado é impossível, como Aristóteles apontou, pois ela conduz quer a um regresso infinito, quer a um raciocínio circular.

C. O Cristianismo Antecipa a Natureza

O cristão encontra seu sistema na Bíblia e depois faz com que a natureza se ajuste a ele. Há duas respostas para isso. Primeiro, o cristão encontra seu sistema filosófico na Bíblia, com certeza, mas ele o aceita não simplesmente porque está na Bíblia, mas porque, quando testado, ele faz mais sentido da vida do que outros sistemas filosóficos fazem. Segundo, mesmo que o cristianismo antecipe a natureza, não há incorreção inerente nisso, desde que, é claro, ele seja bem-sucedido em resolver problemas ao fazê-lo. O teste de um sistema é sua capacidade de tornar as dificuldades claras. Se a natureza tiver de ser antecipada para realizar isso, não pode haver objeção. No jogo de localizar a verdade, o vencedor é aquele que estabelece a coerência. O método que ele escolhe seguir é uma questão irrelevante.

Notas

1. Boston, A View of the Covenant of Grace , p. 71.

2. Lewis, Mind and the World-Order, p. 143.

3. Bavinck, The Philosophy of Revelation, p. 88.

4. Brightman, An Introduction to Philosophy, p. 4.

5. Martin et al. , History of Philosophy, p. 106.

6. Demos, The Philosophy of Plato, p. 176.

7. Clark, A Christian Philosophy of Education, pp. 42-43.

8. Fédon, 100b.

9. Machen, What Is Faith? p. 63

10. Larrahee, Reliable Knowledge, p. 202.

11. Cohen and Nagel, An Introduction to Logic and Scientific Method , p. 213.

12. Ibid., p. 214. Newton é mais simples do que Ptolomeu porque ele requer menos pressuposições especiais para desenvolver sua teoria heliocêntrica da astronomia.

Capítulo VI

Os Critérios de Verificação

Testai tudo; retende o que é bom. — Paulo

S E a religião é a atitude de toda a alma do homem em direção àquilo que ele concebe ser a mais alta unidade da realidade, pode-se facilmente detectar que o problema básico da religião é a verificação; visto que é sempre teoricamente possível que aquilo que foi concebido como sendo Deus, a solução para o problema do uno dentro do múltiplo, seja na realidade nada mais do que o fruto de uma autoprojeção.[1] Críticos desde os dias de Xenófanes têm declarado que a maioria das formas de religião não passa da imaginação ou das glândulas do homem trabalhando em hora extra. Essa acusação pode não incomodar algumas religiões, mas o Cristianismo é diferente. Ele está construído sobre uma estrutura de teologia que nega a distinção entre ter fé e assentir à verdade. Isso significa que ele deve provar que o Mar Vermelho realmente se abriu, que Lázaro realmente ressuscitou do túmulo e que há um céu e um inferno para os quais os justos e os injustos estão gravitando. No entanto, é sempre um gesto salutar em qualquer discussão insistir em um esclarecimento dos termos utilizados. A prova tem sido exigida, mas sabemos qual é a natureza da prova?

I. A Natureza da Prova

A. Prova Demonstrativa

Quando alguém demonstra uma proposição, ele mostra que ela é a conclusão necessária de uma premissa que já se sabe ser verdadeira , como todo A é P e todo S é

A, portanto, todo S é P. A conclusão decorre das premissas necessariamente porque todo S está incluído em P. Esta é a demonstração direta. A demonstração indireta estabelece uma proposição “refutando a sua contraditória, ou mostrando que não se pode supor que a conclusão seja falsa.” [2] Moot-Smith dá um exemplo clássico de demonstração indireta. [3]

Problema : Em uma terra distante viviam duas raças. Os ananias eram mentirosos incorrigíveis, enquanto os diógenes eram invariavelmente verazes. Certa vez, um estrangeiro visitou a terra e, ao encontrar um grupo de três habitantes, perguntou a qual raça pertenciam. O primeiro murmurou algo que o estrangeiro não entendeu. O segundo comentou: 'Ele disse que era um anania'. O terceiro disse ao segundo: 'Você é um mentiroso!'. Agora, a pergunta é: de que raça era esse terceiro homem? Solução : Todo habitante era obrigado a dizer que era um diógenes — os diógenes porque eram verazes e os ananias porque eram mentirosos. Portanto, a afirmação do segundo homem deve ter sido falsa, e, visto que o terceiro falou a verdade, ele era um diógenes.

Pode-se facilmente detectar que a demonstração pura opera apenas dentro de um sistema de símbolos formais, como na lógica e na matemática. Mas sua importância não pode ser minimizada, pois, por meio da localização de absurdos e contradições em um sistema de pensamento, os filósofos são capazes de separar o verdadeiro do falso. Como aponta

Russell, “os absurdos são os experimentos do lógico.”[4] A prova demonstrativa, vista em sua melhor forma na dialética e na lógica formal, é uma aplicação perfeita da lei da contradição. Se um homem admite que todos os homens são mortais e que Sócrates é um homem, ele viola a lei da contradição se não admitir que Sócrates também é mortal; pois a validade da conclusão já foi admitida nas premissas maior e menor. É evidente, contudo, que a prova perfeita não pode abranger todos os caminhos do aprendizado. A demonstração pura é meramente formal. Kant viu isso claramente.

Podemos antecipar que a proposição ‘círculos são quadrados’ é uma proposição falsa, uma vez que vai de encontro à forma do pensamento lógico e, portanto, verdadeiro. Ao mesmo tempo... a estrutura formal do pensamento não proíbe que as maçãs sejam azuis da mesma forma que proíbe que os círculos sejam quadrados... se tentarmos converter a verdade formal de nossa proposição em verdade material , argumentando que, visto que a proposição é válida na lógica, ela também deve ser verdadeira na experiência, caímos em erro.[5]

A realidade não pode ser conectada apenas pela lógica formal, porque os fatos históricos são unidos teleologicamente, e não por implicação lógica. A verdade lógica não pode passar para a verdade material até que os fatos da vida sejam introduzidos no quadro. Isso nos leva ao segundo tipo de prova.

B. Prova Indutiva

Quando se passa da demonstração formal para a história concreta, tem-se consciência de uma perda de certeza demonstrativa. Compare-se, por exemplo, a precisão do teorema de Pitágoras com a estimativa do peso das

pirâmides egípcias ou a distância entre a Terra e a estrela mais próxima. Aqui não se pode ultrapassar a probabilidade. O cálculo do peso das pirâmides pode errar por milhares de toneladas, e a distância da Terra à estrela mais próxima pode ser mal calculada por vários anos-luz. Isso se deve tanto à complexidade dos dados quanto ao fato de que **“nenhum observador humano é infalível... e o conhecimento de nenhum ser humano sobre todos os fatos relevantes a respeito de qualquer coisa, quanto mais o domínio de todas as suas configurações imagináveis, é demonstravelmente completo.”**[6] Alguns anos atrás, houve um surto de náusea na cidade de Nova York, cuja causa foi atribuída a bactérias na água que a população estava utilizando. Quando as pessoas pararam de beber aquela água, a enfermidade desapareceu, deixando as autoridades de saúde com a firme convicção de que haviam provado a causa da doença. E, de fato, haviam, dentro de um limite de probabilidade. Mas a indução não envolveu uma demonstração perfeita, porque a possibilidade de que a causa da enfermidade se devesse a uma alteração na superfície da Lua ou a uma série de terremotos no outro lado da China sempre permaneceu. Uma premissa só é demonstrada quando é a implicação necessária de uma premissa autoevidente ou quando sua contradição se mostra falsa. A probabilidade, como estabeleceu Butler, é o guia da vida. [7]

C . Prova pela Consistência Sistemática

Como tudo o que podemos encontrar na história é probabilidade, e como tudo o que podemos encontrar na lógica e na matemática é a validade formal, não podemos ter a verdade completa até que as unamos. A verdade é o significado devidamente compreendido de toda a experiência. A coerência perfeita sempre envolve dois elementos: a lei da contradição para fornecer validade formal, e fatos concretos da história para fornecer validade material. Sem a validade formal não temos universalidade e necessidade na verdade, e sem a validade material não temos relevância para o mundo em que vivemos. Esta é a prova pela coerência, caracterizada por aquilo que anteriormente chamamos de 'coesão mútua' de nossas proposições. C. I. Lewis expressa essa prova de modo bastante preciso.[8]

É da essência do método dialético ou reflexivo que reconheçamos que a prova, na filosofia, não pode ser, em última análise, nada mais do que persuasão. Não faz diferença qual seja a forma de apresentação, seja dedutiva a partir de premissas iniciais, seja indutiva a partir de exemplos, ou apenas seguindo a ordem ditada pela clareza da exposição. Se for dedutiva, as premissas iniciais não podem coagir a mente. Não há proposições que sejam evidentes por si mesmas em isolamento... Se o método for indutivo a partir de exemplos, então os princípios a serem provados estão implícitos na premissa de que os exemplos citados são verídicos, típicos e caem genuinamente sob a categoria a ser investigada. Não pode haver um ponto arquimediano para o filósofo. Ele só pode oferecer prova no sentido de conectar suas teses de modo a exibir o apoio mútuo entre elas, e apenas por meio de apelo a outras mentes para que reflitam sobre sua experiência e suas próprias atitudes e

percebam que ele as retrata corretamente.

Um exemplo de prova por coerência na filosofia antiga é visto na maneira como Anaximandro refutou Tales. Tales disse que a água era a 'causa material' de todas as coisas. Anaximandro apontou que, se tudo fosse feito de água, não haveria fogo, pois a água é a extintora, e não a criadora, do fogo. Tales, em outras palavras, era incoerente. Ele não estava construindo suas proposições sistematicamente, uma vez que admitia simultaneamente que tudo provém da água e, no entanto, que o fogo existe. Observe, contudo, que nem a prova empírica nem a demonstrativa foram oferecidas por Anaximandro; não havia nenhum experimento empírico que pudesse provar que nem tudo provinha da água, nem havia qualquer dedução necessariamente evidente pela qual isso pudesse ser demonstrado. A única prova possível a que Anaximandro pôde recorrer foi a coerência, mostrando que suas proposições se mantinham unidas de forma mais consistente do que as de Tales.

Observamos anteriormente que todo homem é um filósofo em certo sentido e deve emitir um julgamento sobre todo o curso da realidade. Mas a única prova que ele pode oferecer, tanto para seu sistema de filosofia quanto para as ações que dele decorrem, é a coerência sistemática. Aqui se encontram nossas teorias da verdade como coerência, da fé como confiança na coerência e da prova como fundamentada na coerência. Quanto mais nossas proposições se mantêm unidas, mais verdade temos; quanto mais verdade temos, mais fé temos; quanto mais fé temos, mais coerência temos. É dentro dessa estrutura que o cristão oferece prova para o seu sistema: ele se mantém unido. Ele pode resolver os problemas da felicidade pessoal,

apresentar uma visão racional do universo e dar uma base para a verdade. Em uma única hipótese — a existência de Deus que Se revelou nas Escrituras —, o cristão pode correlacionar o tempo e a eternidade em um panorama significativo. É isso que entendemos por prova a partir da coerência. Um idiota é o menos coerente dos seres racionais. Uma criança é mais coerente. Um adulto, ainda mais. O especialista treinado é o mais coerente. Deus é a consistência absoluta. E a vontade de Deus foi revelada nas Sagradas Escrituras.

II. Os Critérios de Verificação no Cristianismo

Os cristãos são profundamente conscientes do sistema. Dentro do padrão de significado encontrado na religião revelada, João Batista desafiou a vida moral de Herodes, Cristo lançou invectivas contra os fariseus e Paulo denunciou severamente os judaizantes na Galácia. Acreditando que Deus é racional e que, ao ser racional, nos aproximamos mais da mente de Deus (e por 'racional' entendemos o estado de coerência), o cristão é zeloso em aplicar os cânones da consistência sistemática a toda a vida. Deus é a verdade, e aquele sistema de significado na Bíblia que d'Ele flui "possui um caráter, uma coerência e uma unidade próprios, e contrasta nitidamente com teorias e especulações contrárias, e... traz em si o selo da razão e da realidade, podendo justificar-se amplamente perante o tribunal tanto da história quanto da experiência."[9]

A. Consistência Interna Horizontal

O primeiro critério de uma filosofia de vida é que todas as principais premissas estejam relacionadas entre si de tal forma que satisfaçam as regras da lógica formal, cuja principal é a lei da contradição. Se alguém se recusa a formular suas proposições de acordo com o axioma da

contradição, tudo o que se pode fazer é eliminá-lo da lista de contatos. Não há mais sobre o que conversar.

O cristão olha com suspeita para todos aqueles que se orgulham de sua rejeição da lei da contradição como sendo mero ‘controle negativo da verdade’, ou como um ‘indício insuficiente para a riqueza da realidade.’ Esses pensadores removem o único teste que temos para detectar a consistência de quaisquer padrões de sentido. Todas as teologias e filosofias que se vangloriam de sua falta de racionalidade (como no existencialismo francês, filosoficamente, e na neo-ortodoxia, teologicamente) simplesmente ostentam sua deficiência em verdade objetiva.

Parta do pressuposto de que o que Deus diz deve, pelo menos, fazer sentido humano, e saberemos o que pensar quando algum dervixe do deserto ou de Berchtesgaden levantar sua voz para reivindicar orientação do alto. Parta do pressuposto de Kierkegaard, Barth e Brunner, de que a revelação deve necessariamente ser uma ofensa ao nosso entendimento, e o que nos impedirá de nos tornarmos também seguidores cegos de cegos?[10]

O primeiro teste de validade é uma aplicação da lei da contradição. É isso o que entenderemos aqui, e em outros lugares, por ‘autoconsistência horizontal.’

B. Ajuste Vertical aos Fatos

A autoconsistência, embora seja uma condição formal sine qua non para a verdade, não conta, por si só, toda a história da verdade. Sem ela, a verdade está ausente, mas com ela, a verdade pode ser truncada. A verdade plena deve abarcar uma solução para o problema do um e do múltiplo. Isso significa que a coerência envolve uma interpretação dos

fatos concretos e reais da história humana — rochas, ossos e planetas. Sem uma união de ambos, fatos e sentido, a coerência perfeita é impossível.

Quando o cristão aplica ao curso da história aquela estrutura filosófica horizontalmente autoconsistente que ele encontra nas Escrituras, fica agradavelmente surpreendido ao descobrir a correspondência nos mínimos detalhes da Bíblia com os fatos. Exibir plenamente essa correspondência nos levaria a estudos especiais, uma tarefa sem propósito em um livro que tem como tema a solução para os dilemas práticos e teóricos fundamentais do homem. Os livros sobre evidências estão abertos para exame público. O que se segue, contudo, indicará sucintamente aquelas linhas de evidência que o cristão alega ao defender sua causa. Por ajuste aos fatos queremos dizer ser fiel à natureza .

1. Experiência Externa

a. História como fato. O Cristianismo ajusta-se verticalmente aos fatos da história, tanto antigos quanto recentes. Basta verificar a quantidade de volumes de arqueologia publicados no último século para apreciar a precisão das narrativas da Bíblia. Não basta simplesmente dizer que as Escrituras canônicas são apenas a expressão do desenvolvimento religioso do homem e não reivindicam precisão histórica. Os escritores da Bíblia falaram sob inspiração divina ("divine afflatus") tanto em suas profecias espirituais quanto em seus juízos

históricos. Reveja as descobertas do arqueólogo para conhecer a precisão da Bíblia no que diz respeito às muralhas de Jericó, Siquém, o alto de Gezer, as cavalariças de Salomão, o selo de Jeroboão, a muralha de Davi, o túnel de Ezequias, as inscrições de Sargão, as façanhas de Senaqueribe, Nínive e centenas de outros pontos de tangência histórica. Não dizemos que não restam problemas, pois restam; a pá ainda tem muita terra para revolver. Apenas dizemos que a arqueologia é notavelmente confirmatória dos relatos bíblicos, e não algo aleatório; isso é o que deveríamos esperar se a Escritura tivesse sido preservada sem erros por Deus.

A outra característica principal do Cristianismo em sua relação com a história remota é a sua interpretação do Cristo histórico. Somente sob a pressuposição do Deus que Se revelou nas Escrituras é possível explicar o Jesus histórico. Quando nos afastamos dos documentos da Bíblia, que retratam Cristo como Deus, não há ponto de parada consistente que não seja o agnosticismo sobre quem poderia ser este Ser que viveu apenas trinta e três anos e, ainda assim, nesse tempo estabeleceu o padrão básico para a cultura ocidental. Nossos padrões morais derivam da tradição hebraico-cristã encontrada na Bíblia e delineada

por Jesus Cristo. Se Cristo não é Deus, Ele é um lunático inexplicável, pois fez questão de deixar claro que era igual ao Pai.[11] Mas Ele não pode ser um lunático, pois a sublimidade de Seus ensinamentos éticos é incontestavelmente segura. Seria Ele então apenas dando conselhos piedosos em Seu Evangelho? Conselhos piedosos não poderiam ter dado início à igreja cristã com seus milhares de mártires. Por quase vinte séculos, milhões em todas as eras têm testemunhado a veracidade da palavra de Cristo. Se Sua palavra não é a verdade — a mente de Deus —, o que é então? [12]

O cristianismo não apenas se ajusta aos fatos da história antiga, mas também faz justiça à história recente. Ele explica a natureza do homem, a fragilidade de seu corpo, o pecado em seu coração e sua busca por vida e paz. O cristianismo pode dar conta de nossas três instituições sociais — o estado, a igreja e a família —, pois ordena a fundação delas e direciona seu propósito e suas prerrogativas. O cristianismo abraça soluções explícitas ou implícitas para todos os problemas sociais imagináveis: relações trabalhistas e raciais, divórcio e infidelidade, equidade nos negócios, padrões de jurisprudência. Ele explica a universalidade da religião e o sacrifício sangrento. Ele dá conta das ações tanto daqueles que cometem atrocidades de guerra e vivem na libertinagem e na embriaguez, quanto daqueles que aguardam, com temor e tremendo, pelo julgamento de Deus.

O único problema histórico fundamental com o qual o cristianismo ainda luta é a relação entre a idade do homem dada pela ciência e aquela da Bíblia traçada por meio das genealogias. A este respeito, apontemos que as datas que

aparecem na margem da Bíblia do Rei James não fazem parte do texto inspirado, mas são antes uma estrutura hipotética proposta por James Ussher. Exegetas cuidadosos hoje apontam que há vastos períodos de tempo nas genealogias bíblicas com os quais não havíamos contado até agora. Contudo, admitimos francamente que ainda há muito pensamento a ser despendido antes que possamos dizer que a idade do homem segundo a ciência e a da Bíblia são perfeitamente coincidentes. Seria filosoficamente estúpido, no entanto, descartar o cristianismo por causa dessa dificuldade. Um homem racional se contenta com a posição que é acompanhada pelo menor número de dificuldades, e não com uma que não seja acompanhada por nenhuma. Faremos mais comentários sobre este assunto quando discutirmos o problema da crítica bíblica.

b. A história como processo. O cristianismo, com uma premissa principal, explica perfeitamente o início do universo, seu propósito atual e seu destino final. Entraremos nesses assuntos quando chegarmos à filosofia cristã da história. Aqui, observe que o cristianismo afirma, de forma coerente, envolver toda a gama do movimento da história. A regularidade do universo é explicada, juntamente com seu caráter misto de bem e mal. A soberania do Deus Que Se revelou nas Escrituras é a chave para o significado da história como processo.

O problema do Cristianismo neste ponto é a evolução orgânica, pois a Bíblia não pode sustentar a visão de que o homem é geneticamente aparentado com os animais inferiores. Apenas quem abusa dos direitos da linguagem pode negar que Moisés ensinou que o homem veio do pó, por um ato especial de Deus, e não por meio de um desenvolvimento orgânico a partir de um animal inferior. Quando chegarmos à discussão sobre o Cristianismo e o método científico, exporemos nossas observações sobre

esse problema. Sentimos que os homens têm sido bastante precipitados em seu julgamento de que a semelhança estrutural implica parentesco genético.

2. Experiência Interna

A Bíblia descreve com precisão o homem — corpo e espírito — como uma unidade dotada de racionalidade, natureza moral e um desejo insaciável de autopreservação. O Cristianismo explica a universalidade do temor a Deus e do conhecimento do certo e do errado. O Cristianismo explica por que os homens tremem e temem antes de irem para a forca: eles sabem que o juízo de Deus os aguarda, dando testemunho a sua consciência. O Cristianismo explica a busca do homem por esperança; e ele supre essa esperança ao prover salvação pessoal e imortalidade. Não é de admirar que o comentário preciso de Cristo sobre nossos corações tenha levado homens de todas as eras a dizer, quando interpelados pelas palavras de Jesus: “Jamais alguém falou como este homem!” (João 7:46). Como outro pode competir com Cristo, quando Ele (se o Cristianismo for verdadeiro) é o Logos eterno, o significado da história, a sabedoria de Deus e o Salvador do mundo? Aquele que viu plenamente Natanael quando este estava escondido sob a figueira (João 1:48) também pode ler as intenções dos corações de todos os homens com precisão infalível.

Mas deixemos a questão das evidências do cristianismo, pois nosso trabalho é apologético, não histórico e exegético, e avancemos para um novo problema que surge daquilo a que nos comprometemos neste capítulo. Tendo concordado que a probabilidade racional é a guia da vida, alguns podem

dizer que não podemos declarar com Paulo: "Não me envergonho, porque sei em quem tenho crido e estou certeiro de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele Dia" (2 Timóteo 1:12). Talvez nada impeça tanto os fundamentalistas de defenderem logicamente sua fé quanto o medo de perderem a paz de espírito. Sustentamos que essa atitude é infundada. Se o cristianismo é verdadeiro, o coração nada tem a temer. Se não é verdadeiro, o coração deveria depositar sua esperança em outro lugar. O aumento da verdade deve significar o aumento da paz subjetiva, e não o contrário ('vice versa') . Dediquemos algum pensamento a este problema.

III. A Probabilidade e o Problema da Certeza Moral

Primeiro, estabeleçamos firmemente o fato de que a prova da fé cristã, assim como a prova de qualquer cosmovisão que mereça ser discutida, não pode elevar-se acima da probabilidade racional. A probabilidade é aquele estado de coerência no qual mais evidências podem ser reunidas em prol de uma dada hipótese do que podem ser amontoadas contra ela. Quanto mais as evidências aumentam, mais a força da probabilidade aumenta.

A. O Cristianismo e a Probabilidade

Visto que o cristianismo é um modo de vida, e não uma edição unabrigada do teorema de Pitágoras, ele não pode desfrutar da certeza demonstrativa deste último. Há duas razões fundamentais para isso.

1. Fatos históricos. A primeira razão pela qual o cristianismo não pode — e não quer — elevar-se à demonstração é que ele se fundamenta em fatos históricos que, por sua própria natureza, não podem ser demonstrados com certeza geométrica. Todos os julgamentos de particulares históricos

estão à mercê da complexidade do universo espaço-temporal. "Toda interpretação de particulares e todo conhecimento de objetos é apenas provável, por mais alto que seja o grau de sua probabilidade."[13] Se o cientista não consegue elevar-se acima da probabilidade racional em sua investigação empírica, por que o cristão deveria reivindicar mais?

O fato fundamental sobre o qual o cristianismo repousa é a Pessoa, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. “A grande arma com a qual os discípulos de Jesus partiram para conquistar o mundo não foi uma mera compreensão de princípios eternos; era uma mensagem histórica, um relato de algo que havia acontecido recentemente, era a mensagem: ‘Ele ressuscitou.’”[14] Quando a prova para um dado evento histórico é exigida, adianta pouco apelar apenas para as leis da lógica ou para os axiomas da matemática, pois estes, por si mesmos, não podem resolver a questão. Por nenhuma manipulação de símbolos atualmente conhecida pode-se demonstrar quer que Cristo ressuscitou do túmulo, quer que Ele não ressuscitou. A consistência sistemática é o nosso único meio para provar ou desprovar qualquer uma das teorias da ressurreição. Devemos estabelecer aquela hipótese que se baseia em uma cuidadosa triagem e filtragem dos dados relevantes. Quando se demonstra que Júlio César nasceu em 100 a.C., não se pega um volume de cálculo superior e se debruça sobre ele; realiza-se o trabalho penoso de avaliar a evidência real do que aconteceu na história. Uma hipótese coerente, recordemos, é aquela que pode nos conduzir suavemente à totalidade de nossa experiência, interna e externamente.

Esta admissão de que a prova do cristianismo para a ressurreição de Cristo não pode elevar-se acima da probabilidade não é uma forma de fraqueza; é antes uma

indicação de que o cristão está de posse de uma cosmovisão que está fazendo um esforço sincero para lidar com a história real. O cristianismo não é um sistema de pensamento dedutivamente necessário que foi gerado na cabeça de um filósofo, totalmente indiferente à marcha da história humana abaixo dele; antes, é um plano de salvação, uma solução coerente para o problema persistente do homem: O que devo fazer para ser salvo? [15]

2. Valores morais. A segunda razão pela qual o cristianismo não pode demonstrar formalmente a sua verdade é que ele se baseia em valores morais. Pode-se dizer a um homem que ele deve cuidar imediatamente de seus dentes cariados e, ainda assim, ele não fazer nada a respeito do assunto, simplesmente porque não tem apreciação por uma situação de valor. Da mesma forma, a menos que alguém veja que deve aceitar as misericórdias de Cristo para a salvação, isto é, a menos que perceba o valor de Cristo, a confiança em Cristo não se seguirá. O valor é um ponto de interesse pessoal e apreciação além do qual não há outro fundamento de apelo; a lógica é tão forte quanto a equação humana em todos os assuntos pertinentes ao valor pessoal. Um médico enquanto médico pode me mostrar como ficar bom, mas ele não pode me mostrar que eu devo ficar bom sem despertar em mim um senso de valores. Se eu não me importo em viver, é isso.

O cristianismo é um sistema de valores construído em torno da pergunta: “Pois que aproveitará ao homem se ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Ou que dará o homem em troca da sua alma?” (Mateus 16:26). Se um homem, que é pecador e está sob a condenação de Deus, não percebe a sua condição e não se submete ao jugo de Cristo em busca de misericórdia, nenhuma demonstração matemática pode forçá-lo a enxergá-la. Assim como você pode levar um cavalo à água, mas não pode fazê-lo beber, você pode levar

um homem a Cristo, mas não pode fazê-lo confiar Nele. A confiança é o resultado de um espírito cordial no coração. A mãe pode tentar persuadir o filho a não beber bebidas fortes, mas apenas a persuasão, e não a geometria, pode ter sucesso, pois um homem convencido contra a sua vontade continua com a mesma opinião. Esta é a segunda razão pela qual o cristianismo não pode elevar-se acima da probabilidade. É um sistema de valores morais, bem como um julgamento sobre eventos particulares na história. O cristão não é maior do que o seu Mestre. “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas, e vós não quisestes!” (Mateus 23:37).

Neste ponto, podemos inserir proveitosamente a observação de que, embora o caminho da vida encontrado no cristianismo seja aceito por poucos porque é estreito e difícil, disso não se segue que não seja um caminho verdadeiro. Outras razões podem entrar em cena para prejudicar a aceitação desse sistema da verdade por parte do homem, cuja base é o pecado pessoal. O pecado vicia a visão da alma para ver a luz em Cristo, assim como uma doença no olho prejudica a visão clara da luz física. O homem é, por natureza, um pecador. "O fato de o homem moderno ter conseguido preservar uma opinião tão boa sobre si mesmo, apesar de todas as refutações óbvias de seu otimismo, particularmente em sua própria história", observa Niebuhr, "leva à conclusão de que há uma fonte de resistência muito obstinada no homem à aceitação da

evidência mais óbvia e irrefutável sobre suas qualidades morais."[16] A impotência do cristão para provar seu sistema, portanto, não se deve necessariamente ao fato de que o sistema não pode fazer as pazes com a lei da contradição e os fatos da história; mas, antes, pode ser que o coração do homem natural seja avesso ao que o cristianismo ensina. Os valores morais não podem ser demonstrados; um valor moral é visto por um homem ou não é. Se um homem acredita que um carro novo vale mais do que a salvação em Cristo, ele tem um padrão falso de valores e deve ser alvo de orações fervorosas. Um dia, quando for alcançado pela morte, ele poderá se arrepender com lágrimas.

B. Cristianismo e Certeza Moral

Por alguma razão, nem todos os teólogos perceberam que a probabilidade racional e a certeza moral perfeita, ou subjetiva, são perfeitamente compatíveis. Os ritschlianos mergulharam de cabeça na teologia do sentimento, acreditando que "a certidão característica do crente religioso tende a ser prejudicada, pelo menos temporariamente, quando as doutrinas da fé sobre as quais ele tem construído sua vida e suas esperanças para o futuro são tratadas como meras teorias metafísicas, a serem testadas por sua racionalidade e sua concordância com o fato empírico".[17] Esse divórcio entre fé e racionalidade deu o coup de grace ('golpe de misericórdia') ao modernismo, pois a fé sem verdade objetivamente verificável é comparável ao tipo de certeza que acompanha os manuseadores de serpentes, adoradores do sol e cultos esotéricos de cura pela fé de várias espécies. Aquela intuição particular que exclama: 'Eu a tenho, mas não consigo expressá-la' não é o tipo de coerência necessária para a ciência. A fé deve estar fundamentada em teorias metafísicas objetivamente verificáveis, mesmo que elas

falhem em fornecer demonstração perfeita. Fora isso, a teologia não tem lógica.

Mostremos agora que não há relação concomitante entre a força de uma proposição construída racionalmente e a certeza moral ou subjetiva que dela decorre. A certeza moral surge da convicção de que uma proposição é coerente, e não de que possa ser geometricamente demonstrada. Por "certeza moral", entendemos aquela força apreendida da evidência que nos faz estar convencidos da verdade de um dado padrão de sentido e agir com base em sua força.

A coerência perfeita é o estado em que os símbolos estão de tal forma relacionados entre si que a recusa de aceitação envolve a pessoa em contradição, como na matemática, na geometria e na lógica formal. Nesse caso, temos completa certeza racional. A coerência imperfeita é o estado de probabilidade que não precisa ser afirmado sem envolver alguém em contradição, como na inferência indutiva de que Goethe morreu no ano de 1832. Observe, contudo, que quer a certeza racional seja perfeita ou imperfeita, onde quer que a mente detecte um estado de coerência, segue-se a certeza moral ou subjetiva completa. Um homem não está moralmente menos seguro de que Goethe morreu em 1832 do que de que duas vezes dois são quatro, embora a certeza racional do primeiro seja menor do que a do último. Sempre que um homem diz: 'Eu acredito que isso é verdade', ele tem completa certeza moral; em outras palavras, ele está agindo com base na força da evidência.

É da própria natureza das hipóteses que elas não precisam ostentar completa certeza racional para serem abraçadas pela alma. Platão estava bem ciente disso. Ele sustentava que, já que não podemos ter a perfeição na vida, podemos muito bem nos contentar com um 'segundo melhor'. “Como

é familiar a todos os estudantes, Platão tem a categoria do segundo melhor, que ele usa em todos os tipos de circunstância. Na falta do melhor, devemos nos valer do segundo melhor. .. De fato, é um compromisso inevitável enquanto a alma estiver no corpo."[18] É impossível demonstrar racionalmente que houve uma Segunda Guerra Mundial, mas esse fato não resulta em uma diminuição da certeza moral de que houve esse conflito internacional. Probabilidade racional e certeza moral completa ou perfeita não são de modo algum incompatíveis. Estamos moralmente seguros de que houve um homem chamado George Washington, embora a evidência racional de sua existência seja apenas provável. Tudo de que a mente precisa estar convencida é de coerência para estar moralmente segura. Não agir com base na força da coerência, ou tentar fazê-lo, é ir de encontro ao que o intelecto relata ser verdade, caso em que o ato é imoral. Assim, os argumentos em favor do cristianismo — embora tenham apenas força racional provável — movem o cristão a agir sob a suposição da verdade da fé cristã. As evidências do Caminho — sua natureza, extensão e interconexão — criam no cristão um impulso poderoso na direção da verdade do cristianismo. Mais uma vez, temos certeza moral completa a partir de um sistema que é apenas racionalmente provável. O cristão pode dizer com Paulo: Eu sei em quem tenho crido.

IV. Objeções à Probabilidade

A. A História é Ineficaz como Base para a Fé

Nem todos os teólogos estão seguros de que a fé pode se apoiar naqueles atos históricos de Cristo que não foram feitos em segredo.

"A razão pela qual as verdades históricas", diz Nygren, "são insuficientes como fundamento para a fé é o seu grau relativo de certeza. Mesmo os fatos mais definitivamente apurados possuem apenas certeza relativa, enquanto a própria natureza da fé exige certeza absoluta para o seu fundamento."[19] Podemos descartar essa objeção facilmente, pois ela confunde a certeza racional com a moral. Primeiro, por que a fé deveria ser isenta da regra geral de que toda crença está sujeita à lei da contradição à luz dos fatos da história? Que andar superior há no edifício do conhecimento que não seja a coerência? Segundo, com base nisso, o cristianismo não pode ser defendido e o problema do um no muitos permanece sem solução, porque o cristianismo é uma religião histórica. "O que era desde o princípio, o que temos ouvido, o que temos visto com os nossos olhos, o que temos contemplado e apalpado com as nossas mãos, acerca do Verbo da vida" (1 João 1:1). A coerência do cristianismo é o seu poder de explicar a história, bem como a sua capacidade de manter a auto-consistência lógica. Quando rejeitamos a história, ou recorremos à lógica formal e à matemática, que não conseguem aproximar-se do mundo real, ou recorremos a algum salto de fé místico, inefável, esotérico, subjetivo, caso em que a voz de Deus não pode ser distinguida da voz do diabo. O cristão preferiria ser rotulado erroneamente de 'racionalista' a abrir mão de sua fé em um Deus racional, que fez um universo racional com mentes racionais nele, em favor de uma imediatez religiosa onde toda universalidade e necessidade se perdem.

B. Torna Deus uma Questão de Probabilidade

Parece que, se o cristianismo é apenas provável, oramos a um Deus que apenas provavelmente existe. A falácia disso é a mesma. O místico que evita a evidência que é externa e o cristão que nela se banha estão ambos convencidos de que Deus existe;

o primeiro por meio de alguma 'luz interior' ou persuasão particular, e o segundo por meio de uma avaliação racional das evide nças da lógica e da história. O místico ora ao Deus cuja existência ele está plenamente convencido de que é real, e o cristão faz o mesmo. Entre os dois não há diferença no que diz respeito à força da certeza moral — ambos estão persuadidos, tanto o místico quanto o cristão. A diferença entre eles, contudo, torna-se marcante quando comparamos seus méritos racionais. O cristão possui certeza moral somada a um sistema de pensamento concebido racionalmente, ao passo que o místico possui certeza moral sem uma base racional. Podemos responder à nossa pergunta agora apontando que, assim como a existência de George Washington é certa, embora possa ser estabelecida apenas por probabilidade racional, da mesma forma a existência de Deus é certa, embora a força de nossa apreensão dela seja apenas provável. Pode-se estar moralmente certo de que Deus existe e orar com plena segurança, embora a

evidência objetiva seja apenas racionalmente provável.

C. Torna o Cristianismo Provisório

Se o cristianismo é apenas provável, parece ser provisório e incerto e, assim como a lei natural, sujeito a mudanças sem aviso prévio. Isso não basta para a fé. Primeiramente, o cristão admite que o cristianismo é verdadeiro apenas enquanto for horizontalmente coerente consigo mesmo e se ajustar verticalmente aos fatos. Não dizer isso seria trair tudo o que dissemos até aqui. Manter-se apegado ao cristianismo depois que este se mostrou incoerente seria remover nossa única base para distinguir a palavra de Deus das sugestões do diabo. Em segundo lugar, distingamos entre o sistema do cristianismo e a prova racional que o sustenta. O sistema é definitivo, embora a prova em favor dele seja apenas provável. O cristianismo afirma basear-se em uma revelação sobrenatural vinda de Deus. Isso o distingue das leis da ciência; estas últimas estão sujeitas a mudanças porque são feitas pelo homem, mas a primeira (se for verdadeira) foi enviada por Deus. A verdadeira revelação é tão imutável quanto o seu Doador. Estabelecer o fato de que ela é uma revelação válida pode não elevar-se acima da probabilidade, mas isso não põe em risco a definitividade do sistema qua sistema.[20]

Vejamos a nossa análise dos critérios de verificação e passemos a um novo tópico. Não possuindo um sistema de pensamento perfeito enquanto andamos por fé e não por vista, o cristão sugere que um homem racional se contente com o sistema que apresenta o menor número de dificuldades. O valor de um sistema de pensamento está condicionado à sua capacidade de responder significativamente àquelas questões básicas da vida que

todos os homens devem enfrentar. À luz dessas observações, o cristão lança sua premissa maior — a existência de Deus que Se revelou na Escritura — como fundamento para a coerência racional.[21]

Notas

1. Uma ilustração favorita é a do garotinho que, não tendo companheiros de brincadeira, projeta um para si e, em seguida, passa a fazer bolinhos de lama como se seu amigo realmente existisse. Da mesma forma, o homem solitário projeta um Amigo cósmico e o denomina 'Deus'. Mas esta última entidade, assim como a primeira, não tem status existencial. A única existência que cada uma possui reside na mente do indivíduo.

2. Jevons, Elementary Lessons in Logic, p. 335.

3. Mathematical Puzzles for Beginners and Enthusiasts, pp. 13 e 146.

4. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.), p. 244.

5. Fuller, History of Philosophy (Modern), p. 269.

6. Larrabee, Reliable Knowledge, p. 318.

7. “A conclusão é que a demonstração é um ideal que raramente é alcançado. Na maior parte do tempo, temos de nos contentar com a probabilidade, e esta raramente pode ser determinada com precisão.” Bowne, Theory of Thought and Knowledge, p. 191.

8. Mind and the World-Order, p. 23.

9, Orr, The Christian View of God and the World, p. 16.

10. Blanshard, Harvard Divinity School Bulletin, Volume XLIII, 10 de março de 1946, p. 63.

11. Cristo havia convencido os judeus de tal maneira que Ele realmente afirmava ser o Filho de Deus, que eles usaram esse ponto como base para sua condenação. "Por isso os judeus procuravam ainda mais matá-lo , porque não apenas violava o sábado, mas também chamava a Deus de seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus", João 5:18.

12. Não afirmamos esta posição de forma dogmática, pois a prova foi concluída por Orr, em The Christian View of God and World , Conferência II. Por meio de um apelo à história, ele demonstrou a irresistibilidade do ceticismo quando se abandona a doutrina de que Cristo é Deus em favor de uma posição intermediária.

13. Lewis, Mind and the World-Order , p. 281.

14. Machen, Christianity and Liberalism , pp. 28-29.

15. Para aqueles que ainda se sentem desapontados com a admissão da probabilidade no cristianismo, que tomem ânimo lembrando-se de que, se nossa análise estiver correta, o sistema do cristianismo só poderá ser refutado pela probabilidade. Talvez a nossa perda seja um ganho?

16. Human Nature , p. 121.

17. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.), p. 206.

18. Demos, The Philosophy of Plato , pp. 26-27.

19. Citado em Ferré, Swedish Contributions to Theology , p. 55.

20. Machen desafia com razão a duplicidade daqueles modernistas que rejeitam a absolutismo do cristianismo e, ainda assim, continuam a se chamar cristãos. “Na fundação da vida de cada corporação está o contrato social, no qual os objetivos da corporação são estabelecidos. Outros objetivos podem ser muito mais desejáveis do que esses objetivos, mas se os diretores usam o nome e os recursos da corporação para perseguir os outros objetivos, eles estão agindo ultra vires da corporação. Assim é com o cristianismo . . . a questão do que é o cristianismo só pode ser determinada por um exame dos primórdios do cristianismo.” Machen, Christianity and Liberalism, p. 20. Alguém ainda é aristotélico se segue a Bergson? Pode-se ser cristão rejeitando a validade dos documentos que sustentam o cristianismo?

21. Pode parecer que ignoramos a objeção católica romana à nossa estrutura, segundo a qual os protestantes são impotentes para aplicar seus critérios de autoconsistência horizontal e adequação vertical aos fatos. Lippmann resume o problema em seu livro A Preface to Morals ('Um Prefácio à Moral'), p. 34: “Por mais completa que tenha sido a vitória do Dr. Machen sobre os liberais protestantes, ele não permaneceu por muito tempo no controle do campo. Há um fundamentalismo mais profundo do que o dele, e baseia-se em uma experiência contínua mais longa. Este é o ensinamento da Igreja Católica Romana. De um padre dessa igreja, o Padre Riggs, veio a crítica mais penetrante ao caso do Dr. Machen. Escrevendo no Commonweal , o Pe. Riggs aponta que ‘os fundamentalistas são quase impotentes. Eles estão impedidos, por assim dizer, de conter as águas vorazes do agnosticismo porque não podem, enquanto permanecem leais aos reformadores (protestantes)... estabelecer limites para a crítica destrutiva da Bíblia sem apelar de forma antiprotestante para a tradição’. O Padre Riggs, em outras palavras, está perguntando aos

fundamentalistas protestantes, como o Dr. Machen, como podem ter certeza de que conhecem esses fatos sobre os quais afirmam que a religião cristã está fundada.” A resposta para isso é simples. O cristão conhece os fatos sobre os quais baseia seu sistema por meio do método gramático-histórico. Como o estudioso católico romano os conhece? Por tradição? Como ele conhece a tradição? Por outra tradição? Ele precisa parar em algum lugar e, quando o fizer, ou apresentará os critérios que sugerimos, ou recuará para um imediatismo religioso e misticismo. Se ele escolher o primeiro, não terá argumentos contra Machen; e se escolher o segundo, não poderá verificar sua tradição.

Capítulo VII

Ponto de Partida: Natureza

Quanto à palavra que nos disseste em nome de Jeová, não te ouviremos. Mas certamente cumpriremos toda palavra que saiu da nossa boca, de que queimaremos incenso à rainha do céu, e lhe derramaremos libações, como temos feito, nós e nossos pais . . . pois então tínhamos fartura de pão, e estávamos bem, e não vimos mal algum. Mas desde que cessamos de queimar incenso à rainha do céu, e de lhe derramar libações, tem-nos faltado tudo, e temos sido consumidos pela espada e pela fome.—Livro de Jeremias.

V ISTO que alguém já está dentro de um sistema de filosofia antes de conhecer os detalhes de exatamente como chegou lá, provavelmente nenhuma pergunta mais difícil pode ser enfrentada ao se estabelecer uma cosmovisão do que a do ponto de partida. Isso é especialmente verdadeiro no cristianismo, pois a maioria de seus seguidores foi criada em seus preceitos ou foi convertida a ele como um sistema de teologia en bloc ('em bloco'). Mas a satisfação pessoal dentro de um sistema de pensamento não é suficiente para atrair outros para ele. Para uma pessoa de fora do redil cristão, o cristianismo, em vez de ser coerente, parece ser o candidato menos provável à verdade. É, portanto, muito necessário que detalhemos com cuidado esse passo crucial que alguém deve dar para conseguir apreciar um determinado movimento de pensamento.

Duas escolas de pensamento disputam reconhecimento sobre a questão do ponto de partida e sua importância. Uma delas afirma que o ponto de partida determina o sistema,[1] enquanto a outra considera isso uma questão de indiferença.[2] A última posição parece ser a mais

convincente, pois aparenta ter pouca consequência onde alguém inicia uma investigação, contanto que seja fiel a toda a sua experiência antes de concluir. Se uma moeda for perdida em um gramado, obviamente é possível começar aqui ou ali sem comprometer as chances de finalmente encontrar o dinheiro, desde que, é claro, haja tempo suficiente para cobrir toda a área antes de desistir. O mesmo parece ocorrer na filosofia; mas, na realidade, os casos não são paralelos, e isso por pelo menos duas razões. Primeiro, um filósofo tem apenas setenta anos de vida e, portanto, não pode abranger toda a experiência relevante possível. Para superar essa deficiência, o homem compensa tornando-se irredutível em seu caminho e pensando que cobriu toda a experiência pertinente. Uma vez empirista, sempre empirista. A exceção apenas serve para estabelecer a força da regra. Segundo, quando alguém inicia sua filosofia à parte da pressuposição da existência de um Deus racional, joga-se em um mar de fatos objetivamente não relacionados. Mesmo na infinidade, um homem finito não conseguiria unir os fatos infindáveis gerados no ventre do acaso. E mesmo que o fizesse, sua interpretação estaria sujeita a mudanças sem aviso prévio, pois o fluxo da realidade pode mudar a qualquer momento.

O cristão acredita que o ponto de partida controla tanto o método quanto a conclusão. A filosofia é como uma ferrovia sem desvios — uma vez que um homem se compromete com uma dada direção, seu resultado está determinado. Caso mude de ideia sobre a sabedoria de seu percurso, seu único recurso é voltar e começar em outra via. Uma mudança do idealismo para o pragmatismo envolve uma mudança no ponto de partida, no método e na conclusão.

I. A Natureza do Ponto de Partida

Em termos gerais, a experiência é o único ponto de partida possível para qualquer filosofia, pois o pensamento não opera no vácuo; o homem deve estar vivo para pensar, e pensar é ter experiência. Mas ao dizer isso, dizemos muito pouco, pois o fato de começarmos a pensar com a experiência não constitui um ponto de disputa entre os filósofos. Tanto o cético quanto o idealista absoluto começam com a experiência. Vamos, portanto, dividir a questão em dimensões mais precisas. Três pontos de partida gerais são discerníveis: o temporal, o lógico e o sinóptico. Nossos termos são inteiramente arbitrários, mas representam três abordagens genuínas a um sistema filosófico.

A. Temporal Starting Point

Com isso queremos dizer o condicionamento natural que alguém recebe ao passar da adolescência para a vida adulta, quando preconceitos, proclividades e pressuposições tornam-se parte real da bagagem do filósofo.[3] Podemos, no entanto, passar por cima deste nível, pois ele é comum a todos os homens e, portanto, anula-se.

B. Logical Starting Point

O ponto de partida lógico é o princípio coordenador supremo que dá ser e significado à multiplicidade do universo espaço-temporal. Para Tales, era a água; para Anaxímenes, era o ar. Para Platão, era o Bem; e para o cristão, é a Trindade. O ponto de partida lógico é o princípio mais elevado que se introduz para dar unidade e ordem à sua interpretação da realidade. É por isso que é o ponto de partida lógico — é o que se concebe logicamente como o elemento sintetizador abrangente que une os particulares.

C. Synoptic Starting Point

Todos os pontos finais lógicos devem ser testados, no entanto, e a única maneira de fazer isso é elaborar um procedimento de partida ainda mais primitivo. O ponto de partida sinóptico é o servo do ponto de partida lógico. É a resposta à pergunta: Como você prova o ponto de partida lógico? Um homem começará sinopticamente seu livro-texto de filosofia naquele ponto que, quando levado até o fim, estabelecerá as bases para o que o sistema exige como seu ponto de partida lógico. O valor de um ponto de partida sinóptico está condicionado à sua capacidade de fundamentar o caso para o ponto de partida lógico. Para um homem dizer que começa seu sistema com Deus não é dizer nada significativo, até que seja apontado quando e como este ponto de partida pode ser desfrutado.

Uma vez que a divergência entre as filosofias surge de pontos de partida sinópticos concebidos de várias maneiras, é da maior importância que sejamos precisos nesta junção de nosso estudo. Conforme concebemos, existem três pontos de partida sinópticos: experiência inefável interna, experiência efável interna e experiência efável externa. Vamos nos estender um pouco sobre estes.

1. Experiência inefável interna. Esta é aquela atividade da consciência que traz uma certeza imediata à alma de uma realidade que é esmagadora e inefável, como a experiência mística de ser engolido em Deus. Devemos passar por cima disso por razões declaradas anteriormente. A verdade é a consistência sistemática e deve ser expressa em proposições comunicáveis. Mas isso é impossível no misticismo.

2. Experiência efável interna. Nem toda experiência na alma é incapaz de ser expressada em palavras. Como a história do racionalismo prova, miríades são aquelas mentes agudas que têm estado convencidas de que, através de uma busca pelas habilidades residentes da alma, princípios universais e necessários, que são independentes da percepção sensorial, podem ser localizados e traçados. Este é o curso que o cristão seguirá, então vamos contorná-lo por enquanto para retornar a ele mais tarde. A segurança desta posição não deve ser confundida com o subjetivismo inefável do misticismo, no entanto, pois pelo método da experiência interna efável "uma verdade é vista em suas relações com outro conhecimento, e assim com algo da certeza que acompanha a demonstração", mas "não é nenhuma garantia única e mística que a garante, mas pura coerência".[4]

3. Experiência externa dizível . Descontentes com o pouco que se pode encontrar buscando na alma, os homens voltaram-se para a percepção sensorial como o veículo dos dados a partir dos quais o conhecimento é construído. Iniciado classicamente por Aristóteles e Tomás de Aquino, este método, conhecido como empirismo, tem desfrutado de tremenda atenção. Nós o rejeitaremos, no entanto, devido à sua incapacidade de fornecer verdade imutável. A verdade, assim como a água, não soa mais alto do que a sua fonte.

II. Uma Crítica da Teologia Natural

Como a teologia é a 'ciência de Deus', a teologia natural é aquele método de epistemologia que alguém segue quando busca estabelecer a existência de Deus a partir de um exame do conteúdo da percepção sensorial. Tomás de Aquino defendeu a teologia natural em dimensões clássicas. “O único caminho que pode nos conduzir ao conhecimento do Criador deve ser aberto através das coisas dos sentidos.”[5] “A fé pressupõe o conhecimento natural, assim como a graça pressupõe a natureza e a perfeição o perfectível.”[6] Isso significa que Tomás está confinado a todas as dificuldades de uma epistemologia da tabula rasa .

As impressões sensoriais são a única fonte primária de conhecimento. Nihil est in intellectu nisi prius fuerit in sensu ('nada há no intelecto que não tenha primeiro estado nos sentidos'). Não há 'ideias inatas'; tampouco há quaisquer noções, dentro do alcance natural da experiência, infundidas na mente por uma influência Divina. Antes que o intelecto tenha recebido as impressões dos sentidos, ele é uma tabula rasa ('tábula rasa'), uma tabuleta — a comparação é tirada de tabuletas cobertas de cera para fazer anotações — sem nenhum sinal gravado nela. A estimulação dos sentidos por algum objeto existente fora do organismo é a condição necessária para o início da vida mental. Se um sentido estiver faltando, nenhuma ideia correspondente poderá ser formada pela mente.[7]

Seguindo Hugo de São Vítor, Tomás afirmou que a razão lida com o que pode ser demonstrado, enquanto a fé lida com o que é aceito por autoridade. A razão pode demonstrar a existência de Deus sem a ajuda da revelação; ela trabalha apenas com dados abstraídos do mundo da sensação. Tomás vacila nessa epistemologia da tabula rasa , no entanto, quando confessa que “saber que Deus existe de

uma forma geral e confusa está implante em nós por natureza”,[8] pois, se o conhecimento de Deus não é inato, como então ele pode estar 'implantado' em nós por natureza?

Vamos examinar as provas teístas que Tomás usa para demonstrar a existência de Deus a partir da experiência sensorial. Se Tomás obtiver sucesso nessa imponente demonstração, certamente tal feito empequecerá qualquer coisa que séculos de aplicação cuidadosa do método científico começaram a desfrutar.[9]

A. Provas Empíricas para a Existência de Deus

1. A partir do movimento. O movimento é a mudança que uma coisa sofre quando passa da potência ao ato, como o menino, que pode crescer, cresce. A menos que se possa confiar nos sentidos de que o movimento é real, a vida é uma ilusão e nada tem sentido. Mas para que um objeto passe da potência ao ato, ele deve ser movido por outro, assim como o menino em crescimento é influenciado pelos nutrientes no corpo. Se não fosse assim, tudo estaria simultaneamente em ato e em potência, um estado de coisas repugnante à razão. Todo ato é o resultado do ato. Mas não podemos ir ao infinito, pois então não haveria primeiro ato e, portanto, nenhum movimento subsequente. Mas há movimento subsequente. Portanto, existe um Primeiro Motor, e sabemos que este é Deus.[10]

2. A partir da causa eficiente. As percepções sensoriais nos informam que há efeitos que decorrem de causas eficientes. Mas uma causa eficiente não pode ser a causa de si mesma, pois então ela seria anterior a si mesma, o que é contraditório. Esta série não pode ir ao infinito, pois então não haveria primeira causa eficiente e nenhuma causa e efeito intermediários. Mas a experiência testemunha

abundantemente a existência de causas intermediárias. Portanto, Deus, a primeira causa eficiente, existe.

3. A partir da contingência. A experiência nos ensina que todas as coisas dependem de outra para o seu ser, uma vez que são capazes tanto de ser quanto de não ser. Mas, se tudo pode não-ser, então, em um tempo infinito, tudo seria um não-ser, visto que na infinidade todas as combinações possíveis se consomem. Contudo, do nada, nada pode vir; portanto, nada atualmente existe. Mas isso é ridículo. Portanto, devemos postular um Ser necessário, e a isso todas as pessoas chamam de Deus. Em suma, se tudo é contingente, ou seja, se tudo depende para a sua existência de outro, então Deus deve existir como o Sustentador da contingência. Acaso Kant não sugeriu que, se algo existe, algo necessariamente existe?

4. A partir dos graus de perfeição. Os argumentos a partir do movimento e da causa eficiente explicam a existência, mas não a perfeição, de Deus. No universo, vemos efeitos que estão nos estados positivo e comparativo — bom, melhor, nobre, mais nobre, etc. Mas estes se apoiam, quanto ao seu significado, em seus superlativos, pois, sem estes superlativos, os comparativos são ininteligíveis. Uma coisa é melhor apenas em relação àquilo que é o melhor. Mas, como Tomás pressupõe, nenhuma perfeição pode existir no efeito em um grau comparativo que já não existisse primeiro na causa como um superlativo. O melhor é a causa exemplar do melhor, e esta causa exemplar é Deus.

5. A partir do governo e da teleologia. A experiência nos diz que a natureza é sabiamente governada, uma vez que os corpos agem para fins específicos. Mas tal ação é o resultado de um propósito, pois a teleologia só pode derivar de uma mente planejadora. Alguma mente cósmica deve

existir, portanto, para direcionar a bolota para o carvalho e a criança para o homem. A seleção natural ou o mecanicismo são inadequados para explicar a presente ordem de perfeição. O Ser cuja mente controla a natureza, todos passam a conhecer como Deus.[11]

B. Objeções Gerais às Provas Empíricas

1. O empirismo culmina no ceticismo. Hume levou a sério o ditado de Tomás, nihil est in intellectu nisi prius fuerit in sensu,[12] ('nada há no intelecto que antes não tenha passado pelos sentidos') e demonstrou que, por meio dele, nada de normativo pode ser encontrado. Se tudo com que a mente tem para trabalhar são percepções sensoriais como relatórios à mente do que está acontecendo no mundo externo, o conhecimento jamais pode ascender ao universal e ao necessário, pois do fluxo apenas o fluxo pode advir. Nunca se pode ascender a uma demonstração do imutável a partir de evidências que os sentidos relatam, uma vez que eles testemunham apenas uma sucessão de impressões. Agostinho aponta que a verdade imutável não existe e não pode existir em seres mortais. “Pois, o que quer que exista em alguma coisa não pode durar a menos que dure aquilo em que existe. Mas acabamos de admitir que a verdade dura mesmo quando as coisas verdadeiras perecem. Portanto, a verdade não tem sua existência em coisas mortais.”[13] O ceticismo de Hume resulta quando alguém constrói sua epistemologia sobre o testemunho da experiência sensorial. Tudo o que se pode fazer com base nisso é descrever uma série de impressões desconexas. Retirar a imutabilidade do mutável superaria os truques de Houdini.

2. O princípio da parcimônia elimina o Deus cristão. Hume estabeleceu o ritmo para todos os empiristas ao ditar que a causa deve ser proporcional ao efeito, significando que, por

indução, não se deve introduzir mais para explicar um efeito do que uma causa grande o suficiente para dar conta do efeito, mas não maior. De fato, se essa regra não fosse rigidamente aplicada, poderíamos demonstrar a partir do relógio a idade do relojoeiro, a cor de seu cabelo, a frequência com que faz a barba e se ele costuma dar passeios à tarde de domingo à beira da lagoa. Não é surpreendente, à luz dessa regra de parcimônia, que Tomás pudesse demonstrar a unidade, a infinidade, a santidade, a bondade e a eternidade de Deus a partir do tremor de uma única e finita folha de grama?

A Trindade é infinita; portanto, ela é eliminada como aquele Ser que pode ser provado pelo empirismo. A razão para isso é que o mundo é finito — assim dizem os nossos sentidos —, e para explicar um efeito finito basta introduzir uma causa equivalente para produzir o efeito conhecido.

Quando inferimos qualquer causa particular a partir de um efeito, devemos proprocionar uma à outra, e jamais nos é permitido atribuir à causa quaisquer qualidades além daquelas exatamente suficientes para produzir o efeito. Um corpo de dez onças levantado em qualquer balança pode servir como prova de que o peso de contrapeso excede dez onças; mas jamais pode fornecer motivo para afirmar que excede cem. Se a causa atribuída a qualquer efeito não for suficiente para produzi-lo, devemos rejeitar tal causa ou acrescentar-lhe qualidades que lhe deem uma proporção justa em relação ao efeito. Mas se lhe atribuirmos mais qualidades, ou afirmarmos que é capaz de produzir outros efeitos, estaremos apenas nos entregando à licença da conjectura e supondo arbitrariamente a existência de qualidades e energias sem razão ou autoridade.[14]

Esta conclusão de Hume é evidente demais para exigir longas discussões. O Deus cristão é infinito; ao passo que

tudo o que é necessário para explicar um universo finito é um deus finito. Portanto, não se pode introduzir empiricamente o Deus cristão como aquela causa que decorre demonstravelmente de um exame do fluxo de impressões sensoriais. Empiricamente, algo menos do que Deus é exigido para dar conta das coisas. Enfatizamos isso aqui por duas razões. Primeiro, Tomás pretendia demonstrar empiricamente um Deus infinito. Ele falhou. Segundo, sem a Trindade, o problema do um no muitos não pode ser resolvido. Com essa perda, perde-se também a verdade, uma visão racional do universo e a esperança pessoal na imortalidade. A perda não deve ser minimizada.

3. A falácia da importação. Tomás retruca que ele está liberto das pinças da regra da economia ao apelar para o ditado da impartação, a saber, que a Causa do mundo não esgotou Seus atributos ao dar ser ao mundo, mas meramente impartiu alguns deles, uma quantidade proporcional. O artista que molda o barro é uma causa que possui toda a perfeição encontrada no efeito, “e pode possuir mais ”.[15] Assim, podemos defender a Trindade, pois uma causa pode ter mais perfeições do que as que são impartidas ao efeito.

Dado que uma causa pode ter mais perfeições do que as que se veem no efeito — assim como o relojoeiro pode possuir mais atributos do que os que se manifestam na obra de um único relógio —, ainda assim, não há um modo empírico de determinar se as perfeições adicionais presumidas como presentes na causa realmente estão lá ou não — assim como não se pode demonstrar a partir do relógio que o relojoeiro poderia ter feito um relógio melhor: ele pode ter esgotado toda a sua habilidade neste relógio. O princípio da economia é irrefutável. A partir da proposição: 'Todo A é B', por conversão simples, pode-se apenas

demonstrar a proposição, ‘Algum B é A', embora, com certeza, ‘Todo B possa ser A'. A proposição nos informa simplesmente que B é pelo menos tão extenso quanto A; se B é mais extenso que, ou coextensivo com, A, nenhuma pista é dada no próprio problema. Pode-se comprazer e especular, mas ao fazê-lo, abandona-se o reino da demonstração estrita. Da mesma forma, o universo finito não exige para a sua explicação a existência de uma causa infinita. Pode-se saber por outros fundamentos que Deus tem mais perfeições do que o universo exibe — um método que seguiremos muito em breve —, mas este método não é uma demonstração. Trata-se de uma hipótese indutiva baseada em uma análise cuidadosa das evidências. A demonstração só está presente quando se mostra que uma conclusão decorre necessariamente de uma premissa evidente por si mesma ou quando se mostra que o contraditório da proposição é falso.

4. Falácia do Deus único. Empiricamente, Tomás tentou raciocinar em direção à existência de um Deus por meio de cinco provas diferentes. Por que isso decorre? Precisamos de uma prova empírica adicional para mostrar que um, e não cinco deuses diferentes, está sendo demonstrado. Como podemos ter certeza de que o Deus provado no primeiro argumento é a mesma Divindade que é o Governador moral do mundo? Visto que nenhum precisa ser infinito, pois o efeito é finito, há espaço não apenas para cinco, mas para milhares de deuses.

5. Falácia da antecipação. ‘Tomás e outros, aproximando-se do universo com pressuposições existenciais, poderiam encontrar Deus escrito em cada área dele; há mais significado do que geralmente se pensa na afirmação de que apenas um cristão poderia ter formulado a “prova quádrupla/quíntupla”.’[16] Os alemães chamam esse procedimento de Tendenz — aquela forte inclinação que

induz o investigador a uma dada conclusão antes que os dados sejam examinados.

Apesar de Aristóteles nunca ter sonhado em demonstrar um Deus pessoal, criador e sustentador, a Divindade a que Tomás pretendia chegar era tudo isso e muito mais. O Primeiro Motor Imóvel de Aristóteles era ignorante da estrutura atual da natureza; não criou nada; não ofereceu nenhuma auto-revelação; e não manteve nenhuma providência sobre o universo. Tão não-cristão era o princípio da física de Aristóteles para explicar o movimento, que homens como Alexandre de Afrodísias (c. 200 d.C.) interpretaram Aristóteles de forma naturalista e behaviorista, livrando assim o estagirita de todas as conotações teístas.

Contudo, contra tudo isso, Tomás se propõe a cristianizar o Deus de Aristóteles. Por quê? Porque ele tinha uma percepção maior da natureza do empirismo do que o Filósofo? Dificilmente, pois ele não teve acesso a mais dados do que Aristóteles antes dele. Em vez disso, tendo aprendido a conhecer e amar a Deus através da Sua revelação, ele então voltou para a natureza, apelando para o puro empirismo. Armado com a convicção de que a Trindade é o Deus verdadeiro, Tomás não teve dificuldade em reintroduzir no sistema de aristóteles noções como criação divina, exemplarismo e providência. A própria ânsia que Tomás demonstrou em renovar Aristóteles é prova gritante de que ele antecipou a natureza com um Deus que encontrou por meios que não o empírico. William Adams Brown resume bem essa falácia.[17]

O propósito declarado do argumento é descobrir uma causa adequada para explicar o mundo que vemos, mas a suposição implícita é que essa causa deve, ao mesmo tempo, ser tal que satisfaça os anseios e necessidades

religiosas do homem. Mas esse resultado só é possível na medida em que lemos na evidência dados que nossas intuições religiosas fornecem; em outras palavras, à medida que introduzimos em nosso procedimento juízos de valor de um tipo que o raciocínio científico ordinário exclui.

Esta observação se aplica a Tomás e não ao conservador porque o primeiro, ao contrário do segundo, está apelando para a demonstração empírica como base para o conhecimento de Deus. Aristóteles demonstrou um princípio da física; Tomás usou exatamente os mesmos argumentos e chegou a um Deus pessoal. Não foi isso porque Tomás já tinha experiência de coração do verdadeiro Deus? Ora, "se Deus fosse uma personalidade, manifestando-se nos valores, mas transcendendo-os, era impossível continuar a concebê-lo no modelo de Aristóteles, pois uma personalidade é interessada e ativa".[18]

6. Dificuldade do compromisso. Quando alguém inicia sua filosofia de uma determinada maneira, ele está comprometido com suas implicações até o fim. Ao seguir o empirismo, prova-se (se os argumentos forem válidos) não o Deus cristão, mas o Deus de Aristóteles. Ora, uma vez que estamos comprometidos com essa posição, como podemos mostrar que o que demonstramos é o Pai de Jesus Cristo? Outra demonstração é necessária para mostrar essa transição. Alguns tentam evitar a dificuldade dizendo que não há problema algum. "O que a teologia católica sustenta é que a razão por si só pode descobrir um Deus, e que esse Deus que ela descobre já é o verdadeiro Deus, justamente porque não há outro, e que qualquer verdade que

conhecemos sobre Deus pode consequentemente se aplicar apenas a Ele."[19] Este argumento, no entanto, não é bem-sucedido, pois pressupõe exatamente o ponto em questão — a saber, que o Deus cristão é o verdadeiro Deus. Isso de forma alguma foi demonstrado ainda. Os dados da natureza são satisfeitos pela ideia de forma suprema de Aristóteles, então por que avançar para o princípio mais complexo, a Trindade? Além disso, por que o Motor Imóvel deve ser identificado com a Trindade? Por que não um dos deuses dos pagãos? Um bom empirista deveria apresentar outra demonstração para nos ajudar aqui. A incapacidade do Deus de Aristóteles de ser convertido na Trindade cristã por demonstração empírica é um aviso ao cristão, para não cristianizar Aristóteles, mas, sim, para rejeitar o empirismo sobre o qual se baseia a prova para este Deus.

7. Pressuposições não empíricas. Provar a existência de Deus a partir do fluxo da natureza requer conceitos que não podem ser encontrados na própria natureza. Para conhecer o movimento, deve-se primeiro conhecer o seu correlato, o imovido; para conhecer o causado, deve-se primeiro conhecer o não causado; assim como para conhecer o contingente, deve-se conhecer o não contingente, o imperfeito o perfeito, e o relativo o absoluto. Assim, os argumentos empíricos em favor de Deus só são bem-sucedidos ao começarem com conceitos que são significativos quando Deus já é conhecido, pois só Ele é o imovido, o não causado, o não contingente, o perfeito e o absoluto. Nada no panta rei ('tudo flui') da história pode nos dar uma impressão sensorial desses conceitos. Tudo o que a experiência pode oferecer é uma série de leituras de

ponteiros; o fluxo da experiência pode ser manipulado, mas não conhecido.

C. Objeções Específicas às Provas Empíricas

1. Argumento a partir do movimento . Embora seja o mais claro para a mente de Tomás, este argumento perdeu a sua força hoje. O universo do homem moderno é dinâmico; ele está em movimento. A primeira lei do movimento de Newton ensina que todo corpo em movimento continua a mover-se na mesma direção e com a mesma velocidade até ser impedido por uma força externa. A direção do movimento , portanto, e não o movimento, é tudo o que se precisa explicar empiricamente. Mas a mudança de movimento pode ser perfeitamente explicada no curso da própria experiência, e qualquer recurso ao postulado de um Motor Imóvel torna-se supérfluo.

Em seguida, uma vez que a experiência sensorial só pode nos dizer que todas as coisas estão em fluxo, não podemos apelar para a doutrina aristotélica de potência e ato, a base do argumento, caso em que a validade da estrutura desmorona. De acordo com Hume, a norma dos empiristas, a mente tem simplesmente um fluxo de impressões. Essa observação elimina os movimentos de ato e potência, pois todas as impressões são homogêneas. Apenas na experiência não conseguimos discernir nenhuma conexão entre as impressões e, portanto, não há potência nem ato.

Já no século XVIII, Hume havia demonstrado que não havia possibilidade de demonstrar nem a capacidade produtiva nem a compulsão. Ele apontou que havia toda razão para supor que a causa e o efeito estavam relacionados como se a causa produzisse e necessariamente produzisse o efeito, mas nenhuma base para supor que ela realmente o fizesse. Houve várias respostas a Hume, mas nenhuma foi

convincente, exceto talvez aquelas que contornaram o problema ao negar totalmente a existência de um mundo de eventos físicos.[20]

Não se pode recorrer ao intelecto como base para a estrutura de potência e ato, pois isso é descartado por uma epistemologia de tabula rasa . A razão só pode trabalhar com impressões e não há impressão de ato ou potência. As impressões simplesmente são.

Finalmente, o movimento, em vez de ser a coisa mais evidente aos sentidos, é, na realidade, um assunto deplorável e complexo. Empiricamente podemos descrever impressões, mas não temos noção de qual seja a essência dos fenômenos. O elétron, presumivelmente o centro do movimento, é um mistério para o cientista. Como, então, pode-se apelar empiricamente para o movimento como prova de Deus? O desconhecido é geralmente conhecido através do conhecido, não através de outro desconhecido. O empirista não pode conhecer a essência do movimento a partir da experiência, pois não se observa que a impressão do movimento traga consigo a sua própria explicação. Não se resolve um problema já difícil introduzindo um mais difícil.

2. Argumento da causa eficiente. Podemos argumentar o mesmo aqui. Hume mostrou cuidadosamente que o que pensamos ser uma conexão entre causa e efeito é apenas uma fixação da mente e não representa uma inferência válida a partir da percepção sensorial. Causa e efeito são apenas hábitos ou convenções do intelecto que expressam impressões invariavelmente relacionadas que surgiram da observação do fluxo. A causação "não implica mais do que isto, que objetos semelhantes sempre foram colocados em

relações semelhantes de contingência e sucessão". [21] Isto remove o suporte do argumento.

Novamente, o que o empiricista quer saber é por que o universo precisa ter uma causa eficiente. Se nenhuma razão precisa ser dada para o estado sem causa de Deus, por que não transferir essa prerrogativa para o universo? "Ao supô-lo como contendo o princípio de sua ordem em si mesmo, nós realmente afirmamos que ele é Deus; e quanto mais cedo chegarmos a esse Ser Divino, tanto melhor. Quando você dá um passo além do sistema mundano, você apenas desperta um humor inquisitivo que é impossível de satisfazer."[22] Novamente,

Pelo que podemos saber a priori , a matéria pode conter a fonte ou mola da ordem originalmente em si mesma, tanto quanto a mente o faz; e não há maior dificuldade em conceber que os vários elementos, a partir de uma causa interna desconhecida, possam cair no arranjo mais primoroso, do que conceber que suas idéias, na grande mente universal, a partir de uma causa interna desconhecida semelhante, caiam nesse arranjo.[23]

3. Argumento a partir da contingência . Se o universo é contingente em sua totalidade, é claro, ele deve ter uma causa. Isso decorre da definição de contingente. Mas há alguma evidência empírica de que o universo inteiro é contingente? Dificilmente. Nem começamos a explorar todo este mundo. A abordagem mais otimista que se pode tomar é dizer que até o momento todos os fatos observáveis são contingentes. Mas pode "uma conclusão, com qualquer propriedade, ser transferida das partes para o todo? A grande desproporção não proíbe toda comparação e inferência? Ao observar o crescimento de um fio de cabelo, podemos aprender algo sobre a geração de um homem? O

modo como uma folha desabrocha, ainda que perfeitamente conhecido, nos proporcionaria alguma instrução sobre a vegetação de uma árvore?"[24] Quando Tomás raciocina a partir da contingência para a existência de Deus, ele deixou de desempenhar o papel de empiricista. Deve-se pelo menos esperar até que ele tenha examinado o outro lado da lua antes de estar tão seguro de que tudo é contingente. Talvez haja alguma não-contingência lá que satisfaça a nossa necessidade.

4. Graus de perfeição. Empiricamente, isso é muito fraco, pois apenas a partir da sensação não se pode traçar nenhuma distinção entre o bom e o mau, o perfeito e o imperfeito. Um empiricista só pode descrever o que acontece no mundo da mudança, pois, além da mera descrição, ele deixa de ser um empiricista. Tabula rasa ('tábula rasa'), é sem sentido falar de um bezerro de quatro patas como sendo melhor do que um de cinco patas. Este último, não menos do que o primeiro, é apenas uma série de impressões para o observador. O bezerro de cinco patas é um bezerro de cinco patas e o bezerro de quatro patas é um bezerro de quatro patas. Qualquer coisa boa ou má que exista na natureza é fornecida pelo julgamento do observador e não tem status ontológico em rerum natura ('na natureza das coisas').

Mas, se alguém persiste em acreditar que os adjetivos positivos e comparativos — bom, excelente, nobre, etc. — dependem, para a sua significação aqui e agora, do status ontológico de certos superlativos, certamente deveria se

seguir que todos os adjetivos capazes de graus comparativo e superlativo também possuem contrapartes ontológicas. O mal, portanto, produz uma maldade absoluta. Se a resposta for que todo ser é bom, que não pode haver antecedentes superlativos para o mal ou para a ruindade, pois estes são negativos, a questão então recai sobre o ponto onde o empiricista , que reivindica a tabula rasa e está confinado ao fluxo da natureza, localizou a evidência de que apenas o ser é bom. Para o observador sincero, o mal parece ser tão ontologicamente real quanto o bem. Ou se admite que todos os adjetivos têm seus superlativos objetivos — desprezível produz o mais desprezível, fraco o mais fraco, etc. — ou se nega isso e abandona-se o empirismo. Se alguém é empiricamente justificado em hipostasiar alguns adjetivos , não parece haver ponto de parada lógico que impeça de reificá-los a todos empiricamente. Mas isso provaria demais.

5. Teleologia e governo. Esta é a prova teísta mais impressionante, pois até o mais rude positivista lógico deve confessar que os símbolos que ele usa na correlação da natureza assumem um padrão de simetria e ordem, apesar do seu esforço. A menos que alguém seja completamente cego à evidência empírica, deve confessar com Kant que há uma ordem no mundo que evidencia uma conformidade aos fins tão espantosa que mal se pode resistir à tentação de postular algo subsistente por si mesmo por trás dela como causa.[25]

Concedida a validade do argumento a partir da perfeição, contudo, deve-se tomar cuidado para permanecer dentro da evidência empírica quando se raciocina tabula rasa ('tábula rasa'). A conscientização no empirismo indica que a vida é um assunto misto: em parte bom e em parte mau. Devemos então raciocinar a partir disso para um Deus absolutamente

bom? É difícil ver como isso se segue. A presença do mal é indiscutível.

Olha em redor deste universo. Que imensa profusão de seres, animados e organizados, sensíveis e ativos! Admiras esta prodigiosa variedade e fecundidade. Mas examina um pouco mais de perto estas existências vivas, os únicos seres dignos de consideração. Quão hostis e destrutivos uns para com os outros! Quão insuficientes todos eles para a sua própria felicidade! Quão desprezíveis ou odiosos para o espectador! O todo não apresenta senão a ideia de uma Natureza cega, impregnada por um grande princípio vivificante, e derramando do seu seio, sem discernimento ou cuidado paternal, os seus filhos aleijados e abortivos![26]

Quando se observa a história da humanidade, a luta dos animais, o desperdício e a destruição incalculáveis na natureza, o massacre impiedoso dos valores humanos e a morte do universo sob a ação da segunda lei da termodinâmica, é difícil empiricamente afirmar que o universo é tão perfeito quanto os defensores dos argumentos de Aristóteles precisam que ele seja para que os argumentos tenham relevância.[27] Não é evidente que, quando raciocinamos segundo o padrão da relação entre o artista e sua obra, quanto pior for a obra, menos perfeição atribuímos a ele? Uma lasca na estátua ou uma falha na tela tornam o artista inferior. Deus, portanto, não é menos do que perfeitamente perfeito? Pode-se pensar em um sem-número de maneiras de melhorar o universo, desde a remoção de mosquitos e formigas em piqueniques até a colocação de dois corações no homem, um para bombear sangue enquanto o outro está sendo reparado. Em suma, o universo evidencia maldade demais em si para suportar o peso do argumento teleológico.

D. Conclusão

Mais um ponto. Mesmo que estabelecêssemos a noção de mente infinita, Hume se pergunta quanta relevância empírica tal conceito possui. “Uma mente cujos atos, sentimentos e ideias não são distintos e sucessivos; uma mente que seja totalmente simples e completamente imutável é uma mente que não tem pensamento, nem razão, nem vontade, nem sentimento, nem amor, nem ódio; ou, em uma palavra, não é mente alguma. É um abuso de termos dar-lhe essa denominação.”[28]

Concluamos nosso questionamento do empirismo neste ponto, lembrando aos nossos leitores que, se a verdade deve ser universal e necessária, ela não pode ser derivada de uma análise da percepção sensorial, pois do fluxo apenas o fluxo pode advir. As conclusões do empirismo estão sempre sujeitas a uma nova revisão. O tomismo não pode ser bem-sucedido em resolver o problema do uno no múltiplo devido à sua epistemologia empírica fatal.

Notas

1. Lewis, Mind and the World-Order, **p. 1. “O caráter geral de qualquer filosofia tende a ser determinado por suas premissas iniciais e seu método.”**

2. Brightman, A Philosophy of Religion, p. 343. “Em todo caso, o ponto de partida de alguém não é decisivo em uma investigação filosófica. O mais importante é incluir toda a gama de experiências relevantes antes de concluirmos.”

3. Típico é Kant. “Sua mãe era pietista... Nosso filósofo estava tão imerso na religião da manhã à noite que, por um lado, experimentou uma reação que o levou a ficar longe da igreja durante toda a sua vida adulta; e, por outro lado,

manteve até o fim a marca sombria do puritano alemão e sentiu, ao envelhecer, um grande anseio de preservar para si e para o mundo os essenciais, pelo menos, da fé tão profundamente inculcada nele por sua mãe.” Durant, The Story of Philosophy, p. 285.

4. Blanshard, The Nature of Truth , II, p. 224.

5. Gilson, The Philosophy of St. Thomas Aquinas, p. 64.

6. Aquinas, Summa , I. Q. 2, A. 2.

7. Essays in Thomism (Brennan, O.P., ed), p. 41.

8. Summa, I. Q. 2, A. 1.

9. Cuidemos para assinalar que Tomás está se referindo à demonstração dedutiva, e não à indução provável, em sua prova de Deus. “Podemos demonstrar a existência de Deus a partir de Seus efeitos.” Summa , I, Q. 2, A. 2. Isso significa que a prova deve carregar a mesma obrigatoriedade que uma equação matemática ou um caso de silogismo.

10. “Dizemos, portanto, que Deus é um ser vivo, eterno, sumamente bom, de modo que a vida e a duração contínua e eternamente pertencem a Deus; pois isto é Deus.” Aristóteles, Metaphysics, XII (1072b).

11. O texto completo dessas provas encontra-se na segunda questão da primeira parte da Summa. Por razões de economia, não as citamos aqui.

12. “Não há nada no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos.” Famoso ditado tomista. Summa, I, Q. 84, A. 6; Q. 85, A. 1. De Veritate, Q. 10, A. 6.

13. Soliloquia, I. IS.

14. Hume, Inquiry, Seção XI.

15. Burtt, Types of Religious Philosophy, p. 100.

16. Henry, Remaking the Modern Mind. p. 225.

17. Pathways to Certainty, p. 160.

18. Joad, God and Evil, p. 224.

19. Gilson, Christianity and Philosophy, p. 38.

20. Joad, op. cit., p. 119.

21. Hume, Treatise, Livro I, Parte III. De nada adianta responder que Hume conduz ao ceticismo, pois isso simplesmente torna a situação de Tomás ainda pior, já que ele, tanto quanto Hume, é um empirista.

22. Hume, Dialogues , Parte IV.

23. Ibid, Parte II.

24. Ibid.

25. “O mundo ao nosso redor abre aos nossos olhos um espetáculo tão magnífico de ordem, variedade, beleza e conformidade com fins que, quer prossigamos nossas observações na infinidade do espaço em uma direção, quer em suas divisões ilimitadas na outra, quer consideremos o mundo em suas maiores ou menores manifestações — mesmo depois de termos alcançado o cume mais alto do conhecimento que nossas fracas mentes podem atingir, descobrimos que a linguagem, diante de maravilhas tão inconcebíveis, perdeu sua força, e os números, seu poder de contagem . . . O universo deve afundar no abismo do nada, a menos que admitamos que, além dessa cadeia infinita de

contingências, existe algo que é primordial e subsistente por si mesmo.” Kant, Crítica da Razão Pura, Dialética Transcendental, III, VI.

26. Hume, Diálogos , Parte XI.

27. “Mil germes vitais, mas apenas um permanece vivo; os outros perecem durante os diferentes estágios de desenvolvimento por falta de condições favoráveis de crescimento, embora sejam em si mesmos capazes de vida. A destruição é a regra; a preservação e a evolução, a exceção.” Paulsen, Introduction to Philosophy, p. 166.

28. Hume, Diálogos, Parte IV. O leitor pode deduzir que nossos argumentos contra Tomás se aplicam também ao conservador, mas não é o caso. A solução para o cristianismo e o problema do mal será tratada mais adiante, no capítulo de mesmo título. Para antecipar, o conservador parte de Deus, não da sensação externa, preservando-se assim do pântano do fluxo.

Capítulo VIII

Ponto de Partida: Natureza (Continuação)

A quem, pois, me fareis semelhante, para que eu seja igual a ele? diz o Santo. Levantai os olhos em alto, e vede quem criou estas coisas; aquele que faz sair o seu exército por conta, e as chama a todas pelo seu nome; por causa da grandeza das suas forças, e por ser forte em poder, nenhuma delas faltará : Eis que as nações são consideradas por ele como a gota de um balde, e como o pó miúdo da balança; eis que ele levanta as ilhas como a uma coisa muito pequena. E o Líbano não basta para o fogo, nem os seus animais para um holocausto. Todas as nações são como nada perante ele; são por ele consideradas menos do que nada e vaidade. — Isaías.

H á outra maneira de expor as inadequações do empirismo para resolver o problema do um no muitos. Trata-se de uma exposição da doutrina clássica escolástico-aristotélica da 'analogia do ser'. Seremos bem breves aqui, pois a analogia é uma questão técnica demais para ser aprofundada com rigor em um livro deste tipo. Além disso, estamos bastante seguros de que podemos apontar o problema central em pouquíssimas páginas.

I. A Estrutura da Analogia do Ser

A. Nenhum Conhecimento Inato

Seguindo o filósofo Aristóteles, Tomás de Aquino rejeitou a doutrina platônica de que os critérios da verdade estão inatamente implantados na mente do homem, marcando assim uma época na história do pensamento cristão. Antes de 1225, a teoria do conhecimento de Platão, sob a

influência do bispo de Hipona, Agostinho, dominava o cenário epistemológico; mas após 1225, o aristotelismo, através do prestígio tomista e árabe, alcançou a posição de poder que hoje desfruta na teologia católica. Pode parecer preciosismo apontar que em Aristóteles os universais são extraídos da sensação e não desfrutam de existência antecedente em um mundo de Ideias, como em Platão; mas a história provou que esse ensinamento fez a diferença entre a preferência da Igreja Ocidental pelo empirismo cristão em vez do racionalismo cristão. Sustentamos que tal postura, se levada às suas conclusões lógicas, é fatal para o cristianismo. O fim do empirismo é o positivismo; e o fim do positivismo é Crátilo, que não conseguia sequer falar, mas apenas acenava com as mãos.

Todo empirista está diante de um dilema. Aquele que não crê em Deus tem dificuldades para encontrar conhecimento normativo que seja válido para o amanhã; enquanto aquele que de fato crê em Deus enfrenta essa mesma dificuldade, além do problema de localizar conceitos que possam ser predicados de Deus. Todos os conceitos devem vir da experiência, mas a experiência só pode nos dizer o que Deus não é. Esta última situação é o destino do tomista. Ele defende a posição de que não temos conhecimento inato de Deus e, portanto, é obrigado a enfrentar o problema de como finalmente conseguimos conhecer a Deus. "Digo que

esta proposição, Deus existe, é por si mesma evidente, pois o predicado é o mesmo que o sujeito, visto que Deus é a Sua própria existência, como será mostrado adiante. Ora, como não conhecemos a essência de Deus, a proposição não é evidente em si mesma para nós, mas precisa ser demonstrada por coisas que são mais conhecidas por nós, embora menos conhecidas em sua natureza — a saber, por Seus efeitos."[1] Esta é a nossa primeira observação. Não há conhecimento eficiente de Deus inato em nossas mentes.

B. Problema da Predicação

Quando examinamos detidamente o que a percepção sensorial nos proporciona, a trama se complica. Todos os conceitos parecem inúteis quando aplicados a Deus, pois Deus ocupa um reino de ser diferente daquele dos fatos a partir dos quais nossos conceitos foram extraídos. A predicação unívoca de Deus, portanto, é impossível. "Podemos ver facilmente a razão. Todos os julgamentos aplicados tanto à natureza divina quanto à humana empregam a cópula 'est'. Mas ficou estabelecido que Deus 'é' não no mesmo sentido em que as criaturas 'são'. O ser criado possui tais perfeições que possa ter na medida em que as recebeu, enquanto, pelo contrário, em Deus não há nada que não seja o Seu próprio ser."[2] Se os empiristas estão confinados à sensação para obter conhecimento, onde podem encontrar quaisquer rationes (gêneros, universais, conceitos de classe) que possam ser aplicados significativamente à Divindade?

Devemos, portanto, concluir que uma proposição sobre uma criatura perde necessariamente todo o significado quando aplicada a Deus? Tal conclusão seria imprecisa e, além disso, perigosa. Pois aceitá-la equivaleria a admitir que, tomando nosso ponto de partida nas criaturas, nada

podemos saber de Deus nem provar nada a respeito Dele sem equívocos contínuos.[3]

C. Via negationis

Não podemos chegar a Deus por meio da negação? Não é tão significativo dizer 'Deus não é isto ou aquilo' quanto dizer que Deus é eterno — não temporal, perfeito — não imperfeito, simples — não complexo, e assim por diante? Certamente podemos começar pela sensação e conhecer a Deus.

Mas a negatio por si só não é suficiente. Primeiro, devemos conhecer a Deus para sermos capazes de dizer que Ele não é isto ou aquilo. Como poderíamos distingui-Lo de 'isto' ou 'aquilo' se não O conhecêssemos primeiro? Segundo, dizer que um piano não é um rizoma não nos dá nenhuma pista sobre o princípio de individuação no piano que o separa de todas as outras coisas que igualmente não são rizomas. Por exemplo, sabemos que um piano não é um rizoma, mas isso não o distingue de um náutilo, que também não é um rizoma. Precisamos de mais do que o caminho da negação para nos ajudar. "Devemos, portanto, admitir uma certa analogia ou proporção entre a criatura e o Criador, cuja base não é difícil de descobrir."[4]

D. Analogia entis

Embora não tenhamos conseguido extrair da sensação nenhum conceito que possa ser predicado sobre Deus, o tomista tem uma solução pronta para o nosso dilema.

Efeitos que são inferiores às suas causas não podem ser descritos nos mesmos termos que as causas, nem especialmente em termos do mesmo significado. No entanto, uma certa semelhança entre causa e efeito deve

ser concedida. Toda coisa produtiva produz naturalmente o seu semelhante . . . Consequentemente, em uma causa superior ao seu efeito, a forma do efeito pode ser rastreada em um certo sentido, mas não no modo real em que ocorre no efeito... Pela mesma razão, e porque Deus confere a todas as coisas todas as suas perfeições, somos capazes de descobrir em todas as coisas a semelhança e a dessemelhança delas em relação a Deus.[5]

A convicção de que uma causa transmite ao efeito todas, uma parte ou uma proporção de suas perfeições forma a base da analogia do ser. "A partir do conhecimento das coisas sensíveis, todo o poder de Deus não pode ser conhecido; nem, portanto, Sua essência pode ser vista. Mas porque elas são Seus efeitos e dependem de sua causa, podemos ser conduzidos por elas a ponto de saber de Deus se Ele existe ."[6] Gastemos aqui algum esforço para compreender a analogia, uma vez que os tomistas afirmam que "não se pode fazer nenhuma pergunta, seja na filosofia especulativa ou prática, que não exija para sua resposta final a compreensão da analogia."[7]

Como preparação para a compreensão da analogia do ser, vamos revisar a relação entre o significado e o uso dos termos. A linguagem é formada pela justaposição de nomes ou termos, termos que podem se referir a coisas diferentes, embora permaneçam inalterados em si mesmos. Por exemplo, dizemos que há um ‘cordeiro’ no campo comendo trevo, e Cristo é o ‘Cordeiro’ de Deus que tira o pecado do mundo. Nosso termo ‘cordeiro’, como todos os outros nomes, pode ser usado de três maneiras: unívoca, equívoca e analógica. Vejamos quais são esses três sentidos. Um termo é empregado de modo unívoco quando é “predicado de coisas simplesmente no mesmo sentido. Assim, ‘homem’ é predicado unívocamente de vários homens, como ‘animal’ é predicado do cavalo, do lobo e do leão. Pois por esses

nomes entende-se ou a espécie que é simplesmente a mesma nos indivíduos da espécie, ou então o gênero que é igualmente simplesmente o mesmo... Assim, o conceito unívoco admite completa separação lógica dos diferentes sujeitos aos quais é atribuído.” [8] “Um termo equívoco é aquele que é predicado de coisas em um sentido inteiramente diferente. Assim, ‘leão’ é predicado equivocadamente do quadrúpede e de um dos signos do zodíaco. Da mesma forma, ‘cão’ é predicado do animal e de uma certa constelação.” [9] Um termo equívoco é um termo ambíguo. A falácia da ‘equivocação’ surge do uso de uma palavra que pode ser tomada em mais de um significado. Finalmente,

Um termo análogo é aquele que é predicado de coisas diferentes nem simplesmente no mesmo sentido, nem em um sentido inteiramente diferente, mas de acordo com uma certa proporção ou proporcionalidade. Um exemplo de analogia de proporção ou de atribuição é o seguinte: a saúde é predicada primariamente do animal; e então, proporcionalmente, como referência ao animal saudável, diz-se que a urina é saudável (como um sinal de saúde), o ar, a comida (como causas da saúde), o remédio... Há uma proporção entre esses análogos, e a denominação extrínseca é suficiente para isso, visto que a saúde está intrinsecamente no animal saudável e apenas extrinsecamente no ar, na urina... Daí esta analogia também ser chamada de analogia de atribuição, porque a

atribuição extrínseca é suficiente para tal analogia. Um exemplo de analogia de proporcionalidade é o seguinte: o que a cabeça é para o corpo orgânico, tal é o general para o seu exército, e o rei para o seu reino.[10]

Para recapitular, os termos podem ser usados de uma entre três maneiras: com apenas um significado (univocamente), com significados diferentes (equivocamente) e com um significado proporcional—parte igual, parte diferente (analogicamente).

O empirista, como temos visto, deve abstrair todos os seus termos de predicação a partir da percepção sensorial. A questão agora se torna: que tipo de termo pode ser usado ao fazer predições sobre Deus—unívoco, equívoco ou analógico? Como, em outras palavras, posso dizer 'A pedra é boa' e 'Deus é bom' e significar algo com isso? Uso o termo 'bom' univocamente? Não, pois é impossível relacionar duas ordens de ser diferentes pelos mesmos termos com exatamente o mesmo significado para cada uma. “A predicação unívoca é impossível entre Deus e as criat uras.,[11] Equivocamente? Apenas em um sentido muito frouxo. “Portanto, tudo o que é dito de Deus e das criaturas é predicado equivocamente."[12] Analogamente? Sim.

Portanto, deve-se dizer que esses nomes são atribuídos a Deus e às criaturas em um sentido análogo , isto é, segundo a proporção. Isso pode ocorrer de duas maneiras: ou conforme muitas coisas são proporcionadas a uma (assim, por exemplo, saudável é predicado da medicina e da urina em relação e em proporção à saúde do corpo, da qual a última é o sinal e a primeira é a causa), ou conforme uma coisa é proporcionada a outra (assim, saudável é dito da medicina e de um animal, visto que a medicina é a causa da saúde no corpo do animal). E desta forma algumas coisas são ditas de Deus e das criaturas analogicamente, e não em

um sentido puramente equívoco nem puramente unívoco. Pois só podemos nomear Deus a partir das criaturas. Daí que tudo o que é dito de Deus e das criaturas é dito conforme há alguma relação da criatura com Deus como o seu princípio e causa, em quem todas as perfeições das coisas pré-existem de maneira excelente. Ora, este modo de comunhão é um meio entre a equivocação pura e a univocidade simples. Pois nas analogias a ideia não é, como nos unívocos, uma e a mesma; contudo, não é totalmente diversa como nos equívocos; mas o nome que é assim usado em um sentido múltiplo significa várias proporções a alguma coisa una: por exemplo, saudável, aplicado à urina, significa o sinal da saúde animal; mas aplicado à medicina, significa a causa da mesma saúde.[13]

A univocidade (presumivelmente) destruiria a relação entre criatura e Criação, enquanto a equivocação tornaria a predicação significativa impossível. “Entre a equivocação e a univocidade está a analogia... é uma relação baseada em uma comparação, uma proporção, uma relação de duas ou mais coisas com alguma coisa... relações análogas só podem ocorrer quando não há nem acordo completo nem desacordo completo entre duas coisas; deve haver uma união de concordância e diferença.”[14] Nesse meio-termo entre a univocidade (mesmo termo com o mesmo significado) e a equivocação (mesmo termo e significado diferente) é que situamos nossa predicação sobre Deus e a criatura. Quando dizemos, por exemplo, 'A pedra é boa', o termo 'pedra' é usado analogicamente, isto é, em parte igual e em parte diferente. O ser da pedra está para a pedra assim como o ser de Deus está para Deus. Ambas as relações são boas, embora o ser da pedra e o ser de Deus não sejam confundidos ontologicamente.

Segundo esse padrão, completamos toda a nossa predicação sobre Deus, pois “visto que Deus confere a todas

as coisas todas as suas perfeições, somos capazes de descobrir em todas as coisas a sua semelhança e dessemelhança com Deus”,[15] conforme mostramos anteriormente. A univocidade é rejeitada porque Deus e o homem pertencem a duas ordens de ser inteiramente únicas: Deus é o ser necessário e o homem é o ser contingente. A equivocação é rejeitada porque, por meio dela, “nada absolutamente poderia ser conhecido ou demonstrado sobre Deus; pois o raciocínio estaria sempre exposto à falácia da equivocação”.[16] Se fundirmos os reinos do ser, voltamos a Parmênides; por outro lado, se os separarmos completamente, teremos o fluxo de Heráclito. O tertium quid ('terceiro elemento') é fornecido pela analogia do ser, na qual “os nomes são ditos de Deus e das criaturas em um sentido análogo , isto é, de acordo com a proporção”.[17]

II. Uma Crítica da Analogia do Ser

O conservador enxerga duas falácias gritantes na analogia que a impedem de ser uma saída para o empiricista à medida que ele tenta predicar sobre Deus aqueles conceitos que são abstraídos da experiência. Vamos examinar esses dois problemas.

A. Construída sobre uma Contradição

A contradição é simplesmente esta: Tomás admite que não há elemento unívoco de relação existente entre Deus e a criação, e ainda assim ele recorre à analogia para nos conduzir ao Todo-Poderoso, quando a própria coisa que salva a analogia de ser uma pura equivocação é o seu elemento unívoco. Na analogia, "A mente está para a alma

assim como o olho está para o corpo", o elemento unívoco é "luz" ou "guia". Quando dizemos: "A fundação está para a casa assim como o coração está para o organismo", o elemento unívoco é "base de sustentação" ou seu equivalente. O sucesso de qualquer analogia depende da força do elemento unívoco nela contido. Se eu disser a alguma tribo na África que um navio a vapor é como uma canoa, eles só podem entender a analogia pela razão de haver um elemento unívoco presente — "meio de transporte impulsionado por força para navegação na água". Se não houver elemento unívoco, é como comparar monstrengos com jarros de ouvido: nenhum sentido é transmitido. Sem sentido não há verdade, pois a verdade é significado propriamente interpretado.

Sem medo de contestação, podemos dizer que a base de qualquer analogia é não analógica, ou seja, unívoca. Se dissermos: "A caldeira está para a máquina assim como o músculo está para o corpo", a unidade unívoca aqui é "fonte de força motriz". Se a analogia não tiver nenhum elemento unívoco nela, é simplesmente uma equivocação, e nós nos opomos à ambiguidade. Se todas as nossas rationes devem ser abstraídas da percepção sensorial, e se for admitido que nenhum nome é predicado univocamente de Deus e da criatura, segue-se que a predicação significativa sobre Deus é impossível e não estamos em situação melhor do que os positivistas. Onde, em toda a gama de nossa experiência sensorial, podemos encontrar aquele elemento unívoco que uma analogia bem-sucedida requer, para que possamos usá-lo ao fazer uma comparação entre Deus e o homem? Se os princípios da prova se originam na percepção sensorial, como podem as rationes acabadas ser algo senão sensíveis? Como pode o não espacial ser abstraído do espacial? O espiritual do material? O eterno do temporal? O imutável do fluxo? O intelecto pode ser oh tão ativo! mas

certamente não pode tirar da experiência sensorial o que não está lá.

Há apenas uma maneira de completar uma abstração a partir da natureza: é deixando de lado os aspectos diferenciadores de cada item investigado e retendo os aspectos que são comuns. Por exemplo, se eu examinar todos os animais — gatos, vacas, vermes, elefantes, sardinhas e paramécios —, enquanto eu examinar animais vertebrados, só posso chegar à ideia abstrata de 'animais vertebrados', comum a gatos, elefantes, vacas, etc. Mas quando eu considero os vermes e os paramécios, obtenho uma ideia mais abstrata, talvez de 'animal' em geral. E se eu incluir as plantas, chego à noção ainda mais abstrata de 'ser vivo'. Mas enquanto a 'animação' for comum a todos os itens examinados, não posso descartá-la. Da mesma forma, se tudo o que sei sobre o ser é por meio do exame e da abstração do ser sensível, nunca poderei descartar das minhas rationes abstratas finais o elemento do ser sensível, pois todo o meu conhecimento está carregado dele. Por conseguinte, pela abstração tomista, não tenho base para acreditar que, a partir da percepção sensorial, posso elevar-me ao conhecimento do eterno e espiritual no Todo-Poderoso. Por nenhum ato de prestidigitação filosófica as rationes que são abstraídas do universo espaço-temporal podem ser aplicadas de maneira significativa a Deus, pois onde quer que as rationes vão, a noção de ser sensível as acompanha — ela é comum a todos os conceitos abstraídos da sensação e não pode ser descartada.

Admitir simultaneamente que não temos conhecimento unívoco de Deus, que todo o nosso conhecimento vem da sensação, e que podemos evitar a ambiguidade e a equivocidade referindo a predicação à analogia do ser, é uma contradição em termos; visto que o único elemento na analogia que a impede de ser equivocidade é o unívoco. Se

o elemento unívoco for admitido, então, como o explicamos quando nihil est in intellectu nisi prius fuerit in sensu ? E se o elemento unívoco for negado, como a equivocidade é evitada? Ou abrimos mão da força de nosso ponto de partida empírico ou admitimos que a predicação sobre Deus é impossível.

B. *A* Analogia Torna Deus Incognoscível

Quando Tomás admite que a essência e a existência em Deus são a mesma coisa, mas que não conhecemos a essência de Deus, ele se mete em outra dificuldade. Gilson explica tanto a dificuldade quanto a solução proposta por ele. Tentaremos mostrar como ele falha.

Mas Sua essência permanece incognoscível para nós; logo, o mesmo deveria acontecer com Sua existência. Por fim, não é verdade, conforme sugerimos, que os princípios da prova se originam na percepção sensorial? E não se segue daí que tudo o que excede o sentido e o mundo sensível está inacessível à prova? Contudo, somos assegurados do contrário pela palavra do Apóstolo: Invisibilia Dei per ea quae facta sunt, intellecta, conspiciuntur ('As realidades invisíveis de Deus, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade, se tornam bem visíveis, sendo compreendidas pelas coisas que foram criadas' / Romanos 1:20). É de fato incontestável que em Deus a essência e a existência são idênticas. Mas isso é verdade quanto à existência na qual Deus subsiste eternamente em Si mesmo; não quanto à existência à qual nossa mente finita pode elevar-se quando, por demonstração, estabelece que Deus é. Consequentemente, somos capazes, sem alcançar a essência de Deus ou a plenitude do ser infinito que Ele possui, de demonstrar essa existência, expressada na conclusão: Deus existe. Outrossim, é certo que Deus excede todos os nossos sentidos e todos os objetos

sensíveis; mas Seus efeitos, a partir dos quais partimos para estabelecer Sua existência, são, ao contrário, objetos dos sentidos. Permanece, portanto, o fato de que nosso conhecimento do supersensível tem sua origem no sensível. Mas devemos nos lembrar de que no argumento pelo qual provamos a existência de Deus, não podemos tomar como princípio a essência ou quididade de Deus, que nos é desconhecida. Sendo impossível a prova propter quid ('por causa do quê' / pela causa), resta-nos a prova quia ('porque' / pelo efeito). O único caminho que pode nos conduzir ao conhecimento do Criador deve ser aberto através das coisas dos sentidos.[18]

Vamos observar o que é admitido aqui. Deus tem duas faces: como Ele é eternamente em Si mesmo e como Ele nos aparece em um exame do conteúdo de nossas percepções sensoriais. Com esta admissão, dois problemas nos perseguem. Primeiro, como podemos possivelmente saber que uma coisa existe quando não sabemos o que ela é? O que é sobre o qual estamos falando? Quem é o Ele na proposição: "Não O conhecemos como Ele é em Si mesmo, mas como Ele aparece em Suas obras"? Se não O conhecemos primeiro, como podemos estabelecer qualquer relação entre o Ele e o Deus-como-Ele-nos-aparece? Se não conhecemos a essência de Deus como ela é em si mesma, não parece fazer sentido falar sobre essa essência, pois não temos meios conhecidos de determinar qual é o significado do termo 'Deus'. Sem significado, repetimos, a verdade está ausente, pois a verdade é significado sistematicamente consistente. A posição de Tomás, portanto, é epistemologicamente impossível.

Em segundo lugar, o empirismo tomista joga tanto a filosofia quanto a religião em turbulência. Filosoficamente, a comporta é aberta para incognoscíveis quando se defende um 'Deus desconhecido'. Se podemos continuar a falar de

um Deus cuja essência não conhecemos, também podemos falar de 'snark', 'gobble-de-gook' e 'splinth', cujas essências também são mistérios.

Deve ficar perfeitamente claro que nenhum homem sabe o suficiente para afirmar a existência de um objeto sobre o qual nada sabe. E não só isso, mas a afirmação de que um objeto existe sobre o qual nada pode ser conhecido reduz-se ao ceticismo, como demonstram a história da religião na França e a lógica da questão em Hegel. O direito de cada homem de afirmar o tipo de incognoscível que ele escolhe joga toda a objetividade em confusão; e a contradição implícita contida em afirmar que algo não pode ser conhecido corta a base de sustentação de qualquer e todo conhecimento.[19]

Novamente, falando religiosamente, somos forçados pela epistemologia tomista a um ponto em que, quando adoramos a Deus, não temos maneira de saber quem é exatamente que adoramos. Como Deus é desconhecido, tudo o que adoramos é um fenômeno — um objeto de aparência, em distinção à realidade última. Esta dificilmente é uma base suficiente para a religião. Por esses três motivos — epistemologia, filosofia e religião —, estamos certos de que há menos dificuldades associadas ao racionalismo cristão do que ao empirismo cristão. Tendo rejeitado este último, recai

agora sobre nós o ônus de estabelecer o primeiro. [20]

Notas

1. Aquino, Summa , I. Q. 2, A. 1.

2. Gilson, The Philosophy of St. Thomas Aquinas, p. 108.

3. Ibid. , p. 109.

4. hoc cit.

5. Idem .

6. Aquino, Summa , I. Q. 12, A. 12.

7. Phelan, St. Thomas and Analogy$_t$ p. 1.

8. Garrigou-Lagrange, The One God, pp. 395-396.

9. Ibid., p. 396.

10. Loc. cit.

11. Thomas, Summa, I. Q. 13, A. 5.

12. Loc. cit.

13. Loc. cit.

14. Meyer, The Philosophy of St. Thomas Aquinas, pp. 128-129.

15. Gilson, op. cit., p. 109.

16. Thomas, loc. cit.

17. Idem.

18. Op. cit., p. 64. O apelo do tomista a Romanos 1:20 como suporte para o seu direito de ser um empirista é uma petitio principii . Se a visão de Paulo puder ser explicada de maneira coerente de modo que não seja peculiar ao tomismo, então o argumento do apóstolo perde toda a sua força. Paulo realmente ensinou que Deus é conhecido por meio da percepção sensorial, mas isso não nos envolve no empirismo. Não poderia ser igualmente verdade que, conhecendo a Deus (por meio do conhecimento inato, que Paulo ensina), nós sejamos lembrados dEle em Suas obras? Isso pode não parecer contundente de imediato, mas as implicações disso se tornarão mais claras à medida que prosseguirmos.

19. Clark, A Christian Philosophy of Education, p. 177.

20. Visto que a palavra 'racionalismo' parece vir acompanhada de muitas conotações desagradáveis, é necessário definir o que queremos dizer com racionalismo cristão .

Não queremos dizer o ideal do racionalismo clássico, como em Descartes, por exemplo; a saber, que todo o conhecimento é uniforme do início ao fim e consiste unicamente em combinar o que é autoevidente. Esse ideal é moldado segundo o modelo da geometria: a passagem de suposições autoevidentes a conclusões necessárias por meio de premissas válidas. O racionalismo clássico está engarrafado no que chamamos em outro contexto de 'autocoerência horizontal'. Nós o rejeitamos como uma teoria do conhecimento porque a realidade foi ordenada pela vontade e pelo prazer de um Deus pessoal, e não por

um princípio abstrato de racionalidade. Nem todo o nosso conhecimento pode ser aprendido por antecipação lógica.

De acordo com o racionalismo cristão, contudo, uma parte do nosso conhecimento pode ser aprendida por tal antecipação. Visto que todo ser humano nasce com equipamento a priori como parte da imagem de Deus — uma dotação que pertence ao homem qua homem — nossos primeiros atos de conhecimento na natureza são possíveis porque já conhecemos outras verdades antes da experiência sensorial. O empirismo cristão nega isso, sustentando que o homem deve aprender suas primeiras verdades por meio da experiência sensorial.

Este é o ponto crucial: o racionalismo cristão aceita a pressuposição de que a imagem de Deus no homem significa ao menos que nascemos com um claro conhecimento tanto de Deus quanto de Sua lei. Em vez de construir um conhecimento de Deus por meio de um exame paciente do conteúdo da experiência sensorial, partimos para essa experiência equipados com a consciência de Deus. O empirismo cristão retruca insistindo que a mente da criança é tabula rasa ('tábula rasa') e que qualquer conhecimento que temos de Deus provém quer da percepção sensorial, quer da revelação. Esta é a questão em disputa.

Capítulo IX

Ponto de Partida: Deus

O temor de Javé é o princípio da sabedoria.

— Salomão.

A té aqui temos nos ocupado com a experiência externa efável . Voltemos agora nossa atenção para a experiência interna efável . Nesse gesto, voltamos nossas afeições do empirismo cristão para o racionalismo cristão. A história do empirismo, de Heráclito a Hume, é uma breve história do ceticismo. Se nihil est in intellectu nisi prius fuerit in sensu , é impossível introduzir universalidade e necessidade na verdade, pois do fluxo apenas o fluxo pode advir. Crátilo, que não moveria nem mesmo a mão para expressar sua filosofia, foi talvez o único empirista consistente; mas resta saber como até mesmo o 'abanar de mãos' pode ser defendido como normativo por uma epistemologia da tabula rasa . O empirismo, contudo, é algo útil de se ter por perto, pois tem o 'valor incômodo' de nos lembrar que “para que a experiência forneça à mente todas as ideias que ela deve possuir, já deve haver nessa mesma mente certas outras ideias que a própria experiência jamais poderia fornecer".[1]

I. Transição para o Racionalismo Cristão

O racionalista está convencido de que as verdades que possuímos dependem, para sua validade, da existência prévia de certos critérios inatos de conhecimento. Assim, conforme ensinava Agostinho, um ardente racionalista cristão, a mente, por dotação natural do Criador, desfruta de apreensão imediata daqueles padrões que tornam significativa a nossa busca pelo verdadeiro, pelo bom e pelo

belo. O cristão, portanto, seguindo o método a priori , cuida em ressaltar que “em vez de começar pelos fatos e descobrir Deus mais tarde, a menos que um pensador comece por Deus, ele jamais poderá terminar em Deus, nem tampouco alcançar os fatos ".[2]

A. Valores Humanos e Epistemologia

Um valor é qualquer coisa que prezamos ou consideramos digna de valor, como, por exemplo, a vida de uma pequena criança ou a honestidade e a decência no caráter. Nossas experiências intelectuais, volitivas e emocionais giram em torno daquilo que concebemos como valioso. A mente é atraída pelo verdadeiro, a vontade pelo bom e os sentimentos pelo belo. Aquele que vê valores na vida, portanto, vibrará com entusiasmo pela existência, enquanto aquele que não os vê pode ser tentado a cometer suicídio. Contudo, para falar com significado sobre o verdadeiro, o bom e o belo, devemos ter critérios; mas critérios que sejam universais e necessários devem ser encontrados em outro lugar que não no fluxo das percepções sensoriais. Sugerimos, portanto, que, para serem discutidos de maneira significativa, os valores humanos devem ser sustentados por padrões de valor que existem, não no fluxo da natureza a serem apreendidos pela sensação, mas sim na alma inteligível, a ser percebida por uma análise do conteúdo da própria racionalidade.

1. O verdadeiro. Dizemos que algo é verdadeiro quando é sistematicamente coerente. Mas de onde veio esse padrão de coerência? Como sabemos que algo deve ser coerente para ser verdadeiro, se a alma, por natureza, não está em posse dessa convicção? Não podemos aprender essa informação através da sensação, pois ela não pode nos dar uma verdade que seja normativa para o amanhã. Mas a verdade é válida para o amanhã.

2. O bom. Todos os homens sabem que tudo o que conduz ao seu bem-estar é o bem, mas como é que podemos afirmar com confiança que o que é bom hoje será bom amanhã, a menos que alojemos nossa teoria do bem em algo externo ao processo da história? Talvez o que seja bom hoje seja mau amanhã. Mas não podemos tolerar essa conclusão. O massacre de bebês indefesos deve ser sempre errado!

3. O belo. O belo é aquela condição de simetria e harmonia que desperta um sentimento de resposta contente em nossa alma quando apreendido. Mas, sem um padrão imutável de arte, o que impede que os Concertos de Brandemburgo de Bach não sejam nem mais nem menos belos do que o uivo de um lobo-cinzento? Sem um critério do belo, que possa atravessar os séculos, a obra original de Fídias não é melhor do que sua imitação.

B. Valores, Metafísica e Conduta Humana

Herman Bavinck expôs claramente a posição do cristão ao indicar que não há moralidade sem metafísica. "Ou as normas da verdade, da bondade e da beleza desenvolveram-se historicamente por evolução e, portanto, não são absolutas, de modo que o bem de hoje pode ser o mal de amanhã, ou elas têm um caráter absoluto; mas, nesse caso, são transcendentes, metafísicas e têm sua origem no pensamento e na vontade divina. Se tudo se resume a um processo, as normas ideais da verdade, da bondade e da beleza perdem seu caráter absoluto."[3]

1. Observação geral . Nossa teoria do verdadeiro, do bom e do belo deve estar vinculada ao caráter geral do universo, caso contrário não teremos meios de discernir o que constitui aquilo que nos conduz ao nosso próprio bem-estar. Visto que há uma chance de 50/50 de enfrentarmos o juízo

perante Deus, é importante que ponderemos cuidadosamente o caráter do universo, para que nossas ações não tragam um juízo ainda mais severo sobre nós.

2. O cristianismo e os critérios. O que o cristão pensa de Deus governa o que ele pensa do verdadeiro, do bom e do belo, pois Deus dá o ser à verdade, o conteúdo ao bem e a permanência à beleza. A lei de Deus é a verdade; guardar a lei é o bem; e a meditação sobre a lei, bem como o desfrute dela, é o belo. O bem é o que Deus recompensa, e o mal é o que Ele pune. Consequentemente, apenas o verdadeiro pode ser bom, e apenas o bom pode ser belo. O cristão rejeita como falsos bens ou falsas belezas, portanto, todas as coisas que não podem obter a aprovação da lei de Deus. A dança, por exemplo — uma forma de recreação provida por Deus para os seres humanos (2 Samuel 6:14, Eclesiastes 3:4) —, foi transformada pelo homem moderno em um reduto da cobiça, onde luzes suaves, cantos isolados e músicas que estimulam as emoções se combinam para reduzir o homem a um animal movido por paixões. O cristão olha para isso com desprezo.

3. O não-cristianismo e os critérios. Um paradigma típico daqueles que se estabeleceram em uma teoria falsa da verdade e foram, consequentemente, conduzidos a uma teoria falsa do bem e do belo, são os nazistas da Segunda Guerra Mundial. A memória desse holocausto horrível está fresca em nossas mentes. Acreditando que o Mein Kampf de Hitler, com sua doutrina da superioridade da chamada raça ariana ou nórdica e o dogma do Lebensraum (espaço vital), era a verdade, os alemães moldaram seus conceitos do bem e do belo de acordo com essa Weltanschauung. O bem era o extermínio das raças inferiores, o abate dos fracos e tímidos, e a subjugação dos recalcitrantes. O belo era a suástica, o passo de ganso, os gritos daqueles sendo cremados ou escoriados, e o programa cruel de

maternidade patrocinada pelo Estado. Verdadeiramente, “como o homem concebe sua relação com o Infinito e com o todo da realidade afeta vitalmente sua relação consciente com seus semelhantes”.[4] Se você quer saber se deve confiar em um homem ou fugir dele, basta perguntar-lhe o que ele pensa dAquele que é chamado o Cristo, pois um homem é e faz o que sua filosofia de vida dita.

C. Os Valores e a Necessidade da Revelação

Certamente “é uma questão de importância vital para a vida moral do homem se a realidade reconhece e apoia seus valores e ideais éticos ou se é totalmente indiferente ou talvez hostil aos seus esforços éticos”,[5] mas como podemos saber qual é o caráter de toda a realidade, de modo a agir sabiamente, a menos que Deus nos diga? Estarei em melhor situação no julgamento se eu me voltar para a esquerda ou para a direita? “Como pode o homem ser justo com Deus?”,[6] pergunta Jó. O homem entrou em cena sem qualquer iniciativa própria e cairá nas mãos de Deus no final do processo da mesma maneira. É Ele quem nos fez e não nós a nós mesmos. A menos que, portanto, Aquele que nos fez nos diga como Ele disporá de nós, a felicidade não poderá ser perfeitamente desfrutada. A revelação, então, é uma condição sine qua non para o bem-estar de nossa alma.

Visto que, no entanto, a palavra 'revelação' está carregada de muitas conotações eclesiásticas e clericais que são estranhas à mente moderna, é bom apontarmos aqui o que queremos dizer com revelação. O cristão ensina que toda compreensão da verdade é uma iluminação do coração por Deus, seja essa compreensão que dois vezes dois são quatro ou que a uva é um fruto dos gêneros Vitis e Muscadinia . O cristão ora com a Kempis: "Envia a tua luz e a tua verdade, para que elas brilhem sobre a terra; pois, até

que me ilumines, sou como a terra sem forma e vazia."[6] A revelação, portanto, é simplesmente a revelação feita por Deus de uma verdade que antes era desconhecida. A verdade é vista na luz, e essa luz vem de Deus. "Na tua luz vemos a luz" (Salmo 36:9). "O homem só pode ver a luz na Luz; que toda a verdade é o reflexo na alma da verdade que está em Deus; em uma palavra, que a condição de todo conhecimento para as criaturas dependentes é a revelação, no sentido mais amplo dessa palavra."[7] Ao apelar para essa estrutura da revelação, o cristão não apenas torna lícito para si apelar para a revelação, mas também torna necessário que seu oponente o faça igualmente. Sem revelação, não há verdade; pois a revelação é a luz na qual vemos a luz.

Por falar tanto em revelação 'natural', i. e., a revelação do significado da realidade nos fatos do tempo e do espaço, quanto em revelação 'especial', i. e., o conteúdo proposicional da Bíblia, o cristão pode falar de forma significativa sobre a 'incompetência' da razão humana. A razão do homem, além de ser por natureza corrompida pelo pecado, é incompetente para elaborar uma visão completa de Deus e do homem porque, em seu estado desamparado, não é suprida com informações suficientes para completar sua filosofia. Os dados fornecidos pela revelação especial são necessários para complementar os dados exibidos pela revelação natural.

Embora a luz que se apresenta a todos os olhos, tanto no céu quanto na terra, seja mais do que suficiente para privar a ingratidão dos homens de qualquer desculpa, visto que Deus, para envolver toda a humanidade na mesma culpa, coloca diante de todos, sem exceção, uma demonstração de sua majestade . . . ainda assim precisamos de outro e melhor auxílio para nos dirigir adequadamente ao Criador do mundo.[8]

Assim como o intelecto humano é incapaz de demonstrar que há um outro lado na lua, devido à inacessibilidade dos dados, ele também é incapaz de completar uma filosofia de vida sem a revelação especial de Deus. Por causa de nossos corações pecaminosos, que viciam a evidência da natureza, uma voz mais segura é necessária para nos conduzir a uma teoria da realidade que seja horizontalmente coerente consigo mesma e que verticalmente se ajuste aos fatos.[9]

II. O Conhecimento de Deus a partir do Eu

Admitindo, portanto, que existem dois tipos de revelação, a natural e a especial, vamos explorá-las uma a uma e ver se podemos ser conduzidos a uma prova de Deus mais coerente do que a do tomista com sua epistemologia empírica. O primeiro tópico que discutiremos é o conhecimento de Deus através da revelação geral. Toda fonte possível que o homem possui para conhecer, exceto a da leitura das Escrituras, é revelação geral. A primeira fonte que investigaremos é o conhecimento de Deus a partir do conhecimento do eu. “Estabelecemos como um princípio incontestável que a mente humana, mesmo por instinto natural, possui algum senso de uma Divindade.” [10] Depois de termos examinado o que podemos encontrar na revelação natural, retornaremos e exploraremos as possibilidades de conhecer Deus a partir da revelação especial.

A. O Conhecimento de Deus no Cogito

Agostinho, ao refutar os céticos de sua época, recorreu ao que hoje se tornou, por meio de Descartes, um argumento famoso a partir do pensamento da alma sobre o próprio pensamento. Trata-se do cogito

O cogito estabelece quatro coisas. Primeiro, ele consegue desviar nossa atenção do sensacionalismo para a mente, a fonte de conhecimento à qual os racionalistas apelam. Por meio dele, somos conduzidos com sucesso ao nosso ponto de partida, a 'experiência efável interna'. Em segundo lugar, é uma refutação a todos que dizem que não há nada no intelecto que não estivesse previamente nos sentidos. Aqui está uma informação que é encontrada na alma sem qualquer percepção sensorial externa. 'Mesmo aquele que diz, "Eu não sei", com isso demonstra não apenas que ele existe e que sabe que existe, mas também que sabe o que é saber e que sabe que sabe disso. É impossível ignorar que somos; e, como isso é certo, muitas outras coisas são certas junto com isso, e a negação confiante disso é apenas outra maneira de demonstrá-lo.'[11] Em terceiro lugar, o cogito nos fornece um conhecimento de Deus. Sabendo o que é a verdade, sabemos o que Deus é, pois Deus é a verdade. Deus é a consistência perfeita. Nele nos movemos e existimos, física e intelectualmente. Este argumento para Deus não constitui uma demonstração; pelo contrário, é uma análise. Pela própria natureza do caso, um ponto de apoio capaz de sustentar o peso de uma prova de Deus teria de ser o próprio Deus. Deus entra no caminho de toda demonstração da Deidade, pois Sua existência é a sine qua non para toda demonstração. A prova de Deus é paralela à prova da lógica; a lógica deve ser usada para provar a lógica. Em quarto lugar, o cogito nos permite fazer predicações unívocas sobre Deus, pois não estamos limitados em nossas rationes àquelas que podem ser abstraídas da sensação. Ao conhecermos adequadamente a nós mesmos, conhecemos a verdade; e Deus é a verdade.

B. Deus Envolvido no Conhecimento de Nossa Finitude

Agora que sabemos que existimos, e que a verdade dessa existência nos leva a meditar sobre a Verdade perfeita, que é Deus, um exame mais aprofundado do estado de nossa existência nos conduz a um conhecimento mais rico do Todo-Poderoso. Para o locus classicus deste argumento para a existência de Deus, recorremos ao eminente teólogo, João Calvino.[12]

Nossa pobreza conduz a uma exibição mais clara da plenitude infinita de Deus. Especialmente a miserável ruína na qual fomos lançados pela defecção do primeiro homem nos compele a levantar nossos olhos para o céu, não apenas como famintos e esfomeados, para buscar dali o suprimento para nossas necessidades, mas, despertados pelo medo, a aprender a humildade. Pois, visto que o homem está sujeito a um mundo de misérias e foi despojado de sua veste divina, esta melancólica exposição descobre uma imensa massa de deformidade: portanto, cada um deve estar tão impressionado com a consciência de sua própria infelicidade, a ponto de chegar a algum conhecimento de Deus.

Observemos o movimento deste argumento cuidadosamente. Sem a ajuda da sensação, o homem sabe que é finito, dependente e miserável; mas esses adjetivos seriam absolutamente sem sentido sem um conhecimento prévio de seus correlativos, infinitude, independência e felicidade. Estes pertencem a Deus somente. "Conhecer a si mesmo implica, portanto, o co-conhecimento com si mesmo de aquilo de que depende, de que deriva, pelo padrão do qual sua imperfeição é revelada, a quem é responsável."[13] Conhecemos a Deus como aquele Ser diante do qual

estamos perpetuamente postos, de quem dependemos completamente e a quem somos finalmente responsáveis. Tudo isso nós sabemos a partir do conhecimento de nossa própria condição finita, pecaminosa e infeliz. Isto explica por que o cão não se preocupa com a morte, enquanto o homem sim; este último, ao contrário do primeiro, tem em seu próprio coração o sensus divinitatis (senso de divindade). "Assim, um senso de nossa ignorância, vaidade, pobreza, enfermidade, depravação e corrupção nos leva a perceber e reconhecer que somente no Senhor se encontram a verdadeira sabedoria, a força sólida, a bondade perfeita e a justiça imaculada; e assim, por nossas imperfeições, somos incitados à consideração das perfeições de Deus."[14]

Esta estrutura harmoniza-se perfeitamente com a doutrina cristã da criação, pois o homem é feito à imagem e semelhança de Deus. Cristo é a verdadeira Luz que ilumina a todo homem. O cristão compartilha, portanto, da convicção de Descartes, de que “certamente não se deve achar estranho que Deus, ao criar-me, tenha colocado em mim esta ideia (Deus) para ser como a marca do artífice impressa em sua obra; e, da mesma forma, não é essencial que a marca seja algo diferente da própria obra.”[15] Quando o homem sobressalta-se de medo devido ao estrondo dos trovões ao seu redor, não é simplesmente por causa de terminações nervosas irritadas: deve-se também ao temor de Deus.

Pois os mais audaciosos desprezadores de Deus ficam alarmados, mesmo com o barulho de uma folha caída. De onde vem isso, senão da vingança da Majestade Divina, ferindo suas consciências de forma tanto mais poderosa quanto maiores são seus esforços para fugir dela? Eles tentam todo refúgio para se esconderem da presença do Senhor e para apagá-la de suas mentes; mas todas as suas

tentativas de eludi-la são em vão. Embora possa parecer desaparecer por um momento, ela logo retorna com violência aumentada; de modo que, se têm algum alívio da angústia de consciência, isso se parece com o sono de pessoas intoxicadas, ou sujeitas à frenesi, que não desfrutam de um descanso plácido enquanto dormem, sendo continuamente atormentadas por sonhos horríveis e tremendos. [16]

Isto não é mero pensamento desiderativo; é uma avaliação sóbria dos fatos da vida. Observem a morte dos chefes de guerra nazistas. Após todos os seus anos de crueldade indescritível e de vanglória de que não havia Deus que os julgasse, quando chegou o momento de pendurar na corda, eles choraram como bebês, rezaram com o sacerdote e pediram perdão ao Juiz de todos os homens. O positivista pode dar de ombros diante dessa evidência, mas talvez devesse reservar seu julgamento até aquele momento em que o sopro frio da morte sopre sobre ele. Pode ser que ele mude de ideia. Enquanto isso, o cristão tem uma hipótese capaz de explicar por que os homens temem a morte.

III. O Conhecimento de Deus por meio das Rationes aeternae

Para demonstrar ainda mais a afinidade do homem com Deus e sua distância em relação aos animais irracionais, voltemos à análise daquilo que Agostinho denomina de veritates ('verdades') ou rationes aeternae ('conceitos eternos'). "Junto com sua razão, diz-se agora, todo homem possui por natureza, isto é, por sua constituição como homem, um corpo de ideias: elas pertencem à sua natureza como ser racional. Ao dar esse passo, passamos definitivamente do Sensacionalismo para o Racionalismo."[17]

A. Lógica

A primeira verdade indubitável que Agostinho localizou em uma análise do ato da razão em si é encontrada no campo da lógica ou da dialética. "Tenho certeza de que o mundo é uma unidade ou não é uma unidade, e que, se não é uma unidade, é finito em número ou é infinito."[18] A partir disso, Agostinho conclui que "por meio da dialética aprendi que estas coisas são verdadeiras — assim como muitas outras coisas, que seria muito enfadonho enumerar — verdadeiras em si mesmas, por mais que os nossos sentidos sejam afetados."[19] Esse caráter inato dos princípios da dialética foi o mesmo tipo de conclusão a que Platão chegou quando interrogou o pequeno escravo inculto que fez geometria de forma fenomenal. "Se ele não adquiriu o conhecimento nesta vida, então deve tê-lo tido e aprendido em algum outro momento... E se sempre houve pensamentos verdadeiros nele, tanto no tempo em que era quanto no em que não era homem, os quais só precisam ser despertados para o conhecimento por meio de perguntas que lhe são feitas, sua alma sempre deve ter possuído este conhecimento."[20] Da mesma forma, Kant argumentou em prol do caráter a priori das categorias, raciocinando que, para que a ciência seja possível, deve haver algo mais no conhecimento do que a sensação pode fornecer. Mas a ciência é possível; portanto, as categorias são inatas na mente. A experiência não pode fornecê-las. No mesmo espírito, o cristão argumenta a favor do conhecimento inato da consistência lógica como base para a verdade.

Primeiro, a lei da contradição (e as leis do ser e do terceiro excluído também, é claro) deve ser inata para que a percepção sensorial significativa seja possível. O 'poste telefônico', que observo, não pode ao mesmo tempo e no mesmo sentido ser a 'grama', que do mesmo modo observo. Mas, sem o axioma da contradição, esta percepção é impossível. O homem pensa em conceitos ou universais;

contudo, até que esses universais recebam o sinal verde da lei da contradição, eles não podem referir-se a coisa alguma. A 'poste-telefonicidade' não pode aplicar-se a nada até que eu a veja como igual a si mesma e diferente do não-eu. A lei da contradição, portanto, permite-me separar o poste telefônico da grama, das vacas e dos pombos ao seu redor. Se todos eles se fundissem em algum 'ser' etéreo, obviamente a sensação significativa seria impossível. Uma coisa não pode ser sentida até que seja 'isto' e não 'aquilo'. Mas uma conditio sine qua non para que a mente assim veja as coisas como 'estas' e não 'aquelas' é a lei da contradição.[21]

Segundo, a lei da contradição deve ser inata para que a verdade seja possível. A verdade é uma propriedade do juízo correto, mas o juízo correto já é uma condição à qual a lei foi aplicada. O processo que o homem segue ao aprender é chamado de 'discursão', o ir e vir da mente entre os fatos até que um padrão coerente de significado seja alcançado; em oposição ao conhecimento imutável de Deus, por meio de uma intuição eterna, tanto de todos os fatos quanto de suas implicações em todas as direções. Quando o homem relaciona sujeitos e predicados cuidadosamente, por tempo suficiente, eis que surge um corpo de informações; se for coerente, chamamo-lo de verdade. Mas a discursão, para ser significativa, deve ser de acordo com algo, caso contrário não teria direção. Ora, se o homem há de começar a discursar, ele deve ter o guia para a discursão dentro de si; caso contrário, nunca conseguiria elevar-se acima dos brutos. "O animal vive em um mundo de percepção; seu pensamento, no todo, está preso aos sentidos; ele expressamente não recorda o passado e expressamente não antecipa o futuro."[22] Se não temos conhecimento inato das regras para o pensamento correto, o pensamento

correto não pode começar; mas o pensamento correto pode começar: portanto, as regras são inatas.

Em terceiro lugar, a lei da contradição deve ser inata para que a fala seja possível. Em algum momento, os sons aleatórios da criança mudam de um estado de sem-sentido para um sistema de comunicação, como o 'papai' para chamar a atenção. A criança aprende a usar certos signos para expressar certos desejos e, no ato, engaja-se na conceptualização. Mas um signo, para ter significado, deve representar algo, caso contrário seria um signo de nenhuma coisa, e consequentemente não seria signo algum. Contudo, antes que o primeiro signo pudesse ter sido usado, a mente deve ter estado consciente do axioma da contradição, que nos permite pensar em um ser, um objeto ou uma ideia de cada vez. A criança jamais poderia iniciar a fala sem conhecer as coisas; mas as coisas só podem ser conhecidas pela lei da contradição. Portanto, visto que a criança efetivamente começa a se comunicar, a lei deve ser inata.

A partir dessa consciência da alma sobre seus próprios dotes, ela conhece a Deus, pois apenas uma Mente transtemporal e transespacial pode sustentar o caráter atemporal da lógica. Não escolhemos ser lógicos; outro nos fez assim. A hipótese mais plausível para explicar essa feição não é o choque bruto de átomos sem direção, mas a criação do homem à imagem de Deus. Esta é a estrutura que o cristão escolhe seguir, pois ele acredita que o postulado de um Deus racional é uma hipótese viável à luz das evidências.[23]

B. Ética

Há ainda mais no intelecto que não estava primeiro nos sentidos. Todos os homens conhecem por natureza a diferença entre o certo e o errado, a obrigação da virtude, a

responsabilidade pelo caráter e pela conduta, e a culpabilidade dos atos maus. Primeiramente, há a consciência, aquela voz dentro de nós que nos afasta de fazer coisas que de outro modo poderíamos fazer. Com que frequência poderíamos trapacear ou roubar, mas somos salvos de tais atos pelo conhecimento dentro de nós de que aqueles que cometem tais atos são dignos de vergonha e punição. Dizemos: "Deixe que sua consciência seja seu guia" ou "Você não tem consciência?" e, em ambos os casos, estamos apelando para algo que é parte do homem enquanto homem. O temor que o ladrão na noite tem de ser apanhado dificilmente pode vir de critérios abstraídos por meio da sensação. Uma hipótese mais plausível para explicar o temor universal das consequências do certo e do errado é que Deus, na criação, fez o homem à Sua imagem moral.

Em segundo lugar, há a universalidade dos códigos éticos. Todas as tribos e nações debaixo do céu são governadas por leis morais. O canibal que come o outro não tocará naqueles da sua própria tribo; isso seria antiético. O ladrão que rouba dos outros deixa muito claro para seus comparsas que não pode haver roubo de suas próprias coisas. “Onde, então, estão escritas essas regras, pelas quais até mesmo o injusto pode reconhecer o que é justo; de onde aquele que não tem pode aprender o que deveria ter? Onde podem estar escritas, senão no livro daquela Luz que é chamada a Verdade, de onde toda lei justa é transcrita e transferida para o coração do homem que pratica a justiça, não por um processo de transporte, mas por um processo de impressão, como o sinete de um anel enquanto ele passa para a cera, sem, contudo, deixar o anel.”[24] Nem todos os homens podem saber como aplicar seu conhecimento do certo e do errado de maneira consistente, com certeza, mas isso não destrói os critérios em si. “Assim como os pensadores podem diferir em suas conclusões e todos buscam a

verdade em distinção ao erro, assim também nas normas éticas gerais os homens podem diferir, mas todos buscam o bem em distinção ao mal.”[25] Uma boa hipótese coerente é supor que é a própria presença de padrões imutáveis no coração do homem que torna possível falar sobre a relatividade ética.[26]

Em terceiro lugar, há a distinção básica e óbvia entre o homem e o animal. Embora ambos desfrutem da percepção sensorial, apenas o primeiro conhece as leis morais. As leis, portanto, não podem ter vindo da sensação, pois os animais têm sentidos melhores do que o homem, contudo, carecem de senso moral. Observe a diferença entre o homem e o animal. O uso de roupas pelo homem é um testemunho universal do senso de nudez que Deus colocou em seu coração no momento em que nossos primeiros pais, Adão e Eva, O desobedeceram e caíram em culpa e condenação. A incapacidade dos homens de tornar a colônia de nudismo uma condição normal de vida é outra evidência do senso de vergonha que é universal nos corações dos seres racionais. O homem pode ser tão promíscuo quanto o animal, mas ele, ao contrário deste, busca o isolamento e a escuridão antes de abandonar o caminho daquilo que sabe ser o correto. [27]

Teremos a oportunidade em um capítulo posterior de apontar que o princípio de individuação que distingue o homem do animal não é sua estrutura óssea, mas sua natureza moral e racional. É importante notar isso como uma chave para desvendar o problema da evolução orgânica.

Em quarto lugar, as Escrituras ensinam que a lei de Deus está escrita no coração de cada homem. "Eles conhecem o decreto de Deus de que aqueles que praticam tais coisas merecem morrer... Eles mostram que o que a lei exige está escrito em seus corações, enquanto sua consciência também dá testemunho e seus pensamentos conflitantes os acusam ou talvez os excusam naquele dia em que, de acordo com o meu evangelho, Deus julgará os segredos dos homens por Cristo Jesus" (Romanos 1:32; 2:15-16). [Embora ainda estejamos lidando com a revelação natural, em vez da especial, não é inadequado neste ponto mostrar como as linhas de evidência natural e bíblica se relacionam.]

A única hipótese convincente para explicar esta evidência fenomenológica que enfrentamos quando olhamos para o homem é que Deus nos fez à Sua imagem. Dizemos ao homem: 'Você perdeu o seu senso de decência comum?' ou 'Você não tem nenhum respeito próprio?' ou 'Onde está o seu senso de honra?' e, ao fazê-lo, falamos de uma maneira que só é significativa na posição do racionalismo cristão. Além do Deus que Se revelou nas Escrituras, não poderíamos significativamente dizer que o assassinato será errado amanhã; mas nós podemos falar assim: portanto, Deus, o Autor da nossa natureza moral, existe.

C . Estética

Alguns pensam que a experiência estética está além dos interesses da verdade, mas este julgamento é superficial. Na vida, nós falamos significativamente sobre o 'belo' e o 'feio' e, a menos que toda a cultura e delicadeza sejam destruídas e o homem seja rebaixado ao nível de uma besta, existe algo como a arte. Joad expõe bem o caso.[28]

Que um quarteto de Mozart é melhor do que um coro de gatos; que é correto dizer que 2 e 2 são quatro e errado

dizer que eles são 5, e que uma filosofia que se abstém de introduzir padrões absolutos de valores representa uma aproximação maior da natureza das coisas e é, portanto, mais verdadeira do que aquela que ainda está atulhada com essas ficções da imaginação escolástica. Dessas maneiras e de centenas de outras, os defensores da visão que está sob crítica persistem em sugerir que algumas coisas são melhores, mais elevadas, mais verdadeiras, mais bonitas, mais civilizadas, mais morais, mais edificantes do que outras, e que a civilização progride na medida em que encarna ou realiza ou se aproxima ou produz um número maior dessas coisas melhores, mais elevadas, mais verdadeiras, mais bonitas, mais civilizadas, mais morais ou mais edificantes. E eles fazem essa sugestão, porque não podem evitar. Concedida, então, a necessidade sob a qual todos laboramos de fazer julgamentos de importância moral e estética, não vejo com que lógica podemos evitar as implicações de nossa necessidade buscando negar a existência no universo de certos padrões e valores absolutos em termos dos quais apenas nossos julgamentos morais e estéticos têm significado e conteúdo. Esses padrões e valores não podem, como tentei mostrar, ser parte do processo que são invocados para medir.

Três coisas nos impressionam aqui. Primeiro, sem padrões eternos do belo, é sem sentido dizer que a Ponte Golden Gate é mais bonita do que uma caixa de charuto amassada. O Hermes de Praxiteles não é então mais adorável do que bolinhos de lama feitos por um idiota sonolento. Mas o fato de que os homens de fato continuam a falar do belo é evidência patente de que eles têm um padrão em seu coração pelo qual julgar. Se não há distinção entre Mozart e um coro de gatos uivantes, cessemos de desperdiçar palavras em

coisas como cultura, adorabilidade e beleza. Mas isso é ceticismo social.

Segundo, quando falamos do belo, fazemo-lo com a intenção de comunicar a verdade. "Claramente a afirmação cai no domínio da verdade ou falsidade e nosso pensamento pode correspondentemente estar certo ou errado. Pois significar 'belo' é significar algo real e definitivo sobre o objeto de nosso pensamento, mesmo que seja uma qualidade mais difícil de verificar do que qualidades como cores ou formas."[29] Isso liga o critério do belo à nossa visão de mundo metafísica, pois apenas o verdadeiro pode ser bom e apenas o bom pode ser belo.

Em terceiro lugar, os critérios estéticos nos conduzem ao conhecimento de Deus. Deus é o Autor do verdadeiro e do bem, e, portanto, sustenta o belo. Deus é beleza, pois Ele é harmonia e simetria perfeitas. Sua lei é boa. "Finalmente, irmãos", admoestou Paulo, "tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honroso, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, pensem nisso" (Filipenses 4:8). Esse conselho só era possível com base em uma metafísica cristã, pois "um universo humanista, ateu e sem propósito não fornece nenhuma base para a arte."[30] Não há amabilidade última se o fim do homem for a segunda lei da termodinâmica.

IV. O Conhecimento de Deus por meio da Natureza

Embora o cristão rejeite o empirismo, ele ainda assim está profundamente interessado no mundo do fluxo, pois ele faz parte desse fluxo. Mas é apenas com as rationes firmemente em mãos que se pode extrair algum sentido do

fluxo da história. Voltemos agora à nossa experiência sensorial e vejamos o que ela produz.

A . As Rationes Aeternae e a Sensação

Sem um conhecimento a priori das rationes , as percepções sensoriais não podem nos relatar nada que faça sentido. Mas, com nosso conhecimento inato da lógica, podemos distinguir a ilusão do mágico do crescimento natural do trigo, uma vez que o primeiro testemunho sensorial viola a lei da contradição. Com as rationes , somos capazes de separar o verdadeiro do falso, o mau do bom, o feio do belo. Enfatizamos isso para mostrar que, em vez de o racionalismo cristão levar a uma negligência da natureza, ele é a única forma de epistemologia que pode tornar nossa experiência sensorial inteligível.

B. Deus e a Natureza

As duas coisas que impressionaram Kant — o céu estrelado acima dele e a lei moral dentro dele — impressionarão qualquer homem que reserve um tempo para analisar cuidadosamente as rationes internas e o notável concurso da natureza externa. É aqui que todas as evidências de contingência, ordem, causa eficiente e movimento, que Tomás introduziu de forma abortiva, adquirem relevância. Certamente, o mundo é regular; ele é propício à nossa felicidade; e ele é harmonioso; mas de pouco adiantará falar assim até que primeiro possuamos aqueles padrões em relação aos quais tais afirmações são significativas. Contudo, se nossa mente é uma tabula rasa , com que direito chamamos as coisas de harmoniosas, regulares e simétricas? Se não conhecemos a verdade antes de chegar à sensação, o mundo não é nem racional nem irracional, pois os termos não têm sentido. Se não conhecemos o padrão do bem, o mundo não é nem bom nem mau. O

mesmo ocorre com a beleza: ela não é nem adorável nem feia. Mas esses critérios dependem para a sua existência da mente de Deus.

Como, então, pode Paulo dizer que todos os homens conhecem o poder e a divindade de Deus pelas coisas que foram feitas (Romanos 1:20)? Desta maneira: Porque conhecemos a existência e a natureza de Deus em nosso coração, nós o reconhecemos em sua obra. Assim, os céus declaram a glória de Deus, pois nos lembram constantemente de que Deus existe. A perfeição limitada da natureza é um lembrete da perfeição absoluta; a mutabilidade da natureza é um lembrete de que existe uma imutabilidade absoluta. Se o homem não soubesse o que procurar ao observar a natureza, seria inútil para Paulo encarar a natureza como um meio para colocar todos os homens sob condenação. “Mas, visto que o mais humilde e iletrado da humanidade, que não está munido de outro auxílio senão de seus próprios olhos, não pode ignorar a excelência da habilidade Divina, manifestando-se nessa infindável, porém regular variedade da incontável hoste celestial, — é evidente que o Senhor manifesta abundantemente a sua sabedoria a cada indivíduo na terra.”[31]

Verão e inverno, e primavera e colheita,

Sol, lua e estrelas em suas órbitas lá no alto,

Unem-se a toda a natureza em testemunho múltiplo

À Tua grande fidelidade, misericórdia e amor.

Grande é a Tua fidelidade, ó Deus, meu Pai,

Não há sombra de mudança em Ti.

Tu não mudas, as Tuas compaixões jamais falham.

Como foste, para sempre serás.

Esta não é uma demonstração formal da existência de Deus: é simplesmente uma prova por coerência. A existência de Deus é a hipótese internamente consistente que a mente deve admitir quando considera todas as evidências que a experiência fornece.

Um exemplo pode nos servir aqui. Suponha que Hans Mueller fabrique um tipo especial de sapato, um sapato com suas próprias marcas exclusivas nele; e suponha que alguém venha de Marte, onde os sapatos são desconhecidos; quando ele contemplar os sapatos de Hans Mueller, eles serão apenas um dado ininteligível para ele — eles podem ser 'chinelos africanos' pelo que ele sabe. Ele não consegue ver sentido no que está diante dele, porque lhe falta o critério. Da mesma forma, sem os padrões de verdade, bondade e beleza em nós, é impossível para nós vermos a verdade, a bondade e a beleza no universo. Além desses critérios, faltar-nos-ia o conhecimento do que procurar em um mundo que foi feito por Deus. Tomás pensava que poderia demonstrar a existência de Deus sobre uma epistemologia de tabula rasa, mas nós discordamos. Até que primeiro conheçamos a Deus no interior, todos os apelos à verdade, bondade e simetria no universo exterior caem em ouvidos moucos. Seria semelhante a provar a um cão que há uma ordem moral no universo. O cão não daria atenção a você porque lhe falta a conditio sine qua non para apreciá-la. Mas faz sentido dizer a uma criança: "Ora, você não está arrependido? Você sabe que não deveria ter feito isso!". Da mesma forma, é fútil levar uma doninha para ouvir a Quinta Sinfonia de Tchaikovski ou ensinar cálculo superior a um cavalo. Esses animais têm todas as percepções sensoriais necessárias; apenas lhes faltam as

rationes na mente com as quais possam dar sentido cognitivo às suas sensações.[32]

Mas vamos além na nossa ilustração, para proporcionar uma transição para o próximo capítulo. Suponha que o nosso homem de Marte estivesse ciente do significado de sapatos. Nesse caso, ele poderia raciocinar significativamente dos sapatos para um sapateiro. No entanto, sendo ignorante sobre as marcas que Hans Mueller colocava em seus sapatos particulares, ele não poderia raciocinar com sucesso da existência dos sapatos para a existência do sapateiro específico, Hans Mueller, em distinção a todos os outros sapateiros. Da mesma maneira, todos os homens possuem as rationes por meio das quais sabem que Deus existe. Contudo, estando em apostasia por causa de seus pecados, o que eles veem é corrompido. Assim, eles não são capazes de ver e apreciar que uma das características peculiares deste Deus é que Ele é o Criador do mundo e o Salvador dos homens. Deus, portanto, entrega os homens, pois eles "trocaram a verdade de Deus por uma mentira e adoraram e serviram à criatura em vez do Criador, que é bendito para sempre! Amém" (Romanos 1:25). Para nos dar conhecimento para a salvação, devemos ter revelação especial. A revelação geral "não apenas deve nos excitar ao culto a Deus, mas também nos despertar e estimular para a esperança de uma vida futura... Mas, não obstante as claras representações dadas por Deus no espelho de suas obras, tanto de si

mesmo quanto de seu domínio eterno, tal é a nossa estupidez que, sempre desatentos a esses testemunhos óbvios, não tiramos proveito algum deles." [33]

Notas

1. Martin et al., A History of Philosophy , p. 483.

2. Clark, A Christian Philosophy of Education, p. 38.

3. Jaarsma, The Educational Philosophy of Herman Bavinck, p. 102

4. Jaarsma, op. cit., p. 104.

5. Idem.

6. Imitação de Cristo, III. xxiii.

7. Warfield, Studies in Tertullian and Augustine , p. 161.

8. Calvin, institutes, I, 6, 1.

9. Essa noção de incompetência deve ser nitidamente distinguida da doutrina bartiana de que não há ponto de univocidade para unir a revelação de Deus ao homem. A revelação é uma ofensa ao homem apenas porque este é pecador e não porque aquela não seja proposicionalmente verdadeira. O intelecto do homem está obscurecido, mas não extinto. Se não fosse assim, a mente do homem seria totalmente incompetente para distinguir a voz de Deus da voz do diabo.

10. Calvin, op. cit., I, 3, 1.

11. Warfield, op. cit., pp. 138-139. A percepção sensorial e a intuição não devem ser confundidas. Nunca cheiramos ou provamos a nossa alma. Nós a conhecemos imediatamente.

12. Op. cit , I, l, 1.

13. Warfield, Calvin and Calvinism, p. 31.

14. Calvin, loc . cit.

15. Meditation . FIX.

16. Calvin, op. cit, I, 3, 2.

17. Warfield, Studies in Tertullian and Augustine, p. 143.

18. Contra Acad . Ill, 10, 23.

19. Ibid, III, 13, 29.

20 . Meno 86a

21. Poderia ser objeto de objeção aqui que os animais irracionais conseguem distinguir as coisas uns dos outros, mas não conhecem a lei da contradição. Primeiro, não estamos preparados para afirmar que a alma do cão não possua um uso limitado dessa lei. Segundo, a imaginação do animal irracional não consegue elevar-se a concepções organizadas porque lhe falta a plena racionalidade. Se o cão aplica a lei da contradição para comer um osso, ele não pode aplicar a lei da contradição para adorar a Deus, pois não foi feito à imagem de Deus. Assim, ele não possui o ratwnes no sentido pleno que os seres humanos possuem.

22. Blanshard, The Nature of Thought, I, p. 257.

23. Lembremo-nos de que não estamos tentando uma demonstração da existência de Deus; estamos

simplesmente apontando a presença de dados que tornam coerente a hipótese da existência de Deus.

24. Warfield, Studies in Tertullian and Augustine, p. 148.

25. Jaarsma, op. cit., p. 105.

26. Analisaremos o problema da relatividade ética no Capítulo XVIII.

27. Enquanto este volume estava sendo escrito, uma luta de boxe foi "manipulada" em Nova York por alguns criminosos. Esse ato causou uma revolução temporária no mundo dos esportes, pois tratava-se de um ato tão "baixo". Ora, "baixo" em relação a quê? Por que "manipular" lutas é algo mais maligno do que abster-se de fazê-lo? Isso não incomodaria nenhum dos animais, então por que incomoda o homem? O cristão argumenta que só faz sentido falar de lutas "manipuladas" se o homem for uma criatura feita à imagem e semelhança de um Deus racional e moral.

28. God and Evil, p. 158. O final triste que este livro possui é um testemunho do que acontece àqueles que não conseguem aceitar a Jesus Cristo como o Filho ontológico de Deus.

29. Burtt, Right Thinking, p. 13.

30. Clark, A Christian Philosophy oi Education, p. 59.

31. Calvino, op. cit., I, 5, 2. Uma coisa é certa. Paulo não poderia ter baseado a responsabilidade dos gentios na capacidade dos homens de encontrar Deus através das árduas provas causais de Aristóteles e Tomás, pois, além de os argumentos serem logicamente inválidos, é duvidoso também que os milhões ignorantes soubessem do que um homem estava falando quando as provas eram exigidas. O

conhecimento de Deus a partir da natureza deve ser tornado acessível aos homens para ser uma base de responsabilidade. Se todos os homens conhecem Deus por natureza e são imediatamente lembrados dEle na natureza, então faz sentido dizer que, ao observar as coisas que foram feitas, somos considerados responsáveis por conhecer Deus. Caso contrário, **as palavras são bastante inapropriadas.**

32. Paulo expressa esse pensamento da seguinte forma: “Pois quem conhece os pensamentos do homem, senão o espírito do homem que nele está? Assim também, ninguém conhece os pensamentos de Deus, senão o Espírito de Deus” (1 Coríntios 2:11). A falta de uma faculdade espiritual torna as coisas do Espírito loucura para o homem natural, da mesma forma que os padrões morais são loucura para um cão.

33. Calvino, op. cit., I, 5, 10-11.

Lembremos ao leitor novamente que não faz parte da responsabilidade de um volume sobre apologética filosófica listar as evidências padrão para o cristianismo baseadas na natureza — a beleza de uma rosa, as partes maravilhosas do corpo humano, etc. Este tipo de estudo deve ser entregue aos especialistas que são treinados para tal trabalho. Mas se fôssemos inserir cem páginas de evidências, seria precisamente neste ponto que elas seriam colocadas. Quando um apologista formula uma filosofia de evidências, ele pode então voltar-se para a tarefa mais mecânica de listá-las e detalhá-las.

Nossa omissão de evidências não significa que consideremos tal trabalho de menor valor do que os tópicos que escolhemos discutir. Acreditamos, antes, que é inadmissível misturar a apologética em geral com o

problema das evidências em particular. As evidências formam um campo subordinado, situado sob o cabeçalho mais amplo e abrangente da apologética.

Capítulo X

Ponto de Partida: Deus (Continuação)

O rico também morreu e foi sepultado; e no Hades, estando em tormentos, ergueu os olhos e viu ao longe a Abraão e a Lázaro, no seu seio. . . . E ele disse: [e]'Rogo-te, pois, ó pai, que o mandes à casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos, para que lhes dê testemunho, a fim de que não venham também para este lugar de tormento .' Disse-lhe, porém, Abraão:

'Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos.'

E ele disse: 'Não, pai Abraão; mas, se alguém dos mortos for ter com eles, arrepender-se-ão.' Ele, porém, lhe disse:

'Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco acreditarão, ainda que alguém ressuscite dentre os mortos!'

— Lucas

V isto que caminhamos um bom trecho desde que partimos para resolver os problemas da felicidade, da verdade e de uma visão racional do universo, pode parecer que já chegamos filosoficamente a Canaã, e que agora podemos descansar e comer do fruto da terra. Mas não devemos ser precipitados, pois, de fato, apenas conseguimos escapar do empirismo do Egito. Embora tenhamos resolvido muitos problemas, ainda há outros pela frente no deserto. Por exemplo: Qual é a natureza de Deus? Qual é a Sua relação com o processo da história? Qual é a Sua relação com as nossas rationes ('razões')? E o que devemos fazer para sermos salvos? Essas perguntas, que precisamos responder para reivindicarmos uma cosmovisão coerente, aguardam

suas soluções a partir das informações detalhadas nas Sagradas Escrituras. Defendemos o nosso direito de apelar à Bíblia; agora chegou o momento de utilizarmos efetivamente essa prerrogativa. “Deus, prevendo a ineficácia de Sua manifestação de Si mesmo na estrutura exata do mundo, concedeu o auxílio de Sua palavra a todos aqueles a quem determinou tornar eficazes as Suas instruções.”[1]

I. O Apelo à Revelação Especial

Quando Platão disse que se deve "tomar a melhor e mais irrefragável das teorias humanas, e que esta seja a balsa sobre a qual se navega pela vida — não sem risco, admito, se ele não conseguir encontrar alguma palavra de Deus que de forma mais segura e firme o conduza",[2] ele formulou perfeitamente as alternativas que qualquer filósofo deve enfrentar. Ou se constroem as opiniões a partir da experiência e corre-se o risco de que sejam inválidas para o amanhã, ou se reivindica alguma palavra certa de Deus como um ponto de referência externo no qual se apoia a sua alavanca. O cristão afirma possuir esta palavra certa de profecia que pode lhe dizer o significado do mundo, ao passo que nenhum outro possui um guia semelhante. Mesmo "o próprio Platão, o mais religioso e criterioso de todos eles, perde-se em seu globo redondo".[3]

Por revelação especial, não entendemos parte ou pedaço, mas os sessenta e seis livros canônicos completos e integrais que compõem a Bíblia. "Os livros da Escritura são, portanto, chamados canônicos, porque tiveram sua autoridade primeira e soberana do próprio Deus, por cuja vontade e inspiração divina foram inicialmente escritos, e por cuja bendita providência têm sido desde então preservados e entregues à posteridade, assim como foram igualmente recebidos, e em todos os tempos reconhecidos

por Sua igreja como a regra infalível de fé, e o esquadro perfeito de nossas ações em todas as coisas que de alguma forma sejam necessárias para a nossa salvação eterna."[4] Esses livros específicos constituem a premissa maior do cristão, visto que, quando se lhes acrescenta ou subtrai algo, fica-se com uma cosmovisão menos coerente do que se a manipulação não for empreendida. Não há, portanto, nada de estranho nesta convicção; é uma hipótese que foi escolhida com a mesma diligência que a de uma hipótese científica. Como qualquer hipótese, ela é verificada quando resulta em um sistema implicativo que é horizontalmente coerente consigo mesmo e que se ajusta verticalmente aos fatos.

Sejamos claros quanto à nossa transição. Quando deixamos a revelação natural pela especial, não estamos bifurcando a epistemologia; o cristão opera sob uma premissa maior: a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras. Não estamos trocando a razão pela fé, como fez Tomás; antes, estamos buscando fortalecer a fé que já temos, pois a fé é um repouso do coração na dignidade da evidência. A Bíblia é necessária para nos dar mais evidências. Portanto, quando dizemos que, embora a luz da natureza seja suficiente para conduzir o homem ao conhecimento de Deus, aprouve a Deus "para a melhor preservação e propagação da verdade, e para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne, e a malícia de Satanás e do mundo",[5] confiar inteiramente por escrito todo o conselho de Sua vontade para a nossa salvação, não estamos abandonando aquele espírito de verificação que defendemos até este ponto. A verdade é um significado sistematicamente construído, e,

se a Bíblia cumpre este padrão, ela é tão verdadeira quanto a lei de transmissão de Lambert. Qualquer hipótese é verificada quando interpreta a vida de maneira harmoniosa.

A. O Fato da Revelação Especial

Embora poucos pensem realmente sobre isso, nenhum argumento filosófico coerente pode ser introduzido para impedir a possibilidade da revelação. Só é possível saber se Deus revelou a Si mesmo ou não após um exame de todos os fatos na realidade, pois qualquer fato negligenciado pode ser a própria revelação em si. Mas o Deus mesmo é um desses fatos possíveis. Significativamente, para dizer que não há Deus, portanto, deve-se primeiro olhar sob cada pedra no planeta Terra. Quando essa fonte estiver esgotada, ele deve ir a Marte e fazer a mesma coisa; e então a Júpiter e Vênus, até que cada centímetro de todo o universo tenha sido exaustivamente examinado. Mas, quando nosso explorador tiver ido a Marte, talvez Deus tenha ido a Vênus, e enquanto ele estiver em Vênus, talvez Deus — que é o Todo-Poderoso — tenha voltado de repente para a terra. Para rastrear a Deus, portanto, deve-se pelo menos estar em todos os lugares ao mesmo tempo, o que quer dizer que ele deve ser o próprio Deus. Se um homem diz que não há Deus, ele simplesmente se faz Deus, e assim a revelação torna-se real. Se ele diz que há um Deus, a única maneira de saber disso é por Deus ter revelado a Si mesmo, pois o Todo-Poderoso é poderoso o suficiente

para não dar nenhuma pista de Sua existência se assim o eleger; e novamente a revelação é real. E se um homem diz que não sabe se há um Deus ou não, ele certamente não está em posição de saber se este Deus, a quem ele não conhece, revelou a Si mesmo; e mesmo nesta posição extrema, a revelação é possível. Se conseguimos mostrar que a revelação genérica é possível, os mesmos argumentos se aplicam à revelação especial.

B. A Necessidade da Revelação Especial

A razão fundamental pela qual precisamos da revelação especial é para responder à pergunta: O que devo fazer para ser salvo? A felicidade é nosso primeiro interesse, mas essa felicidade não pode ser nossa até que saibamos exatamente como Deus vai dispor de nós no fim da história. Lembre-se de que Aquele que nos fez pela liberdade de Sua própria vontade também pode dispor de nós dentro da estrutura dessa mesma soberania. Assim, Paulo pergunta:

> Pois quem conheceu a mente do Senhor,
>
> Ou quem foi o seu conselheiro?
>
> Ou quem lhe deu primeiro um dom,
>
> Para que lhe seja retribuído?[6]

Até que tenhamos informações definitivas sobre o assunto, não temos nenhuma garantia segura de que Aquele que nos fez também não nos destruirá.

De pouco adiantará dizer: "Mas não estabelecemos por meio das rationes que Deus é bom? Como, então, Ele pode nos destruir?". Em resposta, embora Deus seja bom, esse atributo não Lhe fecha o caminho de nos destruir, visto que Ele, e não algum padrão abstrato de bem, é o padrão do que é bom. Deus é o Todo-Poderoso. Como alguém expressa, Ele é ou o Deus de tudo ou não é Deus de jeito nenhum. A famosa ilustração da galinha do filósofo nos ajudará aqui. Todos os dias a galinha recebe milho e água do fazendeiro; a partir dessa evidência empírica, a galinha deduz (possivelmente pelo quinto argumento de Tomás?) que o fazendeiro é bom, pois tudo o que este último faz pela galinha é para o bem-estar dela. Contente com essa indução, a galinha sabe que a natureza do fazendeiro é boa; portanto, nada de mal pode vir de sua mão, pois o fazendeiro não pode agir contrariamente à sua natureza. Mas, ai de mim! Chega um dia ensolarado em que o homem do campo cumpre sua galinha, não com o punhado habitual de grãos, mas com uma machadinha para cortar sua cabeça. Podemos ouvir a galinha protestando com um forte cacarejo contra um ato tão antiético, mas as reclamações logo cessam à medida que sua cabeça é separada do pescoço. O fazendeiro, e não a galinha, acaba por ser o padrão do bem e do mal em tal situação, assim como Deus, e não o fazendeiro, é o padrão do bem e do mal no universo. É em vão, portanto, que os homens apelam para o fato de que, visto que Deus nos deu chuva e sol, Ele também deve salvar nossas almas no fim da história. Non sequitur. Deus pode enviar Suas chuvas, mas Ele não está sob nenhuma necessidade antecedente de salvar nossas almas; se estiver, Ele não é Deus, pois há alguma lei acima e além dEle. Apelar para Sua natureza para sair da

dificuldade é um argumento tão ruim quanto o da galinha, pois a natureza de Deus é determinada por uma descrição do que Ele faz. Se Ele nos condena, é assim que Sua boa natureza se expressa. Por essas razões, a premissa principal do cristão não é apenas um apelo a um Deus bom ; em vez disso, é ao Deus que Se revelou nas Escrituras, e somente a Ele. Sem os dados delineados nas Escrituras, não estamos em melhor situação em nossa cosmovisão do que a galinha estava no terreiro, a despeito das provas empíricas de Tomás. Nós simplesmente apontamos isso para chamar a atenção de todos os que rejeitam a infalibilidade das Escrituras para a situação lamentável em que se encontram. "Acaso direis ainda diante do que vos mata: Eu sou Deus? mas sois homem, e não Deus, na mão do que vos fere" (Ezekiel 28:9).

C. Qual Revelação?

Concedido que precisamos de revelação de Deus para saber como Ele disporá de nós no fim de nossas vidas, não há muitas revelações que disputam a nossa aprovação? Como faremos uma seleção, quando não somos Deus? Podemos responder a isso em uma frase: Aceite aquela revelação que, quando examinada, produz um sistema de pensamento que é horizontalmente coerente consigo mesmo e que verticalmente se ajusta aos fatos da história. Ao olhar para a Bíblia, o cristão diz: “Vejo uma série de dados na Bíblia. Se eu aceitar o sistema tal como está delineado, posso tornar muitos problemas fáceis”. Tragam suas revelações! Que elas façam as pazes com a lei da contradição e com os fatos da história, e merecerão o assentimento de um homem racional. Um exame cuidadoso da Bíblia revela que ela passa por esses exames rigorosos summa cum laude . Ao contrário de todos os outros volumes religiosos, a Bíblia fala sobre, e dá uma base metafísica para, a unidade e a solidariedade de toda a raça humana sob Deus. A

mensagem de Cristo não tem nada de clânica, tribal, esotérica ou racial. Cristo não estava apenas em simpatia com a construção de uma ponte ou fraternidade que eliminasse todas as distinções de classe, mas Ele expressamente viveu e morreu para fazer de todos os homens um nEle por Sua cruz. Cristo não é, como Maomé, Sócrates e Buda, um defensor de princípios que têm apenas a aprovação de uma cultura oriental ou ocidental; Ele veio como o Filho do Homem ideal, o Alfa e o Ômega. Ele combina em Si mesmo todas as melhores virtudes do Oriente e do Ocidente. Suas promessas eram para quem quiser, para todos, para cada um, em toda parte, sempre. O ritual de Seu evangelho é tão simples e despojado que é aplicável em toda parte: ele não faz exigências peculiares a uma cultura; ele apenas pede fé. Sua lei é sublime, trazendo consigo, à medida que entra em contato com todas as tribos sob o sol, estes elementos de elevação moral que o homem precisa para evitar descer ao nível do animal. A Bíblia pode ser traduzida para qualquer língua sem medo de ofensa moral. Sua literatura é a mais refinada; suas expressões, as mais sublimes. Quaisquer que sejam os bons elementos que as outras religiões do mundo possam conter, os de Cristo abraçam a todos, superando cada uma delas como o dia supera a noite em luz.

D. A Bíblia como Revelação

Os autores das Escrituras falam com autoridade. Suas palavras são pontuadas por estrondos de trovão: “Assim diz o Senhor, que governa o céu e a terra”. Seriam esses indivíduos que escreveram a Bíblia meramente testemunhando o que acreditavam ser a obra pactual de Deus na história? Eram eles como repórteres de um grande jornal da cidade, treinados, eficientes, alertas, mas na posse de nenhum outro equipamento além daquele que residia neles como homens? Possuíam eles o Espírito inspirador e

superintendente de Deus em uma forma mais forte, mas qualitativamente não diferente daquela que é desfrutada por outros homens que não escreveram as Escrituras? Dificilmente. De Gênesis a Apocalipse, esses homens escreveram a verdade sóbria. Um plano de salvação coerente consigo mesmo e historicamente preciso percorre suas centenas de páginas de manuscritos que, de forma surpreendente, foram escritos por homens que eram relativamente ignorantes da existência uns dos outros. Moisés deu o plano da salvação em Gênesis 3:15, centenas de anos antes de seu cumprimento: "Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente: este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar". Os profetas o desdobraram apaixonadamente; os evangelhos o delinearam cuidadosamente; e as epístolas o completaram imaculadamente. Para o fim da revelação especial, Paulo disse: "O Deus da paz em breve esmagará a Satanás debaixo dos vossos pés" (Romanos 16:20), apontando para o cumprimento total de cada jota e til de Gênesis 3:15. Em todo este sistema de salvação não há nada repugnante à razão do homem; não há nada impossível, imoral, absurdo, nada inconsistente com o corpo de verdade bem atestada.

Que volume pode sequer começar a competir com as Escrituras? Suas verdades são as mais elevadas conhecidas: verdades sobre a natureza de Deus, a origem e o fim do mundo, e a natureza e o destino do homem. Tão poderosa tem sido a influência do Cristianismo, que ele estabeleceu o padrão para a cultura ocidental. As Escrituras satisfizeram o estudioso, quebrantaram o pecador, confortaram o oprimido e encorajaram o cansado.

Lede Demóstenes ou Cicero; lede Platão, Aristóteles, ou quaisquer outros dessa classe; admito que sereis atraídos, deliciados, comovidos e arrebatados por eles de maneira surpreendente; mas se, depois de os lerdes, vos voltardes

para a leitura do volume sagrado, queirais ou não, ele vos afetará tão poderosamente, penetrará de tal forma o vosso coração e se imprimirá tão fortemente em vossa mente que, comparada com a sua influência enérgica, as belezas dos retóricos e filósofos quase desaparecerão por completo; de modo que é fácil perceber algo divino nas Sagradas Escrituras, que supera em muito as mais altas realizações e ornamentos da indústria humana.[7]

O cristão não aceita arbitrariamente a Bíblia como a palavra de Deus; ele sente que não pode ser impedido de adotar essa hipótese, pois escolher qualquer outra posição seria ir de encontro aos fatos, um gesto mais adequado a um ornitóide irracional do que a um homem racional em busca de uma explicação racional do universo.

Voltemo-nos agora para "a revelação do mistério que esteve oculto por longas eras, mas que agora foi manifestado e, por meio das Escrituras proféticas, dado a conhecer a todas as nações, segundo o mandamento do Deus eterno, para a obediência da fé" (Romanos 16:25-26), e vejamos se, após aceitá-la, podemos construir um panorama mais coerente da nossa filosofia de vida com ela do que sem ela. A investigação a seguir contém apenas perguntas exemplares; se alguém fosse listar todas as implicações do cristianismo, talvez o próprio mundo não pudesse conter os livros que seriam escritos.

II. Os Benefícios da Revelação Especial

Antes de podermos ter um motivo genuíno para a felicidade pessoal, uma compreensão racional do universo e uma base para a verdade imutável, devemos enfrentar as quatro questões a que aludimos anteriormente. Elas dizem respeito à natureza de Deus, à Sua relação com o processo, à Sua relação com as rationes e à Sua relação com a nossa

salvação. Mostremos brevemente tanto o motivo pelo qual estes são problemas que todos os homens devem enfrentar, quanto a forma pela qual a Bíblia os explica de maneira elegante.

A . A Natureza de Deus

O cogito , a análise do eu e as rationes , todos corroboram para nos lembrar que Deus é a verdade. Mas a religião precisa de mais do que isso. Para que a oração seja eficaz e para que a confiança na providência seja significativa e satisfatória, Deus deve ser uma Pessoa. No entanto, não podemos fazer de Deus uma Pessoa simplesmente pensando; devemos ter evidências para a hipótese. Na Bíblia, encontramos um corpo de evidências tão coerente. Ela nos assegura que Deus é trino, três Pessoas em uma essência divina. Sendo pessoal, Deus pode ser objeto de comunhão. Os deuses dos antigos — Platão e Aristóteles — estavam excessivamente próximos de princípios abstratos de inteligência impessoal para serem úteis ao homem na adoração. No cristianismo, Deus não apenas pensa sobre Si mesmo: Ele pensa sobre nós. Como Bavinck expressa, é o Pai de Quem, o Filho por meio de Quem e o Espírito no Qual todas as coisas têm o seu ser. Todas as religiões precisam de um Deus pessoal; o cristianismo O fornece.

B. A Relação de Deus com o Processo da História

Embora possamos confiar em Deus, faz diferença se Ele é concebido de forma panteísta, deísta ou teísta. Se Deus é identificado com o processo da história, como no panteísmo, então não temos esperança de salvação. Por definição, a história de Deus é eterna; portanto, não há metas para as quais possamos nos esforçar, pois não há um terminus ad quem em um processo eterno de esforço. Consequentemente, a salvação não pode ser uma meta.

Além disso, se Deus é o processo da história com todo o seu mal, Ele merece nossa piedade, não nossa adoração. Mas se Deus é concebido de maneira deísta, ou seja, é totalmente transcendente acima do processo da história, então Ele está inacessível demais para ser invocado como um Pai Celestial amoroso. Ele bem poderia não existir, no que diz respeito a ser uma solução para a nossa felicidade pessoal. "Se a morada de Deus fica em algum lugar distante, fora do mundo, e sua transcendência deve ser compreendida no sentido de que ele se retirou da criação e agora permanece fora da realidade deste mundo, então nós o perdemos e somos incapazes de manter comunicação com ele. Sua existência não pode se tornar verdadeiramente real para nós, a menos que nos seja permitido concebê-lo não apenas acima do mundo, mas em seu próprio ser no mundo, e, portanto, como habitante em todas as suas obras."[8] Se Deus deve resolver o enigma do processo da história, Ele deve desfrutar de domínio soberano sobre esse processo; caso contrário, quem sabe se Ele nos falhará na morte? Mas Ele também deve estar relacionado ao processo da história; caso contrário, Sua soberania não teria relevância para a situação humana. Na Bíblia descobrimos que Deus tem poder todo-poderoso e, ainda assim, é nosso Amigo. Deus está relacionado ao processo como seu Sustentador e, contudo, Ele está completamente acima do processo como seu Autor. Ele governa os cursos ponderosos dos planetas, assinala a queda do pardal e conta os cabelos de nossas cabeças. No entanto, nem os planetas, nem os pardais, nem nossas cabeças são parte de Deus.

Outro problema sob esse mesmo tópico é a questão da origem do mundo. O cristianismo ensina a doutrina da criação: nenhuma outra cosmogonia pode dar felicidade ao homem. Se o mundo é tão eterno quanto Deus, não temos esperança de um fim para a história, pois o mal acompanha o processo por toda a eternidade. Como mostraremos

abaixo muitas implicações dessas observações, passaremos por alto a questão desta vez.[9]

C. A Relação de Deus nas Rationes

Todos concordam que as mentes humanas são racionais e que o que é verdadeiro para a natureza de uma é verdadeiro para a natureza de todas, mas apenas o cristão pode sugerir uma hipótese coerente para explicar esse fenômeno assombroso. Como acontece de, dentre todos os arranjos possíveis, todos os homens acabarem tendo os rationes ('razões')? Kant, por exemplo, supôs que todas as mentes humanas possuem as categorias, mas onde estava a sua prova? Em qualquer posição, exceto a cristã, não passa de milhões de milagres o fato de todas as mentes concordarem. O cristão lida com o problema com facilidade por meio de sua doutrina de que o homem foi feito à imagem de Deus. A racionalidade de Deus preserva o nosso direito de confiar tanto na validade dos rationes para o amanhã quanto de acreditar que o universo continuará regular e previsível. A criação não pode falhar nos fins para os quais foi feita, pois a riqueza do céu e da terra pertence a um Deus racional. De fato, todos os homens continuam a agir como se as mentes dos homens e o universo ao seu redor continuassem racionais, mas é salutar lembrar-lhes de que, à parte do Deus que se revelou nas Escrituras, tal otimismo é racionalmente sem fundamento.

D. A Relação de Deus com a nossa Salvação

Enquanto os deuses dos pagãos estão interessados apenas em si mesmos, o Deus do cristianismo está interessado no homem — "Porque Deus amou ao mundo". Já esboçamos em outra parte o plano cristão de salvação; portanto, não há virtude em repeti-lo. Cristo, sendo Deus, assumiu a forma de homem e morreu na natureza humana, como

expiação pelos pecados de todos os que crerem. Que tribo pagã jamais concebeu uma teoria de soteriologia tão sublime? “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (João 3:16). Que palavras mais reconfortantes poderiam soar aos ouvidos cansados do que aquelas do Filho do homem? “Vinde a mim, todos os que estais aflitos e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma” (Mateus 11:28-29). Quem é mais digno de nossa confiança do que Aquele que deixou Suas glórias no céu para libertar “todos aqueles que, por medo da morte, estavam sujeitos à escravidão por toda a vida” (Hebreus 2:15)? Este, o Cristo, é o “mistério que esteve oculto durante longos séculos”.

Na cruz de Cristo alcançamos o cume da visão cristã de Deus e do mundo. A cruz coroa a nossa defesa da lógica da fé cristã, pois nela o tempo e a eternidade, o homem e Deus, encontraram-se e foram reconciliados para sempre. As palavras parecem impertinentes para louvar este Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo.

Ó sagrada Cabeça, agora ferida,

De dor e vergonha oprimida;

Agora cercada com escárnio,

De espinhos, Tua única coroa.

Ó sagrada Cabeça, que glória,

Que bem-aventurança até agora era a Tua!

Contudo, embora desprezada e ensanguentada,

Alegro-me em chamar-Te de minha.

Que linguagem tomarei emprestada

Para agradecer-Te, caríssimo Amigo,

Por esta Tua dor mortal,

Tua compaixão sem fim?

Ó faze-me Teu para sempre;

E se eu vier a desfalecer,

Senhor, permite que eu jamais, jamais,

Sobreviva ao meu amor por Ti.

Contudo, apropriar-se de Jesus Cristo pressupõe o conhecimento da Bíblia, pois este é o nosso único documento que relata esta bendita expiação. “Ninguém pode ter o mínimo conhecimento da verdadeira e sã doutrina sem ter sido discípulo da Escritura.”[10] Ao meditar sobre as grandezas de Cristo, recordemos que devemos considerar não apenas as implicações que acompanham a hipótese cristã, mas também aquelas que decorrem da sua negação. “Porque, se pecarmos voluntariamente, depois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados, mas uma certa expectação horrível de juízo, e ardor de fogo, que há de devorar os adversários” (Hebreus 10:26-27).

III. Objeções ao Cristianismo

A. Conduz à Negligência da Sensação

Se voltarmos nossa atenção para as rationes eternas, trilharemos o caminho daqueles racionalistas e idealistas que, enamorados de sua união com Deus, deram as costas ao mundo da sensação como um apêndice inútil em sua epistemologia. Já respondemos a isso anteriormente, mas, para refrescar nossa memória, lembremos que sem as rationes não há qualquer sentido na sensação. Portanto, o cristianismo é uma garantia, e não um obstáculo, da sensação significativa.

B. E quanto aos telescópios?

Uma variação do problema acima é o argumento da ciência moderna. Se temos conhecimento inato, como explicamos o fato de que o conhecimento preciso da natureza só surgiu quando o empirismo foi levado a sério pela ciência? Parece que quanto mais repudiamos as ideias inatas, mais nosso conhecimento avança. Em resposta a isso, dizemos duas coisas. Primeiro, a ciência avançou, não quando abandonou as rationes , pois nada teria sentido sem elas, mas sim quando começou a usar as rationes adequadamente. Por 'adequado' queremos dizer aplicar cuidadosamente nossas mentes aos dados da história. Segundo, faz parte do sistema cristão que devemos nos aplicar dessa maneira, pois o cristão recebe de Deus a ordem de subjugar a natureza. Mas não se pode subjugar algo antes de saber o que é. Daí a necessidade de telescópios e microscópios; não somos capazes de aprender os detalhes da natureza sem eles. O uso deles não vicia as rationes ; pelo contrário, as rationes são conditiones sine qua non para o uso eficaz desses instrumentos.

C. Leva ao misticismo

Se nos voltamos para uma interioridade, o misticismo se segue. Deus é a verdade e, quando nos interessamos pela

verdade, confundimo-nos metafisicamente em Deus. Em resposta, dizemos que, embora conheçamos toda a verdade em Deus, Deus “está na alma do homem não substantialiter , mas apenas effective .”[11] Quando conhecemos a verdade em Deus, não nos confundimos com Deus. A relação criatura-Criador é inviolável. O método de Deus para conhecer será sempre diferente do nosso método. Deus nos permite ver a verdade na luz Dele, mas Ele, e não nós, é a verdade. Nós percebemos a verdade; a mente de Deus é a verdade.

D. Não cristão, mas platônico

Platão, e não Agostinho, concebeu o esquema das rationes ; portanto, o cristianismo é fundado no platonismo. Em resposta, Platão estava formalmente certo quando rejeitou o empirismo; contudo, na falta de revelação especial, ele não teve sucesso em completar seu sistema com coerência. Ele não conhecia o significado da cruz. Mas o fato de Platão ter encontrado o ponto de partida sinóptico correto pode ser explicado pelo cristão através da hipótese de que, tendo sido feito à imagem de Deus, foi-lhe dada iluminação para enxergar mais do problema da epistemologia do que os outros. A verdade que Platão encontrou tornou-se possível porque Cristo era antecedentemente a verdade. Uma maneira muito melhor de colocar a questão, então, é dizer que onde quer que Platão tenha falado a verdade, ele foi cristão; em vez de onde quer que o cristão seja coerente, ele é platônico. O cristão pode explicar Platão, mas Platão não pode explicar o cristão.

E. E quanto aos ateus?

Incontáveis homens dizem que não acreditam que Deus exista. Como, então, podemos conciliar isso com a suposta verdade cristã de que todos os homens conhecem a Deus

por natureza? Primeiro, não existem ateus reais, pelas mesmas razões que demos para a incapacidade de um homem dizer que não há revelação. Um homem teria de estar em todos os lugares ao mesmo tempo para dizer que não há Deus, o que nada mais é do que uma maneira abreviada de fazer a si mesmo de Deus. Segundo, o cristão pode explicar aqueles que dizem que não há Deus. A corrupção do pecado vicia e mancha o conhecimento que o homem tem do Criador. Assim, o ateu é um tolo, pois está usando palavras para negar o único Ser que pode dar validade a essas próprias palavras. Sem Deus para sustentar as rationes , o discurso do ateu é sem sentido e pode ser ignorado.

F. Destrói toda a filosofia

Gilson, argumentando como tomista, diz que essa abordagem destrói a filosofia, sendo a filosofia a "especulação da razão natural sobre objetos que lhe são acessíveis no estado de fato natural a ela".[12] Porque se ensina que a iluminação é necessária para toda intelecção, Gilson conclui que ele deveria "renunciar, de uma vez por todas, a falar de uma 'filosofia' das coisas divinas, seja com o propósito de reservar seu uso para si mesmo, visto que já não tem direito a ele, seja de proibi-la aos outros como impossível". [13]

O problema de Gilson é que ele definiu a filosofia da maneira que ele, como tomista, deseja, e então voltou essa definição contra nós. Mas a filosofia, tanto etimológica quanto historicamente, é o "amor à sabedoria". Devemos, então, ficar vinculados àquela definição de filosofia que foi

formulada por Hugo de São Vitor e Aquino para atender à sua teologia? A filosofia é o amor e a busca pela sabedoria, e onde alguém obtém seus dados para elaborar a sabedoria é algo totalmente irrelevante. Se o cristão obtiver sucesso em sua doutrina da iluminação ao construir um sistema de sentido que seja coerente, ele tem tanto a verdade quanto uma filosofia adequada.[14]

Notas

1. Calvino, Institutas , I, 6, 3.

2. Fédon 85b.

3. Calvino, op. cit., I, 5, 11.

4. Cosin, A Scholastic History of the Canon of the Scripture, pp. 1-2.

5. Confissão de Fé de Westminster, I, 1.

6. Romanos 11:34-35.

7. Calvino, op. cit., **I, 8, 1.**

8. Bavinck, Philosophy of Revelation, p. 21.

9. Ver infra, capítulos XVI-XVII.

10. Calvino, op. cit., I, 6, 2.

11. Warfield, Studies in Tertullian and Augustine, p. 145.

12. Christianity and Philosophy, p. 30.

13. Ibid., p. 43.

14. Não vamos nos deter para perguntar a Gilson, um epistemólogo da tabula rasa ('folha em branco'), onde ele encontrou esta verdade normativa de que "Todos os que constroem seu conhecimento sobre a iluminação não são filósofos de forma alguma"; mas achamos que seria uma pergunta interessante, pois do fluxo apenas o fluxo pode vir.

Parte III

IMPLICAÇÕES DA VISÃO DE MUNDO CRISTÃ

Capítulo XI

O Problema da Crítica Bíblica

Como também o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada, falando disso acerca destas coisas, como o faz em todas as suas epístolas, entre as quais há pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem, igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição. Vós, portanto, amados, sabendo isto de antemão, guardai-vos de que, pelo engano dos homens abomináveis, sejais juntamente arrebatados e caia-vos da vossa firmeza. — Pedro.

T endo resumido a estratégia geral da filosofia conservadora da vida, incumbe-nos agora enfrentar com coragem o que representa provavelmente o argumento mais contundente contra o sistema cristão a partir de dentro do próprio texto da Bíblia. Referimo-nos ao século inteiro de crítica bíblica que conseguiu trazer à luz muitas dificuldades nas narrativas das Sagradas Escrituras. Tais esforços deixaram o conservador em uma situação difícil. Por um lado, ele admite que a Bíblia é a palavra de Deus infalivelmente inspirada,[1] e, por outro, confessa que não são poucas as dificuldades no texto atual. “O estudante consciencioso tem, portanto, grande dificuldade às vezes em resolver problemas levantados por aparentes contradições... e pode confessar francamente que não é capaz de explicar uma aparente divergência no ensino da Escritura.”[2] Para a mente moderna, a posição conservadora parece tergiversação.

Por duas razões devemos enfrentar este problema. Primeiro, academicamente devemos apontar a coerência da filosofia cristã da crítica bíblica, pois só podemos aceitar aquele sistema de filosofia que está livre de contradições

fundamentais. Segundo, visto que muitos abandonaram a fé do evangelho rumo ao ceticismo, devemos expor cuidadosamente nossa posição em um esforço para evitar que outros sigam pelo mesmo caminho. “Horível cousa é cair nas mãos do Deus vivo” (Hb 10:31).

I. A Natureza da Crítica Bíblica

Antes de expormos nossa filosofia do erro bíblico, contudo, vamos estabelecer os dois tipos de crítica bíblica, além de uma rejeição a falsos refúgios.

A. Crítica Textual

O primeiro choque que todo jovem cristão convertido deve enfrentar quando se depara mais de perto com a Bíblia é que o texto das versões em inglês que ele utiliza está corrompido em detalhes muito pequenos. Ao contrário do que os leigos possam pensar, nem a Versão do Rei Tiago nem a Vulgata são plenariamente inspiradas, pois a inspiração plena é um atributo reservado unicamente aos escritos originais, aqueles autógrafos de Moisés, dos profetas e dos apóstolos que agora estão todos perdidos. O que possuímos em nossas Bíblias atuais é uma cópia notavelmente substancial desse primeiro conjunto de escritos, cuja pureza é determinada pela pesquisa da crítica textual (crítica inferior). O crítico textual deve estudar as centenas de escritos hebraicos e gregos sobreviventes para determinar quais documentos procedem das fontes originais e quais são espúrios, pois apenas os escritores originais, e não os copistas e transliteradores, foram inspirados. Nas centenas de anos que se passaram desde que a Bíblia foi escrita, alguns erros de transcrição deslizaram para o texto. Eliminar esses erros é a tarefa da crítica textual. O texto original é totalmente inspirado; o texto atual está em um estado de pureza substancial. Os primeiros escritores da

Bíblia foram imediatamente inspirados por Deus, enquanto os copistas foram providencialmente preservados de perturbar o conteúdo doutrinário da Escritura ao transcrevê-la. Contudo, eles não foram preservados de erros textuais. Os monges estavam tão sujeitos a ilusões de revisão quanto nós. Se um épsilon foi confundido com um iota por um monge sonolento, isso entrava no texto. [3]

Os conservadores têm liderado historicamente a pesquisa na crítica textual, sendo estimulados a restaurar o texto original pela consideração da doutrina da inspiração original. A menos que alguma ciência objetiva de crítica possa ser estabelecida, os cristãos ficam sem uma norma pela qual distinguir a verdadeira revelação de Deus de uma corrupção que tenha se introduzido. As palavras na Oração do Senhor, por exemplo, "Pois teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém", são uma boa ilustração do que é provavelmente uma corrupção textual, não merecendo, portanto, um lugar em nossa Bíblia.[4] Há vários outros. O trabalho da crítica textual, no entanto, fundamentou, em vez de colocar em risco, a hipótese de que havia documentos originais dos quais os atuais se originaram. Quanto mais terra a pá do arqueólogo revira, mais harmonioso se torna o nosso conhecimento do texto.

B. Alta Crítica Destrutiva

A crítica textual (lower criticism) preocupa-se com o estado do texto, enquanto a alta crítica (higher criticism) lida com

as questões gerais de significado, validade, coerência e valor do texto. “Contudo, a ‘alta’ crítica é a tentativa de determinar o significado do texto, e de fazê-lo pelos mesmos métodos que a investigação científica considerou bem-sucedidos ao lidar com escritos seculares.”[5] Observe que um pressuposto fundamental do alto crítico é que a Bíblia é apenas mais um pedaço de escrita humana, um livro ao qual o método científico pode ser aplicado com segurança, sem perceber que a mensagem da Bíblia se opõe em julgamento a esse próprio método. Não ocorre ao alto crítico que ele começou com sua filosofia de vida de uma maneira que torna impossível a coerência do cristianismo concebido redentivamente. Comentaremos mais sobre isso adiante.

A alta crítica tem tido efeitos nocivos. Ela levou rapidamente “a resultados inconsistentes com a visão tradicional da inspiração divina das Escrituras, razão pela qual os fundamentalistas não a têm reconhecido como legítima.”[e] Ela “revelou discrepâncias fundamentais com as crenças tradicionais. Diferenças de estilo, relatos contraditórios do mesmo evento, mandamentos conflitantes que pretendem vir de Deus, tornaram a visão protestante mais antiga de que cada palavra e cada ponto eram divinivamente inspirados e literalmente verdadeiros, extremamente difíceis de conciliar com a fé na sabedoria e racionalidade de Deus.”[7] Em suma, ela “tornou praticamente impossível para os homens modernos

acreditar em tudo o que a Bíblia diz literalmente."[8] Observe o fato marcante de que o cristão começa a estudar a Escritura com fé em uma cosmovisão que permite a possibilidade de tal revelação, enquanto o alto crítico começa com sua hipótese de que não houve revelação.

C . A Rejeição de Falsos Refúgios

Há uma tentação de evitar as dificuldades da crítica bíblica retirando-se para falsos portos de refúgio. O conservador os rejeita.

1. Irracionalismo. Alguns dizem que a Bíblia, por vir de Deus, pode-se esperar que seja irracional, pois Deus disse: "Porventura não são os meus pensamentos mais altos do que os vossos pensamentos?" Tal estrutura, no entanto, tem um efeito bumerangue sobre o defensor, pois, se os pensamentos de Deus são diferentes dos pensamentos do homem, então, como sabemos que são pensamentos sequer, muito menos que são pensamentos de Deus? Se as Escrituras não têm o mesmo significado para Deus e para o homem, então o versículo citado pelo defensor desta visão ("os meus pensamentos não são os vossos pensamentos") pode muito bem significar que a estação chuvosa na Albânia é prejudicial para a safra de trigo do Kansas. Certamente, não entendemos tudo o que Deus revelou nas Escrituras, mas isso não é o mesmo que admitir que as partes obscuras são intrinsecamente irracionais; significa antes, simplesmente, que não as estudamos por bastante tempo. Apenas o tempo e a iluminação nos impedem de compreender toda a revelação de Deus.

2. Alegorização. Quando se abandona aquelas alegorias que a própria Escritura confessa, como em Gálatas 4:24: "Ora, isto é uma alegoria", não há ponto de parada lógico que não seja o fanatismo desenfreado e o irracionalismo. A

alegorização, método favorito dos pais da igreja, é pouco menos do que a imaginação de homens santos trabalhando em horário extra. A admissão de que não podemos confiar no texto tal como ele está, mas devemos alegorizá-lo, é outra maneira de recorrer ao irracionalismo.

3. Autoridade. Roma tenta resolver as dificuldades da Bíblia introduzindo a voz segura da tradição. Isso, porém, apenas duplica o nosso problema, pois agora temos não apenas toda a Bíblia para justificar, mas também as tradições dos anciãos, as decisões dos concílios e os pronunciamentos ex cathedra de todos os papas. Se não conseguirmos aplicar com sucesso a lei da contradição às palavras simples de Cristo: "Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos", onde o romanista há de se apoiar?

D. O Problema Básico da Inerrância

Quando falamos que os documentos originais são plenamente inspirados, queremos dizer que nenhum dos escritores bíblicos disse qualquer coisa que não fosse coerente com tudo o mais escrito nas Escrituras. Em outras palavras, todo o corpus da revelação foi preservado livre de erros lógicos e históricos. Mas, embora isso possa ser assim, surge naturalmente a questão: exatamente em que sentido e em virtude de qual direito o conservador dá o salto de um texto que se admite não ser plenamente inspirado para os documentos originais que foram plenamente inspirados? Para ajudar o leitor a compreender o fundamentalismo, vamos estabelecer alguns dos passos dialéticos em seu raciocínio sobre essa questão.

1. A primeira coisa a se notar é o fato de que o testemunho constante do próprio texto bíblico é que, tanto em parte quanto no todo, ele é objetiva e plenamente inspirado. Os

escritores presumem falar com tanta autoridade imperativa que se aproximar criticamente de seu julgamento por meio de critérios obtidos com base em pressuposições não cristãs é, em si, um ato de pecado. O conservador aceita o testemunho bíblico como verdadeiro até que se provenha o contrário.

2. Visto que a Bíblia afirma ser uma revelação originalmente inspirada por Deus, pois "até que o céu e a terra passem, nem um iota ou um til passará da lei, até que tudo se cumpra" (Mateus 5:18), a questão agora gira em torno do problema de se Deus realmente nos deu um conjunto de documentos originalmente inspirados ou não. O cristão, para preservar os direitos da linguagem na Bíblia, bem como a soberania da bondade de Deus, aceita a hipótese de que os autógrafos originais eram plenamente inspirados.

Se, no entanto, abandonarmos a hipótese dos conservadores de que a Bíblia significa exatamente o que diz e que Deus realmente revelou Sua vontade de maneira infalível aos homens de diversas maneiras, então, se acreditarmos que a Bíblia é a revelação de Deus em qualquer sentido, devemos assumir ou que Deus poderia nos ter dado uma Bíblia verdadeira em tudo, mas optou por permitir que Seu nome fosse associado a documentos que afirmam ser totalmente verdadeiros, mas que estão parcialmente corrompidos, ou que Ele desejava nos dar essa revelação perfeita, mas foi impedido. Vamos considerar a primeira alternativa primeiro. Se supusermos que Deus não escolheu se relacionar conosco de tal maneira que Sua revelação possa ser submetida aos cânones da coerência, nossa única noção de verdade, então deve-se concluir que nossos padrões de verdade não podem se aplicar a Deus. Nesse caso, só podemos ser agnósticos sobre o que Deus exige de nós, já que Ele não escolheu se relacionar conosco de tal maneira que os padrões pelos quais julgamos os

reinos de valor na sociedade se apliquem a Ele. Em tal dilema, não podemos resolver o problema do uno no múltiplo e ficamos com o ceticismo do empirismo. Como podemos distinguir a voz de Deus da voz do diabo se Deus não mantém uma relação conosco na qual as leis da racionalidade sejam aplicáveis à Sua revelação?[9]

3. E se Deus originalmente quis se relacionar com o mundo de tal forma que a coerência seja aplicável à Sua revelação, mas foi impedido, então algo que não é Deus está frustrando-o. Nesse caso, não podemos confiar em nenhuma parte da Bíblia, pois não temos como saber se, justamente naquele ponto em que depositamos nossa confiança mais firme, esse Deus finito está sendo impedido de dizer toda a verdade. O que pode parecer coerente na Bíblia pode ser incoerente em relação àquilo que Deus está sendo impedido de revelar. Se um Deus que opta por não manter uma relação coerente com o mundo não pode ser conhecido porque a coerência é inválida, então um Deus finito não pode ser conhecido porque Ele mesmo é frustrado em Suas intenções de ser coerente. [10]

4. Se tentarmos nos aproximar da Bíblia com um princípio de seletividade encontrado fora da Bíblia, tornamos a Bíblia desnecessária, já que podemos aceitar dela apenas o que coincide com a verdade que já possuíamos antes mesmo de nos aproximarmos das Escrituras. Nesse caso, não precisamos de Sagradas Escrituras de forma alguma; tudo o que precisamos é da verdade, e nós já a temos.

E. Mas Por que o Texto Atual não é Inerrante?

Dado que os documentos originais podem ter sido inspirados, por que, se Deus é soberano tanto em bondade quanto em poder, Ele permitiu que esses manuscritos originais fossem perdidos? E por que, se Ele tinha o poder

para fazê-lo, não estendeu a inspiração aos copistas, para que pudéssemos desfrutar hoje da precisão do texto que os escritores originais conheceram? Estas são duas questões distintas, mas imensamente importantes; portanto, tratemos de cada uma delas por sua vez.

1. Primeiro, a razão definitiva pela qual os autógrafos estão todos perdidos é que Deus, a fonte de toda sabedoria e reta decisão, escolheu que fossem perdidos, assim como decretou a dissolução da arca de Noé, da serpente de bronze, do tabernáculo, do templo original e dos vasos sagrados. Deus não estava sob nenhuma obrigação anterior de dar uma revelação ao homem em primeiro lugar; então, por que haveria qualquer força externa sobre Ele para preservar essa revelação isenta de erros?[11] Segundo, conforme indica a história da adoração de relíquias, o homem é por demais depravado para que se lhe confiem coisas sagradas.

A adoração devida somente a Deus é usurpada por um pedaço de osso ou de ferro. O mesmo aconteceria com as palavras originais de Paulo.[12]

2. Quanto à questão mais difícil de por que Deus não estendeu a inspiração aos copistas, visto que poderia tê-lo feito por ser o Todo-Poderoso: primeiro, Ele escolheu não fazê-lo, assim como escolheu permitir que seu universo perfeitamente criado caísse em corrupção parcial. Segundo, visto que Cristo é a Palavra Viva e, ainda assim, foi quebrado pelas ações beligerantes de homens pecaminosos, é lógico que a Palavra escrita, que depende de Cristo como o efeito depende da causa, sofra menos? É o servo digno de mais honra do que o mestre? Terceiro, permitir que o homem caia em erro de transcrição em uma tarefa tão santa e religiosa quanto a cópia dos manuscritos originalmente inspirados é o mais alto testemunho possível

da penetração completa que o pecado desfruta em nossas vidas interiores e mostra que, não importa o quão intensamente um zelota possa se concentrar, orar e suplicar por graça, ele ainda fica aquém do Filho imaculado de Deus. “Ele não cometeu pecado, nem dolo algum foi achado em sua boca” (I Pedro 2:22). A meditação sobre o problema dos erros de transcrição, portanto, deve nos excitar ao arrependimento, e não à arrogância carnal, pois, se somos propensos a pecar em assuntos que exigem tão peculiar reverência e cautela, quanto mais não precisamos da graça para sermos preservados de cair nas mãos do maligno na vida diária? Quarto, assim como a criação original da natureza foi perfeita, para ser proporcional à perfeição de Deus, e contudo, embora presentemente defeituosa pela introdução do pecado do homem, é suficiente para levar os homens ao conhecimento da glória e do poder de Deus; assim também a Palavra escrita era inerrante, para ser proporcional à verdade e à sabedoria de Deus, e contudo, embora parcialmente defeituosa hoje pela desatenção do homem na transmissão das palavras originais, é suficiente para levar os homens a um conhecimento salvífico de Jesus Cristo. A natureza, embora manchada pela maldição do pecado, é perfeitamente suficiente para levar todos os homens à condenação por meio da exibição da obra, do poder e da glória das mãos de Deus; assim também as Escrituras, embora hoje ligeiramente menos perfeitas do que quando dadas por Deus, devido à má cópia de alguns, ainda contêm de forma clara e inconfundível todas aquelas

doutrinas que são necessárias para nos livrar da maldição que pesa contra nós e nos conduzir a Cristo. Se a glória que se encontra na natureza e a verdade que se encontra na Bíblia fossem atendidas, o homem teria toda a informação necessária para levá-lo à salvação. “Jesus

"fez Jesus muitos outros sinais na presença dos discípulos, que não estão escritos neste livro; mas estes foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome" (João 20:30-31). Assim, embora a Bíblia precisasse ser originalmente pura para ser comensurável à obra de um Deus puro, o texto atual precisa ser apenas substancialmente puro, pois sua tarefa é levar os homens à salvação.

Antes de deixar este ponto, pode ser útil fazer uma observação sobre uma nova questão que esta última observação levantou. Se Deus pode atualmente nos salvar por meio de um texto que não é totalmente isento de problemas, por que ele não poderia tê-lo feito desde o início e, assim, não haveria necessidade alguma de um texto inerrante? Em resposta, ensinamos que os documentos

originais eram inerrantes, não para que os escritores pudessem ser salvos — pois eles poderiam ter sido salvos com o nosso texto —, mas sim para que apenas uma revelação perfeita em cada detalhe pudesse ser compatível com a natureza perfeita de Deus. Deus não poderia ser perfeito e ainda assim sancionar uma revelação que alegava ser originalmente sem erro, mas não o era. Mas observe que essa exigência se aplica apenas aos escritos originais e não ao texto atual, pois o propósito do texto atual é levar os homens ao arrependimento, e um documento preservado substancialmente puro é suficiente para realizar essa tarefa.

Novamente, como sabemos que as passagens em que a Bíblia afirma ter sido originalmente inerrante não são exatamente os lugares que nos chegaram com erros de transcrição? Muito facilmente. O crítico textual restaurou o texto para nós, e aprendemos com ele quais lugares estão ou não em disputa. Não há conjectura neste ponto. A crítica textual é uma ciência exata.

II. A Questão Fundamental

O conservador está convencido de que a questão que separa a sua visão da Escritura daquela do alto crítico é mais do que simplesmente o status de certos fatos objetivamente verificáveis. Em vez disso, duas filosofias básicas de vida estão em jogo. O conservador concebe a realidade de forma sobrenaturalista e redentora, enquanto o alto crítico a vê de forma natural e mecânica. O cristão nega a competência da mente humana para conhecer a realidade sem revelação, enquanto o não-cristão a confessa. O nosso problema, mais uma vez, é a filosofia.

A. Prova a partir da História

A filosofia pode não assar pão, mas exerce um efeito quase incrivelmente poderoso ao definir a perspectiva do homem quando ele se aproxima da realidade para examinar os fatos. A filosofia compõe os óculos que alguém usa: se os óculos são verdes, tudo parece verde; e se são vermelhos, tudo é vermelho. O estudo da história mostra que as pressuposições de alguém realmente afetam sua coloração dos fatos. Essa observação é particularmente verdadeira no otimismo dos críticos em revisar e corrigir, em vez de se submeter ao texto da Bíblia; esse é o espírito do racionalismo e do Iluminismo. Kant definiu esse otimismo da seguinte forma: “O Iluminismo é a libertação do homem de sua menoridade autogerada, a qual consiste na incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem a direção de outrem. Essa menoridade é autogerada quando a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de resolução e de coragem para fazer uso dele sem a direção de outrem."[13] O que Kant está dizendo, em suma, é que a razão do homem, desacompanhada, é tudo o que se precisa seguir para elaborar a sua cosmovisão. Não é esta uma pressuposição de que a revelação especial é desnecessária? Sendo desnecessária, os alta-críticos concluíram que ela não é real.

Mas essa convicção permanece apenas como uma hipótese filosófica e está sujeita aos julgamentos da lei da contradição e aos fatos da história.

Junto com a esperança racionalista de que o homem, em suas próprias forças, pudesse desenvolver uma filosofia de vida completa, houve o surgimento na ciência daquilo que passou a ser chamado de 'princípio da uniformidade'; a saber, que as mesmas leis que são verdadeiras em um

lugar do mundo são igualmente verdadeiras em todo o universo.

À primeira vista, pode parecer que esta seja uma suposição bastante inofensiva por parte do cientista. Fica-se com a sensação de que o crítico dessa lei é uma espécie de indivíduo pior do que o crítico da Escritura. Se não temos a lei reinando no universo, o que temos senão o caos?

Mas, como todo princípio concebido para servir de explicação prática, o princípio da uniformidade tem sido abusado por meio do uso indevido. Não contentes em aplicar a tese na esfera bastante restrita das ciências físicas, os filósofos propuseram-se a reescrever toda a história e a religião à luz da uniformidade. Um exemplo perfeito desse trabalho é a impressionante estrutura idealista de Hegel. Convencido de que a dialética é a chave para a maneira como a mente de Deus busca a autoconsciência, ele traçou a história do Espírito, começando com o ser puro e terminando com a superioridade da nação alemã. Era desnecessário que Hegel se submetesse humilde e modestamente à Bíblia para conhecer a mente de Deus, pois "o real é racional". Visto que a ordem e a natureza da mente são as mesmas que a ordem e a natureza das coisas, que valor tem a opinião de Jesus Cristo? Cristo é apenas um estágio no caminho da evolução de toda religião — o estágio mais alto, talvez, mas apenas o mais alto até agora.

Convencidos racionalmente com base nos argumentos acima de que a cosmovisão cristã é supérflua, portanto, era perfeitamente natural que os homens se voltassem para os documentos do cristianismo e buscassem uma explicação para eles dentro dessa estrutura da realidade concebida de forma naturalista. Uma vez que o cristão e o naturalista diferem toto caelo em sua avaliação da realidade, o

"problema da investigação religiosa tornou-se, não descobrir evidências históricas de revelação, mas antes explicar como crenças sobrenaturais surgiram e ganharam ampla aceitação."[14] O problema do cristão é entender como alguém pode ser tão presunçoso a ponto de tentar resolver os problemas da história sem recorrer à revelação, ao passo que o problema da alta crítica é entender como alguém pode ser tão debilitado mentalmente a ponto de clamar pela necessidade da revelação para compreender a realidade em primeiro lugar. Precisando da revelação, o cristão debruça-se sobre os documentos da Bíblia sob a premissa de que eles são a palavra de Deus; o crítico, contudo, afirma que "se as Escrituras fossem tomadas como obra de mentes humanas profundamente comovidas por um senso das coisas divinas, toda dificuldade desaparecia; e os livros sagrados tornavam-se o registro de tentativas mitológicas e imaginativas primitivas para compreender o mundo e o seu significado."[15] Observe o que separa o cristão e o alto crítico. Não são os fatos da Escritura, mas duas filosofias da realidade diferentes. Deve-se fazer uma escolha entre elas com base em qual delas melhor atende à felicidade humana, a uma visão racional do universo e a uma base para a verdade. O cristianismo não pode ser descartado a priori como uma escolha possível.

B. Prova a partir de Preconceitos

Para reforçar nossa convicção de que o problema com o alta-crítica é a filosofia e não os fatos da Bíblia, vamos indicar três preconceitos básicos sob os quais o crítico opera quando se aproxima do texto das Escrituras.

1. Profecias preditivas. Isaías (39:6) falou ao povo, que estava acomodado em uma aliança com os caldeus, advertindo-o sobre a destruição total da cidade e o banimento do povo. Mas, não parando por aí, Isaías

continuou mencionando o nome de Ciro (45:1), bem mais de um século antes de Ciro nascer, que se levantaria contra os babilônios para libertar o povo de Israel do exílio. Jeremias, antes que o evento ocorresse, limitou o cativeiro a setenta anos (25:11-12). Assim, dezenas de profecias foram feitas e cumpridas à medida que a aliança da graça se desenrolava, chegando até ao detalhe minúsculo de que nenhum osso do corpo agonizante de Cristo deveria ser quebrado. O cristão considera essas profecias evidências do caráter divinamente concebido da Bíblia, pois elas são o que ele deveria encontrar se a Escritura for plenamente inspirada. Mas não é o caso dos críticos superiores. Convencidos de que todas as profecias que vão além de generalizações científicas não passam de meros palpites, todos os documentos que afirmam ser proféticos são chamados de 'tardios', como o livro de Daniel, por exemplo. Ou há a 'acomodação', como quando João disse que os ossos de Cristo não foram quebrados para cumprir a Escritura (João 19:33) — João apenas colocou isso para dar a aparência de Escritura cumprida, mas não temos evidências de que isso tenha acontecido. Para o cristão, tal distorção do texto merece desprezo, e não refutação intelectual.

2. Milagres . Assegurado de que o universo é governado por leis naturais, o crítico explica o fato de Cristo andar sobre as águas por meio de uma série de jangadas submersas, e Sua ressurreição como apenas uma reanimação de Seu corpo moribundo por bálsamos orientais. "Desde a crítica de Hume aos milagres no século XVIII, os liberais religiosos têm recusado acreditar em quaisquer tais interferências na ordem da lei natural. Os registros eles explicam como produto das causas naturais da credulidade humana, imaginação e lenda."[18] Para o cristão, isso não passa de preconceito cego.[17]

3. Livros da Bíblia. Quando o sobrenaturalismo cristão sobressai demais, o crítico, em seu viés, não tem dificuldade em rejeitar livros inteiros da Bíblia. João é o exemplo clássico. Seguro de que é 'platônico', o crítico atribui tudo o que João diz à 'especulação do Logos extraída da tradição grega'. Isso explica por que o crítico se preocupa apenas com o problema sinótico. O cristão vê isso não apenas como preconceito, mas também como um pobre conhecimento tanto do cristianismo quanto de Platão. O Logos redentor de João não tem contraparte em Heráclito, Pitágoras ou Platão; era o Cordeiro de Deus, o mistério oculto desde a fundação do mundo. “Nenhum dos governantes deste século entendeu isto; porque, se o tivessem entendido, não teriam crucificado o Senhor da glória” (I Coríntios 2:8).

III. A Força da Hipótese Conservadora

Há dois lados em qualquer hipótese, o negativo e o afirmativo. Lamentamos que, devido à falta de espaço, não possamos mostrar a força negativa da hipótese do conservador. Se fosse possível, mostraríamos como o modernismo se reduziu ao humanismo e o humanismo ao ceticismo, por um lado, enquanto a neo-ortodoxia está atolada no irracionalismo, por outro. Um segundo volume seria necessário para completar a demonstração de que, quando se abandona a posição do conservador sobre a inerrância textual, não há ponto de parada antes do ceticismo e do irracionalismo. Portanto, devemos nos contentar aqui em mostrar apenas alguns dos traços positivos que acompanham a hipótese cristã.

A. Baseado nas Evidências

Destacamos in extenso o fato de que, a menos que uma hipótese se ajuste verticalmente aos fatos, ela falha em

atender aos requisitos estabelecidos para todas as suposições válidas. Apenas o conservador pode tomar a Bíblia tal como ela se apresenta e explicá-la. Esta é uma marca da verdadeira ciência. Se houver uma árvore no quintal, por exemplo, não se consegue explicá-la chamando-a de cavalo. Da mesma forma, quando a Bíblia afirma ser uma revelação inerrante, chamá-la de um relato das experiências religiosas de certos homens não constitui uma explicação para ela. Apenas o conservador pode acomodar sua hipótese ao sobrenaturalismo manifesto que se estende por cada página das Sagradas Escrituras. Portanto, não esqueçamos tão cedo que o cristão, e não o alta-crítico, realmente enfrentou e conquistou os fatos tais como eles se apresentam. Se alguém assume que a Bíblia é um produto humano, ela se torna sem sentido; mas se alguém assume a existência do Deus Que Se revelou na Escritura, ele pode explicar, e não negar, os fatos básicos do texto da Bíblia.

B. Acomodação das Dificuldades

Embora mantenha um texto original inerrante, o cristão é capaz de acomodar perfeitamente quaisquer dificuldades legítimas que a crítica bíblica consiga levantar.

1. Admissão das dificuldades. “Nem todas as coisas na Escritura são igualmente claras em si mesmas, nem igualmente evidentes a todos.”[18] O cristão é pronto em admitir que não são poucas as dificuldades no texto da Bíblia. No Antigo Testamento, por exemplo, certos idiomatismos orientais tornam alguns trechos nos profetas

ininteligíveis no atual estado de nosso conhecimento. Novamente, Paulo falou sobre as mulheres terem que usar véus por causa dos anjos (1 Coríntios 11:10), sobre o batismo pelos mortos (1 Coríntios 15:29) e sobre Miguel contendendo com o diabo acerca do corpo de Moisés (Judas 9). Confessadamente, vemos que estas são passagens difíceis. E nem precisamos mencionar o livro altamente figurativo do Apocalipse.

2. Caráter menor das dificuldades. “Contudo, as coisas que são necessárias para serem conhecidas, cridas e observadas para a salvação são tão claramente propostas e expostas em algum lugar das Escrituras ou noutros, que não apenas os letrados, mas também os iletrados, com o uso adequado dos meios ordinários, podem alcançar uma compreensão suficiente delas.”[19] Os fundamentos do cristianismo — a Trindade, a divindade de Cristo, a criação, o nascimento virginal, a expiação, a ressurreição, a imagem de Deus no homem, a queda, etc. — não foram atacados com sucesso pela alta crítica. Mas, para refutar o cristianismo, deve-se mostrar, não apenas que há problemas no texto de caráter menor — como as mulheres usarem véus por causa dos anjos —, mas também que os fundamentos do sistema do cristianismo não podem apoiar-se mutuamente; assim como, para refutar Platão, deve-se mostrar que os fundamentos do platonismo são incompatíveis. Observemos o significado disso. Uma vez que a lógica do cristianismo é segura, o crítico tem uma tarefa muito maior em mãos do que pensa; não basta mostrar que Noé não conseguiria colocar todos os animais na arca ou que as genealogias de Cristo em Mateus e Lucas parecem divergentes. “Os erros em questões de fato que os céticos buscam não guardam proporção com o todo. Nenhum homem são negaria que o Partenon foi construído de mármore, mesmo que aqui e ali se detectasse uma mancha de arenito em sua estrutura. Não menos irracional

é negar a inspiração de um livro como a Bíblia, porque um escritor sagrado diz que em uma dada ocasião vinte e quatro mil, e outro diz que vinte e três mil homens foram mortos. Certamente a um cristão pode ser permitido pisar tais objeções sob os seus pés.” [20]

Uma peça relevante da erudição contemporânea é o testemunho daqueles que elaboraram a bela Versão Padrão Revisada do Novo Testamento. “Ficará óbvio para o leitor atento que ainda em 1946, assim como em 1881 e em 1901, nenhuma doutrina da fé cristã foi afetada pela revisão, pela simples razão de que, dentre os milhares de variantes textuais nos manuscritos, nenhuma surgiu até agora que exija uma revisão da doutrina cristã.”[21] Quando os fundamentos de um sistema são seguros, isso constitui uma sólida evidência de que o sistema é seguro.

3. Paralelo à ciência empírica. “A Bíblia não é mais um sistema de teologia do que a natureza é um sistema de química ou de mecânica. Encontramos na natureza os fatos que o químico ou o filósofo mecânico tem de examinar e, a partir deles, determinar as leis pelas quais são regidos. Assim, a Bíblia contém as verdades que o teólogo tem de coletar, autenticar, organizar e exibir em sua relação interna mútua.”[22] Há um paralelo estreito entre a ciência e o cristianismo que surpreendentemente poucos parecem notar. Assim como o cristianismo pressupõe que tudo na Bíblia é sobrenatural, o cientista pressupõe que tudo na natureza é racional e ordenado. Ambas são hipóteses baseadas, não em todas as evidências, mas nas evidências ‘na maior parte das vezes'. A ciência defende piamente a hipótese de que toda a natureza é mecânica, embora, de fato, o misterioso elétron continue saltando de um lado para o outro, conforme expresso pelo Princípio da Incerteza de Heisenberg. E como a ciência justifica sua hipótese de que toda a natureza é mecânica, quando admite por outros

motivos que muitas áreas da natureza não parecem se conformar a esse padrão? A resposta é que, uma vez que a regularidade é observada na natureza ‘na maior parte das vezes', a hipótese mais fluida é presumir que ela seja a mesma em todo o conjunto.

Da mesma forma, o cristão olha para a Bíblia. Como Butler sabiamente observou, não há dificuldade na revelação que não tenha sua contraparte na providência ordinária de Deus. O cristão examina cuidadosamente os fatos na Bíblia e descobre que o testemunho regular e consistente da Escritura é que ela provém de Deus, é totalmente isenta de erros e é suficiente para a fé e a prática. Portanto, constrangido pela convergência desse testemunho uniforme ao sobrenaturalismo da Escritura, o cristão adota a hipótese do sobrenaturalismo uniforme de toda a Bíblia, embora, de facto ('de fato'), haja pequenas passagens da Escritura que às vezes possam não parecer se encaixar nesse padrão. Assim, da mesma forma que o cientista não abandona sua hipótese de que toda a natureza é regular e mecânica quando se depara com dados que parecem não se enquadrar nesse padrão, da mesma forma não se exige que o cristão abandone sua hipótese simplesmente porque não tem plena consciência de como todos os dados da Bíblia podem ser harmonizados em um todo consistente. Permitir-se-á que o cientista tenha seus princípios de Heisenberg, enquanto o cristão deve abandonar sua hipótese simplesmente porque não tem certeza se o dilúvio de Noé teve escopo universal ou local? Esta observação se torna ainda mais interessante quando notamos que o crítico liberal rejeita as narrativas bíblicas com base em pressuposições garantidas pela ciência.

4. A realidade envolve mistério . Edison certa vez comentou que não sabemos um milionésimo de um por cento sobre qualquer coisa, mas a estimativa dele foi generosa. Em

relação ao mistério que enfrentamos em todas as direções, mal sabemos alguma coisa. Desde a fotossíntese da folha até os batimentos cardíacos, toda a natureza está impregnada de um mistério que nos enche de temor. Ora, se a ciência admite que o elétron, a base de toda a natureza, é um assunto complexo, a fortiori ('com muito mais razão') o que dizer da Trindade, o Autor do elétron?

Poderia parecer que essa confissão de sua própria incapacidade de resolver aparente discrepância não é compatível com a fé na Escritura como infalível. Este é, no entanto, no melhor dos casos, um julgamento muito superficial. Não há nenhuma doutrina de nossa fé cristã que não nos confronte com dificuldades não resolvidas aqui neste mundo, e as dificuldades tornam-se ainda maiores justamente à medida que nos aproximamos do centro. É em conexão com os mistérios mais transcendentes de nossa fé que as dificuldades se multiplicam. A pessoa que pensa ter resolvido todas as dificuldades que cercam nossa fé estabelecida na Trindade provavelmente não tem verdadeira fé no Deus Triúno.[28]

Se a folha é complexa, não poderia ser que o alto-crítico não começou a compreender a profundidade das Sagradas Escrituras? Em todo caso, ele certamente não consegue refutar o conservadorismo ao mostrar que há obscuridades na Bíblia: toda a realidade é obscura. A própria presença de mistério na Bíblia é evidência prima facie ('de primeira vista') do fato de que ela está lidando com a realidade, e não a evitando. "Grande, confessamos, é o mistério de nossa religião" (1 Timóteo 3:16).

IV · Observações Conclusivas

O Cristianismo não conhece contradição em suas raízes. Todo o trabalho do alto-crítico ficou aquém de refutar o

sistema a partir dessa perspectiva. Quanto às dificuldades menores, apelamos para o caráter complexo da realidade, os paralelos com a ciência e o fato de nossa própria finitude e ignorância. Antes de deixar esta questão, contudo, duas observações finais podem ser feitas.

A. Presença Perpétua de Dificuldades Menores

Pode ser que haja aqueles que simplesmente não conseguem cumprir a filosofia cristã do erro conforme delineada, argumentando que um sistema de filosofia deve estar absolutamente livre de dificuldades antes que se possa aceitá-lo racionalmente. A tais pessoas dizemos que a objeção é impossível. Se alguém vai criticar e, finalmente, rejeitar o Cristianismo simplesmente porque ele contém pequenas contradições, ele recorreu à aplicação de um critério que não apenas refuta o Cristianismo contra o qual é direcionado, mas também consegue refutar a base da própria objeção. Para ser significativa, a objeção deve estar ela mesma livre de todas as dificuldades, o que, obviamente, é impossível. Não há nenhum sistema de filosofia atualmente conhecido que não contenha, não poucas, mas muitos e muitos problemas menores. Buscar a perfeição, enquanto andamos por fé e não por vista, é uma busca pelo Santo Graal.

B. O Cristianismo Resolve Problemas

O cristão, ao pressupor que as Escrituras originais eram isentas de erro e que o texto atual é substancialmente puro, está de posse de uma filosofia de vida que é horizontalmente coerente consigo mesma e que se ajusta verticalmente aos fatos da vida. E se ele rejeita a hipótese do Deus que Se revelou de forma inerrante nas Escrituras, ele fica com um sistema que não é horizontalmente coerente consigo mesmo e que não se ajusta verticalmente

aos fatos da vida. Sem os dados fornecidos na Bíblia, não se pode, por exemplo, explicar satisfatoriamente a história dos judeus, a pessoa do Jesus histórico, a origem da religião de Paulo e a razão para a fundação da Igreja Cristã. E o que é a ciência, senão a capacidade de explicar os fatos sistematicamente? Conhecer é julgar, e julgar adequadamente é ser sistematicamente coerente; e a coerência sistemática, quando analisada, revela-se ser a verdade. Se o cristão, com sua visão da inerrância das Escrituras, é capaz de construir um sistema de pensamento coerente, pode-se exigir dele legitimamente algo mais?

Notas

1. “A doutrina da Igreja nega que a inspiração esteja restrita a partes da Bíblia; e afirma que ela se aplica a todos os livros do cânon sagrado. Nega que os escritores sagrados tenham sido apenas parcialmente inspirados; afirma que eles foram plenamente inspirados quanto a tudo o que ensinam, seja de doutrina ou de fato.” Hodge, Systematic Theology , **I, p. 165. Por ‘inspirado’ entendemos ‘movido pelo Espírito Santo para registrar apenas o que Deus aprovou’.**

2. The Infallible Word **(Westminster Seminary Faculty, ed.), p. 6.**

3. “Além disso, concederemos que Deus não preservou de erros aqueles que copiaram as Escrituras durante o longo período em que o texto sagrado foi transmitido em cópias escritas à mão.” The Infallible Word, p. 139.

4. Assim, nem a American Standard Version nem a Revised Standard Version possuem esta conclusão da Oração do Senhor no texto. O autor aconselha a todos que desejam ter

o estado mais puro do Novo Testamento em suas mãos que trabalhem exclusivamente com esta última versão.

5. Burtt, Types of Religions Philosophy, p. 316. É apenas contra a alta crítica destrutiva que o conservador argumenta, um método que corrige J em vez de interpretar a Bíblia.

6. Burtt, op . cit., p. 316.

7. Randall, The Making of the Modern Mind, p. 536.

8. Lippmann, A Preface to Morals, p. 40. Visto que os teólogos modernos se divertem às custas do Fundamentalismo, rotulando-o de 'literalismo', e os fundamentalistas de 'literalistas', é bom apontarmos o caráter de espantalho dessa prática. Quando Isaías diz: “os montes e os outeiros irromperão em cânticos diante de vós, e todas as árvores do campo baterão palmas” (55:12), nenhum conservador deve ser acusado de ensinar que os montes e outeiros cantarão literalmente e que as árvores baterão palmas literalmente. O fundamentalista interpreta a Escritura naturalmente : quando o sentido natural é o literal, ele é literal; e quando o natural não o é, ele não é literal. Nesta passagem temos o uso óbvio de linguagem poética para expressar o estado de alegria e exultação que será desfrutado quando as bênçãos de Jeová forem derramadas sobre todo o Israel. Quando se leem as obras de Reinhold Niebuhr, por exemplo, deve-se tomar cum grano salis ('com um grão de sal') todas as suas referências aos 'literalistas', pois tais referências não passam de artifícios ad hominem para obscurecer a questão do que a Bíblia realmente e essencialmente ensina.

9. Alguns objetam que, se Deus é soberano sobre a Sua própria lei, Ele pode arrepender-se de Sua promessa de

salvar todos os que confiam no sangue derramado de Cristo. Nesse caso, que esperança tem o cristão? A resposta é que o cristão é um filho adotivo. Ele está relacionado com Deus de maneira filial. Pedir qualquer persuasão mais forte do que a palavra do Pai é, em si, o reflexo de um coração pecaminoso. O cristão tem a promessa segura de Deus de que será salvo. Buscar uma garantia mais poderosa é pecar. Deus jurou por Si mesmo e não se arrependerá. A esperança do cristão está em Deus, e não na coerência. A coerência é um teste para saber se Deus está falando ou não, mas é Deus, e não a coerência, que dá significado ao que é dito.

10. Alguns acham que Deus teve de acomodar a Sua revelação à pecaminosidade e desatenção do homem e que, assim, resultou em erro na Bíblia. O cristão não pode ser persuadido tão facilmente por essa via de escape. Se Deus é Deus, certamente Ele pode supervisionar as mentes daqueles que colocaram por escrito todo o conselho da Sua vontade. E se Deus é demasiadamente finito para impedir os homens de escreverem o erro, é difícil ver em que sentido Ele é competente para impedi-los de escrever o erro em todos os pontos. O problema aqui é que Deus ainda assina com Seu nome de aprovação um livro que é em parte do diabo.

11. Isso pode parecer pueril, como se tudo pudesse ser resolvido apelando-se para a soberania de Deus. Que a profundidade não seja perdida, no entanto, pois o ponto em questão é como Deus pode ser bom e ainda reter do homem a perfeição dos autógrafos, quando estes eram tão importantes para refletir a Sua própria perfeição. A resposta é que Deus escolheu fazê-lo assim. O bom é o que Deus faz.

12. Exatamente isso aconteceu no caso da serpente de bronze. O bom rei Ezequias "pedaçou a serpente de bronze que Moisés havia feito; porquanto até àqueles dias os filhos

de Israel lhe queimavam incenso" (II Reis 18:4). A ausência de veneração a ídolos nas igrejas conservadoras deve-se a uma consideração sóbria do mandamento de Deus de não fazer nenhuma imagem de escultura semelhante a Ele.

13. Was est Aufklarungf 1784.

14. Randall, op. cit., p. 458.

15. Randall, op. cit., p. 536.

16. Randall, op. cit., pp. 537-538.

17. Estabeleceremos isso abaixo nos Capítulos XIV-XV. Uma hipótese torna-se um preconceito quando os fatos deixam de representar uma ameaça à atitude de alguém em relação a uma situação de dados fragmentada.

18. A Confissão de Fé de Westminster , I, vii.

19. Loc. cit.

20. Hodge, Systematic Theology [Teologia Sistemática], I, p. 170.

21. An Introduction to the Revised Standard Version of the New Testament [Uma Introdução à Versão Padrão Revisada do Novo Testamento], p. 42.

22. Hodge, ibid. , I, p. 1.

23. The Infallible Word [A Palavra Infalível], p. 6. A obscuridade da realidade ocorre apenas a partir da perspectiva humana. Para Deus, todos os fatos são exaustivamente conhecidos.

Capítulo XII

O Problema do Ponto de Contato

Pois que comunhão tem a justiça com a injustiça? E que comunhão tem a luz com as trevas? E que concórdia há entre Cristo e Belial? E que parte tem o fiel com o infiel? E que consenso tem o templo de Deus com os ídolos? — Paulo.

U m fruto da einheitliche Weltanschauung ('visão de mundo unificada') do cristianismo, concebida sob a ótica da redenção, é uma doutrina que causa espanto à primeira vista, mas que, quando compreendida, é reconhecida como uma implicação legítima dessa visão de mundo. A doutrina a que nos referimos é o “ponto de contato”. “Note-se bem que não existe tal coisa como um ponto de contato entre o cristianismo e um sistema não cristão. De um mundo concebido de forma naturalística, não se pode argumentar em direção ao Deus dos cristãos. De uma visão de mundo que nega toda revelação, não se pode produzir uma revelação bíblica."[1]

À primeira vista, isso parece tolice e nos lembra Berkeley, que afirmou que os filósofos primeiro levantaram uma nuvem de poeira e depois reclamaram que não conseguiam enxergar. Se não há ponto de contato entre o sistema do cristão e o do não cristão, pareceria decorrer daí que o cristão e o não cristão sequer poderiam conversar entre si. Contudo, isso é absurdo, pois eles cooperam diariamente até mesmo nas pesquisas científicas mais técnicas sem recorrer a dois conjuntos de números, duas colunas de dados e dois sistemas de verdade separados.

Para esclarecer a questão, apontemos que estamos aqui discutindo a divergência das visões de mundo cristãs toto caelo em relação a uma visão de mundo não cristã, e não a conduta de homens individuais em seus sistemas. Dizer que podemos conversar não é refutação da nossa tese, pois muito bem pode ser que as palavras do não cristão sejam significativas apenas com base na premissa maior do cristão sobre a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras. Em um universo aberto é impossível falar com qualquer sentido, pois qualquer coisa pode ser o seu oposto antes que um conceito possa ser traduzido em uma palavra. Os homens conversam porque todos foram feitos à imagem de Deus, e não porque haja um terreno comum entre o cristianismo e o não cristianismo. Tecnicamente falando, sempre que um homem fala e espera que algo seja significado por isso, ele está recorrendo a uma prerrogativa que pertence apenas ao cristão. Em um sistema de fluxo empírico, a pessoa só pode, como Crátilo, acenar com a mão para expressar sua filosofia, pois do fluxo e da mudança apenas o fluxo e a mudança podem vir. Mas ninguém gosta de parar de falar, seja incoerente por fazê-lo ou não.

A própria natureza do cristianismo exige que não haja terreno comum entre o sistema dos piedosos e o sistema dos ímpios, pois a atitude de um homem em direção ao que ele considera ser o supremo lógico último na realidade determina a validade do seu ponto de partida sinóptico, do seu método e da sua conclusão. O cristão, tendo escolhido como seu ponto de partida lógico a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras, é admoestado, como uma implicação deste ponto de partida, a ater-se às implicações desta decisão em todas as fases da vida. “E tudo o que fizerem, seja em palavra, seja em ação, façam-no em nome do Senhor Jesus, dando graças a Deus Pai por meio dele” (Colossenses 3:17). O não cristão, tendo rejeitado como seu

ponto de partida lógico a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras, vive, não para a glória de Jesus Cristo, mas para as suas próprias concupiscências. “O fim deles é a perdição, o deus deles é o ventre, e a glória deles está na sua vergonha, pois só pensam nas coisas terrenas. Pois a nossa cidadania está nos céus, de onde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Filipenses 3:19-20). O que um homem pensa de Jesus Cristo, portanto, determina toda a sua visão de Deus e do homem.

É tolice, portanto, que o modernista fale da 'fraternidade de todos os homens' com base no cristianismo. Se os homens não têm o mesmo Pai, como podem ser irmãos? Cristo deixa claro que aqueles que rejeitam Deus Todo-Poderoso como seu ponto de partida lógico rejeitam também o Todo-Poderoso como seu Pai. “Vós sois de vosso pai, o diabo, e o vosso desejo é fazer os desejos de vosso pai” (João 8:44). Todos os homens são próximos em virtude de sua criação comum por Deus, mas apenas aqueles que estão em Cristo Jesus podem verdadeiramente ser chamados de 'filhos de Deus' e, consequentemente, irmãos uns dos outros.

I. Os Três Níveis de Significado

A chave para a nossa estrutura de ponto de contato é a distinção que fizemos até agora em nosso estudo entre fato e significado. Os fatos da vida são quaisquer unidades de ser que sejam capazes de portar significado; significado é o que a mente concebe quando emite um juízo sobre os fatos. Quando você pergunta a um homem o que ele pensa de algo, você lhe pergunta o que aquilo significa para ele. A verdade, como vimos, é o significado adequadamente interpretado; suas partes mantêm-se unidas em coerência. Onde a cosmovisão cristã se separa da cosmovisão não cristã não é nos fatos, mas no significado deles. Existem basicamente três níveis de significado; uma análise deles

abrirá caminho para a solução do nosso problema de ponto de contato.

A. O Nível Pessoal

Por nível pessoal entendemos aquele estrato de significado cuja existência depende do sentimento individual de cada um na presença de uma dada situação fática, como 'Você gosta de espinafre?'. Mas o juízo no nível pessoal não pode ser chamado de verdadeiro ou falso, uma vez que é simplesmente a expressão de como alguém reage pessoalmente a qualquer fato, pessoa ou coisa. Para o macaco, uma banana pessoalmente significa algo que aplaca a sua fome, algo para jogar ou algo para se pendurar.

Atitudes pessoais, sentimentos e preconceitos ajudam a cegar a apreciação da realidade objetiva de alguém. Aqui, os ídolos de Bacon são pertinentes. "Cada um, por assim dizer, habita em uma caverna própria, a partir da qual observa o mundo de maneiras distorcidas. Por exemplo, os homens apegam-se a diferentes interesses e assuntos, à luz dos quais colorizam tudo o que encontram. Adquirem o que comumente descrevemos como mentes de 'trilha única'; são os 'advogados de causas próprias' cujos preconceitos os tornaram incapazes de receber ideias que não tocam em seus temas favoritos." [2] Um exemplo final ou dois podem ajudar. Uma samambaia comprada no florista local significa mais depois de ter sido usada no funeral da vovó do que antes. Uma flor de alguém que você ama significa mais do que um ramalhete comum. Tudo isso está no nível

pessoal. Não há aqui nenhum problema de solo comum, pois não há questão de verdade em jogo.

B. O Nível Científico

Nossa samambaia é agora removida de casa e levada para o laboratório de botânica, onde assume um nível de significado que ainda é totalmente comum tanto para o cristão quanto para o não cristão. A ciência busca o significado natural de uma coisa; quaisquer sentimentos pessoais que um determinado botânico possa ter em relação à samambaia são considerados totalmente irrelevantes no laboratório. A samambaia é conhecida como parte da ordem impessoal, Filicales , um grupo de plantas sem flores que se assemelham a plantas com sementes por se diferenciarem em raiz, caule e folhas e por possuírem tecido vascular.

Dizemos que não há problema de solo comum aqui, pois as conclusões científicas como tais não dependem, para o seu significado, do ponto de partida lógico de alguém. A água é H 2 O para o cristão tanto quanto para o não cristão. Seria absurdo sugerir que os cristãos têm uma ciência toda própria, como se a física nuclear, qua física, fosse diferente quando explicada pelo cristão do que pelo não cristão. Enquanto o cientista restringe seus julgamentos a uma descrição impessoal do que existe objetivamente no mundo do fluxo, o problema do solo comum não tem relevância.

C. O Nível Metafísico

Embora a linha que divide os julgamentos científicos dos julgamentos metafísicos seja quase invisível, podemos seguramente assumir que há um ponto onde a ciência

termina e a metafísica começa. A neutralidade na metafísica é impossível. Ou se acredita que Deus é o Autor e Juiz do universo, ou não se acredita; não há tertium quid. Para o cristão, a samambaia é uma unidade de ser que foi originalmente criada e é agora sustentada pelo poder do Todo-Poderoso, enquanto para o não cristão a samambaia é uma unidade de ser que foi criada e é agora sustentada por algo diferente do Todo-Poderoso. Nesse nível, o nível do significado último, o sistema do cristianismo e o sistema do não cristianismo não têm absolutamente nenhuma verdade em comum. Deus é o ponto de partida lógico para o cristão, e o não-Deus é o ponto de partida lógico para o não cristão. O alcance da metafísica é absoluto: ela sobrepõe-se a cada nível de significado. Portanto, um ponto de partida lógico adequado pode dar a alguém uma pista sobre o significado real de toda a existência, enquanto um ponto de partida lógico defeituoso pode desviar alguém do caminho em todos os pontos. É isso que torna a divisão entre o sistema cristão e o sistema não cristão significativa, pois Há um caminho que parece reto ao homem, mas o fim dele são os caminhos da morte. [3]

Mas esta não é toda a história. Tão penetrante é o nível metafísico de significado que ele consegue refletir-se também de volta sobre os níveis inferiores.

II. O Reflexo do Último Metafísico

Até este ponto, dissemos que, enquanto não se fala sobre os fundamentos últimos, o cristão e o não cristão desfrutam de um ponto de contato comum. Agora, apontemos que, no que tange ao motivo das ações humanas, o nível metafísico consegue remover todo o ponto de contato entre o cristianismo e o não cristianismo. Às vezes, ele até anula o ponto de contato entre cientistas no laboratório. Pode

parecer que nos contradizemos neste capítulo, pois anteriormente admitimos que existe um ponto de contato entre o cientista cristão e o não cristão, enquanto agora sugerimos que, por vezes, ele deve ser negado. A solução é a seguinte: se um cientista opta por não falar sobre metafísica no laboratório, o H 2 O é perfeitamente comum tanto ao cristão quanto ao não cristão. Mas, assim que uma fórmula química é vista sob o gênero da realidade última, isto é, é relacionada ao ponto de partida lógico de cada um, o ponto de contato desaparece. O cristão e o não cristão já não estão falando sobre a mesma coisa idêntica, pois já não significam a mesma coisa por 'água'; o H 2 O para o cristão significa algo molhado feito pelo Todo-Poderoso, e não por forças inerentes ao próprio universo, como significa para o não cristão. Se, contudo, o cientista no laboratório conseguir operar dentro de um reino de sentido impessoal e não metafísico, seja ele cristão ou não cristão, a questão do ponto de partida lógico torna-se, até então, irrelevante para o arranjo. Tudo o que se deve fazer em tais círculos é anunciar em que nível se está falando.

Mas pode-se questionar se um homem pode escolher não falar sobre os absolutos no laboratório. A metafísica de alguém não está implícita em cada uma de suas predicações, bem como em cada um de seus atos? Quando o não cristão fala sobre água, certamente ele quer dizer água que não está relacionada à cosmovisão cristã. Em resposta, com certeza, a metafísica de alguém está implícita em cada fórmula, mas o terreno comum diz respeito apenas ao significado metafísico explícito . Enquanto eu mantiver para mim o meu nível último de significado, e enquanto meu oponente mantiver para si o seu nível último de significado, podemos manter nossos significados científicos totalmente em comum. A prova disso é que isso acontece todos os dias. Tanto o cristão quanto o não cristão trabalharam na bomba atômica. O primeiro, ao

contrário do segundo, viu o Todo-Poderoso implícito em tudo o que fazia, mas tal nível de significado implícito não tinha lugar no relatório científico final. Quando a ciência se torna metafísica, ela é filosofia, não ciência empírica. A ciência pura limita-se a uma descrição impessoal do universo fenomênico.

No nível da ação moral, no entanto, todo terreno comum entre o sistema cristão consistente e o sistema não cristão consistente cessa. Se ele é escrupuloso quanto aos princípios de sua filosofia de vida, o cristão vive perante Deus o tempo todo. Como profeta de Deus, ele interpreta a realidade de acordo com a mente de Deus; como sacerdote, ele dedica o significado da realidade a Deus; e, como rei, ele governa a natureza para a glória de Deus. As ordens de marcha do cristão são claramente dadas nas Sagradas Escrituras. "E tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em obra, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando graças por meio dele a Deus Pai" (Colossenses 3:17). Um cientista cristão no laboratório deve dedicar suas conclusões a Deus, assim como deve viver em todas as áreas plenamente ciente de que um dia prestará contas ao Todo-Poderoso por cada pensamento nutrido e cada ato praticado.

E, se o não-cristão for coerente, ele agirá da mesma forma de acordo com os ditames de seus absolutos metafísicos. Não vendo nenhum Deus no fim da história, ele não achará necessidade de relacionar suas conclusões científicas atuais ao Todo-Poderoso; e, não conhecendo a Cristo, ele agirá como se não fosse cair no julgamento de Deus na morte. Assim, Tiago admoesta: “Atende agora, vós que dizeis: ‘Hoje ou amanhã iremos a esta ou aquela cidade, e lá passaremos um ano, e negociaremos, e teremos lucro’; quando não

sabeis o que acontecerá amanhã. O que é a vossa vida? Porque sois como a neblina que aparece por um pouco de tempo e depois se desvanece. Em vez disso, deveríeis dizer: ‘Se o Senhor quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo’ ” (Tiago 4:13-15).

Para recapitular, de pessoa para pessoa, o cristão e o não-cristão podem desfrutar de um terreno comum em todos os níveis da verdade, exceto no metafísico. De sistema para sistema, contudo, o cristianismo e o paganismo não têm absolutamente nenhum terreno comum em nenhum nível, pois, quando uma cosmovisão é vista como um todo, ela necessariamente evidencia uma metafísica, uma metafísica que rege todos os níveis de significado.

Assim, quando um homem aceita a Jesus Cristo, ele transfere seu interesse de uma cosmovisão para outra. “Portanto, se alguém está em Cristo, ele é nova criação; as coisas velhas já passaram, eis que tudo se fez novo,, (II Coríntios 5:17). Mas não se veem as implicações da visão cristã de Deus e do mundo de uma só vez; é preciso crescer na graça e no conhecimento. Esta é a doutrina cristã da santificação. Quando o cristão falha em dar a glória a Deus no laboratório, e, portanto, peca, ele está vivendo como se o Deus cristão não fosse o Senhor sobre todas as esferas da vida; mas, tendo pecado, quando confessa seus pecados, ele é restaurado à plena comunhão com Deus e a uma relação coerente com a metafísica cristã.

Devido ao seu desfrute da ‘graça comum’, o não-cristão não é coerente em sua cosmovisão; ele é honesto, agradável e bondoso — atributos que só fazem sentido sob a cosmovisão cristã. A ‘graça comum’, somada à incoerência entre os indivíduos, serve para tornar o terreno comum um problema teórico, e não prático. Praticamente falando, o cristão é pagão o suficiente e o pagão é cristão o suficiente

para permitir níveis comuns de ação entre eles. Teoricamente falando, contudo, o sistema do cristianismo no ideal e o sistema do paganismo no ideal não têm absolutamente nenhuma área em comum. O cristianismo qua sistema aguarda toda verdade de Deus; o não-cristianismo qua sistema aguarda toda verdade do não-Deus.

Pode-se perguntar agora por que discutimos o terreno comum. A resposta é dupla. Como uma questão teórica, ela nos impulsiona a pensar em termos de sistemas filosóficos. Esta é a única unidade na qual o problema de uma cosmovisão pode ser moldado. Quando falamos do Cristianismo como um sistema de verdade objetiva, falamos dele nas dimensões de uma cosmovisão. E, como uma questão prática, ela nos lembra de duas coisas. Primeiro, que cada pensamento e ato nosso deve ser levado cativo sob Cristo, para que possamos morrer diariamente para o pecado e viver para a justiça. Segundo, para nos lembrar de que, em nosso apelo à lógica do cristianismo conservador, não buscamos estabelecer um terreno comum de contato entre o cristão e o não cristão. Os rationes e os fatos da natureza são nossos contatos formais uns com os outros, mas eles, por si mesmos, não são suficientes para conduzir alguém a uma nova vida em Cristo. O poder do arrependimento vem da agência eficaz do Espírito Santo, e, sem esse poder, nenhum homem pode conhecer a graça salvadora de Cristo. Mas este poder está disponível para todos os que oram com fé, sem duvidar.

III. Objeções

A. Muitos Acreditam em Deus, mas Rejeitam a Jesus Cristo

Os cristãos dizem que Deus é o seu ponto de partida lógico e, em seguida, voltam-se e negam o terreno comum entre a cosmovisão cristã e a não cristã, esquecendo-se de que muitos, que rejeitam a Trindade, acreditam sinceramente em um Criador e Sustentador pessoal do universo. Embora possam não concordar quanto aos detalhes, parece que tanto o cristão quanto o não cristão começam com Deus, e, portanto, toda a estrutura de terreno comum está completamente fora de ordem.

De fato, é difícil traçar uma linha entre cristãos e não cristãos, pois os primeiros admitem que, quando os últimos adoram a Deus, estão na realidade adorando o Deus verdadeiro, mas não o sabem. Contudo, estranhamente, após essa admissão, ainda nos deparamos com o problema do ponto de contato comum. A razão para isso é que Deus, o árbitro final em todas as questões, escolheu aceitar adoração em e somente através de Seu Filho crucificado, Jesus Cristo. Assim, Paulo, ao encontrar os atenienses adorando energeticamente o Deus verdadeiro, não se limitou a elogiá-los e deixá-los como estavam; em vez disso, pregou-lhes o Cristo ressurreto, em relação a quem a adoração aceitável perante o Pai é possível. "Portanto, o que vocês adoram sem conhecer, isso eu lhes anuncio... porque ele estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça por meio de um homem que designou, e disso deu certeza a todos, ressuscitando-o dentre os mortos" (Atos 17:23, 31). Quando Paulo fez questão de pregar Cristo a eles, o amor mesquinho deles pelo Deus verdadeiro se manifestou. Eles zombaram e partiram, enquanto apenas alguns se apegaram a Paulo. O cristão, portanto, tem o cuidado de apontar que não basta crer em Deus. Os

demônios fazem isso também e tremem! "Credes em Deus, crede também em mim", suplicou Cristo (João 14:1). Quando Paulo deixou Atenas, foi para Corinto, e lá pregou o Cristo ressurreto, pois Deus prometera que tinha "muito povo nesta cidade" (Atos 18:10). Esse "muito povo" era daqueles que creriam não apenas que havia uma força sustentadora no universo, mas que essa mesma força era Jesus Cristo, o Logos de Deus. Assim, embora um homem creia em Deus, isso não lhe dá nenhum ponto de contato comum com o cristão. Enquanto a teologia cristã é construída sobre o sangue e a justiça de Jesus, o sistema teológico não cristão não o é.

A essa estrutura pode-se objetar que a resposta acima é arbitrária, pois assume gratuitamente a validade do sistema cristão. Não negamos que nossa resposta seja válida apenas dentro de nossa premissa maior, mas nos preparamos por muitas páginas agora para esse direito de apelar ao cristianismo como verdade. Além da Bíblia, somos incapazes de construir uma filosofia de vida; mas com a mensagem da Bíblia aprendemos que Deus agora recebe adoração em e somente através de Seu amado, crucificado e ressurreto Filho, Jesus Cristo. Assim, em vez de a linha que separa a cosmovisão cristã da não cristã ser invisível, na realidade uma parede de concreto as separa, a parede da adoração no e através do Deus-Homem redentor.

Portanto, é pertinente perguntar a um homem o que ele pensa de Jesus Cristo, pois “Aquele que não honra o Filho não honra o Pai que o enviou” (João 5:23) e, novamente, “Ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14:6). O que um homem pensa de Cristo determina o que ele pensa sobre o mundo, e sobre a natureza e o destino do homem.

O que você fará com Jesus?

Neutro você não pode ser!

Algum dia o seu coração estará perguntando:

‘O que Ele fará comigo?’

Fazer pouco caso de Cristo é suicídio. “E, se alguém não foi achado inscrito no livro da vida, foi lançado para dentro do lago de fogo” (Apocalipse 20:15).

B. A Lógica e a Matemática são Comuns a Todos

Todos os homens possuem as rationes ; portanto, elas devem ser comuns. Mas as rationes são comuns apenas como fatos. Quando o cristão explica esses fatos formais, ele os relaciona ao seu ponto de partida lógico, Deus, enquanto o pagão não o faz. É um universo governado por Cristo versus um universo sem Cristo, pois Jesus Cristo é a Sabedoria de Deus, o Logos da realidade, o Autor das rationes .

C . A Lei Natural é Comum a Todos

“Acaso a própria natureza não vos ensina que, se um homem tiver cabelo comprido, isso é desonroso para ele?”, pergunta Paulo (1 Coríntios 11:14). Certamente essa informação é independente dos compromissos metafísicos de um homem. A lei natural é, portanto, comum a todos os homens. Em resposta, a lei é comum por criação, e é um fato que todos possuem igualmente. Mas explicar esse fato não é comum, e o terreno comum diz respeito ao significado, e não aos fatos. O cristão concebe sua natureza moral como proveniente de um Deus moral que resgata os homens perdidos em Cristo, enquanto o não cristão não o faz. Mais uma vez: “Aquele que não honra o Filho não honra o Pai que o enviou”.

D. A Verdade Final Conduz à Intolerância

A igreja da Idade Média reivindicava a verdade final e um dos resultados foi a queima de hereges na fogueira. Isso decorrerá de qualquer reivindicação de finalidade. Pelo contrário, é a finalidade do cristianismo que preserva a tolerância para o amanhã. Se toda verdade for relativa, então a verdade de que devemos ser tolerantes também é relativa; isso deixa os horrores da inquisição em aberto como uma possibilidade para o amanhã. Não é evidente que, sem a verdade final, não se pode demonstrar que se deve amar o próximo hoje e amanhã?

E. As Vidas Inconsistentes dos Cristãos

Se o cristão possui esta verdade final, por que em um ônibus não se pode distinguir o cristão do não cristão por suas vestimentas e ações? Deve-se distinguir entre o sistema do cristianismo e as ações dos cristãos. Aquele que segue a Cristo deveria viver sem pecado, mas na vida diária ele falha em corresponder a esse ideal. Contudo, esse fato não torna o ideal supérfluo, pois é apenas em relação a esse ideal que somos capazes de falar sobre as coisas como sendo mais ou menos consistentes. Se não houvesse um padrão imutável à luz do qual julgamos uns aos outros, seria sem sentido falar sobre a ‘inconsistência’ na vida dos

seguidores de Cristo. Mas, mais uma vez, lembramos a nós mesmos que o problema do terreno comum diz respeito aos sistemas de pensamento ideal, não às ações de homens débeis dentro dos sistemas. Até que os homens sejam confirmados em justiça, eles lutarão na inconsistência. Isso não deve ser interpretado como uma desculpa para ser indolente; é antes uma admissão de que os homens sábios podem continuar sua luta pela felicidade, embora ela nunca seja obtida na terra, pois eles aguardam “a cidade que tem fundamentos, da qual o arquiteto e construtor é Deus” (Hebreus 11:10).

A cegueira da inconsistência devido ao pecado é recíproca, no entanto. O não cristão é tão cegado pelo pecado que ignora o fato de usar pressuposições cristãs para dar estrutura e sustentação aos seus últimos pagãos. Devido à sua natureza pecaminosa, o não cristão continua a crer e a ensinar coisas que são verdadeiras apenas no sistema cristão. Por essa razão, existe um verdadeiro ponto de contato genuíno entre o cristão inconsistente e o pagão inconsistente. É somente quando o não cristão articula consistentemente seus fatos e seus significados para instâncias últimas que não sejam a mente do Deus autossuficiente, conforme revelado na Bíblia, que a verdade

relativa, que ele possui de forma inconsistente e sem direito, passa da inadequação para o erro absoluto. Por exemplo, o pagão que arrecada dinheiro para dar aos pobres como um gesto filantrópico faz algo bom, mas inadequado e incompleto; bom porque é o que Deus ordena que seja feito, mas incompleto porque é feito sem glorificar a Deus. Mas quando o dinheiro é arrecadado em nome de uma falsa religião, então a verdade incompleta se transforma em erro diabólico.

Notas

1. Clark, A Christian Philosophy of Education , p. 164.

2. Knowledge and Society, The University of California Associates, p. 19.

3. Provérbios 14:12.

Capítulo XIII

A Fé Cristã e o Método Científico

Quando é tarde, dizeis: 'Haverá bom tempo, porque o céu está vermelho?' E de manhã: 'Hoje haverá tempestade, porque o céu está vermelho e ameaçador!' Sabeis discernir a face do céu, mas não sabeis discernir os sinais dos tempos. — Jesus Cristo.

H istoricamente considerado, o oponente mais bem-sucedido do método cristão de verificação é o método científico, se é que ousamos nos referir a algo tão multifacetado como um 'método'. Desde a sua criação, o procedimento científico ou empírico de prova encontrou pouquíssimos fracassos, a ponto de hoje a maioria dos homens estar embriagada com suas promessas e garantias. Sob a direção firme da ciência, o mundo foi transformado das trevas do atraso medieval para a presente era mecânica de luz deslumbrante. O que antigamente levava mil escravos cem semanas para realizar, hoje pode ser alcançado com o mero acionamento de um interruptor. Desde os movimentos dos planetas pesados lá em cima até a construção molecular do mais humilde torrão de lama aqui embaixo, a ciência entrelaçou a natureza com um sistema de leis empíricas por meio das quais a realidade pode ser controlada e prevista.

Pode não parecer que o cristianismo tenha algo a temer da ciência, pois esta última, não muito diferente da primeira, está em busca da verdade. Mas não nos deixemos enganar. Como concebida historicamente, a ciência empírica baseia-se em uma epistemologia que mina toda a metafísica cristã.

I. Material de Transição

A. A Causa do Atrito Entre a Ciência e o Cristianismo Não surpreende que o método empírico tenha se revoltado contra a teologia supersticiosa da Idade Média. Encontrar a verdade na superstição é como garimpar ouro: para cada pepita guardada no bolso, uma montanha de escória deve ser cuidadosamente peneirada e descartada. São legionários os mitos, as histórias da carochinha e as fantasias de charlatões que eram empurradas a um público crédulo pelo clero da igreja como se fossem veracidade. Vagabundos errantes traziam histórias de feras maravilhosas, plantas estranhas, fontes da juventude e curas milagrosas por todo o mundo, tudo o que frutificava em uma submissão amedrontada à igreja e na queima de hereges na fogueira. Ninguém jamais parou para verificar essas histórias de gigantes altos, demônios em cavernas, visões de virgens e cruzes em encostas de morros, e visitas de demônios em vales, pois eram de natureza 'religiosa'. Hume expressa classicamente esse fervor. [1]

Com que avidez são recebidos os relatos milagrosos dos viajantes, suas descrições de monstros marinhos e

terrestres, suas narrativas de aventuras maravilhosas, homens estranhos e costumes grosseiros? Mas se o espírito da religião se junta ao amor pelo maravilhoso, chega ao fim o bom senso: e o testemunho humano, nessas circunstâncias, perde todas as pretensões à autoridade. Um religionista pode ser um entusiasta e imaginar que vê o que não tem realidade; ele pode saber que sua narrativa é falsa e, ainda assim, perseverar nela, com as melhores intenções do mundo, em prol da promoção de uma causa tão santa; ou mesmo quando essa ilusão não tem lugar, a vaidade, excitada por uma tentação tão forte, opera nele com mais poder do que no resto da humanidade em quaisquer outras circunstâncias; e o autointeresse com igual força. Seus ouvintes podem não ter, e comumente não têm, discernimento suficiente para examinar sua evidência; o discernimento que possuem, eles o renunciam por princípio nesses assuntos sublimes e misteriosos; ou, se estivessem dispostos a empregá-lo, a paixão e uma imaginação aquecida perturbam a regularidade de suas operações. A credulidade deles aumenta a impáfia dele; e a impáfia dele subjuga a credulidade deles.

B. A Revolta da Mente Científica

Acreditando que a teologia supersticiosa se assemelha à mente do selvagem que acredita, "talvez como resultado de algum sonho sobre um pai falecido, que antepassados mortos estivessem em algum lugar vivendo o mesmo tipo de vida que haviam vivido aqui", [2] o cientista decidiu fazer uma limpeza geral. Para ele, uma coisa não é verificada porque um concílio ou um prelado da Igreja a declara, mas sim quando ela culmina em

um experimento indutivo cuidadosamente preparado. A humildade diante dos fatos, e não a prostração diante do papa, era o caminho para aprender como o mundo real realmente era. Para promover esse ideal, a ciência estabeleceu certos cânones para se guiar.

1. A inteligibilidade de todo o universo. Os homens do período medieval haviam sido ensinados a não perscrutar a natureza de maneira muito profunda, caso contrário estariam ultrapassando os direitos dos seres humanos. A natureza possui trechos de mistério pelos quais as mentes finitas não devem perambular. Para a ciência, no entanto, não há áreas em toda a estrutura da realidade que não sejam completamente racionais em sua totalidade. A fé cega, eclesiástica e crédula não tem parte no aparato do cientista.

2. O império da lei. O cientista entende por 'inteligibilidade' a presença de lei natural por trás de todo fenômeno. Assim, nada acontece no universo sem ter uma razão suficiente e natural por trás disso, uma razão que pode ser localizada se a investigação paciente for conduzida por tempo suficiente para encontrá-la. "A ousadia da fé da ciência moderna reside precisamente no fato de que ela insiste em um ideal de inteligibilidade que rejeita todas as limitações; pois, em sua convicção implícita, não há absolutamente nada na natureza, por mais caprichoso que seja à observação ordinária, que não seja, no fundo, redutível à universalidade da lei. Toda relação é regular se apenas penetrarmos em suas condições determinantes."[3]

3. Ausência de necessidade de revelação. Um pressuposto concomitante é o de que não há necessidade de recorrer à revelação especial para explicar a realidade. A ciência não vê valor em pressupor a existência de Deus. “Uma vez que os propósitos divinos são reconhecidos como inacessíveis às mentes humanas, nada pode ser deduzido de tal ideia; não podemos dizer que, se Deus criou algo, tais e tais fatos específicos serão encontrados nele. É principalmente por essa razão que a ciência moderna, embora não negue a validade de uma atitude religiosa em direção ao mundo, achou necessário abandonar apelos a Deus para explicar este ou aquele ocorrimento particular. ”[4] Observe que, ao recorrer a apenas um pressuposto — o caráter de toda a realidade como natural, mecânica e autossuficiente, no todo e na parte —, o cientista, por definição, exclui a possibilidade de milagres; ele elimina a necessidade do Deus cristão; e torna supérfluo o apelo à revelação especial. Por essa razão, somos assegurados de que o cristianismo pode aliar-se ao método científico apenas com cautela. Em um universo racional, os pressupostos do naturalismo e os pressupostos do sobrenaturalismo não podem ser simultaneamente verdadeiros.

C. A Capitulação do Modernismo

Nem todos perceberam imediatamente que não se pode ter tudo ao mesmo tempo; não se pode sucumbir ao método científico como o único caminho para conhecer a realidade e ainda se apegar ao sobrenaturalismo cristão. Contudo, grandes blocos de teólogos protestantes foram persuadidos a abandonar sua fé na inerrância da Bíblia por esses ideais impostos pela própria ciência. Quaisquer partes da Bíblia que a ciência rejeitava, os modernistas acreditavam não serem mais necessárias para o credo do homem moderno; se Deus é racional, a verdade não pode contradizer a si mesma, venha ela da Bíblia ou da ciência, raciocinavam eles. Por essa rendição à ciência, no entanto, o liberalismo reduziu o cristianismo a uma religião efêmera, desprovida de normas, intramundana e provisória. Em seu zelo frustrado de harmonizar o cristianismo e as ciências empíricas, ele estendeu o ramo de oliveira conciliatório a estas últimas. Tornou o cristianismo empírico e científico, em vez de tornar a ciência cristã — a diferença é vasta! Socializou e modernizou o cristianismo em vez de cristianizar a ciência e o pensamento moderno. O fim do liberalismo, que agora mesmo estamos observando em nossos dias, chegou devido à sua própria fraqueza interna; falta-lhe uma metafísica que possa resolver o problema do uno no múltiplo e nos fornecer uma base para a verdade imutável. Ele encobriu essa deficiência empregando terminologia conservadora. [4] Para um observador imparcial, parece haver, nas posições liberais, muita confusão e falta de pensamento preciso, bem como a aparência, ao menos, de uma falta de franqueza e uma predileção por uma 'reinterpretação' esotérica que pode se

aproximar, em seus efeitos, da hipocrisia real." [5]

D. A Resistência dos Conservadores

Os conservadores, assim como os católicos romanos, viram o que estava escrito na parede à medida que a ciência ganhava seu próprio espaço. Se tudo devia ser tornado relativo e provisório, então não havia como impedir que o próprio cristianismo descesse ao status de fluxo e mudança. Além disso, se não há milagres, então Cristo não ressuscitou do sepulcro. Mas,

Se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação e vã é a vossa fé. E assim somos tidos por falsas testemunhas de Deus, pois testificamos de Deus que ele ressuscitou a Cristo, ao qual ele não ressuscitou, se é certo que os mortos não ressuscitam. Porque, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, a vossa fé é inútil, e ainda estais nos vossos pecados. E também os que dormiram em Cristo pereceram. Se esperamos em Cristo só nesta vida, somos os mais miseráveis de todos os homens.[6]

Comentar estas belas palavras seria tentar aprimorar a grandiosidade de uma rosa americana recém-desabrochada. Só os cegos não conseguem ver que não pode haver cristianismo sem milagres. Remova a ressurreição corporal de Cristo, e você terá removido um dos pilares fundamentais de sustentação da nossa salvação.

E. O Dilema Contemporâneo

Tão profundo é o abismo entre a ciência e o cristianismo hoje, que a esperança de harmonia foi abandonada por

praticamente todos. Tendo compartimentalizado nossos campos de aprendizado a ponto de lhes faltar completamente um princípio coordenador de harmonização, o método científico força o estudante moderno a vaguear de sala de aula em sala de aula, armado sem nenhum princípio metafísico para unir as disciplinas que estuda. Tendo aprendido noções superficiais de ética e sociologia, combinadas com uma interpretação fragmentada da história, nosso estudante universitário contemporâneo segue o padrão de um robô animado, pois, embora saiba recitar os cânones da física quântica, ele tem pouca ou nenhuma ideia de quais sejam as sanções divinas no decálogo. Consequentemente, embora seja capaz de classificar os insetos em Bornéu, ele não consegue resolver o problema da felicidade pessoal que atormenta milhões de seres humanos rastejantes.

A confusão é profunda porque a substituição de objetivos desconexos por um único objetivo abrangente na educação

é tanto o resultado quanto o exemplo da ausência de qualquer objetivo supremo para a vida humana como um todo. Se os educadores tivessem alguma visão sobre o fim principal do homem, achariam mais fácil localizar o devido lugar da educação liberal. Sejam as opiniões de um professor individual ou a diretriz de uma faculdade, tudo será confusão, a menos que esteja fundamentado em uma cosmovisão inequívoca. Mas é exatamente isso que a educação moderna não tem.[7]

A mudança do interesse do homem da ressurreição de Jesus Cristo para o sistema nervoso do rã não ocorreu sem repercussões. Tão adepto da tecnologia e tão fraco em virtude moral é o homem moderno, que ele enfrenta a potencial exterminação por outra guerra mundial através dos frutos do próprio método que a ciência abraçou ex ammo .

Nossa situação difícil é um comentário, não sobre os instrumentos e os fabricantes de instrumentos, mas sobre a incapacidade humana de empregar tanto o conhecimento científico quanto a conquista técnica para produzir a boa vida e a boa sociedade. O homem é um animal que precisa peculiarmente de algo para sustentar e guiar sua vida espiritual. Sem isso, as próprias capacidades que o tornam um pouco inferior aos anjos levam à sua destruição. As feras não precisam de uma filosofia ou de uma religião, mas o homem precisa.[8]

O poder da ciência é truncado. Ela pode produzir bombas voadoras sem dificuldade, mas não tem meios de controlar os corações dos homens que põem as mãos em tais bombas. No entanto, "do coração procedem os maus pensamentos, mortes, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias. São estas coisas que contaminam o homem" (Mateus 15:19-20). É importante que

desfrutemos das melhorias tecnológicas, pois todas as coisas boas são dadas por Deus para o uso do homem; mas "deve ficar claro como um sinalizador e enfático como uma bomba que quem usa estas coisas para quê é uma questão tremendamente mais importante do que a sua invenção... Cada auxílio mecânico, pelo qual Thorndike julga que uma sociedade é boa, pode ser usado por um burocrata ou ditador para tornar sua sociedade má".[9] Que experiência científica pode mudar o coração vil do homem? Que fórmula química pode impedir que o homem planeje aquela última guerra que destruirá toda a vida? O homem, como sempre, precisa de Deus para dar direção e razão à sua vida moral.

Em uma era de energia atômica, o cientista continuará a apoiar a hipótese arcaica e ignorante de que o cristianismo está fora do alcance da verificação? O cristianismo deve ser verdadeiro, a menos que a própria ciência seja destruída pelos poucos monstros de Frankenstein que ela criou. Somente a lei moral de Cristo pode nos salvar agora.

II. A Aproximação Proposta

O cristão precisa do cientista, e o cientista precisa do cristão. Visto que o cristianismo deve se ajustar aos fatos da natureza para ser verdadeiro, ele aguarda a maturidade e a precisão da metodologia científica para acumular e filtrar os dados da história. O exame indutivo das evidências é o melhor plano concebido até o momento para demonstrar a veracidade de eventos históricos específicos. Se a ressurreição de Cristo ocorreu ou não, por exemplo, deve-se recorrer ao veredito do método gramático-histórico cuidadosamente traçado. Mas o cientista também precisa do cristianismo, embora a princípio possa não apreciar sua oferta de ajuda. Para demonstrar melhor essa interdependência mútua, vamos examinar três disciplinas que são sine qua non ('indispensáveis') para a ciência, mas

que só podem ser defendidas por um método filosófico-teológico. Essas disciplinas são a metafísica, a epistemologia e a ética.

A. Metafísica

A ciência assume que a natureza é regular em toda a sua extensão, mas, não tendo visto o todo, como ela justifica essa suposição grandiosa? Parece que, a menos que saibamos por outros fundamentos que o Autor do universo escolheu mantê-lo racional, não podemos antecipar a natureza de forma significativa em nenhum ponto; pois, em um universo aberto, há sempre uma chance de 50/50 de que qualquer coisa, ou o seu oposto, aconteça. Não basta basear a própria hipótese metafísica — de que o universo é regular em toda a sua extensão — no simples fato de que, com essa hipótese, somos capazes de prever e controlar a natureza; pois sempre permanece a possibilidade de que a experiência de amanhã seja totalmente diferente daquela que tivemos hoje. A menos que o cientista consiga demonstrar como o hoje e o amanhã estão organicamente unidos, ele deve admitir que sua hipótese otimista de que o universo é regular carece totalmente de uma base racional convincente.

É evidente que nós precisamos da hipótese da regularidade do universo, mas o cristão lembra ao cientista que somente ele pode explicar essa regularidade. Pela sabedoria Deus fundou os céus e pelo entendimento estendeu a terra. Faz parte da coerência do cristianismo que se possa confiar racionalmente que a natureza manterá o seu curso constante. O Senhor Todo-Poderoso jurou a Noé e a seus filhos para sempre que não destruiria novamente o mundo por meio de um dilúvio, e que “enquanto a terra durar, sementeira e sega, e frio e calor, e verão e inverno, e dia e noite não cessarão” (Gênesis 8:22). Assim, enquanto houver

uma terra aqui, o cristão é capaz de garantir ao cientista que será mantida aquela ordem de sequência que este último exige para o sucesso de seu método.

B. Epistemologia

A ciência é empírica em sua teoria do conhecimento, mas aprendemos com David Hume que do fluxo da natureza nada pode vir senão o ceticismo. Ora, como pode o cientista, que diz encontrar todos os seus dados no laboratório, reivindicar validade normativa para suas conclusões, ou para qualquer outra coisa, quando o próprio método que emprega não pode produzir nada além de ceticismo? Não pode haver verdade normativa no registro a menos que tenhamos uma teoria do conhecimento que torne possível a predicação normativa. Tomemos, por exemplo, a proposição: 'Todas as nossas conclusões científicas são provisórias'. Que experimento de laboratório pode estabelecer a validade disso? Nenhuma experiência indutiva pode resolver a verdade desta ou de qualquer outra proposição universal. A indução, para ser bem-sucedida, deve ser apoiada por uma epistemologia não indutiva que torne possível alguma verdade imutável.

Mais uma vez, o sucesso da ciência é contingente à verdade antecedente do cristianismo, pois é a cosmovisão deste último que é capaz de apresentar aquelas proposições universais e necessárias que tornam possíveis induções significativas. Já delineamos anteriormente os argumentos não empíricos para a existência dos rationes. Cristo é a Sabedoria de Deus, o Logos da natureza. Tendo esta estrutura claramente em mente, compreendemos a visão da ciência de conhecer toda a realidade. Mas negue o Cristo, que sustenta os rationes, e nada do que a ciência diz terá qualquer sentido.[10]

C. Ética

O sucesso da reputação de qualquer cientista depende da honestidade e do rigor de seu trabalho. Mas por que será que o cientista acredita que ser honesto será a melhor política amanhã? Ele teve uma revelação particular sobre o assunto? Talvez mentir em periódicos científicos seja a moda daqui a cinco segundos. No entanto, o cientista persiste em sua convicção de que a honestidade é a disposição correta que todos os homens da verdade devem seguir, hoje, amanhã e para sempre. Nós não confiaríamos naquele cientista que sequer remotamente sugere que daqui a uma semana um trapaceiro ou um fraudador possa ser um estudioso exemplar. Mas o que nos perguntamos é: de onde veio essa convicção normativa por parte do cientista? De uma fórmula química? De uma viagem de campo à Albânia? Dos intestinos de um alce? Dos anéis de Saturno?

Quando o empirista persiste em defender a honestidade e a integridade no laboratório como uma verdade normativa para todos os tempos, ele está inconscientemente abandonando seu método indutivo e recorrendo à filosofia. E se ele examinar os problemas da filosofia com muita atenção, aprenderá que é apenas dentro do cristianismo que a metafísica e a epistemologia são formuladas de tal

maneira que normas éticas imutáveis tornam-se possíveis. “Eu sou o Senhor teu Deus . . . Não darás falso testemunho contra o teu próximo” (Êxodo 20:2, 16). Com uma guerra de bomba atômica pairando no horizonte, não nos surpreende saber que “uma mudança marcante tem caracterizado a atitude dos cientistas modernos, e (que) hoje a ciência não está mais inclinada a descartar as declarações da consciência moral e religiosa como necessariamente ilusórias”.[11] Deve ficar claro para o mais positivista dos positivistas que, se a conduta ética tiver algum sentido, as regras que a norteiam não podem vir do fluxo do laboratório.

Isto é o que queremos dizer com a aproximação entre o cristianismo e o método científico. Sem a ajuda do método científico, o cristianismo não pode fazer contato preciso com os detalhes da atuação providencial de Deus na natureza; e sem o cristianismo, a ciência não tem referenciais metafísicos, epistemológicos ou éticos dentro dos quais possa dar significado cosmológico aos fatos que ela agrupa.

Duas revoluções estranhas ocorreram na história. Primeiro, a igreja tornou-se arrogante e declarou sua independência da ciência, um gesto equivocado. “A batalha foi para a Igreja uma série de derrotas quase contínuas. Apressando-se onde os sábios temiam pisar, um exército de clérigos despreparados e desinformados foi rechaçado do campo pelo fogo devastador de fatos com o qual os biólogos, os geólogos e os físicos os bombardearam. Raramente os polemistas escolheram seu terreno de forma tão imprudente. Raramente houve tal humilhação do orgulho espiritual.”[12] A igreja se arrependeu de sua precipitação; ela confessa humildemente hoje que não pode cumprir o mandado de Deus de subjugar a natureza sem a precisão do método científico. Mas, em segundo lugar, com o surgimento do método científico, a ciência sacudiu a poeira

da igreja de seus calcanhares e declarou-se independente da teologia, um gesto igualmente equivocado. Agora que a ciência exibiu todo o seu poder na Segunda Guerra Mundial, observe sua impotência em tempo de paz, quando há tanto poder investido no veto. Embora professem externamente seu amor pela paz, as nações estão freneticamente engajadas em pesquisas subterrâneas por armas mais terríveis do que jamais foram sonhadas. A ciência pode fazer quase tudo, exceto controlar o coração do homem. E, no entanto, esta é a única coisa necessária, a única coisa que nos salvará da aniquilação total. Apenas a filosofia pode entrar no coração do homem; e apenas a filosofia cristã é acompanhada por um poder que é capaz de fazer a filosofia funcionar. É hora de o cientista se arrepender de sua rejeição a Cristo, para que não lhe sobrevenha algo pior do que uma bomba atômica. Cair nas mãos do Deus vivo fará com que uma guerra atômica pareça uma experiência amena.

III. Problemas Conclusivos

Embora o conservador acredite possuir a única estrutura metafísica forte o suficiente para sustentar os ideais da ciência, muitos, curiosamente, sentem que a ortodoxia tem poucas chances de sucesso exatamente pela razão de ser contrária aos ideais da ciência em tantos pontos. “O cristianismo ortodoxo... não pode vir em auxílio do homem moderno, em parte porque suas verdades religiosas ainda estão embutidas em uma ciência antiquada e, em parte, porque sua moralidade é expressa em códigos morais dogmáticos e autoritários.” [13] É difícil acompanhar esse raciocínio. Não conseguimos ver nada na ciência legítima que entre em conflito com a Bíblia. Vejamos algumas

das objeções mais discutidas com frequência.

A. A Cosmovisão de Jesus

A primeira coisa que parece errada para o cientista na teologia conservadora é a visão de realidade que Jesus Cristo sustentava.

Sua teoria do mundo... está diretamente oposta ao naturalismo científico que uma avaliação sincera da experiência cada vez mais obriga os homens modernos a aceitar. Longe de pensar na natureza como uma ordem objetiva e regida por leis, à qual o homem deve aprender pacientemente a se ajustar enquanto assume a responsabilidade de transformar inteligentemente aquelas partes dela que são suscetíveis ao controle humano, ele acreditava que ela estava diretamente sujeita, em todos os seus detalhes, ao cuidado proposital de um ser pessoal. Até mesmo os cabelos da nossa cabeça estão contados; nenhum pardal cai sem a supervisão dele. Arrependei-vos dos vossos pecados, amai o vosso próximo e tende fé em Deus — este é o seu conselho.[14]

Esta é uma reviravolta interessante nas coisas. Nãoçamos esquecer que tudo o que a ciência realmente observa na natureza é uma sequência de regularidade; mas essa regularidade é compatível tanto com o cristianismo, onde Deus a mantém regular, quanto com o naturalismo cego, onde (sabe Deus o quê!) a mantém regular. Visto que a ordem da natureza pode ser explicada tanto pela teleologia de Cristo quanto pelo sistema mecânico, deve-se escolher entre essas cosmovisões vendo qual delas se mostra mais horizontalmente coerente consigo mesma e mais capaz de se ajustar aos fatos da história. Cristo pode explicar a

metafísica, a epistemologia e a ética; a ciência não pode. Assim, em vez de rejeitar a Cristo pela ciência, um homem racional, se tiver que fazer uma escolha do tipo ou-ou, rejeitará a ciência por Cristo. Se o cristianismo é verdadeiro, encontramos aqui um bom exemplo de uma boca que morde a mão que a alimenta. O Pai de Jesus Cristo é Aquele que mantém o universo regular, e ainda assim é exatamente essa regularidade dirigida pela Divindade que o cientista aproveita para mostrar que não há necessidade alguma de Divindade.

Além disso, a ciência pode zombar da salvação de Cristo, mas, de fato, o homem, se estiver em seu perfeito juízo, está mais interessado em ser salvo do que em ter novas cortinas à prova de fogo inventadas pela ciência. Mesmo em algo tão prático quanto a economia, o bem-estar espiritual é considerado mais importante do que ter comida suficiente para comer. “Ainda não aprendemos como evitar as depressões econômicas, mas pelo menos chegamos a ver que o dano moral do desemprego prolongado para os trabalhadores e da oportunidade fechada para a juventude é um problema mais sério e difícil do que o da fome corporal.”[15] Assim como o homem teme mais a insegurança do que a fome, ele teme mais a Deus do que a falha na entrega de seu novo automóvel. Quando a ciência olha com desconfiança para a teologia de Cristo, ela está pisoteando o único sistema de sentido que pode impedir que o homem se torne um maníaco-depressivo.

B. A Encarnação e a Astronomia

No primeiro capítulo, indicamos que a ciência empurrou os limites do nosso universo quase até o infinito. Uma

conclusão estranha foi tirada dessa premissa. Como o universo é tão grande, parece improvável que Deus tenha escolhido este planeta para se encarnar. Portanto, o cristianismo é impossível. Primeiro, que conexão possível existe entre o tamanho do universo e a redenção de Cristo ? Deus, que criou a realidade, certamente pode dispor dela da maneira que escolher. Quanto maior vemos que o universo é, mais maravilhosa nossa salvação deveria nos parecer, e não mais impossível.

> Oh, que maravilha que Jesus me encontrou,
>
> Lá na escuridão, nenhuma luz eu podia ver.
>
> Oh, que maravilha, Ele colocou Seu grande braço por baixo,
>
> E maravilha das maravilhas, Ele salvou até a mim!

Em segundo lugar, nós somos aqueles que estão em dificuldade espiritual. Especular sobre se há pessoas em Marte não ajudará a nossa situação aqui na terra. Nós estamos no processo, nós precisamos ser salvos. Declarar levianamente que Deus não tem consciência de nós porque o universo é tão grande, é nos lançar à mercê da segunda lei da termodinâmica. Sob esse esquema, o homem não passa de uma zombaria ou uma piada, e não de uma criatura de dignidade infinita. Deus deve estar interessado em nós, ou somos, acima de tudo, os mais dignos de pena.

C. Geocentrismo e o Antigo Testamento

De passagens como Josué 10:12, onde Josué diz: “Sol, detém-te sobre Gibeom”, e várias passagens onde se faz referência aos “quatro cantos da terra”, alguns concluem que a Bíblia rejeita o sistema heliocêntrico de astronomia. Este é um exemplo clássico de forçar um significado natural

a moldar-se em um molde não natural. Essas declarações não comprometem mais os escritores da Bíblia com uma visão específica da astronomia do que as declarações de nossos comentaristas de rádio, de que o sol nasceu esta manhã às cinco e quarenta, os comprometem com um determinado julgamento científico. A Bíblia é escrita por homens muito comuns. Eles empregam o que é chamado de ponto de vista óptico; eles descrevem a natureza exatamente como ela aparece ao observador, e não como ela pode parecer ao cientista disciplinado. Tomemos, por exemplo, a afirmação de que “o sol havia nascido sobre a terra quando Ló entrou em Zoar”. Esta é pura linguagem óptica. É uma descrição verdadeira de um evento do ponto de vista do observador. Traduzida cientificamente, ela soaria — como outro colocou — “que a Palestina havia girado, quando Ló entrou na cidade, até que seu plano tangente coincidiu mais uma vez com o azimute solar”. A inconveniência disso é evidente por si mesma. [16]

D. Gênesis e Evolução

Concluamos nosso estudo com uma breve análise daquela questão delicada: a evolução. O fato da evolução veio para ficar; portanto, devemos tratá-lo, ainda que com extremo cuidado e cautela. Os cientistas afirmam que, desde os dias de Darwin até o presente, nem "um único fato foi descoberto para abalar as conclusões de Darwin de que todos os seres vivos evoluíram a partir de formas anteriores mais simples; pelo contrário, a massa de evidências acumuladas cresceu como uma montanha, de modo que nenhum homem inteligente pode negar hoje o fato da evolução orgânica."[17] Além disso, ao lidarmos com a evolução, estamos nos aproximando das prerrogativas da ciência empírica, e a igreja tem sido alertada por todos os lados de que "seu infeliz conflito com a cosmologia moderna no século XVII" é prova suficiente de que "sob nenhuma

circunstância é aconselhável que ela se afilie a qualquer sistema científico".[18]

Ainda assim, sentimo-nos compelidos a dizer algo sobre a questão, pois o relato da Bíblia parece inclinar-se fortemente para nos dizer que o homem não está geneticamente relacionado aos animais inferiores. O problema da evolução não é paralelo ao do geocentrismo, pois Moisés está claramente comprometido com uma teoria da origem do homem que difere daquela da ciência moderna. Se o relato cuidadosamente detalhado da origem do homem no Gênesis faz parte de uma palavra de Deus inspirada inerrantemente, e não simplesmente de uma pequena seção de um volume piedoso que enfeita nossas mesas quando o padre ou o pastor faz uma visita, então esta hipótese da origem do homem deve ser levada a sério — os juízos de Deus nunca devem ser tratados com leviandade. Além disso, sentimo-nos seguros de que estamos lidando aqui com um problema que é mais filosófico do que científico; e quando uma filosofia é erguida em competição com a cosmovisão de Cristo, acreditamos estar na obrigação de investigá-la. Finalmente, incumbe-nos mostrar que, quando um teólogo acusa a ortodoxia de brincar com uma 'ciência obsoleta', ele só consegue fazê-lo ao atribuir ao conservadorismo certas proposições que esse sistema não exige.

Exatamente o que a ciência descobriu que lhe confere o direito de defender a evolução 'total'? Primeiramente, há a imensa pilha de dados que prova, sem sombra de dúvida, que os aspectos estruturais e funcionais dos seres humanos e de certos animais são semelhantes. Mas não nos esqueçamos de que a semelhança não significa

necessariamente parentesco genético, pois Deus pode ter escolhido criar o homem e os animais superiores com estruturas semelhantes. Em segundo lugar, há a massa igualmente impressionante de dados que prova que a venerável doutrina da 'fixidez das espécies' deve ser descartada. Paleontólogos demonstraram que as 'espécies', em muitos casos, descendem de ancestrais comuns; essa evidência é sólida demais para ser questionada. A partir desses e de outros fatos, a ciência assume a veracidade da evolução 'completa'.

E o que exatamente Moisés ensina? Primeiro, que a unidade de vida que Deus originalmente criou e que se espera que permaneça 'fixa' não é a 'espécie' da ciência, mas sim a 'espécie' ou 'tipo' (kind) do livro de Gênesis, tais como 'ervas que dão semente', 'árvores frutíferas', 'aves', 'gado', 'répteis' e 'animais terrestres'. Observe, portanto, que o conservador também pode descartar a doutrina da 'fixidez das espécies' sem colocar em risco a sua premissa principal. O cristão, assim, pode acomodar uma evolução 'limiar', i. e. ('isto é'), uma mudança ampla e variada dentro das 'espécies' originalmente criadas por Deus. Retornaremos a isso em um momento. Em segundo lugar, o homem é uma dessas 'espécies' originais e, consequentemente, não está

geneticamente relacionado às 'espécies' inferiores. O homem foi feito do pó por um ato divino especial ah extra ('adicional'), com um corpo estruturalmente semelhante ao dos Vertebrata superiores e uma alma formada à imagem e semelhança de Deus.[19]

Agora, observe que tanto o cristianismo quanto a ciência podem acomodar o dado de que os aspectos funcionais e estruturais do homem e de certos animais são semelhantes. O problema, portanto, não pode girar em torno dessa questão. Em seguida, a doutrina da 'fixidez das espécies' não é exigida por nenhuma das estruturas. O verdadeiro ponto nevrálgico, em nossa opinião, é a rejeição bíblica da hipótese evolutiva de que as 'espécies' básicas de Gênesis estão relacionadas a ordens ainda mais primitivas por terem evoluído a partir delas. Na visão da evolução 'limiar', existem lacunas entre as 'espécies' originais, enquanto na visão da evolução 'total', cada 'espécie' pode ser rastreada até um tipo mais primitivo, e este a um ainda mais primitivo, ad infinitum ('ao infinito').

Mas vamos questionar a validade do esquema de evolução "total". A paleontologia revela que existem lacunas reais em nosso conhecimento sobre a relação entre as "espécies" ou "tipos", um dado que a evolução por "limiar" pode explicar de forma mais suave do que a evolução "total". "Não há animais fósseis para conectar a ordem dos insetívoros (que inclui toupeiras e musaranhos) e a ordem dos roedores (ratos, castores). Nem uma única ordem de mamíferos (animais com pelos) possui formas de transição entre ela e qualquer outra ordem."[20] Quando a ciência se depara com essas lacunas, ela recorre a hipóteses como "elos perdidos" (que continuam perdidos!) e "mutações", enquanto o cristão precisa apenas apontar para o fato de que Deus, na criação original, decretou que existissem lacunas para delimitar os

"tipos" originais — ervas que dão semente, seres rastejantes, feras, etc.[21]

Lecomte du Nouy lista o Archaeopteryx como um elo intermediário entre répteis e aves (Human Destiny , p. 67), e, no entanto, até mesmo esse exemplo é duvidoso. "Apesar do fato de ele estar inegavelmente relacionado às duas classes... não estamos sequer autorizados a considerar o caso excepcional do Archaeopteryx como um elo verdadeiro." (pp. 71-72)

Não deixemos de compreender a lógica do argumento. Tanto o cientista quanto o cristão admitem que existem lacunas entre as ordens ou "tipos" de plantas e animais. Mas, enquanto o cientista, em seu esquema de evolução "total", precisa recorrer às frágeis fabricações de "elos perdidos" e "mutações", o cristão, com sua evolução por "limiar", consegue acomodar tanto as lacunas que a paleontologia revela existirem entre as ordens quanto o desenvolvimento das inúmeras "espécies" dentro dessas ordens. "É concebível, portanto, que as 'ordens' do paleontólogo correspondam aos 'tipos' de Gênesis. A opinião cristã sustenta a derivação de certos tipos diretamente da atividade original de Deus ao ordenar que a terra 'produza relva, ervas e árvores', 'produza seres viventes conforme a sua espécie, animais domésticos e répteis', e ao dizer às águas que 'produzam abundantemente répteis de alma vivente'. Essa atividade criativa produziria tipos

separados por lacunas de outros tipos. Não é provável que as lacunas de Gênesis e as lacunas da geologia sejam as mesmas?" [22]

Devemos observar também que a Bíblia ensina que o que distingue o homem das 'espécies' inferiores não é a estrutura de seu organismo, mas, sim, o fato de ter sido feito à imagem e semelhança do Todo-Poderoso. No entanto, a ciência tenta fundamentar sua tese sobre a evolução humana na semelhança estrutural entre o homem e os demais Primatas ou Vertebrados, quando, na verdade, isso não precisa ser a chave para desvendar o mistério da origem do homem. O cristão ensina que, embora o Pitecantropo possa ter tido uma estrutura óssea que evoluiu consideravelmente dentro dos limites estipulados da evolução por 'limiar', a ponto de se assemelhar aos outros Primatas mais do que o homem moderno, esse desvio estrutural não exime o Pitecantropo de sua inclusão na classificação Homo sapiens . Até mesmo a ciência admite que todos os homens fósseis descobertos continuam sendo homens, apesar de suas peculiaridades estruturais. Uma vez que o princípio individuador no homem não é sua estrutura óssea, mas sim sua natureza racional e sua aptidão para adorar a Deus, o fato de os corpos dos homens primitivos terem evoluído desta ou daquela maneira é irrelevante. Nós esperamos a evolução orgânica dentro das 'espécies', pois Deus prometeu apenas a 'fixidez' das grandes 'espécies', e não das infinitas 'variedades' que podem se desenvolver a partir delas. Todos os seres sientes aptos a adorar a Deus são homens, independentemente de sua estrutura óssea, sejam pigmeus ou nórdicos. O ponto central da Bíblia é que, por mais que a estrutura do homem possa variar dentro da 'espécie' — tais como alterações de

pigmentação na pele e compensações físicas de um tipo ou de outro —, um homem não pode se transformar em um porco ou em um pássaro, nem um pássaro ou um porco podem se transformar em homem. O pássaro é um pássaro; o porco é uma criatura; e o homem é um ser sente apto a adorar a Deus. Eles pertencem a 'espécies' distintas e inconfundíveis.

Dizemos que nosso problema é filosófico, porque tanto os evolucionistas "totais" quanto os de "limiar" recorrem a hipóteses que vão além dos fatos. Quando o caminho se torna obscuro para o evolucionista, ele apela à sua imaginação; e quando o caminho se torna obscuro para o cristão, ele apela à estrutura da Bíblia. Obviamente, temos aqui duas visões de mundo em conflito. "Aqui estão, portanto, duas opções abertas àquele que medita sobre a origem dos organismos vivos. Em um caso, a confiança é depositada em um processo natural que transforma uma ou poucas formas primitivas nas multidões de nossa flora e fauna atuais. Sempre que há páginas perdidas nas evidências, elas são supridas por crenças esperançosas em especulações. Por outro lado, o cristão ortodoxo deposita sua confiança em um Ser sobrenatural que dotou a água e a terra de vida e mente. Ele acredita que as lacunas existem como rupturas naturais no plano de Deus e que essas lacunas são os espaços entre os tipos de Gênesis."[23]

Visto que nosso problema é filosófico, recorde-se do capítulo cinco sobre o que devemos fazer quando duas cosmovisões concorrentes disputam a aceitação. Um homem racional

deve optar por aceitar aquela que consegue formar o panorama mais coerente a partir do caráter total de nossa experiência, tanto interna quanto externa. Agora, visto que tanto a evolução 'total' quanto a 'limiar' conseguem explicar as descobertas básicas da geologia e da paleontologia, podemos anular este nível. Nossa decisão entre elas deve ser tomada com base em considerações mais amplas. Quando vista como uma cosmovisão abrangente, a evolução 'total' não chega nem perto de competir com a evolução 'limiar'. Rastreamos anteriormente como o empirismo conduz ao ceticismo. Mas o cristianismo sobrenaturalista, além de explicar perfeitamente os fatos fundamentais da natureza por meio da doutrina que chamamos de evolução 'limiar', pode resolver de maneira coerente o problema da imortalidade, estabelecer o caráter racional do universo e localizar uma base sobre a qual a verdade imutável possa repousar. Rejeite as palavras de Moisés em favor da estrutura da evolução 'total', e você ficará com uma visão das coisas que não lida melhor com as descobertas da geologia e da paleontologia do que a evolução 'limiar', não consegue resolver o problema da imortalidade pessoal, não consegue estabelecer uma visão racional do universo e não consegue localizar um sistema de verdade imutável. Não sem relevância, portanto, Cristo fustigou os cientistas de sua época. “Quando é tarde, vocês dizem: ‘Fará bom tempo, porque o céu está avermelhado’. E pela manhã: ‘Hoje haverá tempestade, porque o céu está vermelho e ameaçador’. Vocês sabem interpretar o aspecto do céu, mas não sabem interpretar os sinais dos tempos ” (Mateus 16:2-3). Parece que há muito mais na tarefa de detalhar uma cosmovisão do que examinar e classificar nuvens e céu.[24]

A relação entre a ciência e o cristianismo é como a relação que existe entre as partes do corpo. O braço não pode dizer ao pé que não tem necessidade dele, nem o olho ao

coração que não tem necessidade dele. O corpo do conhecimento classificado, assim como a igreja de Cristo, não pode ser harmoniosamente unido até que todas as partes cooperem para manter um corpo de pensamento que seja horizontalmente autoconsistente e que se ajuste verticalmente aos fatos da vida. O cientista pode localizar os fatos, mas não consegue fazê-los permanecer unidos sem o padrão da mente de Cristo; e o cristianismo, embora possa ser autoconsistente, não pode desfrutar de tangência perfeita com os dados da natureza até que relacione seu sistema aos dados empíricos da ciência. Na união está a força; na divisão está a fraqueza.

Nós evitamos deliberadamente uma questão espinhosa neste capítulo, para podermos dar-lhe atenção separada. Referimo-nos ao problema dos milagres. Os milagres têm sido alvo de ataques por tanto tempo que devemos apresentar uma declaração cuidadosa de nossa atitude em relação a eles. Este, portanto, é o nosso próximo problema a enfrentar.

Notas

1. Inquiry, Seção 10, Parte II.

2. Burtt, Right Thinking, p. 57

3. Burtt, Religion in an Age of Science, pp. 45-46,

4. Burtt, Right Thinking , pp. 86-87.

5. Randall, The Making of the Modern Mind, p. 527.

6. I Coríntios 15:14-19. Enfrentaremos o problema da verificação dos milagres em breve.

7. Clark, A Christian Philosophy of Education, pp. 17-18.

8. Trueblood, The Predicament of Modern Man , p. 17.

9. Clark, ibid. , pp. 22-23.

10. Sentimo-nos justificados nesta declaração relativamente superficial da aproximação epistemológica entre a ciência e o cristianismo, pois não há necessidade aqui de repetir todos os argumentos contra o empirismo que delineamos anteriormente, simplesmente para fundamentar o nosso ponto. Pressupomos neste ponto tudo o que precedeu no texto até agora.

11. Joad, Philosophical Aspects of Modern Science , p. 13.

12. Joad, God and Evil, p. 132.

13. Niebuhr, An Interpretation of Christian Ethics, p. 4.

14. Burtt, Types of Religious Philosophy , pp. 359-360.

15. Twentieth Century Philosophy, (Runes, ed.), p. 36.

16. Poderíamos, embora nãojamos insistir nisso aqui, deixar claro que todo movimento é relativo, de qualquer maneira. Portanto, se a terra se move ao redor do sol ou o sol se move ao redor da terra, depende do que alguém elege como seu **referencial.**

17. Randall, op. cit., p. 474.

18. Paulsen, Introduction to Philosophy , p. 159.

19. Outra razão pela qual não podemos interpretar as palavras de Moisés como sugerindo a evolução do homem é que Adão foi criado temporalmente antes de Eva, eliminando assim aquela contemporaneidade dos sexos no

primeiro aparecimento do homem, que é exigida pelo esquema evolucional 'completo'. Não insistiremos nisso, mas é salutar apontá-lo.

20. Mixter, Genesis and Geology, in Christian Opinion, Vol. lll, No. 4, **p. 120.**

21. Se as 'espécies' de Gênesis correspondem exatamente às ordens da ciência, apenas pesquisas exaustivas futuras poderão nos dizer. A Bíblia simplesmente estabelece divisões naturais; é trabalho do cientista localizá-las.

22. Mixter, loc. cit.

23. Mixter, op. cit ., p. 121.

24. Esta estrutura fornece o que pensar sobre outro assunto. Noé, em vez de ter que reunir e colocar na arca todas as 'espécies', teve apenas que localizar representantes dos 'tipos' originais de Gênesis. Eles eram o estoque a partir do qual, por meio da evolução de 'limiar', todos os nossos tipos atuais evoluíram. Esta observação atenua consideravelmente o problema da arca.

Capítulo XIV

O Problema dos Milagres e da Lei Natural

Por que se julga incrível entre vós que Deus ressuscite os mortos? — Paulo

T alvez o conflito entre o cristianismo e o método científico não se manifeste de forma mais perspicua do que no julgamento inequívoco e intransigente deste último contra a possibilidade dos milagres. “Pois, obviamente, a real existência de milagres, que são violações do curso normal das coisas, transformaria o mundo de um sistema em um caos, o arrancaria do controle humano e o colocaria à mercê de algum ser sobrenatural, seja divindade ou diabo. Tal mundo responderia à feitiçaria, mas não à ciência. O feiticeiro triunfaria sobre o físico."[1] Ao examinar esta admissão, detectamos que existem duas visões de mundo concebidas diametralmente por trás da insistência do cristão de que os milagres são sine qua non para a verdade ('condição indispensável para a verdade') e da insistência do cientista de que os milagres são sine qua non para a confusão ('condição indispensável para a confusão'). Ao decidir entre essas duas abordagens filosóficas, pactuemos aceitar aquela que, quando vista de todas as direções, seja acompanhada pelo menor número de dificuldades.

I. Dados de Contexto

A . O Escopo da Questão

O problema que separa o cristianismo de uma cosmovisão concebida mecanicamente não é simplesmente se um milagre, como o nascimento virginal de Cristo, realmente ocorreu, mas sim se os milagres são, de todo, possíveis. Se

enquadrarmos nosso problema em dimensões inferiores às de um confronto entre uma einheitliche Weltanschauung 'cosmovisão unificada', concebida sobrenaturalisticamente e outra concebida naturalisticamente, podemos ter certeza de que não estamos lidando com a questão dos milagres em suas verdadeiras proporções. Para apresentar o cerne da questão no mais destacado relevo: Está o Todo-Poderoso em controle soberano de toda a realidade ou estão as leis imanentes ? É a mente de Cristo o Logos das coisas, ou a mente do homem autônomo a base para todo o significado? Essas perguntas expõem nosso problema em sua devida amplitude de importância.[2]

B. Valores Espirituais e a Historicidade dos Milagres

Quando o conservador fala da ressurreição de Cristo do sepulcro, ele quer dizer que o fenômeno faz parte da realidade da história tanto quanto as façanhas militares de Aníbal ou as cracas no porto de Boston. A razão pela qual enfatizamos isso é para revelar o que é considerado tanto por conservadores quanto por cientistas como um truísmo, mas que não é reconhecido pela moderna neo-ortodoxia.[3] Falamos da relação entre valores espirituais e fatos históricos. Eles não podem ser separados em um mundo racional. Se Cristo não foi literal, corporal e em

píricamente ressuscitado do sepulcro como prova para a nossa justificativa diante do Pai, é inútil falar dos ‘valores da ressurreição.’

Dizemos, contudo, que essa observação não é apreciada por todos, pois Niebuhr, por exemplo, ensina que "a ideia da ressurreição do corpo é, naturalmente, impossível de ser literalmente verdadeira", mas que é um mito, cujo símbolo

pode expressar "concepções de uma plenitude de vida que transcende nossa existência atual".[4] Se um milagre — que nunca ocorreu — pode ser a base para uma esperança espiritual real, então chegou finalmente o momento em que podemos encaixar um pino quadrado em um furo redondo e fazê-lo entrar perfeitamente. Alguém tiraria coragem dos atos morais de César se ele fosse um homem ímpio e nunca tivesse praticado um ato moral em sua vida? A coragem de Washington é um símbolo digno para a nossa fé religiosa se os historiadores puderem comprovar que ele era um covarde invejoso e delirante? Como, então, um homem racional pode aceitar a ressurreição de Cristo — que nunca aconteceu de fato — como um símbolo para a sua esperança por expressar "um reconhecimento obscuro e inconsciente das fontes da individualidade na natureza, bem como no espírito"?[5] Se podemos separar valores espirituais e dados históricos, não parece haver nenhuma razão convincente para que a ressurreição de Cristo deva ser honrada a ponto de ser um símbolo de nossa fé mais do que deveria ser a história do Pequeno Sambo Negro. Além disso, esta última tem a virtude de não ser literalmente verdadeira, além de gozar de isenção de conotações conservadoras.

C. O Cristianismo e os Milagres

Assim como a Sociedade Haydn não teria sentido se nunca tivesse existido um Haydn, da mesma forma o cristianismo ficaria sem sentido se a vida e a morte miraculosas de Cristo não passassem de um mito. A aliança da graça, a base de nossa esperança em uma felicidade pessoal e imortal, apoia todo o seu peso sobre a historicidade do Cristo Homem-Deus, concebido milagrosamente, dotado milagrosamente e ressuscitado milagrosamente.

Remove os milagres da Bíblia e você a despojará de todas as suas colunas de sustentação. A Bíblia ensina que os apóstolos estavam dispostos a ser crucificados por Jesus Cristo, não porque a ressurreição, que nunca aconteceu, fosse um amável símbolo religioso de sua esperança. Pelo contrário, eles viram o Jesus ressurreto; eles comeram com Ele; eles colocaram suas mãos sobre Ele e o sentiram ; eles conversaram com Ele e foram instruídos por Ele. "Então ele disse a Tomé: Põe aqui o teu dedo e vê as minhas mãos; e estende a tua mão e põe-na no meu lado; não sejas incrédulo, mas crente." Tomé respondeu-lhe: "Senhor meu e Deus meu!" (João 20:27-28). Este não passa de um exemplo típico da maneira inequívoca pela qual todos os discípulos entraram em contato pessoal e empírico com o Cristo ressurreto durante aqueles quarenta dias de graça concedida antes que Jesus ascendesse ao Pai.

Neste ponto, o princípio da uniformidade une forças com o otimismo do Iluminismo para produzir uma versão revisada das narrativas cristãs. Acorrentado à ciência, o modernismo viu-se forçado a substituir os milagres por explicações racionalistas, supondo, por exemplo , que os milagres de cura de Cristo se deviam à influência de Cristo sobre as pessoas. Ele as fazia acreditar em si mesmas. A neo-ortodoxia, menos preocupada com a ciência e a história, tem utilizado os milagres como mitos ou formas narrativas para veicular verdades suprahistóricas.

Algumas das tentativas modernistas de explicar os milagres não passam da mais sórdida desonestidade intelectual. A piedade que defende a Escritura explicando a multiplicação dos pães e dos peixes sob o argumento de que, quando o menino abriu sua lancheira, os outros foram inspirados por seu exemplo a abrir as suas, resultando assim em um enorme piquenique, é uma piedade que merece desprezo, e não refutação intelectual. Como pessoas que propõem tais

explicações podem arvorar-se em líderes religiosos e morais está além da compreensão honesta. Seja o que for um milagre, este tipo de artifício não o explica, devido à sua distorção absurda do texto. A moralidade comum dita seja uma negação aberta do evento alegado, seja uma tentativa de explicar o que a narrativa realmente contém.[6]

D. O Argumento da Ciência

Deixando de lado as falhas do modernismo e da neo-ortodoxia, voltamo-nos agora para o argumento contra os milagres apresentado pela ciência. Aqui encontramos um oponente verdadeiramente digno. Apoiado por séculos de sucesso através da verificação indutiva, o devoto do método científico, para o bem ou para o mal, está vinculado à premissa maior de que toda a natureza está cercada por uma lei natural inexorável. Percebendo que os valores não podem ser baseados em fenômenos empíricos que não têm existência, o cientista rejeita tanto a doutrina conservadora da ressurreição quanto a tentativa liberal de extrair símbolos de fé dela. Encorajado por essa franqueza, o conservador fica encantado em abrir novamente o debate sobre a questão dos milagres.

II. O Que É um Milagre?

Visto que tanta importância é dada aos milagres, tanto pelo cristão em sua defesa do cristianismo quanto pelo cientista em sua rejeição do cristianismo, é bom que sejamos precisos quanto ao que queremos dizer com um milagre. Devemos observar com cuidado as definições que nosso oponente apresenta, para que os milagres não desapareçam de vista antes que tenhamos tido a chance de puxar nossa cadeira. David Hume, por exemplo, por meio de sua definição, conseguiu remover os milagres do reino da possibilidade sem sair de seu escritório. Isso o Aliviou da

árdua tarefa de buscar na história a atualidade dos milagres. Definindo um milagre como “uma violação das leis da natureza” ou “uma transgressão de uma lei da natureza por uma vontade particular da Divindade, ou pela interposição de algum agente invisível”,[7] Hume eliminou o cristão antes mesmo que este tivesse a chance de ir para o bastão. Se tudo o que acontece, acontece de acordo com a lei natural, então, por definição, segue-se que um milagre não pode acontecer, pois é contrário à lei natural. Isso é simples o suficiente. Se os milagres nem mesmo são possíveis, que valor tem uma discussão sobre a sua realidade?

A. A Definição Denotativa

Há duas maneiras de definir algo: denotativamente, que consideraremos primeiro, e conotativamente. Uma definição denotativa é “aquela que tenta dar significado a um nome indicando exemplos ou citando espécimes de objetos dos quais ele é o nome. . . Assim, poderíamos dizer ‘a palavra arranha-céu significa denotativamente (ou indica) o que é denotado pelos nomes Woolworth Building, Empire State Building, Chrysler Building, R.C.A. Building, etc.’”[8] Este é o sentido fundamental pelo qual o cristão está interessado em definir os seus milagres. Denotativamente, um milagre significa o que é denotado pelos nomes “a travessia do Mar Vermelho”, “a flutuação do ferro do machado”, “a cura da lepra de Naamã”, “a transformação da água em vinho”, “a ressurreição do Homem-Deus do túmulo”, e assim por diante. Para satisfazer a necessidade de uma definição de milagres, portanto, tudo o que o conservador precisa fazer é produzir uma lista exaustiva de todos os eventos na Bíblia que ele acredita estarem sob esse título geral. Desta forma, embora ele não estabeleça a atualidade dos milagres, ele pelo menos deixa em aberto a questão da possibilidade deles; isso basta por enquanto.

B. A Definição Connotativa

Uma definição é conotativa se declara os atributos essenciais de qualquer membro de uma espécie, como: ‘O homem é um ser senciente qualificado para adorar a Deus'. Esta definição é formulada de maneira conotativa, porque a adoração ao Todo-Poderoso é “a única coisa que torna os homens superiores aos animais, e os faz aspirar à imortalidade”.[9] É a este tipo de definição que Hume recorre em seus esforços para desprovar os milagres. É instrutivo observar, portanto, que os ataques contra os milagres em geral, se não sempre, são inspirados por definições concebidas conotativamente. A razão para isso é facilmente compreendida quando percebemos com que facilidade a possibilidade histórica dos milagres pode ser descartada por uma definição conotativa cuidadosamente formulada. Para ilustrar, se eu definir ‘bons generais na Segunda Guerra Mundial’ como ‘todos os homens que possuem cinquenta e cinco orelhas’, apresentei uma definição conotativa válida, mas simplesmente não me refiro a nada na realidade. Consequentemente, não há nenhuma virtude em procurar sob montes de pedras na França pelos restos mortais de um desses maravilhosos generais, pois tais seres simplesmente não existem. Da mesma forma, se não formarmos cautela, alguém pode definir os milagres para fora da existência, caso tal gesto seja

conveniente aos postulados fundamentais de sua visão de mundo.

Estabelecer uma definição conotativa para qualquer coisa é muito difícil. "O nome 'homem' pode ter as seguintes conotações alternativas unicamente descritivas: (1) animal com duas mãos, (2) animal que usa a linguagem, (3) bípede sem penas, (4) animal com senso de humor, (5) animal que cozinha sua comida, (6) animal racional. Qual delas expressa mais precisamente 'a essência' dos espécimes denotados pelo nome 'homem'? . . . Não há uma 'essência' única e objetivamente determinável . . . A conotação a ser aceita depende simplesmente do propósito para o qual vai ser usada."[10] Se temos problemas para conhecer conotativamente a nós mesmos, com quem temos de conviver o tempo todo, quer queiramos quer não, podemos avaliar como é difícil encontrar uma definição conotativa para um milagre que já se foi e passou.

Vamos, no entanto, arriscar uma definição, para não sermos culpados de evadir um problema fundamental. Um milagre é um ato visível extraordinário do poder divino, realizado pela agência eficiente da vontade de Deus, por meio de meios secundários, acompanhado de revelação válida e aliancista, e tendo como causa final a vindicação da retidão do Deus trino. Observe as três partes. Primeiro, Deus é o autor do milagre. Isso coloca nossa definição diretamente no centro da cosmovisão cristã. Em segundo lugar, os meios usados são do mesmo tipo que Ele usa para ordenar qualquer fenômeno. Isso coloca nossa definição diretamente no reino da ciência e alivia o cientista de sua noção falsa de que os milagres são inexplicáveis, misteriosos e estão além da explicação racional. Em terceiro lugar, o fim de um milagre é selar e assinar todo o conselho de

Deus conforme encontrado nas Escrituras Sagradas. Isso coloca nossa definição diretamente no quadro de nossa necessidade de felicidade pessoal e imortalidade.

III. O que são a Natureza e a Lei Natural?

Visto que Hume estabeleceu um padrão para o homem moderno ao descartar os milagres porque eles supostamente quebram a lei natural, é bom que convoquemos imediatamente para julgamento toda a questão da natureza e da lei natural para um cuidadoso interrogatório. Por meio desse esforço, esperamos estabelecer o fato de que, assim como nossa definição de milagres é possivelmente verdadeira , a definição de milagres do cientista é possivelmente falsa.

A. Ciência e Lei Natural

A ciência nos deixa na indecisão quanto ao que entende por lei natural, pois abriga duas convicções distintas. Por um lado, ensina que toda a natureza está vinculada a uma lei imutável e eterna; por outro, as leis naturais não passam de hipóteses que adotamos para explicar as coisas, sendo provisórias e condicionadas. A primeira convicção surge de um todo mecânico postulado idealmente, enquanto a segunda provém da prática laboratorial real. Ora, visto que as pressuposições filosóficas só são úteis na medida em que nos dão uma base para explicar a realidade, e visto que a ressurreição de Cristo é um problema que pode ser tratado dentro das dimensões da história real, o conservador preocupa-se mais com a segunda convicção da ciência do

que com a primeira. Ele quer saber o que a ciência realmente faz com Jesus, que é chamado o Cristo.

Tendo isso em mente, estejamos cientes de que as leis naturais, em vez de formarem uma camisa de força irrefragável que mantém o universo eternamente em ordem, na realidade são pouco menos do que leis da física que o cientista adota como boas hipóteses para explicar a regularidade observada da natureza. Assim como a natureza é apenas a totalidade do universo em movimento, as leis naturais são apenas descrições aproximadas do padrão que esse universo em movimento segue. As chamadas 'leis absolutas' que compõem a ordem metafísica e mecânica das coisas permanecem para sempre apenas como hipóteses filosóficas. Elas nunca podem ser conhecidas. O cientista espera que as leis que formula realmente coincidam com essas leis absolutas, mas não tem como saber com certeza se sua convicção tem fundamento sólido. As leis não usam etiquetas que lhes dêem identidade. Destacamos isso porque tem uma importância significativa para a capacidade do cientista de encontrar uma lei — absoluta ou relativa — que a ressurreição de Cristo quebre.

B. Cristianismo e Lei Natural

O cristão define a natureza como aquilo que Deus faz com Sua criação, e uma lei natural como nada mais do que uma descrição matematicamente exata, por parte do homem, de como Deus escolheu ordenar Sua criação. Para o cristão, não existem 'leis naturais absolutas', mas apenas a mente de Deus. Do ponto de vista do homem, a regularidade do universo é chamada de 'lei', mas do ponto de vista de Deus é 'vontade'. Aqui, a cosmovisão cristã entra em forte conflito com o método científico. O Deus Todo-Poderoso, e não uma lei impessoal absoluta, é o poder por trás de todos

os fenômenos. "Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho" (João 5:17), diz Cristo. Os projetos de uma máquina eterna, matemática e ordenada de forma impessoal não controlam a natureza; antes, é o Cristo, o Logos, Aquele que sustenta "o universo pela palavra do seu poder" (Hebreus 1:3), e Aquele que "é antes de todas as coisas" e em quem "todas as coisas subsistem" (Colossenses 1:17).

Isso significa que tudo o que acontece no mundo é natural, governado por Deus e realizado por meio de causas secundárias. O cristão ensina que apenas a criação e a providência são atos diretos de Deus. Portanto, devidamente concebida, a teologia natural é possível, pois os céus genuinamente manifestam a obra das mãos de Deus ao clamarem continuamente que Deus é o responsável por sua beleza, grandeza e ordem. O cristão, vendo o seu Deus por meio das coisas que foram feitas, é diariamente emocionado, inspirado e encorajado a seguir o Todo-Poderoso em caminhos ainda mais profundos de retidão; enquanto o não-cristão, que acredita que uma lei impessoal está por trás do curso diário das coisas, embora encantado com a grandeza da natureza, é constantemente atormentado pelo fato de ser um ser pessoal, lançado em um universo impessoal, encontrando-se sem esperança e sem vida eterna. A partir do conhecimento das batidas de seu próprio coração, portanto, o homem deveria conhecer a Deus; assim, "que indolência

imperdoável é a daqueles que não descem a si mesmos para poderem achá-lo!" [11]

Se tudo provém de Deus e é realizado pelo uso de meios secundários detectáveis, todos os fenômenos são motivo de espanto. Mas um milagre, lembremo-nos, é um extraordinário espanto da atuação de Deus na natureza. “Tudo é espanto; criar um homem é pelo menos um prodígio tão grande quanto ressuscitar um homem dos mortos. A semente que se multiplica no sulco é como o pão que se multiplicou nas mãos de Cristo. O milagre não é uma manifestação maior do poder de Deus do que esses processos ordinários e sempre repetidos; mas é uma manifestação diferente .”[12] No entanto, extraordinários ou não, todos os eventos que ocorrem no universo espaço-temporal são realizados pelo uso divino de meios secundários específicos que são teoricamente discerníveis por uma aplicação paciente do método científico.

Sobre a hipótese cristã, portanto, as leis, sendo apenas descrições do que acontece na natureza, não podem ser pensadas como excludentes da possibilidade de milagres; pois os milagres, se de fato aconteceram, em vez de quebrarem as leis da natureza, compõem parte dos dados com os quais o cientista deve contar em seu traçado original das leis da natureza. Se Cristo andou sobre as águas e ressuscitou dos mortos, estes, como qualquer outro fenômeno da história, compõem os limites reais das leis. Se um cientista se recusa a considerar a possibilidade da ressurreição de Cristo, quando historiadores mostram que há evidências críveis de sua historicidade, podemos ter certeza de que o problema dos milagres é moral e filosófico, e não científico, pois o cientista está usando suas leis não para explicar a realidade, mas para anular a realidade.

IV. A Lei Natural e a Ressurreição de Cristo

Se o cientista conseguir demonstrar que a ressurreição de Cristo é realmente contrária a uma lei natural verdadeiramente verificável, temos certeza de que ele terá colocado o cristianismo conservador de joelhos; pois a ressurreição está peculiarmente ligada a todo o quadro da soteriologia de Cristo. “Se com a tua boca confessares a Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo” (Romanos 10:9). Mas vamos podar o entusiasmo do cientista pela raiz, apontando várias razões fundamentais pelas quais seus esforços para desprovar os milagres estão a priori destinados ao fracasso.

A. Os Limiares da Sensação

A única maneira pela qual o cientista pode saber o que está acontecendo na realidade, para que possa traçar suas leis da física, é por meio do uso de seus cinco sentidos. Até o momento, não conhecemos campos de percepção extrasensorial aos quais os empiristas possam recorrer. Ora, como o experimentador é limitado aos seus sentidos, ele não pode escapar de cometer erros ao traçar suas leis da natureza.

A existência de erro na experimentação física não é uma falha peculiar do aparelho utilizado; pelo contrário, é inerente ao significado ou, pelo menos, à execução de um experimento. Para ser explícito, os erros surgem da presença do que os psicólogos chamam de limiares. Existem três limiares desse tipo: o limiar superior, o limiar de diferença e o limiar inferior. O último seria ilustrado se pudéssemos ter um piano ou harpa com algumas oitavas ainda mais baixas do que os instrumentos ordinários. Descendo a escala nota após nota, poderíamos ouvir cada nota até que a corda acionada vibrasse a uma taxa de,

digamos, menos de dezesseis vibrações por segundo. Cordas mais graves poderiam vibrar, mas o ouvido humano não conseguiria ouvi-las. O limiar superior poderia ser ilustrado de maneira semelhante na outra extremidade deste piano ampliado. O limiar de diferença existe porque é impossível distinguir dois tons cujas vibrações diferem por apenas uma ou duas por segundo. Se os tons diferirem por cinco ou seis vibrações por segundo, eles podem ser reconhecidos como tons diferentes.[13]

A relação entre os limiares e os milagres é a seguinte. Primeiro, o limiar de diferença torna impossível para o cientista conhecer a natureza de forma absoluta. Apesar de todos os instrumentos de precisão que ele tem sob seu controle, por nenhum meio atualmente conhecido pode o cientista determinar qual é o comprimento absoluto sequer de um pedaço de barbante. O máximo que o experimentador pode fazer é repetir sua medição repetidas vezes e tirar uma média de suas descobertas. Mas essa média, lembremo-nos, é sempre acompanhada por um erro variável de mais ou menos. O que isso significa é que as leis naturais, que se baseiam na avaliação dos dados feita pelo cientista, são acompanhadas por um erro variável de mais ou menos que é tão forte ou tão fraco quanto os próprios experimentos originais. As leis físicas, portanto, não são de forma alguma tão inflexíveis quanto nos dizem. Elas são tão frágeis quanto os olhos do cientista que realiza a observação. Se não conhecemos o comprimento absoluto do barbante diante de nós, estaria o cientista absolutamente certo de que fez uma indução perfeita ao afirmar que Cristo não poderia ter sido ressuscitado do túmulo?

Em segundo lugar, o limiar inferior, juntamente com o limiar de diferença, revela que as leis, em vez de serem impostas

ao experimentador pela indubitabilidade dos fatos, são escolhidas por razões que lhe convêm pessoalmente.

Se alguém pudesse medir o comprimento de um barbante, o limiar de diferença impediria que se determinasse o comprimento exato do barbante, mas não há dúvida quanto ao fato de que é um barbante que está sendo medido. No caso do limiar inferior, no entanto, um cientista ou filósofo pode perguntar — e tem perguntado: Como sabemos que cada fração infinitesimal de uma região ocupada por um barbante é ela própria ocupada por um barbante? Nenhum experimento pode mostrar que comprimentos e volumes abaixo do limiar de observação estão preenchidos com barbante. Em outras palavras, enquanto o limiar de diferença deixa indeterminada a magnitude do barbante, o limiar inferior deixa indeterminada a existência do barbante.[14]

Se o limiar de diferença deixa em aberto a possibilidade de que as leis físicas não se apliquem à natureza de forma absoluta, o limiar inferior deixa em aberto a possibilidade de que as leis físicas não façam menção alguma à realidade . É provável, então, que o cientista esteja de posse daquela percepção precisa de toda a gama da realidade que é necessária para alguém afirmar categoricamente que a ressurreição de Cristo não pôde ter ocorrido?

A presença do limiar de erro positivo ou negativo prova que

Quando o cientista chega a formular sua lei, os dados empíricos, embora excluam muitas fórmulas matemáticas, abrem, não obstante, uma ampla gama de escolhas. As observações fixam os limites dentro dos quais a lei deve ser formulada, mas não nos revelam nenhuma lei em particular. Conforme isso, a lei matemática definida declarada nos livros de física não é tanto descoberta, mas sim criada ou

escolhida pelo físico. Quando os resultados de um experimento são transferidos para um gráfico, a média com seu erro indica não um ponto, mas uma região, e através das muitas regiões obtidas por muitos experimentos, uma infinidade de curvas pode ser traçada. A única curva ou lei que o cientista pode anunciar ao mundo, portanto, não lhe é impuesta pelos dados, mas é o resultado de sua escolha. Ele pode escolher uma lei por razões pessoais, estéticas ou morais, mas ele escolhe a lei em vez de descobri-la.[15]

Por causa disso, não é improvável que o cientista, uma vez que não tem suas leis da física impostas a ele por uma consideração dos fatos, escolha suas formulações de acordo com o espírito de sua premissa maior fundamental de que o não-Deus está no controle do universo, suprindo-o assim com a sensação confortável de que desprovou a possibilidade da ressurreição de Cristo. Para refutar essa suspeita, o cientista deve pelo menos apresentar essa lei indubitável da física que a ressurreição contradiz. É a lei de Boyle sobre o volume e a pressão dos gases? A lei de Archimedes sobre o deslocamento de água por corpos flutuantes? As leis do movimento de Newton? A gravidade? A relatividade? A segunda lei da termodinâmica? Percorra toda a gama de leis conhecidas da física e veja se há alguma lei que sequer comece a se aproximar daquele cânone exigido para desprovar a ressurreição de Cristo.

B. O Caráter Ideal das Leis da Física

Esta última observação nos fornece uma transição para o nosso segundo ponto. Aqui destacamos que não apenas o cientista ainda não nos obrigou ao apresentar aquela lei que a ressurreição de Cristo quebra, mas também que ele não pode fazê-lo, não importa o quanto tente. Nenhuma lei científica é mais do que uma aproximação de, e nunca uma contraparte perfeita para, o que acontece na história.

Quando esse fato for compreendido, estaremos em posição de encurralar o cientista em um dilema.

Nossa primeira ilustração vem de Larrabee:[16]

De acordo com a Lei de Charles, o volume de um gás ideal sob pressão constante (ou a pressão que ele exerce a volume constante) é diretamente proporcional à temperatura absoluta. Visto que para cada grau centígrado de temperatura que o gás ideal diminui a pressão constante, ele perde 1/273 de seu volume, a -273° C, o gás ideal teria volume zero. No entanto, não se tem observado que isso aconteça, não apenas porque o zero absoluto nunca foi alcançado, mas porque ocorre uma mudança de fase antes que ele seja atingido. Se relaxarmos nosso controle das variáveis, como fazemos quando exploramos a atmosfera terrestre por meio de balões, descobriremos que a curva de pressão-temperatura cai suavemente à medida que a altitude sobe para 40.000 pés, onde o barômetro marca cerca de 5 polegadas e o termômetro -67° F. Contudo, além desse ponto, embora a pressão continue a cair (para cerca de 3,1 polegadas a 65.000 pés), a temperatura permanece constante a -67° F.

A partir dessa interessante admissão, nosso dilema começa a tomar forma. Ou o cientista deve admitir que além dos 40.000 pés ele tem um caso real de milagre, pois um milagre (em sua definição) é uma transgressão da lei natural, e a Lei de Charles é violada; ou ele alega que outra lei, ainda desconhecida e não mapeada, retoma de onde a Lei de Charles para. Se ele escolher o primeiro chifre do dilema, ele concede o fato de que os milagres são reais. Então ele não pode se opor à convicção de que a ressurreição de Cristo é possível, visto que ele já admite um milagre. E se ele escolher o segundo chifre, então, visto que leis ainda desconhecidas e não mapeadas podem ser

invocadas para explicar algumas áreas da experiência que ainda não foram dominadas, elas podem ser invocadas para explicar todas. O cristão, portanto, pode argumentar cientificamente a existência de uma lei, ainda desconhecida e não mapeada, que pode abranger a ressurreição de Jesus Cristo. Se o cientista se recusa a permitir que o último use uma prerrogativa que ele próprio assume, temos mais evidências de que o problema da ressurreição de Cristo não é tanto científico, mas moral e filosófico.

Nossa segunda ilustração é fornecida por Brightman:[17]

O New International Dictionary de Webster define o pêndulo simples como 'uma partícula, ou ponto material, suspenso por um fio sem peso e oscilando sem atrito.' Esta é uma abstração perfeita. Na experiência concreta, tal pêndulo jamais poderia ser encontrado. Ele só pode ser concebido fazendo-se uma abstração dos fatos reais e considerando, por assim dizer, o seu fantasma. Cada lei da física é formulada justamente para tais condições teoricamente ideais, das quais o atrito e as influências de outras forças foram eliminados. Concretamente, a aplicação de qualquer lei é limitada por todas as forças reais em operação.

O que temos aqui: um milagre em cada relógio de parede? Talvez não. Mas pelo menos se "o balanço do pêndulo de um relógio de parede ocorre sem ser invalidado por uma lei da física — uma lei bem conhecida e matematicamente exata —, por que a ressurreição de Cristo deveria ser julgada impossível por meio de uma lei inteiramente desconhecida e nunca sequer aproximada? Em vez disso, assim como a lei do pêndulo tem seus limites definidos por ocorrências reais, esta suposta lei, se é que um dia será formulada, teria seus limites definidos pelo fato histórico da ressurreição de Cristo da sepultura."[18]

Com esta observação, voltamos ao ponto de partida. Hume, recordemos, define um milagre como "uma violação das leis da natureza" e, então, com essas leis, exclui de toda a história possível os milagres cristãos, sem perceber que, se esses milagres realmente ocorreram, eles devem fazer parte dos dados que definem os limites das leis da natureza. As leis da natureza são uma descrição do que acontece , não um manual de regras para nos dizer o que não pode acontecer . Ao escolher suas leis da natureza, portanto, o cientista "deve primeiro consultar a história e, após decidir por evidência histórica o que aconteceu, deve então escolher suas leis dentro dos limites da atualidade histórica. O pensador não cristão, empenhado em repudiar os milagres, procede por um método inverso. Ele escolhe sua lei sem considerar os limites históricos e depois tenta reescrever a história para se adequar à sua lei. Mas certamente este método não é apenas o inverso do método cristão, é claramente o inverso do procedimento racional também."[19]

Antes de concluirmos nossa análise sobre a relação entre milagres e lei natural, vamos enfrentar e responder a duas questões que são de interesse peculiar para o cientista empírico. São elas: primeiro, que os milagres arruínam o caráter fechado do universo mecânico e, portanto, frustram a predição; e, segundo, que a ressurreição de Cristo aconteceu apenas uma vez e, por isso, não pode ser um exemplo de lei natural. Vamos discutir cada uma delas por sua vez.

Primeiro, os milagres, em vez de arruinarem as predições, são exatamente aquilo que as salvam. Os milagres são um sinal e um selo da veracidade da revelação especial, revelação esta que nos assegura exatamente como Deus escolheu dispor do Seu universo. Nesta revelação lemos que Aquele que nos fez, e que também pode nos destruir,

graciosamente escolheu manter o universo regular de acordo com a aliança que fez com Noé e com a sua descendência para todo o sempre. Se o cientista rejeita os milagres para preservar sua ordem mecânica, ele perde o direito a essa ordem mecânica, pois, sem os milagres para garantir a revelação, ele não pode reivindicar nenhum ponto de referência externo; e sem um ponto de referência externo para servir como ponto de apoio, o cientista fica confinado à areia movediça da história. Em tal caso, então, como pode o cientista apelar para a convicção imutável de que "o universo é mecânico", quando do fluxo e da mudança apenas o fluxo e a mudança podem advir? O cientista simplesmente troca o que ele pensa ser um "capricho da divindade" por aquilo que é, na verdade, um "capricho do tempo e do espaço". Por que este último garante a perseverança de um mundo mecânico, enquanto o primeiro aparentemente é impotente para fazê-lo, não é fácil de ver.

Em segundo lugar, quando perguntamos com que frequência um fenômeno deve ocorrer para ser forte o suficiente a ponto de estabelecer uma lei da natureza, a resposta é: uma vez. As leis da física são apenas descrições matemáticas feitas pelo homem sobre a maneira como Deus faz as coisas; para Deus não há leis, mas apenas vontade. O que quer que seja uma expressão de Sua vontade no universo espaço-temporal, portanto, merece o status de lei. A frequência de ocorrência do fenômeno é determinada pelo plano de Deus. As pedras continuam caindo, os planetas vagam consistentemente e a grama cresce por causa do papel que desempenham na sustentação do caráter duracional que Deus decretou para o universo espaço-temporal. Nesses casos, há uma repetitividade à qual o cientista pode recorrer ao traçar suas

leis. Mas a única razão pela qual existe tal recorrência é que a vontade de Deus a decreta. No caso da ressurreição de Cristo, contudo, não há necessidade de repetição. O propósito de Deus para as pedras e os planetas cumpre-se na sua recorrência, mas o propósito de Deus na ressurreição de Cristo cumpre-se por meio de um único ato. A ressurreição de Cristo dentre os mortos é a maneira como Deus opera regularmente em um universo deste tipo, onde o pecado entrou pela apostasia do homem e onde um Deus-Homem pagou por esses pecados por meio de uma expiação perfeita e substitutiva na cruz. A regularidade da grama crescendo manifesta-se na repetição, enquanto a regularidade de um Deus-Homem morrendo pelos pecados manifesta-se apenas uma vez, pois só precisa acontecer uma vez na eternidade. A frequência de um fenômeno é irrelevante para a questão da lei; o que é sine qua non é que ele aconteça.

Por sua própria natureza, a expiação e a ressurreição de Cristo puderam acontecer apenas uma vez. Se houvesse necessidade de sua recorrência, tal necessidade surgiria de uma deficiência na primeira expiação; mas isso é impossível, porque a expiação foi realizada por um perfeito Cordeiro. "Nem foi para se oferecer repetidamente, como o sumo sacerdote entra no Santo Lugar cada ano com sangue alheio; pois então ele teria tido de sofrer repetidamente desde a fundação do mundo. Mas agora, ele se manifestou uma vez por todas no fim dos tempos para aniquilar o pecado pelo sacrifício de si mesmo" (Hebreus 9:25-26). Exigir, portanto, uma repetição da morte de Cristo na cruz e de Sua ressurreição do túmulo por conveniência de laboratório é pedir algo ilícito. Esta

única ocorrência é tão verdadeiramente uma expressão da vontade de Deus quanto o rolamento diário das rochas e a iluminação perpétua do sol. "Eis aqui venho para fazer a tua vontade, ó Deus" (Hebreus 10:7), foi a palavra do Logos. Este único ato de expiação, então, é uma expressão tão genuína do funcionamento regular de Deus neste universo quanto o desabrochar dos lírios do campo ou o cantar dos passarinhos. A frequência de ocorrência não é o que faz uma lei; é, antes, a concretização dos propósitos teleológicos na mente de Deus.

Notas

1. Dunham, Man Against Myth , p. 28.

2. Orr resume o problema sucintamente. “Uma boa dose de controvérsia tem ocorrido recentemente em relação a certas declarações do Professor Max Muller, sobre se ‘milagres[1] são essenciais ao cristianismo. Mas a questão que temos de enfrentar é totalmente mal concebida quando é transformada em uma questão de crença neste ou naquele milagre particular — ou de milagres em geral — considerados como meros apêndices externos ao cristianismo. A questão não é sobre ‘milagres’ isolados, mas sobre toda a concepção do cristianismo — o que ele é, e se o sobrenatural não entra na própria essência dele? É a

questão geral de uma concepção sobrenatural ou não sobrenatural do universo. Há um Ser sobrenatural — Deus? Há um governo sobrenatural do mundo? Há uma relação sobrenatural entre Deus e o homem, de modo que Deus e o homem possam ter comunhão um com o outro? Há uma Revelação sobrenatural? Essa Revelação culminou em uma Pessoa sobrenatural — Cristo? Há uma obra sobrenatural nas almas dos homens? Há uma Redenção sobrenatural? Há um porvir sobrenatural? São essas questões maiores que precisam ser resolvidas primeiro, e então a questão dos milagres particulares cairá em seu devido lugar.” The Christian View of God and the World, pp. 10-11.

3. A neo-ortodoxia apega-se ao que é conhecido como a relação dialética entre o tempo e a eternidade. Isso a encoraja a separar a história da super-história, colocando a verdade cristã na super-história e a ciência e a filosofia na história.

4. Beyond Tragedy . p. 290.

5 Niebuhr, Human Nature, p. 63.

6. Clark, "Miracles, History, and Natural Law,” in The Evangelical Quarterly, 1940, Volume XII, p. 24

7. Inquiry, Section X, Part I.

8. Frye and Levi, Rational Belief , p. 135.

9. Calvin, Institutes, T, 3, 3.

11. Calvin, op. cit., I, 5, 3.

12. Trench, Notes on the Miracles of Our Lord , p. 8.

13. Clark, op. cit.j p. 30.

14. Clark, op. cit., p. 33.

15. Ibid., p, 31.

16. Reliable Knowledge, p. 365. (Grifo nosso.)

17. Introduction to Philosophy, pp. 270-271. (Grifo nosso.)

18. Clark, op. cit., p. 32.

19. Ibid., p. 34.

Capítulo XV

O Problema dos Milagres e da Lei Natural (Continuação)

Se surgir no meio de vós um profeta, ou um sonhador de sonhos, e vos der um sinal ou um prodígio, e suceder o sinal ou o prodígio de que vos falara, dizendo: Vamos após outros deuses, que não conhecestes, e sirvamo-los; não ouvireis as palavras desse profeta, ou desse sonhador de sonhos : porquanto o Senhor, vosso Deus, vos prova, para saber se amais o Senhor, vosso Deus, com todo o vosso coração e com toda a vossa alma .— Moisés.

T endo nos livrado da proposição de que os milagres são contrários à lei natural, encaremos agora o argumento de Hume de que “nenhum testemunho é suficiente para estabelecer um milagre, a menos que o testemunho seja de tal espécie que a sua falsidade seja mais miraculosa do que o fato que ele se esforça por estabelecer; e mesmo nesse caso há uma destruição mútua de argumentos, e o superior apenas nos dá uma certeza adequada àquele grau de força que resta após deduzir o inferior.”[1] Esta mudança no peso do argumento força-nos a examinar a questão ampla de como verificar um milagre. O cristão ensina que um milagre é verificado pela coerência sistemática, e não requer mais testemunho para estabelecer a sua veracidade do que o necessário para estabelecer outros fatos históricos; mas Hume não pode ceder a esta convicção. Em vez disso, ele lista para nós uma série de testes que uma história do miraculoso deve satisfazer antes de poder ser acreditada. Tomemos estes critérios e apliquemo-los a outra narrativa histórica da mesma maneira que o crítico faz aos documentos da Bíblia e vejamos como eles se saem. Este

tipo de argumento é ad hominem , com certeza, mas sentimos que será eficaz para mostrar que Hume ou está aplicando as suas máximas ao Cristianismo arbitrariamente, ou deve confessar que não podemos acreditar em nada da história.

I. Os Cânones de Hume e os Fenômenos Históricos

Não podemos acreditar nas histórias milagrosas da Bíblia porque elas nos são transmitidas seja por testemunhas indiretas incapazes de apresentar provas demonstráveis para seus dados, seja por testemunhas oculares que falaram com uma histeria precipitada e apaixonada, misturada com um zelo religioso indigno de confiança. Nenhum homem racional, portanto, pode dar seu assentimento a documentos baseados em evidências tão fracas. Eles são obviamente falsos. A este tipo de julgamento, o cristão responde perguntando: Se o testemunho dos homens honestos e humildes que escreveram a Bíblia é rejeitado, em quem então podemos acreditar? Ilustremos a inadequação dos cânones de Hume reduzindo-os ao absurdo. Felizmente, nosso trabalho já foi feito por Whately em sua famosa brochura, Historic Doubts Relative to Napoleon Buonaparte . Se pudermos mostrar que nem mesmo a existência do grande Napoleão pode ser racionalmente afirmada por alguém que siga os conselhos de Hume, teremos conseguido sugerir evidências razoáveis para supor que os próprios cânones são inadequados. "Mas apelo àqueles que se gabam de sua liberdade filosófica de pensamento e que gostariam de seguir os passos de Hume e de outros investigadores de gênio tão elevado e especulativo, para que sigam justa e plenamente seus próprios princípios e, sacudindo os grilhões da autoridade, examinem cuidadosamente a evidência de tudo o que lhes é proposto, antes de admitirem sua verdade" (p. 15).

Somos muito gratos a Hume por seus cânones, uma vez que o exame minucioso dos documentos sobre Napoleão fornece evidências de que diferentes escolas de pensamento estão em ação, assegurando-nos assim que um homem racional dificilmente pode aceitar o conjunto de relatos tal como se apresenta. Alguma espécie de alta crítica deve ser elaborada. "Este aventureiro corso obscuro, um homem, segundo alguns, de talentos e coragem extraordinários, segundo outros, de habilidades muito moderadas e um tremendo covarde, avançou rapidamente no exército francês, obteve um alto comando, conquistou uma série de vitórias importantes . . . há quase todas as variedades concebíveis de declaração" (pp. 2-3).

A. A Veracidade das Testemunhas Indiretas

1. A maior parte das evidências sobre Napoleão foi colhida pelas multidões a partir dos jornais diários, mas “de onde vem este alto respeito que é pragmaticamente prestado à autoridade dos jornais? Os homens pensam que, porque uma testemunha foi perpetuamente pega em falsidade, ela pode, portanto, ser mais seguramente acreditada sempre que não for pega” (p. 7)? Que meios os repórteres tiveram para obter suas informações? Os leitores de jornais ouvem suas histórias de correspondentes supostamente confiáveis, mas “quem são esses correspondentes e que meios eles têm de obter informações, ou se eles sequer existem, não temos como averiguar. Encontramos-nos na condição dos hindus, a quem seus sacerdotes dizem que a terra repousa

sobre um elefante, e o elefante sobre uma tartaruga; mas são deixados para descobrir por si mesmos sobre o que repousa a tartaruga, ou se ela repousa sobre alguma coisa” (pp. 8-9). Quem abonará a veracidade dos repórteres? E quem abonará a veracidade dos repórteres dos repórteres? Ad infinitum?

2. E que prova há de que aqueles que veicularam esta história não ocultaram algum interesse pessoal? Por que não podemos presumir que seus relatórios foram 'manipulados' por chefes políticos em benefício do agigantamento pessoal? Talvez quanto mais a ameaça de Napoleão fosse alardeada por essa máquina política, mais quantias de dinheiro poderiam ser extraídas daqueles infelizes contribuintes que, a qualquer custo, teriam o maior prazer em afastar uma invasão por este fabuloso Buonaparte. Os jornais podem ter tido o mesmo valor que a imprensa soviética tem hoje. “A seleção, omissão, tratamento e o modo de apresentação de ‘notícias’ são, na maioria dos casos, por uma razão ou outra, tão próximos de serem inúteis de um ponto de vista acadêmico ou científico que as histórias publicadas devem ser abordadas com o mais pervasivo ceticismo e uma prontidão incessante para checar contra as fontes básicas.”[2]

3. Quando Hume nos adverte para rejeitar o testemunho daqueles que contradizem uns aos outros, ou que são de um caráter suspeito, ou que têm um interesse naquilo que afirmam, ficamos sem saber o que acreditar sobre os relatos de Napoleão. “Não há de modo algum consenso sobre se Buonaparte liderou pessoalmente a célebre carga sobre a ponte de Lodi... ou se estava seguro na retaguarda, enquanto Augereau realizava tal proeza. A mesma dúvida paira sobre a carga da cavalaria francesa em Waterloo. Não é menos incerto se este personagem estranho envenenou

ou não no Egito um hospital cheio de seus próprios soldados; e chacinou a sangue frio uma guarnição que havia se rendido” (pp. 11-12). O que devemos afirmar racionalmente? Alguns rotulam Napoleão como um herói sincero, sábio, humano e magnânimo, enquanto outros juram com fervor religioso que ele é um monstro de crueldade, baixeza e perfídia. Para alguns, ele é um gênio militar e um homem de intrepidez, enquanto para outros ele é um maníaco furioso e um poltrão. “O que devemos, então, acreditar? Se estivermos dispostos a dar crédito a tudo o que nos dizem, devemos acreditar na existência não apenas de um, mas de dois ou três Buonapartes; se admitirmos apenas o que é bem atestado, seremos compelidos a duvidar da existência de qualquer um” (p. 13). Em suma, o que diremos da veracidade das testemunhas indiretas? “Primeiro, não temos garantia de que elas tenham acesso a informações corretas; segundo, de que elas tenham um interesse aparente em propagar falsidades; e, terceiro, elas se contradizem palpavelmente nos pontos mais importantes” (p. 14).

B. A Veracidade das Testemunhas Oculares

Se um homem que segue os cânones de Hume não pode repousar na veracidade das testemunhas indiretas no sentido de que existiu este homem maravilhoso, Napoleão, ele certamente pode confiar naqueles que se deram ao esforço de ver Napoleão pessoalmente. E quanto a todos os soldados que lutaram contra ele?

1. Quanto àqueles que foram vê-lo, não duvidamos de que realmente foram com a intenção de vê-lo e que, remando para o porto, de fato viram um homem que, segundo lhes disseram, era Buonaparte, mas “este é o ponto máximo a que chega o testemunho deles; como verificaram que aquele homem de chapéu bicorne havia passado por todas

as aventuras maravilhosas e românticas com as quais nos entretemos há tanto tempo, não nos é dito. Eles perceberam em sua fisionomia seu verdadeiro nome e sua história autêntica? Na verdade, esta evidência é do tipo que as pessoas do campo dão para uma história de aparições'' (p. 16). É sempre possível que as testemunhas oculares tenham sofrido de uma ilusão de ótica exatamente no momento em que acreditavam ver o general.

2. Quanto à legião de soldados que estavam em hospitais devido a ferimentos recebidos em batalha contra Napoleão, como eles sabem que realmente lutaram contra esse terrível Buonaparte? "Que lutaram e foram feridos, podem testemunhar com segurança; e provavelmente não menos firmemente acreditam no que lhes foi dito a respeito da causa pela qual lutaram... Mas desafio qualquer um deles a se apresentar e declarar, por conhecimento próprio, qual foi a causa pela qual lutou, sob cujos comandos agiram os generais opostos e se a pessoa que emitiu esses comandos realmente realizou as poderosas façanhas de que nos falam" (p. 17).

3. Hume também nos adverte cuidadosamente para desconfiarmos daqueles que testemunham com paixão e exagero, pois quanto mais maravilhosa sua narrativa se torna, menos provável é que tais testemunhas oculares sejam consideradas verazes. Mas como se lê a narrativa de Napoleão? Grandes exércitos, totais vitórias, espantosas reviravoltas, surpreendentes geadas, fugas por um triz e completa sujeição de exércitos inteiros em um piscar de olhos. Nada nos anais da história militar pode competir com essa fábula. Napoleão obteve o controle sobre a Alemanha, por exemplo, enquanto esta era orgulhosa, rica e poderosa, uma façanha que os poderosos romanos no apogeu de seu poder, durante uma luta de muitos séculos, não conseguiram realizar contra o povo ignorante e

semiselvagem que então habitava a Alemanha. “Alguém acredita em tudo isso e, ainda assim, recusa-se a acreditar em um milagre? Ou melhor, o que é isso senão um milagre” (p. 21)?

Que razão suficiente existe para uma série de eventos ocorridos nos séculos XVIII e XIX, que nunca antes haviam ocorrido? Estava a Europa naquele período particularmente fraca, e em estado de barbárie, a ponto de um único homem poder alcançar tais conquistas e adquirir um império tão vasto? Pelo contrário, ela florescia no auge da força e da civilização. Pode o apego perseverante e a devoção cega dos franceses a esse homem ser explicados pelo fato de ele ser descendente de uma longa linhagem de reis, cuja raça era consagrada por veneração hereditária? Não; dizem-nos que ele era um usurpador de origem humilde, e nem mesmo francês! Será que ele era um soberano bom e bondoso? Ele é representado não apenas como um déspota imperioso e sem remorsos, mas como alguém totalmente descuidado com a vida de seus soldados. Poderiam o exército e o povo francês ter deixado de ouvir dos miseráveis sobreviventes de sua suposta expedição russa, como haviam deixado os cadáveres de mais de 100.000 de seus companheiros branqueando nas nevascas daquele país lúgubre, para onde sua ambição louca os conduzira, e onde sua covardia egoísta os abandonara? Onde quer que nos voltemos para buscar circunstâncias que possam ajudar a explicar os eventos desta história incrível, deparamo-nos apenas com aquelas que agravam a sua improbabilidade (p. 23).

4. Se o espírito da religião se une ao amor pelo maravilhoso, diz Hume, então chega ao fim o bom senso. Mas "não é

apenas possível que, durante a fúria pelas palavras de derivação grega, o título de 'Napoleão', que significa 'Leão da floresta', possa ter sido conferido pela voz popular a mais de um general favorito, distinguido por valor irresistível? Não é também possível que 'Buonaparte' possa ter sido originalmente uma espécie de gíria aplicada à 'boa parte' do exército francês, coletivamente, e ter sido posteriormente confundido com o nome próprio de um indivíduo" (p. 32)? Não é desarrazoado supor, então, que os documentos de Napoleão não passam de uma corporificação do impulso europeu por perfeição mitológica naqueles que lideram a nação em combate marcial. Podemos concluir, assim, que os relatos sobre a existência de Napoleão são confusos demais, contraditórios demais e documentados de maneira frágil demais para serem afirmados como verdadeiros por um homem racional.

Enfim! Quando a verificação científica real deste fabuloso Napoleão está prestes a ser organizada, a notícia nos chega de que o homem está morto! Ora, que maneira mais artificial, porém eficaz, poderia ser concebida para ocultar a fabricação de toda a história do que destruir o fantasma? Tudo o que temos agora é um túmulo!

Não precisamos ir mais longe para mostrar que os cânones de Hume são, primeiro, escolhidos arbitrariamente por uma mente preconceituosa como artifícios para desacreditar as Escrituras cristãs, em vez de regras pensadas seriamente para historiadores seguirem ao peneirar e filtrar os registros do passado; e, segundo, que os dados históricos podem ser reconstruídos e verificados, não por demonstração formal que produza completa segurança racional, mas, antes, pela probabilidade através da coerência sistemática.

Apelo, portanto, àqueles que se declaram defensores da livre investigação — que desdenham ser levados pela

corrente da opinião popular e que não dão ouvidos a nenhum testemunho que contrarie a experiência — para que sigam seus próprios princípios de forma justa e consistente. Que o mesmo modo de argumentação seja adotado em todos os casos. ... Se eles já rejeitaram algumas histórias sob o argumento de serem estranhas e maravilhosas — de relatarem fatos sem precedentes e em desacordo com o curso estabelecido da natureza — que não deem crédito a outra história que está sujeita às mesmas objeções: o conto extraordinário e romântico que acabamos de considerar. Se desacreditaram o testemunho de testemunhas que se dizem pelo menos desinteressadas e que enfrentaram perseguições e a morte em apoio às suas afirmações, podem esses filósofos coerentemente ouvir e acreditar no testemunho daqueles que confessadamente ganham dinheiro com os contos que publicam e que nem sequer fingem incorrer em qualquer risco sério no caso de serem pegos em uma falsidade? Se em outros casos recusaram-se a ouvir um relato que passou por muitas mãos intermediárias antes de chegar até eles, e que é defendido por aqueles que têm interesse em mantê-lo; considerem por quantas e quão muito suspeitas mãos esta história chegou até eles, sem a possibilidade de rastreá-la de volta a qualquer fonte decididamente autêntica, afinal. . . . Mas se ainda estão presos à crença popular neste ponto, que sejam coerentes o suficiente para admitir a mesma evidência em outros casos à qual cedem neste. Se, após tudo o que foi dito, não conseguem duvidar da existência de Napoleão Bonaparte, devem pelo menos reconhecer que não aplicam a essa questão o mesmo plano de raciocínio de que se valeram em outras; e são, consequentemente, obrigados pela razão e pela honestidade a renunciar a ele por completo (pp. 33-35).

II. Qual é o Propósito dos Milagres?

Antes de passarmos ao nosso próximo estudo, a atitude cristã em relação ao mal, devemos responder a uma pergunta que assumimos como evidente até agora, mas que pode não estar perfeitamente clara para todos os nossos leitores. É a pergunta: Qual é, afinal, o propósito de todos os milagres? Por que não somos capazes de construir uma filosofia de vida sem trazê-los para o panorama geral? O cristão sugere as seguintes razões para apoiar a necessidade de milagres em uma Weltanschauung ('cosmovisão').

A. O Valor Teórico dos Milagres

1. Primeiro, os milagres são uma sine qua non ('condição indispensável') para a revelação especial. Precisamos da revelação especial para completar nossa visão de Deus e do homem, mas como reconheceremos essa revelação quando ela surgir? Bem, uma maneira, pelo menos, é exigir daquele que traz a revelação provas de que ele realmente vem de Deus. Deus é o Todo-Poderoso e, visto que Ele governa o céu e a terra, podemos razoavelmente esperar algumas evidências desse poder quando Ele entra em contato com a história na entrega de uma revelação. Assim, Faraó ordenou a Moisés que "fizesse um prodígio" como prova de que ele era de Jeová (Êxodo 7:9), e os fariseus solicitaram a Cristo: "Mestre, queremos ver de ti algum sinal" (Mateus 12:38), como prova de que ele era alguém enviado por Deus. Essas exigências eram perfeitamente cabíveis, pois "a credulidade é um pecado tão real, senão maior, quanto a incredulidade."[3] Quando alguém se apresenta afirmando ser de Deus, é certamente dever do homem exigir uma prova de que isso é verdade.

Cristo aprovou a justa exigência por sinais ao responder aos discípulos de João quando estes perguntaram se Ele era Aquele que esperavam, dizendo: "Ide e anunciais a João o

que ouvis e vedes: os cegos vêem, e os coxos andam; os leprosos são purificados, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciada a boa nova" (Mateus 11:4-5). Esta é a primeira razão pela qual uma cosmovisão precisa de milagres. Sem a revelação especial, não podemos encontrar uma solução filosófica para o enigma da realidade; mas sem milagres não podemos ter certeza de que aquele que traz uma revelação realmente vem de Deus. Assim como Cristo garantiu às multidões: "as próprias obras que eu faço dão testemunho de que o Pai me enviou" (João 5:36), também nós temos a garantia nesta era de que a Bíblia pode fazer uma afirmação verídica de ser de Deus, pois ela possui as marcas da divindade, os milagres .

2. Em segundo lugar, os milagres são sine qua non para reconhecer o nosso Salvador. No primeiro capítulo, mostramos que a primeira coisa que o homem deseja é a felicidade, e que o primeiro ingrediente para a cura da tristeza da alma, a fim de lhe dar essa felicidade, é o estabelecimento de uma esperança racional para a imortalidade pessoal. Mais tarde, concluímos que, visto que estamos confinados ao processo da história, um Salvador fora desse fluxo deve intervir e nos salvar, ou pereceremos como os animais, sem esperança. O Salvador que está qualificado para nos conduzir à felicidade eterna deve ser distinguido dos pseudolibertadores por duas características. Primeiro, Ele deve saber exatamente o que queremos quando buscamos a bem-aventurança eterna. Esperaremos que Ele tenha tal discernimento sobre o dilema humano fundamental que possa pegar todos os nossos gemidos desconexos e moldá-los em um padrão bem organizado de desejo. Segundo, um Salvador deve estar intimamente relacionado com o Todo-Poderoso. Para que se possa confiar Nele para direcionar não apenas o céu e a terra, mas também o destino eterno da realidade para a nossa felicidade, buscaremos com razão manifestações atuais de

tal poder como amostras proféticas do estado de felicidade pelo qual gememos e que Ele é capaz de garantir-nos de modo infalível. Não é bastante

que alguém simplesmente faça promessas; ele deve mostrar por alguma prova palpável que pode cumpri-las. Assim como o músico deve dar uma amostra de sua música e o poeta de sua poesia, o Salvador deve nos mostrar amostras de poder para provar que Ele pode realmente salvar. Essas amostras são os milagres.

Os milagres que o Salvador realizou são provas-sinais de “o que nenhum olho viu, nem ouvido ouviu, nem o coração do homem concebeu, o que Deus preparou para aqueles que o amam” (I Coríntios 2:9). Os milagres são penhores e amostras de poder, frutos antecipados de nossa felicidade futura. Em cada um deles, “a palavra da salvação está incorporada em um ato de salvação.”[4] Quais são as coisas na vida que nos impedem de encontrar a felicidade perfeita? Elas são os frutos do pecado: doença, pobreza, fome e morte. Devemos esperar que um Salvador de nossas misérias seja capaz de destruir estas, especialmente o pecado e a morte. Os milagres são evidências de que o Salvador que os realiza está metafisicamente alinhado a uma cosmovisão que abre espaço para nossa felicidade eterna. Assim, ao curar os enfermos, restaurar as forças dos necessitados, alimentar as multidões e ressuscitar os mortos, Jesus Cristo forneceu todos aqueles emblemas de poder de que precisamos para confiavelmente confiarmos Nele como o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (João 1:29). “Somente quando vistos sob esta luz é que eles (os milagres) aparecem não meramente como exemplos ilustrativos de Seu poder, mas também como manifestações gloriosas de Seu santo amor.”[5]

B. O Valor Prático dos Milagres

1. Primeiro, visto que somos continuamente letárgicos, estúpidos e embotados por natureza, a nossa contemplação diária das glórias dos lírios que superam a glória de Salomão falha em nos conduzir ao arrependimento. Portanto, Deus, em Sua graça, encarregou a história de manifestações extraordinárias de Seu poder e força para nos tirar de nossa estultícia e negligência, a fim de nos conduzir a um conhecimento mais indubitável de Si mesmo. Essa condescendência com a fraqueza humana é uma demonstração adicional da beneficência e da longanimidade de Deus para com os vasos de ira preparados para a perdição. A perfeição da rosa é perfeitamente suficiente para conduzir o homem a Deus, mas Deus, vendo nossa propensão natural para o maravilhoso, o extraordinário e o distante, interferiu na regularidade de Sua atuação na história e pontilhou a natureza com sinais, maravilhas e poderosos atos para capturar a imaginação do homem e chamá-lo a refletir sobre o estado do universo. Quando Jesus ressuscitou os mortos, expulsou demônios e restaurou a saúde dos leprosos, portanto, toda a cidade foi atrás Dele. Em vez de levar os homens à arrogância, os milagres de Cristo devem nos conduzir ao arrependimento, pois são

uma prova luminosa, como um letreiro de neon, de que Deus existe.

2. Em segundo lugar, a realização de milagres pelo Salvador do mundo tem o resultado de forçar os homens a um julgamento imediato acerca do supremo termo lógico, Deus. Embora a providência ordinária de Deus seja suficiente para dividir os homens em partidos de acordo com a sinceridade do seu amor por Deus, os milagres aceleram o processo ao colocar o coração do homem imediatamente em confronto direto com o coração de Deus. Visto que tanto o verdadeiro Salvador quanto um pseudossalvador recorrem à conveniência da realização de milagres, a decisão entre esses realizadores de prodígios deve ser feita de acordo com o que o coração do receptor ama. “Um milagre não prova a verdade de uma doutrina, ou a missão divina dAquele que o realiza. Aquilo que sozinho ele reivindica para ele a princípio é o direito de ser ouvido: ele o coloca na alternativa de ser do céu ou do inferno.”[6]

Ao decidir entre realizadores de milagres, a condição cardíaca antecedente do observador determina se ele amará ou abominará Aquele que realiza os sinais. Um homem segue aquele que profere palavras mais conformes às principais pressuposições de sua cosmovisão. “A vinda do perverso segundo a atuação de Satanás será com todo poder, e com falsos sinais e prodígios, e com todo engano de injustiça para os que perecem, porque não receberam o amor da verdade para serem salvos” (2 Tessalonicenses 2:9-10). Assim, Jesus, quando estava prestes a ser apedrejado pelos judeus, disse: “Eu vim em nome de meu Pai, e não me recebeis; se outro vier em seu próprio nome, a esse recebereis” (João

5:43). Isso está em harmonia com a nossa suspeita de que a razão pela qual os homens rejeitam a veracidade dos milagres de Cristo é mais moral do que científica.

C. Os Milagres Ainda Acontecem Hoje?

Sempre que os cristãos se reúnem para discutir milagres, surge imediatamente a questão candente de saber se podemos ou não esperar a continuação dos milagres em nossos dias; uma questão que, como se pode ver, possui implicações tanto práticas quanto abstratas — prática, no sentido de que alguns podem se perguntar se Deus ainda curará seus corpos pela fé, e abstrata, no sentido de que a continuidade ou descontinuidade dos milagres refletirá seriamente sobre a teologia de alguém como um todo.

A decisão mais segura a ser tomada é dividir a questão, assumindo o término do dom de operar milagres , por um lado, enquanto permanecemos seguros de que Deus continua a realizar maravilhas por nós, por outro.

O dom cessou porque o cânon das Escrituras está fechado. "Visto que Deus projetou este livro para ser a única revelação sobrenatural ao homem, e visto que os milagres são necessários meramente para autenticar tal revelação, não tem havido necessidade de intervenção especial desde que o cânon das Escrituras se tornou completo."[7]

O dom de operar milagres entre os apóstolos tinha vários propósitos: (a) exibir uma validação da revelação que foi trazida; (b) dar poder e força à igreja primitiva enquanto ela lutava por sua vida contra o mundo pagão; (c) atrair multidões para ouvir o evangelho, como um acordeão em uma reunião de rua.

Para que não resulte uma confusão desnecessária, é imensamente importante que se compreenda o verdadeiro significado do dom de operar milagres. Quando alguém é dotado com o poder de operar milagres (tal como ressuscitar os mortos), ele realiza essas maravilhas de acordo com seu próprio discernimento pessoal e por um poder que, por meio de Deus, reside dentro dele . Sua operação de milagres é sistemática, casual e certa. Quando Paulo curou Êutico (At 20:9 e segs.), ele o precedeu sem nenhum ritual emocional extravagante; por poderes que residiam nele, ele se inclinou e devolveu a vida.

Nenhum momento exato pode ser estabelecido para o término do dom de operar milagres. Sabemos pela primeira carta de Paulo à igreja de Corinto que os vários dons já estavam entrando em declínio e corrupção (I Co 14). Justino Mártir menciona que os dons continuaram por pelo menos cinquenta anos após a morte do evangelista João. Aparentemente, a operação de milagres foi diminuindo gradualmente durante uma "zona crepuscular" indefinida, à medida que a igreja completava sua transição da liderança dos apóstolos vivos para a autoridade das palavras dos apóstolos na Bíblia.[8]

Mas seria um erro concluir dessa admissão que Deus cessou de realizar maravilhas em favor daqueles que crêem. Isso seria repugnante ao espírito da Escri tura. É a firme confiança de todo cristão consistente de que a oração muda as coisas. Conforme é a força da nossa fé, assim é a poderosa atuação de Deus. As causas segundas são dirigidas por Deus para o nosso benefício, como quando um corpo é curado ou uma seca é levada a um fim inesperado. Mas note: esses atos não são o resultado do dom de operar milagres. O missionário que expulsa um demônio não apela a poderes inerentes a si mesmo. Ele ora a Deus, e Deus expulsa o demônio.

Por uma questão de precisão, portanto, deve-se ter muito cuidado ao definir um milagre. Aparentemente, Deus prodigalizou um poder à igreja apostólica que Ele agora distribui parcimoniosamente àqueles que vivem no Espírito Santo. A Bíblia parece sugerir que a única pessoa que terá o dom de operar milagres nestes últimos dias é o diabo. (II Tess. 2:9-10.)

III. Dificuldades Finais

A. Tudo é um Milagre

Toda a realidade é motivo de espanto; com que justificativa, então, segregamos arbitrariamente algumas dessas maravilhas e as rotulamos de 'milagres'? De fato, tudo é motivo de espanto, mas um milagre é uma maravilha espantosa, tanto por ser realizada por um uso extraordinário de meios secundários, como na ressurreição dos mortos, quanto também porque sua missão peculiar é despertar os homens para ouvir e abraçar uma mensagem de Deus. Todo o uso regular que Deus faz dos meios secundários é de fato misterioso, mas um sinal verdadeiramente maravilhoso deve ser infrequente e irregular, caso contrário falhará em sua missão de nos despertar.

B. E quanto aos Falsos Milagres?

Visto que muitos outros líderes religiosos reivindicaram o poder de operar milagres, como a autoridade de Cristo é maior do que a deles? Esses milagres, se forem reais, falham em sinalizar e selar a verdade e, portanto, são falsos sinais e enganam a muitos. A autoridade de Cristo é estabelecida no fato de que o que Ele diz forma um sistema de pensamento que é horizontalmente coerente consigo mesmo e que se ajusta verticalmente aos fatos.

C. Coloca o Cristianismo à Mercê do Método Científico

Se definirmos nossos milagres como parte da ordem natural, o cientista simplesmente ampliará as fronteiras de suas leis naturais para incluir esses eventos extraordinários e, ao fazê-lo, descartará o cristianismo. Pelo contrário, a menos que os milagres façam parte da natureza, o cientista não tem obrigação de explicá-los, pois, nesse caso, são incognoscíveis. Ao definir os milagres como efeitos de causas secundárias específicas, o cientista deve explicá-los. E, quando o fizer, descobrirá que a explicação deles requer ou não o cristianismo. Em ambos os casos, um serviço é prestado. Se o cristianismo não for necessário para explicar a ressurreição de Cristo, que seja abandonado; e se for, então que o cientista se arrependa de seus pecados e creia. “Tragam as suas testemunhas para que se possam justificar, ouçam e digam: É a verdade” (Isaías 43:9).

Tendo trazido nosso estudo até este ponto, não ousamos concluí-lo sem relacionar a mensagem que o Salvador sela em Sua revelação a um dos mais difíceis, um dos mais urgentes problemas com os quais a humanidade tem lutado desde a sua criação. Referimo-nos à questão espinhosa, o problema do mal. Vejamos se a lógica do cristianismo conservador pode resistir aqui.

Notas

1. Inquiry , **Section X, Part I.**

2. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.), p. 478.

3. Trench, Notes on the Miracles of Our Lord, p. 20.

4. Trench, op. cit., p. 24.

5. Trench, ibid.

6. Trench, op. cit., p. 19.

7. Burtt, Types of Religious Philosophy, p. 150. “O cânon da revelação está fechado; não há mais nada a ser adicionado; Deus não dá uma nova revelação, mas ele sela a antiga. Quando ela foi esquecida e deixada na câmara empoeirada de nossa memória, ele a busca e limpa a imagem, mas não pinta uma nova. Não há novas doutrinas, mas as antigas são frequentemente revividas. Não é, eu digo, por qualquer nova revelação que o Espírito consola. Ele o faz contando-nos as velhas coisas de novo; ele traz uma lâmpada fresca para manifestar os tesouros escondidos na Escritura; ele destrava o cofre forte em que a verdade jaz há muito tempo, e aponta para câmaras secretas cheias de riquezas incontáveis, mas ele não cunha mais nada, pois o suficiente já foi feito. Crente! Há o suficiente na Bíblia para você viver para sempre. Se você ultrapassasse os anos de Matusalém, não haveria necessidade de uma nova revelação; se você vivesse até que Cristo viesse à terra, não haveria necessidade da adição de uma única palavra; se você descesse tão fundo quanto Jonas, ou mesmo descesse como Davi disse que desceu, ao ventre do inferno, ainda assim haveria o suficiente na Bíblia para te consolar sem uma frase suplementar.” Spurgeon, Gems, pp. 61-62.

8. Alguns podem ficar desapontados por não cumprirmos aqui efetivamente a nossa reivindicação de que os milagres de Cristo podem ser estabelecidos por um estudo da história, mas, obviamente, em um volume sobre apologética é impossível abranger toda a gama de evidências cristãs. O leitor terá de levar esta estrutura filosófica para aqueles volumes que foram escritos para mostrar a veracidade dos milagres, tais como o de Machen The Virgin Birth of Christ. O propósito do apologeta não é listar os dados da história que estabelecem os milagres, mas, antes, estabelecer um direito logicamente defendido para o historiador e o arqueólogo entrarem em ação. Há pouca virtude em revolver terra para localizar evidências da ressurreição de

Cristo se Hume teve sucesso a priori em demonstrar que os milagres não podem ter acontecido de forma alguma. A filosofia apenas prova que eles podem acontecer; o historiador deve mostrar que eles realmente aconteceram.

Capítulo XVI

O Problema do Mal

Toda disciplina, com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza. — Epístola aos Hebreus

Um dos meios mais fáceis e ao mesmo tempo mais seguros de testar a lealdade de um homem à fé cristã é colocar-lhe uma pergunta: Qual é a relação entre Deus e o processo da história? Ele afirmará que o Todo-Poderoso originalmente criou o mundo do nada por poder livre e soberano, e presentemente decreta o movimento da história segundo os conselhos de Sua própria vontade — tanto para manifestar majestosamente Sua infinita perfeição e glória, quanto para conduzir muitos filhos à salvação por meio da graça gratuita merecida pela obra redentora de Seu amado Filho, Jesus Cristo —, ou não o fará. Não há tertium quid ('um terceiro termo'). Ou se preserva a liberdade de Deus em todos os pontos, ou ela se perde em cada ponto, pois um Deus que não é absolutamente soberano sobre a história não é soberano em Si mesmo. Quanto ao cristão, ele está bastante satisfeito em ter um Deus absolutamente soberano tanto em poder quanto em bondade, um Deus que fez o universo por meio da liberdade de Sua própria vontade. O cristão ensina que não houve absolutamente nenhuma necessidade antecedente, seja de dentro ou de fora de Deus, lógica ou material, que provocasse o ato divino da criação ex nihilo ('do nada'). “Porventura não és tu nosso Deus nos céus? e não és tu o dominador sobre todos os reinos dos gentios? e na tua mão há força e potência, e não há quem possa a ti resistir” (II Crônicas 20:6).

No que diz respeito ao não cristão, no entanto, a doutrina da soberania de Deus explode na cara da gente quando levada às suas conclusões lógicas. Se Deus é o Autor de tudo , então Ele pode legitimamente ser chamado a prestar contas pelo arranjo atual das coisas, pois o universo parece transbordar em alguns pontos de má gestão e incompetência. "Confesso que, embora eu acredite que o cosmos seja um todo e aja como um todo através da multiplicidade de histórias, não compreendo que tipo de todo ele é. É verdade que uma árvore deve ser conhecida pelo seu fruto. Mas qual é o fruto? Gosto de me deter na criação da beleza e da ordem. E há alguma beleza e ordem. Mas e quanto à desordem? Talvez a cegueira e o acaso façam parte da evolução da ordem. Mas há tanta desordem e sofrimento que parecem não levar a lugar nenhum."[1] É possível que um Deus infinitamente bom e poderoso tenha criado este universo? Tradicionalmente, a tarefa de relacionar um universo com o mal nele contido ao Autor do universo, que supostamente não tem nada além do bem nEle, é conhecida como o problema do mal. Manter-nos-emos fiéis a essa formulação da dificuldade.

I. A Natureza Geral do Problema

Epicuro, Lactâncio e outros nos legaram o que provavelmente é a formulação mais concisa do problema do mal já concebida. Ou Deus quer prevenir o mal e não pode fazê-lo; ou Ele pode fazê-lo e não quer; ou Ele nem quer nem pode fazê-lo; ou Ele quer e pode fazê-lo. Se Ele tem o desejo sem o poder, Ele é impotente; se Ele pode, mas não tem o desejo, Ele possui uma malícia que não podemos atribuir-Lhe; se Ele não tem nem o poder nem o desejo, Ele é tanto impotente quanto mau e, consequentemente, não é Deus; se Ele tem o desejo e o poder, de onde então vem o mal, ou por que Ele não o previne? Esta declaração contém todos os ingredientes do problema, e podemos ver a partir

dela a direção para a qual parecemos ser logicamente impelidos. O cristão ensina que Deus é sumamente bom e todo-poderoso, contudo, os fatos empiricamente observáveis parecem ser por demais ateológicos no pouco e no muito para suportar o peso desta hipótese. É lógico crer que Deus é soberano tanto em bondade quanto em poder, quando o universo é de tal caráter que o justo sofre enquanto o perverso prospera? quando o raio, enviado por Deus, parece deliberadamente errar o pecador, mas atinge o santo em oração? Mas o que diremos? Se ensinamos que Deus não é bom, tornamo-Lo indistinguível do diabo; e se dizemos que Ele não é onipotente, pode ser que Ele já não seja Deus. Em todo caso, vivemos em um universo onde "as partes orgânicas de uma pulga são maravilhosamente ajustadas e estruturadas, enquanto a vida humana é cercada e tornada inquieta pela inconsistência de incontáveis desordens",[2]

A primeira tentação é dizer que o problema é um mistério e, portanto, passar para outra questão; mas não podemos fazê-lo por dois motivos. Primeiro, já limitamos a fé ao supô-la como um repouso da mente na suficiência da evidência, e não podemos recuar neste ponto em nossa hipótese de que o cristianismo é sistematicamente consistente. Segundo, o leitor, sem dúvida, tem esperado pacientemente que o

problema do mal surja no livro, para ver como o resolveríamos. Portanto, não seria justo desapontá-lo. Os homens de antigamente, talvez, tenham se contentado em confessar que o mistério do mal é inexplicável e não deve ser investigado, mas não é assim com o homem moderno. Os homens “pensarão sobre aqueles problemas profundos que estão na raiz da crença religiosa — sobre a natureza de Deus, Seu caráter, Suas relações com o mundo e com os homens, o pecado, os meios de libertação dele, o fim para o qual todas as coisas estão caminhando —, e se o cristianismo não lhes der uma resposta adequada aos seus estados de ânimo mais profundos e reflexivos, eles simplesmente o colocarão de lado como inadequado para suas necessidades.”[3] Ao contrário do camponês medieval, o pensador contemporâneo tem prazer em levantar e insistir em todas as questões que dizem respeito de qualquer maneira remota à natureza e ao destino do homem.

Embora alguns exacerbem o problema do mal além dos limites racionais ao sentimentalizarem a dor da existência toda vez que veem um tordo ambicioso retirando uma minhoca recalcitrante do solo úmido, em suma, o homem moderno está engajado em um cálculo sóbrio sobre o assunto do mal. Por meio do aumento de nosso conhecimento técnico, tornamo-nos ainda mais sensíveis à maneira organizada pela qual a natureza parece pronta para esmagar toda a existência humana. Quanto maior o nosso conhecimento do universo físico, mais claramente parece que o homem

ocupa um lugar irrelevante; quanto maior o nosso controle de uma doença, mais misteriosas duas outras se tornam.

Essas consciências, juntamente com a orgia de duas Guerras Mundiais, forçaram os modernistas a descartar dois preceitos fundamentais de sua fé: as doutrinas da bondade inerente do homem e a inevitabilidade do progresso. Enquanto o homem parecia estar melhorando cada vez mais, era perfeitamente aceitável supor que o mal nele era simplesmente uma preguiça residual que ele havia trazido de sua ancestralidade bruta; mas hoje vê-se que o homem está piorando cada vez mais. Com as coisas se encaminhando para uma Terceira Guerra Mundial, apenas os cegos podem dizer que o mal na natureza interior do homem é explicado pelos argumentos frágeis do liberalismo e seu otimismo metafísico. O mesmo se aplica à convicção de que o homem está destinado a um crescimento e progresso automáticos. As coisas não funcionaram de acordo com os planos, pois, embora o homem tenha continuado a aumentar seu conhecimento tecnológico, ele está moralmente regredindo ao monstro. O mal está escrito de forma tão evidente tanto no coração do homem quanto na natureza, que até a própria história humana traz em si os elementos de sua própria destruição.

Essa insatisfação com o liberalismo e seu otimismo tênue, conforme demonstrado pelo surgimento contemporâneo do realismo, é sintomática, em um sentido muito real, de um retorno àquela teologia da depravação total que o cristianismo conservador sempre postulou como um elemento integral em sua cosmovisão. No entanto, de outro ponto de vista, quanto mais vívido se torna o problema do mal, mais algumas mentes se convencem de que a doutrina cristã da soberania é a solução menos provável para o

enigma do universo. "No Antigo Testamento, pelo menos nas partes mais antigas dele, o poder de Deus é exaltado em detrimento de sua bondade. Pois é simplesmente impossível, por qualquer padrão humano e dentro de qualquer significado inteligível das palavras, considerar Javé como totalmente bom. Sua crueldade é notória e sua caprichosidade é a de um déspota oriental."[4] O homem moderno concorda com o julgamento do cristianismo de que há um problema do mal, mas rejeita o que este último propõe como solução para esse problema. Um Deus infinitamente poderoso e bom não pode ser o Autor da natureza em todas as suas partes, pois, "em pura verdade, quase todas as coisas pelas quais os homens são enforcados ou presos por fazerem uns aos outros são as realizações cotidianas da natureza."[5]

II. A Natureza do Mal

O mal é tudo aquilo que frustra os valores humanos. Basicamente, existem dois tipos de mal, o natural e o moral. Vamos examinar cada um deles sucessivamente. O mal natural inclui todas aquelas frustrações dos valores humanos perpetradas, não pela agência livre do homem, mas pelos elementos naturais do universo, tais como a fúria do furacão e a devastação do parasita. Salmista, filósofo e poeta unem-se para lamentar os destinos curiosos que são moldados pela natureza para o homem. O interesse de Asafe concentra-se não tanto no horrível, no cego e no mutilado, que brotam diariamente do ventre do tempo, mas, antes, no fato de que a natureza parece escolher os favoritos errados; visto que, enquanto elogiamos o bem e punimos o mal, a natureza negligencia os justos e prodigaliza suas dádivas aos ímpios.

> Pois eu tinha inveja dos arrogantes,

Quando vi a prosperidade dos ímpios.

Pois não há dores na morte deles;

Mas a sua força é firme.

Eles não estão em dificuldade como os outros homens;

Nem são afligidos como os outros homens.[6]

Deus não é injusto em Seus tratos? A isso o filósofo acrescenta o fogo de uma retórica cintilante: “Matar, o ato mais criminoso reconhecido pelas leis humanas. A natureza faz isso uma vez a todo ser que vive; e em uma grande proporção de casos, após torturas prolongadas como apenas os maiores monstros de que lemos jamais infligiram propositadamente aos seus semelhantes vivos... a natureza impala os homens, quebra-os como se na roda, joga-os para serem devorados por feras selvagens, queima-os até a morte, esmaga-os com pedras como o primeiro mártir cristão, starve-os com a fome, congela-os com o frio... Tudo isso a natureza faz com o mais desdenhoso desrespeito tanto pela misericórdia quanto pela justiça, esvaziando suas flechas sobre os melhores e mais nobres indiferentemente com os mais vis e piores.” [7] E quem pode deixar de sentir a flecha picante do poeta?

. . 'A Terra, dizes tu? A raça humana?

Por Mim criada? Triste a sua sorte?

Não: não tenho lembrança de tal lugar:

Tal mundo eu não criei.'—

Agradeceríamos à morte se ela decepasse os inúteis que vivem como parasitas sobre a rica força da terra, mas tal seleção cuidadosa de vítimas está totalmente ausente. 'Ó, fica, fica; poupa os justos, Morte, e leva os maus! Mas não, isso não pode ser; a morte vem e golpeia os melhores de todos nós; o mais generoso, o mais piedoso, o mais santo, o mais dedicado deve morrer.'[8] A razão evidente pela qual o mal natural é um problema peculiarmente cristão é que o cristianismo ensina não apenas que toda a natureza foi originalmente criada pelo Todo-Poderoso e por Ele declarada boa, mas também que o movimento presente de todas as coisas é guiado e guardado pelo olhar muito atento Daquele 'que realiza todas as coisas segundo o conselho da sua vontade' (Efésios 1:11). Nossos filhos saem para o quintal e cortam os pés em cacos de vidro, não porque previmos o vidro e permitimos o ferimento, mas sim porque, sendo finitos em poder, não o previmos. Mas com Deus, todas as coisas estão abertas e aparentes. Esse é o problema. Pode o cristianismo caminhar pelos corredores lotados de um hospital infantil ou tropeçar nos escombros deixados pela força devastadora de um furacão, sem sentir a força das palavras de Jó? 'Certamente eu falaria ao Todo-Poderoso, e desejaría argumentar com Deus' (Jó 13:3).

O mal moral inclui todas aquelas frustrações dos valores humanos que são perpetradas, não pelos elementos naturais do universo, mas pela livre agência do homem. Os males mentais são piores do que os físicos, embora talvez não sejam tão imediatamente dolorosos; pois, embora alguém possa desviar-se do caminho de um furacão iminente, não pode escapar nem do julgamento da consciência interior nem do temor do curso das coisas exteriores. Quanto a este último temor, todas as nossas lutas, todas as nossas esperanças parecem destinadas à destruição, e “o que sucede aos filhos dos homens sucede

aos animais; o mesmo lhes sucede: como morre um, assim morre o outro, e todos têm o mesmo fôlego... todos são pó e todos ao pó tornarão" (Eclesiastes 3:19-20). A preocupação causa ansiedade, e a ansiedade traz medo e tribulação. Estes, quando frutificam, trazem os sofrimentos da insegurança, da neurose e da cobiça. "De onde vêm as guerras e de onde vêm as contendas entre vós? Porventura não vêm disto, dos vossos deleites, que guerreiam nos vossos membros? Cobiçais e não tendes; sois invejosos e anelais e não podeis alcançar; dais combate e fazeis guerras" (Tiago 4:1-2). A segurança do trabalho de um século é destroçada pelas ambições loucas de um ditador; as economias de aposentadoria dos idosos perdem-se numa depressão; e as instituições nas quais o homem recentemente depositou a sua fé entram em colapso.

O mal moral constitui um problema por esta razão. Apesar de o homem causar grande parte, senão todo, o mal moral, a questão é por que Deus, que poderia ter feito de outra maneira, nos fez de modo que somos vulneráveis às preocupações, angústias e medos? "Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe" (Salmo 51:5). Descartes observou sagazmente que uma prova de sua dependência de Deus era que, se ele tivesse feito Descartes, ele teria feito um trabalho diferente. Mas por que Deus não fez esse trabalho conosco desde o princípio? Parecemos potencialmente capazes de desfrutar da felicidade — por que não o fazemos efetivamente ?

III. As Soluções Básicas para o Problema

Alguns recebem consolação psicológica ao meditar sobre aquelas considerações amenizadoras que reduzem as dimensões do problema do mal. Uma sugestão é que o problema é exagerado. "Eles pensam que todo o universo está desarranjado se algo lhes desagrada, apenas porque

essa coisa é magnificada em sua percepção."[9] Se alguém tem dor de cabeça, em outras palavras, o mundo inteiro lhe parece indigno. Outra é a noção de que a presença do mal é um estímulo para o bem. Sem tentação e perigo, toda a coragem e honra falhariam. Novamente, alguns dizem que o mal é um problema terreno. "Dize-me, Alcífron, argumentarias que um estado era mal administrado, ou julgarias os costumes de seus cidadãos pelos distúrbios cometidos na cadeia ou calabouço? . . . E, pelo que sabemos, este lugar, com os poucos pecadores nele, não suporta maior proporção para o universo de inteligências do que um calabouço para um reino."[10] Mas esses e outros paliativos semelhantes falham em acalmar nossa dor neste planeta. Enquanto houver uma pessoa cega, uma alma em miséria, um mal natural para frustrar nossa felicidade, o problema do mal é tão agudo quanto se houvesse um bilhão de vezes mais mal presente. Se uma pessoa justa sofre, quando Deus tem o poder de impedi-lo e não o faz, o peso do problema está totalmente sobre nós. A quantidade de mal é uma contribuição irrelevante para a nossa discussão. Assim, não resta nada a fazer, agora que rejeitamos a sugestão de que o problema é insolúvel, senão pegar o touro a dentes e buscar uma solução direta. Se formos empalhados em um dos chifres, que esse destino seja o nosso. Se não houver evidência racionalmente verificável para a doutrina cristã da relação entre Deus e a história, que a fé seja abandonada; a fé só pode descansar sobre a verdade.

A rigor, existem apenas três escolhas alternativas que alguém pode fazer assim que conclui que há um problema do mal que precisa ser enfrentado. As três alternativas são, primeiro, eliminar o mal negando sua verdadeira realidade, como no panteísmo.

Aqui, define-se Deus como tudo, e tudo como Deus; portanto, o mal deve ser uma ilusão. Chamemos o panteísmo, então, de a filosofia da ilusão. Segundo, pode-se dizer que o mal é real e Deus é real, e que ambos são princípios coeternos que sempre lutaram um contra o outro e continuarão a fazê-lo para sempre, como diz Platão. Nessa visão, Deus é finito, porque Ele foi impotente para impedir a entrada do mal, assim como é impotente para decretar a sua saída. Chamamos essa abordagem de pluralismo ou dualismo, pois ela sugere que há mais do que um princípio último na realidade. Terceiro, pode-se negar que o mal seja uma ilusão; pode-se rejeitar a noção de que Deus é finito; e pode-se propor que Deus soberanamente decretou o presente universo, permitindo voluntariamente a entrada do mal nele para cumprir aqueles propósitos que foram eleitos em Seus próprios conselhos, como no cristianismo. Esta visão é o teísmo, a filosofia que, ensinando que Deus é tanto

transcendente quanto imanente, declara que desde a eternidade havia apenas Deus e nenhum mal. Então, em uma criação boa, por um ato voluntário da criatura, o anjo e o homem trouxeram o pecado e o mal ao mundo. Para o cristão, portanto, todo o mal é pecado ou castigo pelo pecado. Estas são as três visões. Cada uma tem seus próprios problemas peculiares; é prerrogativa de um homem racional aceitar aquela que é acompanhada pelo menor número de problemas.

Ao examinar essas visões, há pelo menos cem abordagens que poderíamos adotar. Para simplificar as coisas, portanto, cingirermo-nos à questão restrita da capacidade de cada uma de eliminar o mal de modo que o homem possa ter a imortalidade. A menos que o mal seja colocado onde Deus quer, não pode haver esperança de imortalidade, pois o mal pode nos surpreender e triunfar justamente no ponto em que nossa vida imortal está em jogo. Com essa limitação em mente, podemos ser breves em nossas observações.

A. Filosofias da Ilusão

Um exemplo de panteísmo é o culto religioso moderno, cuja teologia é quase superficial demais para merecer um lugar no texto, mas que, não obstante, desfruta de uma popularidade sem precedentes entre os ricos e a elite social de nossos dias: a Ciência Cristã. "Nada é real e eterno", diz

a fundadora, "nada é Espírito, senão Deus e Sua ideia. O mal não tem realidade. Não é pessoa, lugar nem coisa, mas simplesmente uma crença, uma ilusão do sentido material."[11] Se Deus é tudo, então, visto que Ele é Espírito, Verdade, Vida e Luz, todo o ser é Espírito, Verdade, Vida e Luz. Que lugar resta, então, para o mal? Apenas naquele ponto em que os homens se voltam para as ilusões do sentido mortal e postulam erroneamente o não-ser como desfrutando do ser; a postulação é errônea porque só Deus tem ser, e Deus é todo-bom. "Minha descoberta de que a mente errônea, mortal e mal-denominada mente produz todo o organismo e ação do corpo mortal, pôs meus pensamentos a trabalhar em novos canais e conduziu à minha demonstração da proposição de que a Mente é Tudo e a matéria é nada, como o fator principal na Ciência da Mente."[12] Dispensando a importantíssima questão de onde a Ciência Cristã encontra evidências para suas definições amplas e universais, uma vez que não são discerníveis nem na Bíblia nem na experiência, apontemos de passagem várias objeções superficiais a essa espécie de panteísmo.

Primeiro, se o mal, que é tão claro e evidente aos nossos sentidos, é uma ilusão, então os argumentos em Science and Health de Mary Baker Eddy, uma vez que são menos claros e evidentes aos nossos sentidos, são ainda mais uma ilusão. Podemos, portanto, descartar a Ciência Cristã, pois ela é uma ilusão. Deve alguém confiar nos relatos de seus olhos e ouvidos ao ler e ouvir os argumentos da Ciência Cristã, quando esses relatos sensoriais são desqualificados para transmitir dados tão patentes quanto a realidade empírica da dor e da morte? Certamente, se alguém não é capaz de confiar em seus sentidos para lhe dizer que a dor é real, não pode confiar em seus sentidos para lhe transmitir com precisão aquelas ondas sonoras e luminosas por meio das quais a própria Ciência Cristã é comunicada.

Segundo, simplesmente porque a realidade do mal é negada, o problema do mal não é assim resolvido, pois agora é preciso dar conta da realidade da ilusão. Se tudo é Deus e Deus é tudo, de onde, então, veio essa ilusão? Como ela se infiltrou no panorama de um panteísmo perfeito? Terceiro, ou esta ilusão é ontologicamente real, ou é apenas um fantasma da mente que não tem existência. Se o primeiro for verdadeiro, então a Ciência Cristã admite a realidade de um mal, o mal da ilusão; pois, seja ilusão ou não, qual é a diferença quando meu dedo é esmagado por um martelo? Quer vejamos apenas uma ilusão ao contemplar as mãos e os pés chagados de um leproso, quer vejamos a realidade em si, o pobre coitado sofre menos em qualquer um dos casos? Qual é a diferença entre a ilusão de ter uma perna amputada ou experimentar a coisa real? A ilusão deve ser real, pois duas coisas iguais a uma mesma coisa são iguais entre si. Se o segundo for verdadeiro, então, como aponta Trueblood, “se todo o mal, seja moral, natural ou intelectual, é verdadeiramente ilusório, somos deveras tolos em combatê-lo ; seria preferível em muito esquecê-lo ”.[13] Mas, visto que o Cientista Cristão persiste em enviar praticantes para curar essas ilusões, ele deve estar convicto de que estas últimas são reais; caso contrário, não estaríamos simplesmente lutando contra sombras? A Ciência Cristã, como todas as filosofias da ilusão, simplesmente muda o nome da entidade que lutamos para superar, de 'mal' para 'ilusão'; mas, como todos sabemos, uma rosa com qualquer outro nome—!

B. Filosofias do Pluralismo

Uma vez que o homem tem certeza de que o mal é real, mas que esse mal não deve ser confundido com o ser de Deus, ele é forçado a opor o mal a Deus, caso em que o problema toma um novo rumo; restando as alternativas de que Deus e o mal são princípios coeternos — solução

historicamente conhecida como dualismo —, ou de que Deus existiu antes e independentemente do mal, e atualmente governa sobre ele com poder soberano, como no Cristianismo. Tentemos demonstrar as inadequações do sistema do pluralismo antes de voltarmos nossa atenção para os problemas que o Cristianismo deve enfrentar.

As abordagens pluralistas assumiram muitas formas diferentes na história da filosofia, tais como a luta entre a luz e as trevas nos dualismos do zoroastrismo e do maniqueísmo, e a doutrina platônica da relutância do receptáculo espaço-temporal em ceder aos graciosos convites de Deus para que o Bem seja nele gravado com precisão. Para Platão, "Deus é amigo do homem e inimigo do mal. Visto que Deus é finito, o conflito com o mal é real. E visto que o receptáculo é imutável e atemporal, o conflito com o mal é eterno. Deus toma partido em uma batalha cujo desfecho não é uma vitória predeterminada para o seu lado."[14] Começamos a ver o problema que o pluralismo deve enfrentar. Se o conflito é eterno , que esperança há de um dia superar o mal, e que esperança há de imortalidade? Mas não antecipemos demais. Em vez disso, tomemos o melhor exemplo das filosofias pluralistas — a doutrina de que um Deus supremamente bom, porém de poder finito, está conscientemente lutando contra o mal para superá-lo e nos trazer a felicidade — e vejamos aonde isso nos conduz. Tentaremos demonstrar que essa formulação do problema acarreta maiores dificuldades do que o teísmo cristão.

A doutrina do Deus finito baseia-se na convicção empírica de que o mundo demonstra bondade suficiente para nos dar o direito de postular um Deus bom e infinito como seu Autor, mas que a preponderância do mal que observamos é um dado por demais evidente para garantir a convicção de que esse Deus postulado também é infinito em poder. Um Deus infinito tanto em bondade quanto em poder não

poderia ter permitido coisas na natureza como o nascimento de deficientes mentais e o massacre desordenado de inocentes por mal natural. Supostamente, pensa James, a única saída para a realidade tanto do bem quanto do mal em um universo pelo qual Deus é de alguma forma responsável é "ser francamente pluralista e assumir que a consciência sobre-humana, por mais vasta que possa ser, tem em si mesma um ambiente externo e, consequentemente, é finita."[15] "Acredito que o único Deus digno desse nome deve ser finito."[16] O Professor Brightman, um dos defensores contemporâneos mais proeminentes da proposição de que Deus é finito, resume para nós as reivindicações básicas da posição do finitista.[17] Não há necessidade de derivar postulados básicos da ignorância; os males irracionais não são atribuídos à vontade de Deus; a distinção eterna entre o bem e o mal é mantida; é um motivo inspirador para o esforço moral cooperativo; e o finitismo baseia-se no empirismo. Vamos examinar brevemente a posição.

1. Se quisermos ter imortalidade, devemos pelo menos ter a garantia de que Deus será capaz de controlar o mal no futuro; caso contrário, qual é o valor de lutar? E o finitista nos assegura que há evidências empíricas de que Deus está superando o mal. O surgimento da consciência humana, por exemplo, é uma pista sobre a direção para a qual a realidade está caminhando. Vamos primeiro desafiar a ideia de que, com base em evidências empíricas, podemos dizer que o mal pode ser superado; depois, retornar para mostrar que o mal não apenas pode não ser superado, mas que, nas premissas do finitista, não pode ser.

Visto que o finitista rejeitou a objetividade da Escritura que nos assegura que Deus é soberano tanto em bondade quanto em poder, ele fica restrito à experiência presente para obter informações sobre como a batalha entre o bem e

o mal está se desenrolando. O cristão tem a palavra profética segura para lhe assegurar que Deus triunfará no final, mas o finitista precisa manter um lápis e um bloco de notas à mão para somar as vitórias diárias; pois, sem esta palavra profética infalível, a convicção de que Deus está vencendo o mal é tão forte ou tão fraca quanto a evidência empírica sobre a qual se fundamenta. Agora, concedendo a proposição altamente discutível de que há mais bem no universo desde que o homem apareceu em cena do que havia antes, ainda assim, que garantia temos do amanhã ? Como podemos saber a partir deste ponto na história que Deus não pode desistir de todo o empreendimento, considerando-o uma causa perdida daqui a um mês? Até mesmo as rationes , às quais apelamos anteriormente, nos fornecem apenas um Deus que sustentou as rationes até o momento presente . Somente a Escritura, e não as rationes , nos convence de que Deus as sustentará amanhã. Sentimo-nos justificados, portanto, em reiterar a acusação de que, se Deus é de fato finito, e se o nosso conhecimento do Seu progresso está condicionado à experiência, então é empiricamente possível que Deus possa vir a se esgotar. A proposição ‘Um Deus finito pode vir a se esgotar’ não envolve nenhuma contradição lógica, visto que o esgotamento é um atributo possível de qualquer ser finito. Por que Deus estaria isento desta regra geral certamente não está claro a partir dos dados fornecidos no problema. Por estas razões, dizemos que um Deus finito pode nos desapontar, uma vez que nossa única evidência para refutar tal afirmação é a experiência dia a dia. Mas isto é insuficiente.

2. Vamos agora ir mais longe e sugerir uma razão pela qual pensamos que um Deus finito não pode ser considerado confiável para superar o mal e nos proporcionar a imortalidade. Visto que o mal é eterno, e visto que Deus sempre deve ter estado ativo na tentativa de controlá-lo,

pois Ele é infinitamente bom, podemos assumir com segurança que Deus tem se colocado na contenda com todo o Seu poder em cada ponto de toda a luta. Com tal exaustividade, o que pode inibir Deus de realizar o Seu alvo? Não a Si mesmo, pois Ele está fazendo tudo o que pode a cada momento. Então, outro? Mas qual outro? Oportunidade? Dificilmente, pois na eternidade Deus tem tido toda oportunidade. Então o próprio mal deve ser o culpado. Devemos assumir, portanto, ou que Deus não foi inibido, e o mal é presentemente controlado, ou que Ele tem sido, e o mal ainda O está frustrando. Se assumirmos a primeira alternativa, tanto o problema quanto esta solução se anulam; visto que a base para todo o nosso problema é que o mal está aqui e que ele deve ser eliminado com pressa. Do contrário, que sentido há em supor que existem irracionais na natureza, e que devemos cooperar com Deus em superar o mal? Se não há mal aqui que ainda não esteja superado, todo o ponto do problema é destruído e podemos nos voltar para uma nova questão. Não nos esqueçamos de que a doutrina do Deus finito é uma conveniência que é introduzida para dar conta do mal empiricamente atual que vemos ao nosso redor continuamente. Só podemos assumir, então, que Deus, Que sempre fez o Seu melhor para se livrar do mal, tem sido frustrado em Seus esforços, pois o mal ainda está aqui, depois que Deus teve todas as oportunidades necessárias para eliminá-lo.

But, if God has been at work getting evil out of the way from eternity, He has already had infinity to prove Himself, for in eternity all combinations that are realisable will have been realized. But evil's extermination has not been realized; therefore it cannot have been a possibility. And, since it is

not even a possibility that evil will be overcome in eternity, how, then, can we avoid the truth of the proposition that God will never actually overcome evil with another eternity to work on it ?[18]

3. Se o finitista introduzir um novo fator no problema para sugerir que, embora Deus possa ter falhado na primeira metade da eternidade — falando de modo impreciso —, Ele, com essa nova ajuda, terá sucesso na segunda metade, as dificuldades aumentam em vez de diminuir. Se o homem, ou qualquer outra força sugerida que possa entrar em cena para ajudar a Deus, é tudo o que Deus precisava para vencer o mal, por que Deus não recorreu ao emprego desse meio mais cedo? Se Deus não descobriu sua necessidade de assistência até tarde na eternidade, Ele é limitado em conhecimento, bem como em poder, caso em qual duas coisas se seguem. Primeiro, Ele próprio não está mais bem qualificado do que nós para saber se o mal será vencido no final ou não. Segundo, a revelação de Deus sobre o desfecho é impossível, e ficamos sem esperança. E se Deus de fato descobriu sua necessidade imediatamente, então ou Ele imediatamente recorreu a trazer essa ajuda à existência, ou não o fez. Se o fez, então por que o homem, nosso suposto paradigma, não apareceu em cena desde a eternidade, e por que o mal, com essa nova ajuda, não é exterminado? Todos os argumentos que apresentamos no ponto dois contra a possibilidade de Deus conquistar o mal sozinho se aplicam aqui também. E se Deus não criou o homem imediatamente, então Ele nem sempre fez o que podia contra o mal, pois foi passivo quando poderia ter sido ativo, caso em que Ele é culpado da mesma acusação que é dirigida contra um Deus soberano. Se a Deus for concedido o direito de ser passivo neste ponto, por que Ele não pode desfrutar da mesma prerrogativa em outro lugar? E, finalmente, se Deus tem tentado eternamente fazer o homem, mas foi impedido em uma tarefa tão simples até

recentemente, um Deus assim é fraco demais para merecer o título de Deus.

Chamamos a doutrina do Deus finito de 'dualismo' porque sentimos que ela se reduz, em seus melhores elementos, ao esquema de Platão, onde Deus e o mal estão eternamente em conflito. O que devemos deixar claro aqui, no entanto, é que em tal estrutura não se pode defender racionalmente a esperança da vida imortal. Deus pode nos falhar; portanto, não somos capazes de demonstrar racionalmente que Ele não falhará . Mas deixemos de expor a roupa suja do platonismo e voltemos nossa atenção para os armários do cristianismo. Vejamos se, com sua doutrina de soberania absoluta, ele é capaz de superar os embaraços do pluralismo sem introduzir muitos problemas compensatórios próprios.

Notas

1. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.), p. 104.

2. Augustine, De Ordine, I, 1, 2. Soldados da Segunda Guerra Mundial relatam o sentimento amargurado que vinha de ver o sol nascer no leste para derramar sua luz sobre as indústrias bélicas japonesas e alemãs. De que lado Deus estava? O sentimento de que Deus era moralmente indiferente à situação deu origem a um estado inexplicável de assombro no coração.

3. Orr, The Christian View of God and the World, p. 21.

4. Lippmann. A Preface to Morals p. 214.

5. Mill, Three Essays on Religion , p. 28.

6. Salmo 73:3-5.

7. Mill, op. cit.

8. Spurgeon, Gems, p. 17.

9. Augustine, De Ordine. I, 1, 2.

10. Berkeley, Works , Volume II, p. 170.

11. Mary Baker Eddy, Science and Health With Key to the Scripture, p. 71.

12. Ibid., pp. 108-109.

13. The Logic of Belief, p. 286.

14. Demos, The Philosophy of Plato, p. 121.

15. A Pluralistic Universe, pp. 310-311.

16. James, op. cit., p. 125.

17. A Philosophy of Religion, p. 314.

18. Para ser propriamente rotulada como 'potencialmente realizável', a ideia de Deus, por mais real que seja, deve ser uma cuja externalização Deus deseje. Outras ideias são 'potencialmente realizáveis' apenas em um sentido muito especial e não nos dizem respeito **aqui.**

Capítulo XVII

O Problema do Mal (Continuação)

Acaso direis diante daquele que vos mata: Eu sou Deus, mas sois homem, e não Deus, na mão daquele que vos fere . — Ezequiel

S e o problema do panteísta é explicar a presença do mal, e se o problema do finitista é explicar como o mal pode ser eliminado, o problema do absolutista teísta é resolver a dificuldade de como o mal chegou aqui em primeiro lugar . Não há nada de fortuito na visão cristã de Deus e do homem. Desde o orvalho na folha até o movimento dos planetas em seus cursos grandiosos, tudo é vigiado pelo olhar providencial dAquele com quem temos de haver-nos. Ao contrário do panteísmo, o cristianismo não tem dificuldade em explicar a atual existência do mal, pois o mal é aquilo que resultou quando a criatura se rebelou voluntariamente contra o Criador. Ao contrário do finitismo, o cristianismo não tem nenhum problema em se livrar do mal no fim da história, pois a expiação de Cristo alcança até mesmo o esmagamento da própria morte. Mas o que o cristianismo tem de explicar cuidadosamente é como o mal encontrou entrada em um universo que era controlado pelos decretos soberanos do Todo-Poderoso. Dediquemos o restante do nosso estudo sobre o problema do mal a essa questão.

I. O Teísmo Cristão

O cristianismo não oferece uma filosofia da história tíbia; ele conta a história das coisas desde a criação original do mundo até as bodas do Cordeiro no fim. Ele apresenta um Deus que é o Criador soberano, o Sustentador soberano e o

Consumador soberano de todas as coisas. Por decretos infalíveis, Deus chamou o mundo presente à existência, e pelo mesmo poder infalível governa o presente e ultimamente dará fim ao processo da história.

A. O Início da História

O cristão ensina a criação ex nihilo como a resposta à questão de como a história começou. Alguns se opõem a isso supondo que, visto que Deus criou o universo, Ele deve ter sentido falta de algo; do qual se conclui que (a) Deus não é perfeito, pois Lhe falta glória; (b) o universo deve ser eterno, pois Ele sempre careceu dessa glória. Este argumento, no entanto, negligencia o ensino cristão sobre o tema da criação. A criação não adiciona à glória de Deus; ela apenas a exibe . A criação, portanto, não preenche nenhuma carência em Deus. E quanto à questão de por que Deus não criou antes, exibindo assim Sua glória mais cedo, a resposta é que Deus escolheu não fazê-lo. O desejo em Deus de criar o mundo não foi eternamente realizado porque o desejo de tê-lo realizado não esteve sempre presente. Deus não é uma regra impessoal de lógica imutável; Ele é uma Pessoa que toma decisões livres. ‘Assim diz o Jeová, o Santo de Israel, e o seu Criador: Pergunta-me sobre as coisas que estão por vir... Eu fiz a terra, e criei o homem sobre ela: eu, sim, as minhas mãos estenderam os céus, e a todo o seu exército dei ordens’ (Isaías 45:11-12).

É esta doutrina da criação que liberta o cristianismo de uma teoria de ciclo eterno na qual a individualidade do homem é apanhada e confundida. “Algo que é em seu princípio novo surge, em oposição à visão grega de mundo... A ciência grega considerava não apenas o homem individual, mas também toda a raça humana, com todas as suas fortunas,

feitos e experiências, no fim das contas apenas como um episódio, uma formação especial do processo mundial que se repete para sempre segundo leis semelhantes."[1] Assim, o cristão é capaz de preservar a dignidade do homem no processo da história, ensinando que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus e está destinado à vida eterna. Não havia necessidade antecedente por parte de Deus de fazer o homem, seja para comunhão ou para compartilhar Seu amor; caso contrário, o homem teria sido feito desde a eternidade, visto que Deus, que precisava do homem em um momento, precisaria dele em todos os momentos; pois Deus é um Ser que não muda nem varia. A criação eterna do homem, contudo, nos devolveria ao dualismo e a um Deus finito. O Deus cristão é sem partes e paixões; Seu amor flui em direção ao homem a partir das profundezas de uma volição divina. Deus não está sujeito a emoções.

B. O Processo da História

Deus, após a Sua criação do mundo, não deixou a matéria e os materiais entregues à própria sorte por leis imanentes a eles. Pelo contrário, "Ele conta o número das estrelas; chama-as a todas pelos seus nomes. Grande é o nosso Senhor e mui poderoso; o seu entendimento é infinito... Ele cobre os céus de nuvens, prepara a chuva para a terra, e faz brotar a erva sobre os montes. Dá o seu sustento aos animais, e aos filhos dos corvos quando clamam" (Salmo

147:4-9). A doutrina de Cristo era que o Pai governa infalivelmente todo o curso da história, observando a queda do pardal e governando soberanamente até mesmo sobre os cabelos de nossas cabeças. Esta elevada visão da providência oferece ao cristão um motivo para regozijar-se, pois significa que “o Senhor se agrada dos que o temem” (Salmo 147:11). Significa que “os passos do homem bom são confirmados pelo Senhor, e ele deleita-se no seu caminho. Se cair, não ficará prostrado, porque o Senhor o sustém com a sua mão” (Salmo 37:23-24). Em um universo organizado redentivamente e estruturado soberanamente, o cristão pode ter a certeza de que “todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito” (Romanos 8:28).

Para dentro deste universo perfeito, o homem e o anjo trouxeram o pecado e a desrupção através de sua apostasia em relação aos mandamentos divinos. A criatura , portanto, e não Deus, é responsável por todo o pecado e sofrimento que compõem tanto o mal natural quanto o moral. As doenças do corpo, a fúria do furacão, a erupção descontrolada do vulcão e até a própria morte são os resultados da maldição que Deus impôs sobre a natureza por causa do pecado e da rebelião da criatura. “Porque a criação foi sujeita à vaidade, não por sua própria vontade, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que também a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente em

dores de parto até agora” (Romanos 8:20-22). Da mesma forma, todos os males morais — erros na lógica, maldade no coração, medo e aflição, guerras e contendas, assassinato e fornicação — originaram-se do pecado do homem. Ao formular o problema do mal, portanto, deve-se lembrar que não é correto acusar Deus de ter criado originalmente um universo inferior. O universo foi feito absolutamente perfeito. Foi o pecado dos homens e dos anjos que o manchou.

Mas Jesus Cristo, o Segundo Adão, pactuou com o Pai para ser o portador dos pecados de todos os que confiassem em Sua obra consumada na cruz. "Cristo Jesus, que, embora subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz" (Filipenses 2:5-8).

É bom deixar claro que Deus, em Sua soberania, aprovou a morte de Jesus Cristo antes que o mundo fosse feito. "Conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém manifestado no fim dos tempos por amor de vós" (1 Pedro 1:20). Isso significa que Deus sabia infalivelmente que, se criasse o homem na terra, o homem cairia em pecado e exigiria os méritos restauradores do Homem-Deus, Jesus Cristo; e, ainda assim, Ele prosseguiu e criou o homem

no jardim do Éden. A crucificação, o pior exemplo do mal, não foi apenas permitida por Deus; foi soberanamente decretada. "A este, entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, fostes vós, matando-o por mãos de iníquos, crucificastes e eliminastes" (Atos 2:23). E ainda: "Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo servo Jesus, ao quem ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel, para fazerem tudo o que a tua mão e o teu propósito predestinaram que acontecesse" (Atos 4:27-28). A força total da filosofia cristã da história está agora começando a tomar forma. Mesmo sugerir que há qualquer 'surdo' (irracionalidade), ou qualquer 'dado', com o qual Deus esteja lutando, é interpretado pelo cristão como um desvio do conceito abrangente de soberania que a Bíblia ensina. "O Senhor fez todas as coisas para os seus próprios fins, sim, até mesmo o ímpio para o dia da maldade" (Provérbios 16:4). Deus é um Ser absoluto. "Um ser absoluto é aquele que é livre, ilimitado, independente e perfeito. Deus é absoluto porque Ele não depende para sua existência, natureza, atributos ou atos de nenhum outro ser."[2] Na história, portanto, não há irracionalidade, elemento inexplicável ou antinomia. A história é tão racional em cada ponto quanto o Deus racional que decreta o seu movimento. Não há força senão a que vem da Fortaleza de Israel; não há ser senão o que provém do Todo-Poderoso.[3]

C. O Fim da História

Aquele que trouxe a história à existência por meio de seu poder soberano não declarará também o seu fim no âmbito desse mesmo poder? "Dize-nos, quando sucederão estas coisas, e que sinal haverá da tua vinda e do fim do século?" (Mateus 24:3), perguntaram os discípulos a Cristo enquanto ele estava sentado no Monte das Oliveiras. E Jesus não ficou sem resposta, pois ele é o Logos da história. A sua resposta,

que agora preenche quase cinquenta versículos nas Sagradas Escrituras, é um documento escatológico surpreendente que detalha as guerras, a fome, os terremotos, o sofrimento, a apostasia, a infidelidade e o surgimento do Anticristo que marcarão o fim da história do mundo.

Quanto ao homem no fim, ele enfrentará o juízo de Deus. "E, como aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo depois disso o juízo" (Hebreus 9:27). O julgamento final das almas dos homens será feito com base no que eles fizeram com aquele que é chamado o Cristo. Aqueles que forem achados aspergidos com o sangue de Cristo serão recompensados com uma vida feliz, enquanto aqueles que não o forem serão recompensados com a condenação.

> Perante o excelso trono de Jeová,
>
> Ó nações, bendizei com santa alegria.
>
> Sabei que o Senhor é Deus e mais ninguém,
>
> Ele pode criar e pode destruir.
>
> O seu poder soberano, sem o nosso auxílio,
>
> Fez-nos do barro e nos formou homens;
>
> E quando, como ovelhas desgarradas, andávamos errantes,
>
> Ele nos trouxe de volta ao seu aprisco.

Os dois pressupostos básicos aos quais o cristão apela ao expor sua filosofia da história são, portanto, a bondade e o poder absolutos e soberanos do Deus que se revelou nas Escrituras, e a sinfulidade e rebelião do coração do homem

caído e depravado. Os movimentos agregados da história — guerras, conflitos, castigos, etc. — podem ser explicados dentro do padrão desse movimento de Deus em direção ao homem e do movimento do homem para longe de Deus. Mas encerremos esta discussão sobre o teísmo cristão, para não repetirmos o que já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, e passemos a uma análise dos argumentos fundamentais que foram levantados contra a posição cristã. Dessa forma, a força ou a fraqueza do teísmo cristão será exposta.

II. Objeções ao Teísmo Cristão

A. Baseadas em um Apelo à Ignorância

Spinoza rotula todas as tentativas de resolver os problemas da vida recorrendo à vontade de Deus como um “refúgio da ignorância.” De fato, o cristianismo apela para a vontade de Deus como a chave fundamental para desvendar os mistérios da história, mas nega que haja qualquer ilicitude nessa prática. O que alguém invoca como pressuposição controladora em seu sistema não é o que determina a validade do ato; antes, dado o ponto de partida, produz ele um sistema que seja horizontalmente coerente consigo mesmo e que se ajuste verticalmente aos factos? Acontece que Spinoza rejeitou a vontade de Deus como seu último lógico, mas ainda assim apelou para um princípio último. Deve-se conceder a ele um direito que ele nega ao cristão? Não é qualquer hipótese verificada quando traz significado e ordem aos fatos que estão sob estudo? Como panteísta, Spinoza não pode abrir espaço para o esforço moral presente e dar-lhe qualquer sentido, ao passo que o cristão pode. Este último toma isso como uma evidência real de que, por meio de um apelo à vontade de Deus, é possível localizar um princípio em relação ao qual a vida pode ser interpretada de maneira coerente. Se a prova do pudim está

no sabor, a prova de uma hipótese é sua capacidade de sustentar uma cosmovisão coerente.

B. De caráter não empírico

O professor Brightman diz que a “raiz de todas as objeções ao absolutismo teísta é que ele é uma teoria fundada em uma fé a priori , que por sua vez brota de desejos encontrados em certos tipos de experiência religiosa... Devido à sua predileção por algumas experiências, o absolutista teísta varre para o lado grandes massas de fatos empíricos com a fé a priori de que um dia serão explicados. Nisso ele é não empírico.”[4]

A força desta objeção repousa em um mal-entendidos sobre a natureza da evidência para o teísmo cristão. Em vez de derivar apenas da experiência religiosa, o cristão argumenta a partir do conhecimento do eu, das rationes aeternae , dos fatos empíricos na natureza e dos dados localizados nas Sagradas Escrituras. O que significa empírico , senão “ser fiel a toda a nossa experiência”? Se os dados aos quais o cristão apela podem ser confiados com segurança para conduzi-lo a um sistema que seja horizontalmente coerente consigo mesmo e que se ajuste verticalmente aos fatos, então ele pode legitimamente afirmar ser empírico.

C. Apaga a distinção entre o bem e o mal

Alguns acreditam que, na posição da soberania, a distinção radical entre o bem e o mal se perde, pois o que podemos chamar de bem, Deus pode chamar de mal, e vice-versa. Em resposta, o cristão aponta que critérios imutáveis de certo e errado, bem e mal, não podem ser obtidos sem a lei de Deus, que está acima das vicissitudes do tempo e do espaço. Deus, que é o árbitro final em todo julgamento, rotula infalivelmente o pecado para nós, estabelecendo

assim uma diferença segura entre certo e errado, bem e mal. Paulo enfatiza isso, dizendo: “se não fosse pela lei, eu não teria conhecido o pecado. Eu não teria conhecido o que é cobiçar se a lei não tivesse dito: 'Não cobiçarás'” (Romanos 7:7). Quando Deus decreta que o pecado é pecado, portanto, o pecado é verdadeiramente tornado pecado. Uma distinção absoluta, portanto, e não fortuita, é mantida entre o bem e o mal no cristianismo.

D. Destrói a Luta Moral

Esta objeção pode ser formulada de duas maneiras diferentes, maneiras que exigem duas respostas diferentes. Primeiro, se tudo é determinado por um Deus soberano, então o mal será automaticamente destruído. Vamos então para as ilhas dos mares do sul comer bananas e tomar sol enquanto todas as coisas acontecem. Não parece haver o motivo para cooperação moral com Deus no absolutismo teísta que o finitista afirma estar presente quando se defende uma Divindade limitada. Em segundo lugar, se o mal, como a crucificação de Cristo, é decretado por Deus, todo mal deve sê-lo; qual é o uso, então, de lutar contra o Todo-Poderoso para superá-lo?

O homem deve lutar contra o mal, não porque Deus esteja desesperadamente precisando de sua ajuda; mas sim porque Deus graciosamente permitiu que ele fosse um instrumento em sua exterminação. O cristão luta contra o mal, portanto, porque Deus, o juiz perfeito, ordenou-lhe que agisse assim. Deus decretou tanto o fim do mal quanto os meios designados para realizar esse fim. Tais meios incluem a luta moral do indivíduo e a pregação do evangelho.

Esta observação funde-se com a segunda. O universo, com todo o mal nele contido, é o melhor de todos os mundos possíveis, justamente pelo fato de que Deus, o padrão do

bem, o declarou bom. Contudo, faz parte da bondade deste universo que o pecado, o qual Deus permitiu entrar para manifestar Sua graça e amor aos filhos dos homens, seja extirpado pela morte de Seu Filho, Jesus Cristo. Em Cristo, Deus decretou o meio absoluto que deveria ser usado na dissolução do mal. Os servos de Cristo, portanto, como prova de seu amor, cumprem as implicações dessa expiação ao buscam derrotar os obreiros da iniquidade em todos os níveis da existência. Não há alternativa aqui, pois Cristo ordena que aqueles que O amam sigam Suas palavras implicitamente. “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” (João 14:15). O cristianismo, portanto, em vez de remover o motivo para a luta moral, oferece a mais alta razão para exterminar o mal. O trabalho de livrar a vida do mal é empolgante, porque Deus, que poderia fazê-lo sozinho, graciosamente condescendeu em nos permitir ser “cooperadores da verdade” (III João 8). E o trabalho é inspirador, porque representa uma resposta amorosa aos mandamentos Daquele em cujas mãos é terrível cair.

Se o fim do mal não estivesse soberanamente predestinado, nosso trabalho seria em vão. É o fato de que Deus nos prometeu que “ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai” (Filipenses 2:10-11), que nos dá o ânimo para lutar. Se houvesse a menor chance de que Cristo não pusesse a morte debaixo de Seus pés, o cristão saberia que a expiação não foi infalivelmente consumada, e que ele ainda está em seus pecados. Se Cristo falha em afastar o mal, a fortiori onde nós ficaremos? Assim, quando o mal parece estar crescendo no mundo, quando Satanás parece, como Joad sugere, estar recebendo uma corda mais longa do que o habitual, o cristão não se desanima, pois Ele sabe que Cristo há de triunfar; não há nenhum 'se', 'mas' ou 'talvez' nas

promessas de Deus. Lutero expressa essa esperança classicamentes;

Se em nossa própria força confiássemos,

Nossa luta estaria perdida,

Não fosse o Homem certo ao nosso lado,

O Homem escolhido pelo próprio Deus.

Perguntas quem pode ser esse?

Cristo Jesus, é Ele.

Senhor dos Exércitos é o seu nome,

De idade em idade o mesmo,

E Ele deve vencer a batalha.

E ainda que este mundo, cheio de demônios,

Ameaçasse nos destruir,

Não temeremos, pois Deus quis

Que a sua verdade triunfasse por meio de nós.

O príncipe das trevas, cruel,

Por ele não trememos.

Sua fúria podemos suportar,

Pois eis que sua perdição é certa,

Uma única palavrinha o derrubará.

E. Qual dos Deuses?

O cristão supõe que o que Deus recompensa é bom e o que Ele pune é mau, mas e quanto a todas as outras religiões com seus deuses que também ordenam isto ou aquilo? A resposta é que o cristão serve ao Todo-Poderoso. “Os deuses que não fizeram os céus e a terra, esses perecerão da terra e de debaixo destes céus” (Jeremias 10:11). O poderoso não muda. Os deuses menores fazem a vontade dos deuses das nações que vêm e vão, como vemos diariamente, mas o Deus Todo-Poderoso os considera como nada mais do que uma gota no balde Aquele com quem temos de tratar. Assim, quando os deuses de sua terra falharam com Nabucodonosor, este, porque o Deus de Daniel não lhe falhou, testemunhou: “Certamente o vosso Deus é o Deus dos deuses, e o Senhor dos reis, e o revelador dos segredos” (Daniel 2:47). Aquele que baseia seus padrões de certo e errado em algo menor do que o Todo-Poderoso, não serve a Deus, mas ao homem, pois há um só Deus, Jeová. Determina-se qual Deus é o Todo-Poderoso por meio de uma análise da verdade.

F. Torna Deus o Autor do Mal

Uma objeção muito séria à posição de que Deus pré-ordenou todo o curso dos eventos no mundo é a de que Ele seria o Autor do pecado. Em resposta, Deus é a primeira causa eficiente de todas as coisas, mas o mal adveio, não deste primeiro ato de criação, mas por um segundo ato, um ato das criaturas. O mal proveio daqueles atos rebeldes de anjos e homens em que a eficiência criada se desviou dos mandamentos de Deus para o orgulho e a autossatisfação. O mal adveio, portanto, não de um ato de Deus, mas por uma rebelião voluntária por parte da perfeição criada. A energia que os anjos usaram quando deixaram sua santidade para se voltarem para o pecado veio do Todo-

Poderoso, com certeza, e foi, assim, um ato que Deus permitiu como parte de Seu universo infalivelmente bom; mas a decisão voluntária pela rebelião brotou apenas das intenções íntimas dos anjos. Portanto, Deus não é nem o autor nem o aprovador do pecado.

Essa estrutura não deve ser interpretada como uma exceção aos decretos de Deus, pois não há nada no céu e na terra que aconteça sem antes se apresentar diante do Todo-Poderoso para obter permissão, assim como fez Satanás quando estava prestes a tentar a Jó. Mas, ainda assim, "a pecaminosidade disso procede apenas da criatura, e não de Deus; o qual, sendo santíssimo e justo, nem é, nem pode ser o autor ou aprovador do pecado."[5] Deus é o autor do autor do pecado, mas Ele não pode ser o autor do pecado em si, pois o pecado é o resultado de uma rebelião contra Deus. Pode Deus rebelar-se contra Si mesmo? Tampouco estamos defendendo o ponto de vista de que Deus não poderia ter evitado que os anjos pecassem voluntariamente, caso Ele tivesse escolhido seguir esse caminho. Tal sugestão seria repugnante à doutrina da soberania do Todo-Poderoso. Deus permitiu a presença do mal no universo, ainda que Ele não aprove o pecado, para que pudesse manifestar a Sua glória e graça providentes na natureza e a Sua graça salvadora em Cristo.

G. Torna Deus Responsável pelo Pecado

Se Deus não é o autor do pecado, pelo menos Ele deve ser acusado de ser responsável pelo pecado, pois Ele criou livremente um universo no qual criancinhas morrem de fome e leprosos sofrem, quando Ele poderia ter feito de outra maneira. Esse tipo de pergunta consegue nos impressionar apenas porque é formulada para sugerir que faz sentido convocar o Todo-Poderoso a tribunal para julgamento. Um pouco de reflexão sobre o assunto mostrará

a contradição envolvida em acusar Deus de responsabilidade. Façamos uma pergunta: Responsável perante quem, ou perante o quê? "Responsabilidade significa dar uma resposta, isto é, ser responsável por algo; mas ser responsável implica que deve haver alguém perante quem se deve prestar contas. Em outras palavras, a responsabilidade implica um poder pessoal superior."[6] Mas, no caso de Deus, quem é esse poder superior a quem Ele se submete? Obviamente, se estamos falando do Todo-Poderoso, Ele já é o poder mais alto que existe. Portanto, quando Deus decretou este tipo de universo onde Cristo haveria de morrer pelos pecados de todos os que crêem, Deus não era responsável perante ninguém senão perante Si mesmo.

Se alguém responder dizendo-nos que fazer um universo onde Cristo sofreria agonia na cruz por três horas, quando era possível ter-se abstido de fazê-lo, seria um gesto contrário à natureza de Deus, precisamos apenas lembrar ao oponente que a natureza de qualquer coisa é determinada por uma análise do que a própria coisa faz. Vemos a natureza do leão jovem observando como ele difere da tartaruga em suas ações. Vemos que o homem tem uma natureza pecaminosa observando os múltiplos atos de injustiça que ele pratica o dia todo. É sem sentido, portanto, apelar para a natureza de uma coisa separada de uma análise cuidadosa de como essa coisa age. A natureza de Deus, da mesma forma, só pode ser conhecida observando o que Deus faz. Mas, se o cristianismo é verdadeiro, Deus enviou livremente Seu Filho unigênito para morrer pelos pecadores. A natureza de Deus, portanto, é aquela que se expressa fazendo este tipo de mundo onde alguns homens vão para o céu pela obediência e alguns vão para o inferno pela desobediência.

Se alguém persistir em afirmar que Deus não pretendia criar um mundo no qual o pecado surgiria, só podemos perguntar onde essa pessoa obteve suas informações sobre o assunto. A menos que ela apela a uma revelação particular que não pode ser verificada pela lei da contradição, não conhecemos nenhuma fonte. Isso não vem de uma análise da história, pois a história confirma que Cristo morreu na cruz. Se Deus não queria que Ele fizesse isso, então estamos de volta à posição de um Deus finito e não temos esperança. E a Bíblia certamente não ensina que Deus estava insatisfeito com a morte de Cristo. Pelo contrário, “ agradou ao Senhor moê-lo... ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito” (Isaías 53:10-11). Não se pode apelar para a lógica, pois já demonstramos em outro lugar que é lógico supor que Deus é livre para fazer o que quiser sem ter de prestar contas. A que nova fonte, então, apela o nosso opositor? Até que ela seja apresentada, não podemos continuar a discussão neste ponto.

O cristão preza a doutrina de que Deus não deve satisfações a ninguém senão a Si mesmo, pois é aí que reside a grandeza de Ele ser o Deus Todo-Poderoso do céu e da terra, Aquele que de ninguém recebeu conselho e Aquele a quem todos os outros devem prestar contas. Paulo dedica uma parte considerável do nono capítulo de Romanos expressamente para tornar esse ponto tão claro que nem mesmo os tardos de entendimento poderiam perdê-lo.

Que diremos então? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: 'Terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia, e me compadecerei de quem eu me compadecer.' Portanto, isso não depende do querer ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus. . . . Dirás então: 'Por que ele ainda acha falha? Pois quem pode resistir à sua vontade?' Mas quem és tu, ó homem, para quereres contestar a Deus? Acaso o objeto moldado dirá ao

seu moldador: 'Por que me fizeste assim?' O oleiro não tem direito sobre o barro, para fazer da mesma massa um vaso para honra e outro para uso desonroso?[7]

H. Contrário aos Padrões Sociais de Certo e Errado

Quando Bertrand Russell diz: “todo o problema do mal é o problema de conciliar o poder divino com as exigências daquilo que consideramos ordinariamente como padrões morais e sociais",[8] ele está introduzindo uma questão que estava latente nas objeções acima e que, talvez, seja o desafio mais estimulante para a lógica da fé cristã que pode ser feito neste ponto. Não temos a intenção de minimizar esta objeção, pois, mesmo que tenhamos conseguido mostrar que a vontade de Deus é o padrão do certo e do errado, nossos esforços podem ter sido em vão se puder ser estabelecido que os conceitos de bondade e justiça que Deus defende são contrários à daqueles que passamos a considerar normativos na sociedade.

O problema é simplesmente este. Na sociedade, parece que punimos os homens que são culpados; na economia de Deus, os inocentes estão federalmente unidos aos culpados, como os bebês que foram massacrados quando os filhos de Israel, sob ordens de Jeová, mataram os amalequitas. A Bíblia é inequivocamente clara sobre a questão: “Vai, e fere a Amaleque, e destrói totalmente a tudo o que tem, e não o perdoes; porém matarás homem e mulher, menino e criança de peito, boi e ovelha, camelo e jumento” (I Samuel 15:3). Na sociedade, punimos o homem que comete o crime, e não o seu vizinho; mas Deus derramou a Sua ira sobre o Seu próprio Filho inocente, que estava sem pecado e sem culpa. Onde está, então, a justiça e a bondade de Deus, e como podemos distingui-la da justiça de Satanás? Deus aplicou a pena capital a um homem que estava apanhando lenha no dia de sábado (Números 15:32 e

seguintes). Ele elegeu a Israel e deixou que as outras nações seguissem o seu próprio caminho (Deuteronômio 7). Ele enviou Elias a uma única viúva quando, como o próprio Cristo admite, havia muitas que precisavam de ajuda (Lucas 4:26). Ele enviou e curou Naamã, o leproso, quando, como Cristo novamente admite, muitos outros estavam morrendo (Lucas 4:27). Ele deixou que a torre de Siloam caísse sobre aqueles que não eram mais culpados do que os outros, matando-os (Lucas 13:4-5). Os modernistas, ao verem esse problema no Antigo Testamento, correram para as palavras do 'manso Jesus' em busca de consolo; mas aqui nenhuma situação melhor pode ser descoberta. Cristo proibiu Seus discípulos de darem as boas-novas da salvação àqueles que estavam fora dos judeus (Mateus 10:5-6); Ele insinuou que a mulher siro-fenícia, que veio suplicar por migalhas, era um 'cão' (Marcos 7:26 e seguintes); Ele expulsou os cambistas (Mateus 21:12-13); Ele pregou sem concessões a doutrina da condenação eterna (Mateus 10:28); Ele chamou os cidadãos de seu dia de 'filhos do diabo' (João 8:44); Ele aprovou a mensagem de João que chamava os homens de 'raça de víboras' (Mateus 3:7); Ele acumulou invectivas duras sobre os fariseus e escribas (Mateus 23); Ele ordenou aos Seus discípulos que comprassem espadas (Lucas 22:36); Ele enviou os demônios para uma manada de porcos que pertencia a outras pessoas (Lucas 8:32-33), etc. Não, de pouco adiantará apelar para a 'ética de Jesus' em oposição ao suposto 'terrível Jeová' do Antigo Testamento. Jesus é Jeová! (Mateus 3:3, por exemplo, "Preparai o caminho do Senhor" é uma citação de Isaías 40:3. "Preparai no deserto o caminho de Jeová") Deve-se rejeitar o cristianismo en toto, ou lutar com a reconciliação entre sua mensagem e os decoros sociais.

São inúmeros os líderes intelectuais que, desde o surgimento do humanismo, pegaram em armas para expor o sistema cristão neste ponto, mas talvez nenhum tenha tido tanto sucesso quanto William Channing e John Stuart Mill. Channing afirma: "Agora, nós nos opomos aos sistemas de religião que prevalecem entre nós, por serem eles contrários, em maior ou menor grau, a essas visões purificadoras, consoladoras e honrosas de Deus, por nos retirarem nosso Pai nos céus e substituírem-no por um ser que não podemos amar, mesmo que quiséssemos, e que não deveríamos amar, mesmo que pudéssemos."[9] A isso Mill acrescenta seu famoso desafio.

Se ao atribuir bondade a Deus eu não quero dizer o que quero dizer por bondade; se não quero dizer a bondade da qual tenho algum conhecimento, mas um atributo incompreensível de uma in compreensível substância, que, pelo que sei, pode ser uma qualidade totalmente diferente daquela que amo e venero... Dizer que a bondade de Deus pode ser diferente em espécie da bondade do homem, o que é senão dizer, com uma ligeira mudança de fraseologia, que Deus possivelmente pode não ser bom? Afirmar em palavras o que não pensamos em significado é uma definição tão adequada quanto se pode dar de uma falsidade moral... A menos que eu creia que Deus possui os mesmos atributos morais que encontro, embora em grau inferior, em um homem bom, que base de segurança tenho da veracidade de Deus?

Se, em vez das 'boas-novas' de que existe um Ser no qual todas as excelências que a mais alta mente humana pode conceber existem em um grau inconcebível para nós, sou informado de que o mundo é governado por um ser cujos atributos são infinitos, mas quais sejam não podemos aprender, nem quais são os princípios de seu governo, exceto que ‘a mais alta moralidade humana que somos

capazes de conceber’ não os sanciona; convença-me disso, e eu suportarei meu destino como puder. Mas quando me dizem que devo acreditar nisso e, ao mesmo tempo, chamar esse ser pelos nomes que expressam e afirmam a mais alta moralidade humana, digo em termos claros que não o farei. Qualquer poder que tal ser possa ter sobre mim, há uma coisa que ele não fará: ele não me compelirá a adorá-lo.

Não chamarei de bom a nenhum ser que não seja o que quero dizer quando aplico esse epíteto aos meus semelhantes; e se tal ser puder me condenar ao inferno por não chamá-lo assim, para o inferno irei.[10]

Como resposta a tal irrupção contra o Todo-Poderoso, sente-se a tentação de simplesmente citar um versículo apropriado das Escrituras e seguir em frente. "Aquele que habita nos céus se rirá; o Senhor zombará deles" (Salmo 2:4). Mas, visto que até a validade desse versículo é um ponto em questão, teremos de abordar o argumento de Mill sob outros fundamentos.

Antes de prosseguir para uma resposta, no entanto, ouçamos o lado conservador da questão. Isso servirá para contrapor o humanismo e o cristianismo de maneira ainda mais acentuada.

Em primeiro lugar, eles questionam com que direito o Senhor se ira contra suas criaturas que não o haviam provocado por nenhuma ofensa anterior; pois devorar à destruição a quem ele quer se parece mais com o capricho de um tirano do que com a sentença legítima de um juiz; que os homens têm razão, portanto, para contender com Deus se estão predestinados à morte eterna sem nenhum demérito próprio, meramente por sua vontade soberana. Se tais pensamentos alguma vez entram na mente de homens piedosos, eles serão suficientemente capacitados para

quebrar sua violência por esta única consideração: quão extremamente presunçoso é apenas indagar sobre as causas da vontade divina, que é de fato, e com justiça tem direito de ser, a causa de tudo o que existe. Pois, se ela tem alguma causa, então deve haver algo antecedente do qual depende, o que é ímpio supor. Pois a vontade de Deus é a mais alta regra de justiça; de modo que o que ele quer deve ser considerado justo por esta mesma razão: porque ele o quer. Quando se pergunta, portanto, por que o Senhor fez isso, a resposta deve ser: Porque ele quis. Mas, se você for mais longe e perguntar por que ele assim determinou, estará em busca de algo maior e mais alto do que a vontade de Deus, o que nunca poderá ser encontrado.[11]

Pode-se detectar, ao examinar as palavras de Calvino e de Mill, que estamos lutando com a validade de duas visões de mundo diametralmente opostas: o sobrenaturalismo versus o naturalismo, o cristianismo versus o humanismo. Para enfrentar Mill de maneira eficaz, portanto, deve-se desafiar o humanismo em seu ponto de partida, método e conclusão. Já tentamos fazer isso desdobrando a lógica do cristianismo conservador; o humanismo é uma forma de empirismo, e o empirismo se reduz ao ceticismo. No entanto, para reforçar o que foi dito antes, oferecemos as seguintes sugestões como linhas ao longo das quais repousa a solução para este problema específico.

1. A objeção mais séria ao humanismo de Mill é, como indicado, que ele se reduz ao ceticismo. Tendo se desligado da lei de Deus, o humanismo carece de um ponto de apoio com o qual possa estabelecer critérios sociais que sejam normativos para todos os homens em toda parte, pois do fluxo apenas o fluxo pode vir. Enquanto o cristianismo tem dificuldades em si, o humanismo tem absurdos.

2. Quando Mill objeta que um Deus que escolheu soberanamente Israel como sua noiva, passando por cima das outras nações, não é um bom Deus, ele está cometendo a mesma falácia que pensadores como Platão e Leibniz cometeram ao suporem que há algum "bem" ou alguma "lei de razão suficiente" acima e além de Deus, à qual Ele, assim como nós, está sujeito. Se Deus não é livre para fazer sempre todo o conselho de sua vontade, algo antecedente a Deus O está impedindo de agir assim. Mas qualquer coisa que seja potente o suficiente para ser antecedente a Deus é poderosa o suficiente para reduzir este último do status de Todo-Poderoso ao de uma Divindade finita. Um Deus Todo-Poderoso pode fazer qualquer coisa.[12] Mas, como Mill supõe, Deus deve fazer o bem exatamente como nós na sociedade o concebemos. Deus, então, é finito. Já mostramos antes a situação em que o finitista se colocou. Esta observação fornece prova negativa adicional para o cristianismo. O cristianismo pode fornecer uma garantia para a esperança na imortalidade pessoal. Ao considerar uma hipótese, lembre-se, deve-se observar não apenas o que decorre de sua aceitação, mas também o que decorre de sua negação.

3. Vejamos agora que não faz sentido dizer que Deus deve ou fazer o bem que conhecemos na sociedade, ou não podemos amá-Lo como nosso Pai. O decálogo certamente é o código moral mais sublime, mais católico, mais socialmente edificante já entregue ao homem, um código ao qual até mesmo o humanista deve aderir. Passemos rapidamente por seus preceitos e vejamos quais de seus mandamentos podem se aplicar ao Todo-Poderoso. (1) Não terás outros deuses diante de mim. Deus é o

Todo-Poderoso, e Ele o sabe; ele é eternamente consciente de que não pode ter nenhum deus antes de Si mesmo, pois Ele é o único Deus. (2) Você não fará para si nenhuma imagem de escultura. Deus deu esse mandamento porque Ele zela para que nenhum outro deus receba homenagem. Mas é significativo dizer que Deus se proíbe de fazer uma imagem de Si mesmo porque Ele poderia ficar com ciúmes de Si mesmo? (3) Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão. Mas Aquele que possui o nome não pode usá-lo a seu critério, e esse critério não será sempre santo, visto que Deus é santo? (4) Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Deus está acima do tempo; Ele é o Autor do sábado. Além disso, Ele escolheu descansar, para nosso exemplo, após os seis dias de criação. (5) Honra teu pai e tua mãe. Deus é sem genealogia. (6) Não matarás. Toda a vida pertence a Deus; Ele não pode matar. Ele apenas chama de volta aquilo que é legitimamente Seu. (7) Não cometerás

adultério. Deus é sem partes e paixões. (8) Não furtarás. De quem? Tudo pertence a Deus. (9) Não dirás falso testemunho contra o teu próximo. Quem é o próximo de Deus? Ele é Deus e Ele apenas. Um vizinho é uma pessoa igual. O homem, portanto, não é o próximo de Deus; o homem é pó e Deus é o Todo-Poderoso. (10) Não cobiçarás. Deus é o Rei. A gama da realidade é Sua. O que resta para ser desejado?

Em suma, o decálogo só tem força onde pecadores estão envolvidos; mas Deus é o Santo. Do que, pois, fala Mill quando diz que Deus deve possuir os mesmos atributos morais que se encontram em um homem bom aqui na sociedade? Deus não pode ser comparado ao homem; é o homem que deve ser comparado ao Deus. Mill falha em perceber que existem duas ordens de ser incluídas neste universo de discurso: Deus Todo-Poderoso e o pó.

4. Em seguida, Mill falha em observar o caráter derivado das regras de decoro social. Além do evangelho de Cristo divinamente inspirado, nenhum dos elementos mais refinados da cultura tem um fundamento sobre o qual se apoiar. Por exemplo, o humanista nos diz que devemos amar o nosso próximo como a nós mesmos como cumprimento daquele padrão mais elevado de ação social, a regra de ouro. Agora, por que exatamente alguém deveria amar o seu próximo como a si mesmo? O cristão tem uma regra específica: "Nisto conhecemos o amor: que Cristo deu

a sua vida por nós; e nós devemos dar a nossa vida pelas irmãs" (1 João 3:16). A cruz de Cristo deu significado metafísico à regra de ouro; os homens a haviam repetido por gerações, mas Cristo colocou alguma teologia nela. Ele a vinculou ao Todo-Poderoso, em cujas mãos é uma coisa terrível cair, livrando assim a regra de ouro de ser apenas um piedoso pedaço de conselho agradável.

Mas por que o não cristão deveria amar o seu próximo quando ele não teme a Deus? Ele não tem nenhum julgamento a enfrentar e, além disso, pode às vezes ser beneficiado por não amar o seu próximo. Observe a vida relativamente fácil que Al Capone desfrutava ao passar o tempo defraudando sistematicamente o seu próximo. É normal amar aqueles que lhe fazem o bem, mas o ponto da regra de ouro, e a força do evangelho de Cristo, é que devemos amar até mesmo os nossos inimigos. O cristão deve amar os seus inimigos porque Deus o amou quando ele mesmo era inimigo de Deus e estava afastado da família da fé; mas, novamente, por que o não cristão deve amar o seu inimigo? Não é mais lógico enviar um buldogue atrás do vizinho que deliberadamente joga cinzas no seu quintal e alimenta seus filhos com bolo mofado, do que orar pela salvação do seu vizinho? O humanista não tem de que ser salvo, então por que orar, afinal? Além disso, o buldogue traz resultados imediatos.

Toda a força do amor, do perdão e da tolerância como parte de uma unidade social bem-sucedida é extraída da metafísica da cruz. Porque Cristo morreu por nós, quando éramos inimigos da sua cruz, devemos nos envolver no amor fraternal, seguir o perdão pessoal, dar a outra face e caminhar a segunda milha. Estes são os padrões de Deus: são o que Deus quer dizer com o bem. Se Mill apela a esses padrões, então todo o seu caso desmorona, pois o

Deus do cristianismo é o Fiador desses valores, e não o autor de sua destruição; e se Mill falha em apelar a esses padrões, ele deve ser desprezado por fazer propaganda de um código inferior de ética social. A boa ética deriva de Deus.

5. Visto que os padrões de Deus são bons, é conveniente apontarmos exatamente qual é o elemento de univocidade nas proposições: "O que Deus faz é bom" e "O que uma sociedade devidamente ordenada faz é bom". Lembremo-nos de que Mill faz objeção ao cristianismo porque não consegue aplicar a Deus os mesmos epítetos que aplica a um membro digno da sociedade. Deus mata um homem por colher gravetos no sábado, e isso supostamente é bom; ao passo que um homem bom na sociedade perdoa seus inimigos e ora por aqueles que o desprezam maliciosamente.

A solução para o problema é esta. O elemento unívoco — e isso é tudo o que precisamos estabelecer para garantir a Mill que ele pode significar a mesma coisa pelo termo "bom" quando diz que "O que Deus faz é bom" e "O que uma sociedade devidamente ordenada faz é bom" — em ambos os usos do termo "bom" é: "aprovado pela vontade do Todo-Poderoso". A validade tanto do ato de Deus de matar o homem que colheu gravetos quanto do ato de um homem amar o seu próximo como a si mesmo é exatamente a mesma. Ambos são reflexos da única vontade de Deus. Os dez mandamentos são bons, e condenar ao inferno aqueles que pisam aos pés o Filho de Deus é bom, única e exclusivamente porque Deus aprova tais atos. Mill, portanto, está atacando um homem de palha quando nega que haja

um ponto de univocidade nas duas proposições: "O que Deus faz é bom" e "O que uma sociedade devidamente ordenada faz é bom", pois uma sociedade é devidamente ordenada apenas quando faz a vontade de Deus.

6. Tendo isso em mente, podemos buscar um fio condutor de método tanto na economia de Deus quanto na do homem, visto que a mesma vontade é normativa para ambos. Aqui estão alguns exemplos. Primeiro, muitos se opõem ao fato de que Deus opera de maneira federal, reclamando que é injusto ser culpado pelos pecados cometidos por Adão. Mas, quando um governo declara guerra, todos os cidadãos não estão envolvidos, tenham eles propensões belicosas ou não? E quando nosso embaixador fala, ele não fala por todos? Segundo, muitos dizem que Deus é injusto quando passa por alto aqueles que deixam de exercer fé no sangue salvífico de Cristo e permite que eles vão para a perdição. Como isso se segue? Se todos os homens são indignos — e todos o são —, então Deus não é mais injusto ao reter Suas misericórdias de alguns do que é um homem rico que vai aos bairros pobres e dá dinheiro a uma sim, outra não, das pessoas que encontra. Deus não é injusto por não salvar a todos; pelo contrário, Ele é gracioso por salvar até mesmo a alguns. Terceiro, Deus pune Seu Filho, uma vítima inocente, como expiação vicária pelos culpados, e a Bíblia chama isso de um ato supremo de amor. E não é exatamente essa a medida que usamos também? O soldado que, embora não sob obrigação de fazê-lo, joga-se sobre uma granada acesa e morre de morte vicária por sua companhia, é saudado como uma ilustração do amor perfeito. Portanto, o fato de Cristo ser inocente, o fato de Ele ser Deus, o fato de Ele ter abandonado voluntariamente a bem-aventurança do céu para trilhar a via dolorosa, são, em vez de provas da injustiça da cruz, demonstrações seguras do mais alto amor. Finalmente, alguns se opõem a Deus sob o argumento de

que Ele parece ser caprichoso em Seus tratos. Ele matou Uzá, por exemplo, quando o homem estava (aparentemente) com toda a sinceridade tentando suster a arca de Deus quando o carro sobre o qual esta era transportada bateu em uma rocha (II Samuel 6). A razão pela qual Uzá perdeu a vida foi porque ele desobedeceu aos mandamentos de Deus. Isso é diferente da sociedade? Criamos uma lei que determina que uma pessoa que revele segredos da bomba atômica deve morrer. Deve ser negada a Deus a mesma prerrogativa?[13]

A partir dessas ilustrações, vemos que a economia de Deus não é inteiramente diferente dos códigos que regem a sociedade. Com essa observação, passemos a um novo tópico, embora um que dê continuidade à nossa crítica àquelas posições que desafiam a doutrina da primazia do Legislador. Esse novo tópico é o problema da ética.[14]

Notas

1. Windelband, A History of Philosophy, p. 255.

2. Hodge, Systematic Theology, I, p. 357.

3. Sendo onisciente, Deus conheceu Seus redimidos desde toda a eternidade. “Bem no princípio, quando este vasto universo jazia na mente de Deus, como florestas por nascer na cúpula da bolota; muito antes que os ecos despertassem as solidudes; antes que os montes fossem trazidos à luz; e muito antes que a luz cintilasse através do céu, Deus amou Suas criaturas eleitas. Antes que houvesse criaturice — quando o éter não era agitado pela asa do anjo; quando o próprio espaço não tinha existência; quando não havia nada senão Deus sozinho; mesmo então, nessa solidão da Divindade, e nessa profunda quietude e profundza, Suas entranhas moveram-se por Seus eleitos. Os nomes deles

estavam escritos no Seu coração, e então eram caros à Sua alma.” Spurgeon, Gems , p. 33.

4. A Philosophy of Religion , p. 313.

5. Westminster Confession of Faith, V. 4.

6. Clark, A Christian Philosophy of Education, p. 115.

7. Romanos 9:14-21

8. The Philosophy of Bertrand Russell (Schilpp, ed.), The Library of Living Philosophers$_f$ Volume V. p. 627.

9. Unitarian Christianity, pp. 54-55.

10. An Examination of Sir William Hamilton's Philosophy, Volume I, pp. 130-131. Mill contraria a si mesmo. Se Deus é Todo-Poderoso, Ele fará tudo o que deseja, chegando ao ponto de fazer com que Mill, no dia do juízo, esteja disposto a adorar a Jesus Cristo. Portanto, ou Mill não está falando sobre Deus, ou ele deve admitir a possibilidade de adorar este Deus Que pode enviá-lo ao inferno.

11. Calvino, Institutas, III, 23, 2.

12. O Todo-Poderoso só pode ser concebido como fazendo tudo o que é significativo. Pouco adianta objetar à nossa estrutura introduzindo umaquelas ilustrações clichês que supostamente mostram que Deus é finito, como, por exemplo, "Deus não pode criar uma rocha mais pesada do que Ele pode levantar". Tal exemplo é sem sentido porque viola a lei da contradição. Deus — que pode fazer tudo — é justaposto a uma rocha que não existe e não pode existir. O problema não tem sentido. Não são os elementos do problema que proíbem Deus de fazer esta rocha proverbial; antes, os elementos nos impedem de compreender a

própria pergunta. O problema envolve uma contradição em termos e, portanto, não pode ser comentado de maneira significativa. Uma proposição sem sentido — tal como o exemplo em questão, ou "fizz woorgy poogmough" — não impõe a ninguém a obrigação de responder, porque ela não tem significado.

13. "Você convocará o seu Criador ao tribunal e examinará a palavra Dele sob a acusação de falsidade? Você o julgará e o julgará pela lei dos seus conceitos? Você é mais sábio, melhor e mais justo do que Ele? O Deus do céu deve vir até você para aprender sabedoria? A Sabedoria infinita deve aprender com a tolice? E a Santidade infinita deve ser corrigida por um pecador imundo, que não consegue manter-se limpo por uma hora? O Todo-Poderoso deve comparecer ao tribunal de um verme? Oh! Horrível arrogância de pó insensível! Acusará cada toupeira, torrão ou monte de esterco o sol de trevas e empreenderá iluminar o mundo? Onde você estava quando o Todo-Poderoso fez estas leis, para que Ele não o chamasse ao seu conselho? Certamente Ele as fez antes de você nascer, sem desejar o seu conselho; e você chegou ao mundo tarde demais para revertê-las." Baxter, A Call to the Unconverted , pp. 28-29.

14. Visto que em nossa solução global para o problema do uno e do múltiplo, apelamos para a soberania de Deus, incumbe-nos aqui fazer uma breve referência a um ponto que é lucidamente claro para o seguidor da Escritura, mas que pode vir a ser uma pedra de tropeço para os outros. Referimo-nos à questão da relação entre a predestinação e o livre-arbítrio do homem. Se Deus determina o fim da história a partir dos conselhos da eternidade, conforme a Bíblia inequivocamente afirma, então parece decorrer daí que o homem é apenas um fantoche nas mãos de Deus. Sendo assim, toda a responsabilidade moral parece ficar comprometida. O cristão responde apontando para os meios

secundários através dos quais Deus realiza os seus fins determinados. Esses meios incluem as decisões livres do homem. É por meio da instrumentalidade de decisões livremente concebidas, formuladas moralmente, e de juízos de valor que Deus supervisiona o movimento da história.ç Vamos empreender a ilustração disso. A Bíblia ensina que Judas Iscariotes era conhecido na mente de Deus como o traidor do Messias. Cristo, na última ceia, profetizou que seria por meio de Judas que viria a traição. Aqui estão os dois elementos na visão cristã da história. O Senhor foi "entregue segundo o plano determinado e a presciência de Deus" (Atos 2:23). E, no entanto, Judas agiu livremente a partir de motivos que atraíam o seu próprio ego. Tão responsável ele foi por este ato de maldade livremente concebido, que Cristo disse a respeito de Judas: "Ai daquele homem por quem o Filho do Homem é traído! Bom fora para esse homem se não houvera nascido" (Marcos 14:21). Deus é soberano e, no entanto, o homem é livre. Os dois estão inter-relacionados de maneira tão magnífica que um corte transversal da história em cada ponto revela tanto a responsabilidade do homem perante Deus quanto o misterioso poder supervisor de Deus perante o homem. Um não anula o outro. Sendo feito à imagem de Deus, o homem é livre; mas, permanecendo posse de Deus enquanto livre, o homem nunca é tão livre a ponto de escapar da presciência de Deus. O homem permanece responsável por cada ato seu, porque Deus, o Árbitro e Juiz final em toda disputa, declara que ele é. A consciência testifica deste fato. Nossa culpa está sempre diante de nós. Mas a culpa seria uma tolice se não houvesse responsabilidade.

Para um estudo cuidadoso da relação entre o livre-arbítrio e o determinismo divino, veja Agostinho, A Cidade de Deus, capítulos 9 e 10.

Capítulo XVIII

O Um e o Muitos Ético

Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face, e se desviar dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra. —Jeová Deus

S e não era evidente para os homens antes que devemos ser guiados em nossa vida social por regras éticas universais e necessárias, certamente isso está claro hoje. Com as nações tremendo de medo à medida que o Ocidente e o Oriente tateiam um ao outro em busca de uma Terceira Guerra Mundial; com estoques de bombas atômicas sendo mantidos em ordem 'apenas por precaução'; com diplomatas mundiais vetando uns aos outros até a inoperância; com a fome, a doença e a morte marcando as consequências do holocausto mundial recém-consumado; e com a ameaça de revolução econômica pairando sobre toda a raça humana, pode-se compreender por que até mesmo os seguidores do método científico estão se reunindo em seminários por todo o comprimento e largura do país, discutindo o que pode ser feito para proteger a civilização da destruição total em uma guerra de bombas atômicas. Tal discussão é boa e necessária, pois, se o problema da ética for levado à sua conclusão lógica, seremos forçados novamente a reconsiderar o cristianismo conservador, aquele sistema de teologia que se funda inteiramente na vontade do Deus Que Se revelou nas Escrituras. Dediquemos este presente capítulo a uma explicação de como isso ocorre.

I. O Problema Fundamental da Ética

A ética é a ciência da conduta, e o problema fundamental da ética é determinar o que constitui a conduta adequada.

Podemos ver facilmente por que isso é um problema. É evidente que devemos agir, se quisermos permanecer vivos, mas nos encontramos em circunstâncias tão multifárias que é difícil saber às vezes se é melhor virar à direita ou à esquerda, ou melhor não virar de forma alguma. E, antes que alguém possa escolher uma direção para virar, deve responder à pergunta: melhor em relação a quê ou a quem? Em outras palavras, se um homem vai agir de forma significativa, e não ao acaso, ele deve calcular racionalmente o custo; ele deve pensar antes de agir. O juízo reto, portanto, e as ações adequadas andam sempre juntos.

Agora que o problema da ética está vinculado ao problema do pensamento e da predicação, não devemos nos surpreender ao saber que os mesmos critérios que governam os verdadeiros julgamentos científicos — a autoconsistência horizontal e a adequação vertical aos fatos — também governam os julgamentos éticos. Um bom julgamento deve ser um julgamento verdadeiro, seja ele matemático, científico ou ético, e a verdade, como vimos, é aquela forma de significado que pode se harmonizar com dois níveis de validade: a lei da contradição e os fatos da história. Vamos levar esse padrão de verdade adiante em nosso estudo do um e do muitos ético.

A. Autoconsistência Horizontal

A lei da contradição exige que alguém construa seus termos de maneira consistente ao longo de um dado argumento, ou de um dado sistema de pensamento; caso contrário, a contradição, o primeiro sintoma de erro, aparece. Esta é a nossa principal pista para detectar a verdade em um

sistema ético: devemos ver, quando os postulados básicos do sistema são concedidos, se eles coagem juntos em autoconsistência. A alternativa à consistência é o caos. É preciso obedecer à lei da contradição em sua teoria ética ou deixar de falar completamente sobre regras válidas de conduta.

Uma busca muito interessante por consistência na ética é delineada para nós por Platão no Eutífron. No pórtico do Rei Arconte, Sócrates, buscador da verdade, encontra o jovem Eutífron, que está confiantemente a caminho de processar seu pai por assassinato. Sócrates fica exultante por encontrar um jovem tão surpreendente , profundamente preocupado com a moral da nação, pois, infelizmente! talvez nele possa encontrar aquela resposta tão buscada para o problema da virtude. “Pelos poderes, Eutífron! Quão pouco a multidão comum conhece a natureza do certo e da verdade. Um homem deve ser um homem extraordinário, e ter feito grandes progressos na sabedoria, antes de poder ver seu caminho para trazer tal ação” (4a). Tão certo de si é Eutífron, que ele está processando, não um vizinho, mas o próprio pai por negligência criminosa. O pai havia pego um escravo — que assassinara outro empregado contratado em um acesso de paixão alcoólica — amarrado-o e deixado-o morrer em uma vala. Diante desse surto de piedade, Sócrates saúda Eutífron como um rapaz dos mais notáveis. “Raro amigo! Acho que não posso fazer melhor do que ser seu discípulo” (5a).

Com o cenário devidamente preparado, Sócrates passa a aplicar a lei da contradição às diretrizes de Eutífron, pois a coerência é a primeira marca da verdade. “E o que é a piedade, e o que é a impiedade” (5b)? Com confiança, Eutífron respondeu com a definição: “Piedade é fazer o que estou fazendo; isto é, processar qualquer um que seja culpado de assassinato, sacrilégio ou qualquer crime

semelhante — seja seu pai ou sua mãe, ou quem quer que seja —, isso não faz diferença; e não os processar é impiedade” (5b). Sócrates responde chamando a atenção de Eutífron para um dos requisitos básicos para se dar uma definição. “Eu não lhe pedi que me desse dois ou três exemplos de piedade, mas que explicasse a ideia geral que faz com que todas as coisas piedosas sejam piedosas” (6b). Sócrates quer uma definição conotativa, uma que lhe dê um padrão pelo qual verificar a validade de toda ação. “Então eu poderei dizer que tal e tal ação é piedosa, outra tal, impiedade” (6b). Para atender ao pedido, Eutífron diz que “Piedade, então, é aquilo que é caro aos deuses, e impiedade é aquilo que não é caro a eles” (6b). A lei da contradição destrói essa sugestão, no entanto, pois até mesmo os deuses “têm divergências de opinião, como dizeis, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, o honroso e o desonroso” (7b). Ah!, interjeita Eutífron, agarrando-se a uma palha, “Vou retificar a definição a ponto de dizer que o que todos os deuses odiam é ímpio, e o que eles amam é piedoso ou santo; e o que alguns deles amam e outros odiam é ambos ou nenhum” (9b). Sócrates logo desmancha isso, porém, forçando Eutífron à posição fatal de admitir que a virtude é uma regra que os deuses não criam, mas que eles próprios devem seguir. “E que me dizes da piedade, Eutífron: não é a piedade, segundo a tua definição, amada por todos os deuses?” “Sim.” “Porque é piedosa ou santa, ou por alguma outra razão?” “Não,

essa é a razão.” “Ela é amada porque é santa, e não santa porque é amada?” “Sim” (10b). [1] Isso significa que toda menção aos deuses é supérflua, pois o piedoso é algo independente dos deuses, algo que os próprios deuses devem amar; assim, mesmo que se descobrisse que os deuses concordavam em algo, não teríamos a garantia de que o ponto em que se uniram era aquela regra justa de piedade que buscamos, pois será que os deuses não poderiam estar errados assim como nós?

Sócrates prossegue dessa maneira, conduzindo Eutífron a uma contradição após a outra, até que este último desanima com a provação e apela para o pragmatismo. “Outra hora, Sócrates; pois estou com pressa e preciso ir agora” (15b). “Ai de mim! meu companheiro, e vais me deixar em desespero? Eu esperava que me instruísses sobre a natureza da piedade e da impiedade” (15b). A lição do Eutífron é que é uma tarefa árdua dar uma resposta inteligente à pergunta: Por que o assassinato é errado?[2]

B. Ajuste Vertical dos Fatos

Se o primeiro teste de um sistema de ética é a auto-consistência, o segundo é a sua capacidade de descer diretamente à situação humana e corresponder aos dados reais da vida. Qualquer “filosofia que, negligenciando o

mundo real, parte da razão, necessariamente violentará a realidade da vida e dissolverá a natureza e a história em uma rede de abstrações.”[3] A mera consistência não é a verdade; a verdade é a consistência sistemática , ou seja, uma consistência que faz as pazes não apenas com as exigências da lei da contradição, mas também com os fatos da história.

O dado fundamental com o qual toda teoria ética deve fazer as pazes para merecer a denominação de ajuste vertical dos fatos é a lei da autoconservação. O homem é uma criatura de amor-próprio e de auto-interesses, amor e interesses que devem ser pacificados antes que o homem possa ser persuadido a participar das formas mais exaltadas de cultura. A natureza do homem inclui o egoísmo como parte de sua dotação desde a criação.[4] Em cada decisão ética, portanto, o homem avalia não apenas a consistência do ato, mas também como a execução ou a falta de execução de tal ato afeta seus próprios interesses e desejos. Tais interesses podem ser a honra pessoal, o orgulho, o caráter ou a saúde, mas são, não obstante, interesses vitais. Todo homem é um egoísta em seu íntimo, e uma teoria ética, se pretende ajustar-se verticalmente aos fatos, deve computar esse dado.

C. Teoria Ética e o Problema do Um Dentro do Múltiplo

Apontamos em outro lugar o que queremos dizer com o problema do um dentro do muito. O muito são aqueles fatos ou dados que esperam ser correlacionados em um padrão coerente de significado, e o um é o padrão em si. O cristão ensina que os fatos discretos do mundo criado compõem coletivamente o muito, enquanto a mente de Deus é o princípio do um que traz coerência e significado ao muito. Na ética, enfrentamos o problema do um dentro do muito em uma de suas formas mais desafiadoras.

O problema é o seguinte. A legião de desejos que se impõem em nosso ego para reconhecimento em situações éticas é o muito , e a regra do dever que deve unir esses desejos é o um . Aqui nossos elementos de verdade — a autoconsistência horizontal e o ajustamento vertical dos fatos — encontram-se em uma disciplina especial. Os fatos verticais, o muito, são aquelas tentativas do coração de fazer com que todas as ações terminem no ego, enquanto a autoconsistência horizontal é aquele princípio normativo do dever ou do direito que confere universalidade e necessidade às nossas decisões éticas. A menos que inclua os impulsos do homem, um eticista não está falando sobre a realidade e, sem uma regra de dever, ele não pode evitar o ceticismo. Um homem deve fazer o direito — esse é o seu dever; mas ele também deve estar seguro de que esse direito está de algum modo relacionado à sua própria autoconservação — esse é o seu desejo.

D. A Fusão do Dever e do Desejo

O problema do eticista para reconciliar o um e o muito no nível das ações pessoais é conhecido como a fusão do dever e do desejo. O dever sem desejo não pode estimular a ação voluntária, e o desejo sem dever não tem código de direção. Pode-se ver que é seu dever fazer algo, mas se ele não tem como saber se esse dever o beneficiará como um indivíduo egocêntrico, a ação provavelmente não se materializará; e se alguém tem o desejo de fazer algo, mas não tem como saber se a coisa desejada envolve uma ação contrária ao dever ou não, a ação pode se materializar, mas pode ser antiética.

O eticista não precisa sugerir desejos para o coração do homem seguir, pois estes, como o fluxo borbulhante do tempo e do espaço, são multinumerosos em sua quantidade e continuamente recorrentes em sua aparição. O problema

do eticista é, contudo, encontrar uma regra de dever que possa domar esses desejos ilimitados. Esse dever, quando encontrado, deve fornecer pelo menos três coisas. Primeiro, ele deve dar validade à ação, isto é, ele deve tornar as regras de conduta normativas para todos os homens, Sócrates e nós mesmos. Assim como todos os homens devem usar as mesmas regras de lógica para pensar igualmente, da mesma forma devem todos seguir as mesmas regras de dever se quiserem agir igualmente. A ação adequada não é um único iota menos importante do que o pensamento adequado, como demonstra a lembrança da Segunda Guerra Mundial. Segundo, o dever deve conter o desejo. O coração do homem é a fonte de desejos iníquo infindáveis; o dever deve montar guarda sobre o coração. Um homem ético aprende a dizer não sob muitas circunstâncias, justamente pela razão de descobrir uma discrepância entre o que ele deseja fazer e o que ele deve fazer. Assim, José, quando a mulher de Potifar tentou seduzi-lo a um ato sexual ilícito, “deixou a sua veste na mão dela, e fugiu, e saiu para fora” (Gênesis 39:12). José conhecia em seu coração a lei de Deus, a regra absoluta do dever, “porque Deus julgará os imorais e os adúlteros” (Hebreus 13:4). Terceiro, o dever deve servir para elevar os desejos. Um pacifista, por exemplo, quando lhe é mostrado que é seu dever defender com armas os eleitos de Cristo, voltará sua atenção para o elevado desejo de proteger sua nação contra as investidas da injustiça agressiva, mas unicamente para a glória de Cristo. Quando ele percebe que um exército é, no nível da sociedade internacional, o que a força policial é, no nível urbano, um instrumento nas mãos do bem para manter o mal dentro daqueles limites que Deus decretou; quando ele aprende que é seu dever, por vezes, vender seu bordão e comprar uma espada; então ele fará do seu desejo cooperar na repressão das forças da injustiça, em vez de sentar-se passivamente enquanto a noiva de Cristo é

violentada por homens sem lei. O dever adequado deve ter o efeito de elevar os desejos de alguém.

Mas onde devemos localizar essas regras de dever? Essa é a questão! Ao responder à questão, contudo, tem-se pouca margem de escolha. Visto que o dever é o significado próprio, e visto que o significado é uma propriedade seja da mente ou da lei, podemos esperar localizar nossa regra de dever seja em uma mente, seja em uma lei. Ou a lei que governa a mente é suprema, ou a mente que faz a lei é primordial. Estas esgotam razoavelmente as possibilidades, pois, se a mente não faz a lei, é a lei que faz a mente. O cristão defenderá a primazia do Legislador; o não-cristão defenderá a primazia da lei. Consideremos este último primeiro, mantendo em mente a nossa única questão: a solução para o problema do uno dentro do múltiplo.

II. A Primazia da Lei

A . Os Argumentos em Favor da Primazia da Lei

Kant ensinou que uma ação é moral apenas quando é feita por respeito ao correto; qualquer busca por recompensa ou felicidade pessoal torna a ação imoral. Assim, quando uma situação ética é enfrentada, o homem deve dizer: Qual é o meu dever? nunca: Qual é o meu desejo? Quando alguém age unicamente por consideração racional ao dever, desfruta de uma boa vontade, uma vontade que é obediente à lei da razão universal. A singularidade do homem reside no fato de que ele pertence a duas esferas — ele é membro da esfera animal, na medida em que está sujeito a desejos e inclinações de calibre sensível, e é um ser racional qualificado para agir com base naquela lei superior da razão que não leva em conta a sensibilidade. O animal é guiado por estímulos externos; mas um homem racional deve ser guiado pela consideração do que é

correto. É dever de cada homem cultivar uma reverência pura pela lei de sua natureza racional, pois, sempre que ele cede a inclinações e desejos, ele perde o direito de chamar seu ato de ético.

E qual é essa lei da racionalidade que devemos seguir? É o imperativo categórico: Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, uma lei universal da natureza. Antes de agir, portanto, deve-se perguntar se poderia sinceramente querer que o ato em si fosse praticado por todos os homens em toda parte. Se não puder, a lei mais alta da razão não foi localizada. Todos os homens são de uma só natureza na medida em que são racionais; portanto, quando alguém age dignamente, ele conforma seu ato tanto à lei de sua própria natureza quanto às naturezas de todos os homens.

Esta teoria da primazia da lei, que tem sido defendida por não poucos estudiosos sob a influência de Kant, é conhecida como ética formalista. Os direitos da razão são enfatizados às expensas do emocional e do sensível, resultando em uma ética do "dever pelo dever". O homem distingue-se dos animais inferiores não pela sensibilidade, mas pela racionalidade; assim, sustentam os formalistas, um ato não é verdadeiramente humano, verdadeiramente moral, até que surja do respeito apenas pela lei. A razão é soberana; a sensibilidade é banida ou relegada a um lugar subordinado. A vida virtuosa é a vida de acordo com a reta razão; e a vida viciosa é a irracional.

B. Os Argumentos Contra a Primazia da Lei

A riqueza desta posição reside em sua invejável capacidade de alcançar universalidade e necessidade na teoria ética. Mas ela alcança isso apenas a um alto preço. Primeiro, do fato de que a racionalidade é uma das coisas que distingue

o homem do animal, infere-se falsamente que o homem real é o homem racional. O homem real é o homem inteiro , intelecto, emoções e vontade. Se removemos a vida sensível do homem, removemos parte do homem real, pois não há atividade sem sensibilidade, e não há vida moral sem sentimentos e desejos. Segundo, ao dividir o homem artificialmente em eus empíricos e transcendentais, e ao colocar uma guerra entre eles, Kant removeu sua ética do caminho humano de sangue, suor e lágrimas. "A carne e o sangue da realidade moral vêm da sensibilidade. Foi dito com verdade que o movimento do mundo real não é 'um balé fantasmagórico de categorias sem sangue'; tampouco o é o movimento da vida humana."[5] Na melhor das hipóteses, a teoria ética de Kant é formalista; ela se aplica apenas aos seres celestiais que não têm corpos. Terceiro, aquilo que une os homens não é a lei da contradição, mas a lei do amor. A razão pode delinear o que devemos fazer, mas apenas o amor, fluindo de um coração reto, pode fornecer o poder para realizá-lo. "Mate a sensibilidade, e você não apenas empobrece sua própria vida, mas se separa de seus semelhantes não menos completamente do que se fizer do seu próprio prazer o seu único bem."[6]

Quando se assume a primazia da lei, em oposição ao Legislador Soberano, invariavelmente — se a história da ética nos ensina alguma coisa —, obtém-se êxito em sua posição apenas ao dividir antinaturalmente o homem em duas partes, considerando que "a parte que está imersa no processo natural é essencialmente má e a parte que está sujeita à razão é essencialmente boa".[7] Em tal situação, embora possa ter alcançado aquela consistência horizontal sine qua non em sua teoria ética, ele falhou verticalmente em se adequar aos fatos da história real. Um sistema ético perfeito deve preservar o elemento de consistência interna que Kant defendeu, mantendo a ética como uma ciência

normativa com implicações universais e necessárias; mas ele deve prosseguir e conectar essa validade com os múltiplos desejos no coração do homem. Quer Kant tenha percebido ou não, o homem real e essencial é, antes de tudo, um ser egoísta.

III. A Primazia do Homem como Legislador

A. Os Argumentos em Favor da Primazia do Homem como Legislador

Se a lei não é primária, por ser subsidiária à mente que a cria, deve ser a mente a primária. Isso significa que a lei é destituída de seu pedestal de primazia pelo legislador; a lei não faz o legislador: o legislador faz a lei. Mas quem é esse legislador? Os estudiosos da ética sugerem duas respostas: Deus e o homem. Vamos examinar as reivindicações do último primeiro e depois retornar para estabelecer a coerência do primeiro.

A união mais ingênua entre dever e desejo na mente de um legislador é o individualismo ético, aquele estado em que cada homem é uma lei para si mesmo. O individualista ético evita a deficiência kantiana ao identificar o dever e o desejo com aquilo que ele pessoalmente escolhe fazer. O valor de um ato é considerado unicamente com base em sentimentos pessoais, inclinações e intuições, à parte de, e de forma independente de, qualquer fator que quaisquer outros indivíduos possam contribuir.

Um passo adiante é unir os desejos, não ao dever tal como cada homem o vê, mas à mente de uma unidade social, como no Nacionalsocialismo sob Hitler. Se a vontade do grupo for tomada como a unidade operacional, seja ela uma família, tribo, sociedade, estado ou nação, encontra-se uma feliz união entre o dever e o desejo para uma unidade maior

do que aquela localizada no individualismo ético. A ética de grupo igualmente rejeita a dicotomia que Kant estabeleceu entre o dever e o desejo, mas restringe a coincidência entre dever e desejo à mente de uma unidade selecionada da humanidade. O nacionalsocialismo, por exemplo,

> . . . enfatiza a reivindicação de liberdade para a nação alemã, mas a rejeita para outras nações. Rejeita o bem-estar como um ideal indigno para uma nação heroica, substituindo-o pelo poder e pelo domínio. Rejeita absolutamente e com abominação o princípio da igualdade como uma abominação concebida pela Revolução Francesa. Professa o desejo de paz — sob a supremacia da Alemanha... Correlacionada à doutrina da superioridade ariana ou alemã está a doutrina da pureza racial. Todo cruzamento racial resulta em degeneração e tem sido a principal causa do declínio no poder e na cultura nacionais.[8]

O passo final para fazer do homem o legislador é encontrado em certas formas amplas de humanismo, onde se tenta transgredir as barreiras dos indivíduos e das sociedades, e unir todos os homens sobre a base segura daquelas decências humanas comuns que todos os homens devem respeitar se quiserem viver juntos com sucesso. O desejo de todo homem é viver; portanto, devemos respeitar os desejos dos outros e deixá-los viver. Este é o nosso dever. Quando um homem está comprometido com o apoio à felicidade universal e ao bem-estar de todos os homens, ele não apenas está cumprindo seu mais alto dever, mas também está expressando o que deveria ser seu desejo mais sublime, o desejo pelo bem-estar pessoal. Se um homem cumpre seu dever e trata todos os homens como irmãos, ele mesmo se beneficiará no final, porque os outros farão o bem a ele. A contemplação desse serviço de longo prazo na vida nos mostra o nosso dever; ver o que é nosso

se seguirmos esse dever nos revela uma razão para desejar cumprir o nosso dever.

B. O Argumento Contra a Primazia do Homem como Legislador

A deficiência do individualismo ético é por demais evidente para exigir comentários. Se cada homem é uma lei para si mesmo, temos a anarquia, e não a ética. Quanto à união entre dever e desejo no nível de uma unidade social, duas deficiências são apontadas. Primeiramente, a autoconsistência horizontal não é alcançada, pois, pela própria natureza da solução, a universalidade e a necessidade na ética são descartadas em favor de decisões de grupos privados. Observe o conflito atual que existe entre as nações neste período pós-guerra. Os russos, baseando sua união de dever e desejo naquilo que a nação russa precisa e deseja, abordam todas as conferências de paz buscando não o bem de todos os homens, mas unicamente o seu próprio bem. Em segundo lugar, o ajuste vertical dos fatos está ausente porque a união entre dever e desejo é desfrutada apenas por poucos. A ampla questão do um no múltiplo, portanto, permanece sem solução, pois apenas uma pequena seleção do múltiplo real foi contemplada. E quanto aos desejos de todos os homens? A ética de grupo difere da ética individual apenas no fato de que a unidade envolvida é um pouco maior; contudo, o caos ético é comum a ambas as estruturas. Na última, cada um por si; na primeira, cada nação por si. Cada uma representa o abandono da ética como uma ciência normativa. Uma verdade científica deve ser verdadeira para todos, em qualquer lugar, e não apenas para alguns, em algum lugar.

O humanismo abrangente defende uma tese mais respeitável, mas ele também é impotente para solucionar o um no múltiplo. Primeiro, visto que o humanismo está

comprometido com o método científico em sua epistemologia, ele não pode provar que qualquer norma ética — como a maldade do assassinato —, que possa ser válida hoje, será necessariamente errada amanhã. Em um universo aberto, ou seja, um universo sem Deus para mantê-lo regular, não apenas as portas podem ter um só lado amanhã, mas aquilo que valorizamos e elogiamos hoje podemos desprezar e desvalorizar amanhã. Por meio do expediente de uma epistemologia do fluxo, é impossível livrar os valores humanos e as decências humanas de um perigo constante, momento após momento. Agora, visto que não podemos saber se qualquer verdade ética que sustentamos firmemente hoje será válida amanhã, conclui-se que as normas éticas atuais não são realmente normativas de forma alguma. Nossos valores não apenas estão contingentes à experiência de amanhã, mas também dependem de nossa experiência um décimo de segundo à frente. Portanto, é impossível saber se em dado momento é melhor virar à esquerda ou virar à direita, pois o que pode ter sido o curso de ação adequado ontem pode ser o impróprio daqui a um instante. Isso é ceticismo ético.

Em segundo lugar, o humanismo falha em unir dever e desejo no homem. Frequentemente há um conflito entre nossos desejos pessoais e os desejos do grupo, isto é, há instâncias em que alguém não será beneficiado se cumprir a vontade do grupo. Estrelas de cinema, por exemplo, parecem lucrar com o que alguém chamou de sua “poligamia em série”, mesmo que o que estejam fazendo seja contrário à vontade genérica da sociedade de que cada homem tenha uma esposa e cada mulher um marido — até que a morte os separe! E só podemos adivinhar quantos políticos fraudaram seu caminho rumo à fama e à fortuna, preferindo sua própria cobiça e avareza à vontade do povo, lucrando fabulosamente com tudo isso durante todo o percurso e morrendo em paz no final. O humanismo nega

que haja um Deus em cujo juízo possamos cair; consequentemente, se um homem puder trapacear e mentir ao longo da vida e ainda assim ser feliz e bem-sucedido ao fazê-lo, como muitos aparentemente fazem, o humanismo nada de significativo pode dizer contra essa prática. Isso é ceticismo prático, pois resulta em cada homem fazendo o que acha certo aos seus próprios olhos.

Em terceiro lugar, visto que o humanismo segue a evolução 'total', o homem é apenas uma etapa em um processo aparentemente sem fim. Por que, então, os valores humanos são concebidos como o estágio final e mais elevado das coisas? Quando o cristianismo é descartado, o homem torna-se uma pequena engrenagem em um universo mecânico; ele contribui com a sua pequena parte, assim como a lama, o cabelo e a sujeira. Cada um é uma engrenagem e, cada qual à sua maneira, contribui para o movimento suave do todo. No entanto, não está nada claro que a humanidade seja digna de mais honra do que as outras engrenagens da máquina. Por que o homem deveria ser mais digno de louvor do que, por exemplo, o elefante? Ambos estão condenados a morrer sem esperança em um universo que está sob os decretos da segunda lei da termodinâmica, e o animal é maior do que o ser humano. Sem Deus para nos dizer o contrário, a humanidade parece ser apenas uma massa aglomerada de protoplasma rastejante, reunida em uma espera nervosa pela morte, não muito diferente de um grupo de crianças indefesas que se aglomeram em um edifício em chamas, prometendo amar umas às outras até o fim. Mas, visto que todos vamos morrer, e uma vez que 'o salário da virtude é o pó', como expressa Sidgwick, que incentivo possível para uma vida pessoal heróica o humanismo pode oferecer? Devo eu abrir mão dos meus próprios desejos para seguir alguma teoria concebida de forma abstrata sobre justiça, prudência e benevolência, quando, como resultado do sacrifício de

minha vida inteira, tudo o que eu recebo é uma pitada de terra? Visto que todos os homens estão na mesma situação em que estou, e visto que posso ter certeza de minha felicidade aqui e agora se fizer a minha própria vontade em vez da vontade do todo, que razão existe para eu não seguir os meus próprios desejos? Afinal, é apenas uma engrenagem contra outra, e que vença a melhor engrenagem.

IV. Deus como Legislador

Se depositarmos os padrões éticos na pura lei, destruiremos a natureza humana; e se os colocarmos na mente do homem, não conseguiremos emergir do fluxo da história para estabelecer universalidade e necessidade em nossas regras de conduta. Quando temos esses fatos em mente e vemos a civilização ameaçada de destruição por causa de sistemas éticos mal concebidos, não achamos estranho "que muitos se sintam forçados a retornar à noção antiquada de valores como subsistindo na mente de Deus."[9] E, enquanto formos forçados a retornar a um ponto de referência externo para conferir universalidade e necessidade à teoria ética, o cristão sugere que vamos até o fim e repousemos no Todo-Poderoso, pois apenas sob essa circunstância possuiremos um sistema ético que seja genuinamente coerente em termos horizontais e que realmente se ajuste verticalmente aos fatos da história.

A. Coerência Horizontal

O cristão evita o fluxo do tempo e do espaço apelando para a mente do Deus Que Se revelou nas Escrituras. Os juízos de Deus são transtemporais e transespaciais; portanto, a lei que Ele ordena possui as mesmas características. Esta lei é válida não para um indivíduo, nem para uma nação, mas para todos os homens, em toda parte, sempre; pois todos os

homens, sendo feitos à Sua imagem, são perpetuamente responsáveis perante Ele por sua conduta. Tomemos o caso do assassinato, por exemplo. A destruição intencional da vida não é culpável simplesmente porque é contra a sociedade, ou porque torna a vida inconveniente para os outros, ou porque alguém pode ser morto se começar a matar os outros; mas, antes, por causa do valor e da dignidade do próprio homem. O homem é propriedade de Deus em um sentido especial. "E certamente o vosso sangue, o sangue de vossa vida, requererei... da mão do homem, sim, da mão do irmão de cada homem, requererei a vida do homem. Quem derramar o sangue do homem, pelo homem o seu sangue será derramado; porque à imagem de Deus fez ele o homem" (Gênesis 9:5-6). Todos os eticistas concordam que o assassinato é errado; o cristianismo mostra como isso ocorre, ao estabelecer regras éticas que possuem fundamentos metafísicos.

As leis de Deus, portanto, definem o dever para o homem. O homem é propriedade de Deus porque foi feito à imagem e semelhança do Todo-Poderoso. O cristão, portanto, é capaz de defender um código ético de dever tão rigoroso quanto o de Platão, Aristóteles ou Kant, pois o homem não pode ser fiel à sua natureza essencial até que ame os mandamentos de Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e ao seu próximo como a si mesmo. Esse dever é imperativo! É objetivo e imutável, baseando-se na natureza do Todo-Poderoso e comunicado no decálogo.

B. Ajuste Vertical dos Fatos

Como o homem racional está ligado a uma natureza sensível, os racionalistas, para resolver o problema ético, tiveram que destruir parte do homem para dar validade ao dever. O cristianismo não precisa fazer isso. Ele apela para a lei da autoconservação no homem, em vez de se separar

dela. De fato, ele faz o apelo egoísta mais alto possível: a vida eterna. "Não temais, ó pequeno rebanho, porque a vosso Pai aprouve dar-vos o reino. Vendei os vossos bens e dai esmola; fazei para vós bolsas que não envelheçam, tesouro nos céus que nunca falha, onde não chega ladrão e traça não consome" (Lucas 12:32-33). "Aquele que crê no Filho tem a vida eterna" (João 3:36). O homem naturalmente ama a si mesmo, e é a esse amor-próprio que Deus apela em Seu evangelho. Se confessarmos os nossos pecados e crermos na obra consumada de Cristo, em vez de enfrentarmos a temível ira de Deus no juízo, recebemos a felicidade eterna. Portanto, é seguro dizer que o cristianismo e o kantianismo são concebidos de forma diametralmente oposta; pois, enquanto o último considera os motivos que apelam ao ego como totalmente indignos e imorais, o primeiro baseia-se diretamente em um apelo ao ego.

> Ó, todos vós os que tendes sede,
>
> vinde às águas,
>
> e vós que não tendes dinheiro,
>
> vinde, comprai e comei;
>
> sim, vinde, comprai vinho e leite,
>
> sem dinheiro e sem preço.[10]

O valor inestimável desta abordagem reside no fato de estar fundamentada em um sistema de verdade objetiva. O cristianismo não apenas enumera as coisas que o coração humano ardentemente deseja, mas aponta um caminho com fundamento metafísico para mostrar como essas coisas podem ser realizadas na vida até mesmo dos mais fracos. O Todo-Poderoso, cuja palavra não falha, promete a vida

eterna aos puros de coração, aos mansos, aos pobres de espírito, aos pacificadores e aos misericordiosos.

C. A União entre Dever e Desejo

A teoria ética kantiana destrói a unidade integral dos egos empírico e transcendental no homem, ao passo que o cristianismo não o faz. O homem não é um anjo; ele é um animal racional, qualificado para adorar a Deus, com desejos e inclinações do coração que clamam por satisfação. O humanismo trouxe o dever para a terra, unindo-o aos desejos do homem, mas, logo em seguida, perdeu o caráter normativo da ética ao desvincular esses valores da mente de Cristo. O cristianismo retém a verdade do humanismo sem este ceticismo ético concomitante. A virtude de Kant está em ter percebido a necessidade de haver universalidade e necessidade na ética para que ela permaneça como ciência, e a virtude do humanismo está em enxergar a força real de manter os desejos humanos em uma ética bem-sucedida. Cada um tem os seus méritos; apenas o cristianismo pode uni-los.

Os deveres do homem são os mandamentos divinamente revelados e objetivos do decálogo. Os primeiros quatro mandamentos delineiam a relação do homem com Deus, chamada de primeira tábua da lei, enquanto os últimos seis delineiam a relação do homem com o homem, chamada de segunda tábua da lei. A primeira tábua deve preceder a segunda tábua, caso contrário esta última não possui implicações metafísicas e, portanto, perde toda a sua força e significado. O humanismo tentou fazer flutuar a segunda tábua da lei, ignorando o fato de que a primeira tábua é o casco do navio da ética. Os deveres para com os homens

carecem de sentido até que sejam primeiramente relacionados aos nossos deveres para com Aquele que é superior ao homem. Se o homem não é feito à imagem de Deus, ele não passa de um amontoado mais complexo de protoplasma do que os macacos e babuínos; o motivo pelo qual ele, e não eles, é mais digno de nossa devoção não é fácil de ver sob os pressupostos humanistas.[11] E se o homem é feito à imagem de Deus, é Deus, o Criador, e não o homem, quem decreta qual é o valor relativo de cada seção da criação. O homem, a Bíblia nos informa, é a joia coroada da criação (Salmo 8).

Deus realiza uma união perfeita entre dever e desejo por meio de um sistema legítimo de recompensas e punições. O dever do homem é fazer a vontade de Deus. O desejo é ter felicidade e vida. No cristianismo, ambos estão unidos, pois Deus concede felicidade e vida a todos que fazem a sua vontade. Este é o incentivo afirmativo para o cumprimento adequado do dever para com Deus. O ego do homem deseja a vida? "Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância" (João 10:10). O ego deseja prosperidade? "O meu Deus suprirá todas as necessidades de vocês de acordo com as suas gloriosas riquezas em Cristo Jesus" (Filipenses 4:19). O ego deseja segurança? "O Senhor é o meu pastor; nada me faltará" (Salmo 23:1). O ego deseja reconhecimento? "E, quando se manifestar o Supremo Pastor, vocês receberão a coroa da glória que nunca desbota" (1 Pedro 5:4). O que mais o ego quer? Deus é capaz de "fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que atua em nós" (Efésios 3:20). Em comparação com a ética de Cristo, todas as outras teorias parecem tão débeis quanto o piado de pardais distantes em concorrência com os estrondosos acordes de um poderoso órgão.

O incentivo negativo para o cumprimento adequado do dever para com Deus é a dor que Deus inflige a todos os que rejeitam a sua oferta de reconciliação. Se os homens morriam sob a lei de Moisés pela palavra de duas ou três testemunhas, "de quanto mais severo castigo julgam vocês que será considerado worthy [merecedor] o homem que pisou o Filho de Deus, profanou o sangue da aliança pelo qual foi santificado e insultou o Espírito da graça?" (Hebreus 10:29). Assim como prometemos castigos físicos aos nossos filhos quando falham em obedecer ao que dizemos ser o correto, Deus punirá com a condenação eterna todos os que rejeitam o sangue de seu Filho. "Se o nome de alguém não foi achado escrito no livro da vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo" (Apocalipse 20:15). O mesmo Jesus que convidou os exaustos a irem a ele para encontrar descanso também advertiu aqueles que falharam em vir que haveria choro, pranto e ranger de dentes no fim dos tempos para eles.

Com esses incentivos afirmativos e negativos para a realização do próprio dever, a Escritura corretamente rotula o homem que rejeita a Cristo como um 'tolo'. Um tolo é aquele que escolhe um curso mais fraco de bênçãos e benefícios em detrimento de um mais forte, como o homem que gasta milhares de dólares para manter seu corpo frágil em forma e, em seguida, rejeita o Filho do Homem, o único que pode lhe dar a bem-aventurança eterna .

D. Deus ou o Banquete para os Vermes

A morte é o único arco certo pelo qual todos os homens devem passar. Mas se a morte acaba com tudo — e muito bem pode ser assim, a menos que tenhamos uma revelação inerrante para nos assegurar do contrário —, que virtude há no esforço presente? Jó, em sua sétima resposta, expressou idoneamente o que talvez seja uma filosofia da vida e da

morte tão realisticamente concebida quanto se pode entreter em um estado de pessimismo. O homem vive como se houvesse sentido na vida, mas, no fim, seus restos mortais fornecem apenas um banquete para os vermes, pois o homem morre e “O verme se alimentará dele com doçura” (Jó 24:20). Todo o nosso amor, todo o nosso heroísmo, toda a nossa devoção podem provar, no final, ter sido apenas uma farsa, um dispêndio fútil de esforço. Se o homem, quando curvado profundamente pela morte, deixa para trás, como monumento de sua passagem por este caminho, apenas um arcabouço quebrado e miserável, que é vorazmente consumido pelos vermes, que sentido há na vida? “Morrer devo — este corpo deve ser um carnaval para os vermes; deve ser comido por esses pequeninos canibais.”[12] A consideração séria dessa futilidade da vida sem Deus é suficiente para manchar qualquer motivo real para o viver ético; por que lutar de todo, se o fim do homem é apenas uma refeição farta para os animais inferiores? O bem-estar deles nos estimulará a viver honestamente em vez de desonestamente? Afetará a dieta deles se praticarmos a fornicação ou se nos absteremos dela? Os vermes reclamarão do cardápio se formos lançados em uma guerra atômica?

O único alívio completo que o homem pode encontrar das garras desses 'pequeninos canibais' é localizar algum ponto de referência fora do fluxo do tempo e do espaço que possa servir como um refúgio elevado de descanso. No cristianismo, e nele somente, encontramos a ajuda necessária, a ajuda do Todo-Poderoso, Aquele que governa a eternidade: Ele promete que há vida após a morte física, felicidade após o desespero. Aliviado por essa garantia, o cristão pode dizer com Davi: “Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam” (Salmo 23:4).

Portanto, que eu morra, que as feras me devorem, que o fogo transforme este corpo em gás e vapor, todas as suas partículas ainda serão novamente restauradas; este exato e mesmo corpo real ressurgirá de sua sepultura, glorificado e feito semelhante ao corpo de Cristo, mas ainda assim o mesmo corpo, pois Deus o disse. O mesmo corpo de Cristo ressuscitou; o meu também ressurgirá. Ó minha alma, temes agora morrer? Perderás teu corpo parceiro por um breve momento, mas te casarás novamente no céu; alma e corpo se unirão novamente diante do trono de Deus. A sepultura — o que é ela? É o banho no qual o cristão coloca as vestes de seu corpo para serem lavadas e limpas. A morte — o que é ela? É a sala de espera onde nos vestimos para a imor talidade; é o lugar onde o corpo, como Ester, banha- se em especiarias para que possa ser digno do abraço de seu Senhor. [13]

Tendo mostrado como o cristianismo alcança perfeita consistência horizontal consigo mesmo e perfeito encaixe vertical dos fatos em sua teoria ética, estamos agora em condições de lidar com o último passo na lógica do cristianismo conservador: a defesa da imortalidade pessoal. Mas, antes de nos voltarmos para este problema final, vamos responder a dois problemas que pertencem à ética cristã.

V. Objeções à Ética Cristã

A. Sistema Ético Egoísta

Apelar para o ego como motivo para cumprir o próprio dever faz do cristianismo uma religião de puro egoísmo e egocentrismo. Em resposta, observe duas coisas. Primeiro, o lado egoísta do cristianismo está soldado a um desinteresse

próprio perfeito. Por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, Deus apela ao nosso egoísmo para nos tornar desinteressados, pois, ao amá-Lo desinteressadamente com todo o nosso coração, com toda a nossa alma e com toda a nossa mente, e ao nosso próximo como a nós mesmos, preparamos, no próprio ato, as nossas próprias bênçãos no céu. Portanto, quanto mais desinteressados, mais humildes e mais contritos formos, mais beneficiaremos o nosso ego a longo prazo. “Pois todo aquele que a si mesmo se exalta será humilhado, e aquele que a si mesmo se humilha será exaltado” (Lucas 14:11). Todo homem é egoísta por natureza; Cristo lhe ensina como beneficiar o seu egoísmo sendo desinteressado. Segundo, se alguém não apela a Deus e ao Seu chamado ao ego, perde a sua esperança na imortalidade pessoal e tem de enfrentar um banquete para os vermes e uma rajada seca de pó como o fim principal do homem. O absurdo de todas as posições não cristãs fortalece a coerência do cristianismo. Não é mais ilícito ser egoísta ao querer evitar o inferno e entrar no céu amando a Deus e guardando os Seus mandamentos do que querer evitar ser atropelado por um ônibus saltando para fora do seu caminho.

B. Leva à Negligência da Sociedade

Se passarmos o nosso tempo tentando entrar no céu, negligenciaremos o que se chama de 'o verdadeiro negócio de viver'. Estaremos mais preocupados com as coisas eternas do que com o enfaixar as feridas dos necessitados e o cuidar dos enfermos. O ermitão e o místico, que se entregam totalmente ao outro mundo, são a conclusão lógica da teoria cristã da busca pelo céu.

Esta objeção é ingênua. Em qualquer outra posição que não seja o cristianismo, não há motivo para ação social. A única razão realmente convincente pela qual alguém deveria

vender tudo o que tem e dar o apurado aos pobres é que Cristo, que o amou e morreu por ele na cruz, pede-lhe em amor que tome a sua própria cruz e o siga; pois, ao fazê-lo, acumulará tesouros no céu, onde não há traças nem ladrões para roubar-lhe a riqueza. Por amor a Cristo, portanto, os cristãos devem ser bons humanistas, pois provam o seu amor a Deus apenas à medida que amam uns aos outros. “Se alguém disser: 'Amo a Deus', e odiar a seu irmão, é mentiroso; pois quem não ama a seu irmão, a quem viu, não pode amar a Deus, a quem não viu. E dele temos este mandamento: que quem ama a Deus ame também a seu irmão” (1 João 4:20-21).

Notas

1. Observe o pressuposto n'o crist'o de S'ocrates. O cristianismo ensina o oposto. Deus, e n'o algum mundo de Ideias, é o padr'ao final de toda virtude. Sua lei é o que nos diz o que é o bem.

2. Note que o crist'ao pode explicar a raz'ao pela qual Eut'ifron continuou a processar seu pai, mesmo depois de ter de admitir que n'o tinha uma noção segura do que era a piedade. Sendo feito à imagem de Deus, Eut'ifron foi dotado pela natureza com os rationes . Possuindo, assim, um conhecimento interior do certo e do errado, ele sabia que o assassinato era errado, embora **ele fosse incapaz de traduzir esse conhecimento em proposições convincentes.**

3. Bavinck, The Philosophy of Revelation , p. 25.

4. O pecado metamorfoseou o egoísmo do homem em egoísmo desmedido, mas o amor-pr'oprio que impede um homem de cometer suicídio n'o se deve ao pecado. O

pr'oprio Ad'ao possuía uma regra inata para a autopreservação.

5. Seth, A Study of Ethical Principles, p. 165.

6. Ibid., p. 167.

7. Niebuhr, The Nature and Destiny of Man, I, p. 119.

8. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.), pp. 31-32.

9. Twentieth Century Philosophy (Runes, ed.) p. 69.

10. Isaías 55:1.

11. -O humanismo acredita na importância do homem, mas um credo que glorifica o homem cortando-o de Deus acaba fazendo com que a importância do homem desapareça.- Urquhart, Humanism and Christianity, p. 54.

12. Spurgeon, Gems, p. 147.

13. Ibid., pp. 147-148.

Capítulo XIX

Ressurreição e Imortalidade

Porque sabemos que, se a nossa tenda terrestre deste tabernáculo for desfeita, temos da parte de Deus um edifício, casa não feita por mãos, eterna, nos céus.—Paulo

O cristão agora pode colher os benefícios acumulados em seu sistema de filosofia: a saber, a garantia da imortalidade pessoal e a ressurreição do corpo da sepultura. Com a única premissa maior, a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras, o cristão tem a certeza da racionalidade do universo, uma base para a verdade imutável e um firme fundamento para a esperança na imortalidade pessoal. De fato, o propósito principal da solução bíblica para o problema do uno e do muitos é conduzir os homens àquele relacionamento singular com o Todo-Poderoso que estabelece a felicidade imortal para todos os que abraçam as implicações da aliança com fé salvadora.

I. O Problema da Imortalidade

A. O Significado da Imortalidade

A única espécie de imortalidade digna de discussão é a imortalidade pessoal , isto é, o estado de ser em que os centros individuais de consciência são preservados em existência sem fim após o choque da morte física, em oposição a sucedâneos como a imortalidade “impessoal” — o retorno dos elementos do corpo à suposta energia eternamente sustentada do universo; a imortalidade “biológica” — a esperança de que a própria vida continue nos filhos; a imortalidade “sociológica” — a persistência da vida de alguém na memória dos amigos; e a imortalidade

“metafísica” — a absorção do eu em algum Eu superior. Cada homem é uma alma vivente cujo ser é regido pelos ditames da lei da autoconservação. Portanto, o homem exige a felicidade eterna e pessoal como um pré-requisito para a completa felicidade. A felicidade deve ser eterna, pois qualquer fim para a vida é a morte; e a felicidade deve ser pessoal, pois cada homem anseia ardentemente que a sua própria alma, bem como a de seu próximo, seja salva. A imortalidade pessoal , portanto, é aquilo que o homem busca.

B . A Verificação da Imortalidade

Os homens certamente precisam da imortalidade. No entanto, como se pode provar que eles de fato desfrutarão desse estado? No capítulo seis, aprendemos que existem duas maneiras gerais de provar uma proposição: formalmente, por meio da matemática e da lógica, e por meio da probabilidade, mediante a consistência sistemática. Agora, visto que a imortalidade é uma questão que jaz fora do âmbito da lógica formal, ela só pode ser provada pela coerência. Mas ela precisa ser provada .

Ressaltamos o fato de que a esperança na imortalidade e a coerência racional devem caminhar juntas, porque a tentação recorrente entre os filósofos nesse ponto é tornarem-se poéticos, supondo que, uma vez que seria 'religiosamente angustiante' não ter um fundamento para a imortalidade, a imortalidade deve ser uma esperança legítima. Mas não nos deixemos enganar. Se desejar um pote de ouro no fim do arco-íris não o torna real, tampouco desejar a imortalidade tornará isso real. Se não há imortalidade, então não há imortalidade. É melhor para um homem racional ser triste e honesto do que ser feliz e enganado.

II. Os Argumentos em Favor da Imortalidade

Embora de modo algum exaustivos, os argumentos a seguir representam uma amostra representativa típica das principais tentativas filosóficas de estabelecer a coerência da imortalidade. Examinemos essas visões e vejamos como elas se saem.

A. Ciência Indutiva

Alguns dizem que a ciência, uma vez que já obteve sucesso em fabricar pílulas que aumentam a expectativa de vida atual do homem em alguns anos, deve ser a fonte a que recorremos para nos dar a imortalidade. No entanto,

o único método que podemos descartar imediatamente como bastante impotente para lidar com o problema da nossa imortalidade (visto que não temos nenhuma garantia atual de vida eterna pelas manipulações da ciência) é o método científico concebido de forma restrita. A imortalidade lida com o invisível e o eterno; a ciência limita-se ao observável aqui e agora.

B. Argumentos dos Místicos

Os místicos, por meio de sua suposta 'visão interior', afirmam ter visto que tanto a existência de Deus quanto a imortalidade da alma são realidades. Devem os testemunhos deles passar despercebidos? O testemunho do místico é inútil na presente discussão, pois, por definição, ele é ineferível, enquanto a sine qua non para toda evidência em qualquer argumento filosófico é a proposição racional à qual a lei da contradição pode ser aplicada.

C . O Homem é Consciente do Eterno

A alma, como ensinaram Platão e muitos outros, conhece as rationes aeternae ('razões eternas'); portanto, ela está relacionada à eternidade em algum sentido real. Mas a alma mesma não deve ser eterna para participar do eterno? Dificilmente. Como somos capazes de conhecer a Deus, não temos o direito de concluir racionalmente que, de algum modo, devemos ser Deus. Do dado de que estamos aptos a pensar nas rationes aeternae ('razões eternas'), podemos concluir logicamente apenas que as criaturas finitas são capazes de pensar nas rationes aeternae ('razões eternas'), isso e nada mais.

D. O Homem é Dotado para Desfrutar da Eternidade

Uma variação do argumento acima é o argumento de que, se o homem é considerado apenas um animal de tempo e espaço quando, de facto ('de fato'), ele é capaz de viver para sempre, ele é inexplicável e misteriosamente superdotado. Novamente, tudo o que podemos concluir disso é que o homem é capaz de desfrutar da vida eterna, não que ele realmente o fará. Muitos dos animais inferiores são dotados de forma mais elevada do que a utilidade exige, como os grandes chifres em certos cervos do norte, que, em vez de serem um estímulo à longevidade, trouxeram a exterminação.

E. O Argumento Pragmático

Alguns afirmam que, apesar de poder não haver nenhuma evidência cientificamente verificável da imortalidade, ainda podemos acreditar que ela é real por causa da paz e das bênçãos mensuráveis de forma pragmática que ela acrescenta ao nosso caráter. “Submetida ao teste pragmático, seja aplicado pelo psicólogo, cientista, profeta ou crente cristão, nossa fé na imortalidade permanece justificada. Sem a sua visão, a vida mais alta e refinada

pereceria.”[1] Isso é incrivelmente ingênuo. Um homem racional (e aqui estamos falando de homens, e não de animais) estaria justificado em acreditar que a lei da relatividade é outro nome para torta de abóbora, que dois e dois são três, e que as raízes crescem para cima, e não para baixo, apenas porque isso melhora o seu caráter? Em um universo racional, o caráter deve estar relacionado à verdade, e não à fantasia; caso contrário, talvez alguns pudessem afirmar que seu caráter seria melhorado se pudessem alimentar com arsênico de chumbo todos os funcionários do governo. Se não há imortalidade, não há imortalidade; é só isso. Dizer que há, quando na verdade não há, seja para construir caráter ou qualquer outra coisa, é simplesmente proferir deliberadamente uma falsidade.

F. Argumento da Evolução

O que a natureza tem tentado fazer ao longo da evolução senão produzir os seres humanos, seu fruto mais alto? Um processo é conhecido pelo seu fruto, e este fruto é o homem. Os seres humanos “são a coroa da criação; nenhuma mãe poderia insistir com maior segurança que seu bebê vale mais do que todos os Alpes do que a razão insiste em avaliar as personalidades acima de rochas e estrelas inconscientes e amorais. E agora, quando o universo alcançou uma criatura na qual a evolução deixou de ser física e se tornou psíquica, na qual possibilidades inexauríveis são finalmente geradas, será que o universo, em total inconsciência de sua conquista, joga as potencialidades da mente e do espírito no Sheol com os detritos da carne, e não se importando mais com um do que com o outro, traz todos igualmente a um fim lúgubre e inconsequente?”[2] Observe o movimento do argumento: o homem é o que a natureza está se esforçando para produzir; portanto, não podemos deixar de assumir que a natureza, depois de ter se empenhado neste esforço

hercúleo, continuará a preservar essas ‘coroas da criação’ para sempre. Há várias fragilidades neste argumento, no entanto.

Primeiro, por qual critério assumimos que o homem, e não o girino ou a doninha, é a forma mais alta no atual estágio da evolução? Alto, perfeito ou avançado em relação a quê, ou a quem? O cristão, apelando a Deus, pode mostrar que o fato da natureza racional do homem é suficiente para excluí-lo da categoria dos babuínos, mas a que o empirista pode apelar? Talvez o homem seja apenas um desvio, uma mutação, uma massa desordenada de carne descontrolada, um monstro que a natureza abomina e está lutando freneticamente, embora com pouco sucesso no momento, para revogar. Além disso, é provável que a natureza criasse deliberadamente uma criatura que se voltaria e destruiria a própria natureza por meio de suas guerras e outros atos de violência?

Segundo, por qual critério assumimos que o homem é o verdadeiro objetivo da evolução? Visto que fazemos parte desse processo que parece não ter fim, pode ser que o homem esteja apenas sendo preparado como forragem para algum futuro monstro devorador de personalidades com dez cabeças. Não há razão convincente a partir dos fatos científicos disponíveis para assumir que a evolução terminou, agora que o homem finalmente chegou aqui. Se alguém está comprometido com a premissa não cristã da evolução 'total', em oposição ao que chamamos de evolução por 'limiar', ele não pode refutar a hipótese de que pode surgir uma criatura que está para o homem assim como o homem está para o lodo. Quem então seria o fim da evolução? Ou ainda não faria sentido falar de 'fins' quando o processo é eterno? Podemos deduzir a partir das primeiras dez pancadas do cinzel do escultor como é a estátua concluída? Da mesma forma, visto que estamos no processo

da história e não temos nenhuma revelação (na posição do evolucionista) que nos diga o contrário, o rei de hoje pode ser o canalha de amanhã. Em todo caso, quanto mais observamos o caráter deslocado que a personalidade humana possui em um universo que está sob os decretos da segunda lei da termodinâmica, menos plausível parece que o homem seja o fim da criação. Além disso, não é suspeito que o homem escolha a si mesmo como o fim da evolução? Sentimos com segurança que um macaco, se pudesse falar, estaria convencido de que ele, e não o homem, é o fim de todas as coisas. Ele é mais forte, mais peludo e, de acordo com seus próprios padrões, muito mais bonito do que o homem, para não falar do fato de que ele não comete o dia todo aquelas atrocidades pecaminosas que o homem, seu suposto primo superior, comete.

G. Argumento a partir da Racionalidade do Universo

Outro argumento que decorre dessa mesma convicção errônea de que os valores humanos são as coisas mais elevadas existentes é a suposição de que, visto que o universo é racional, o homem, sendo tão valioso, deve viver para sempre; seria loucura destruí-lo. “Quando, portanto, assumimos, como a ciência sempre faz no âmbito físico, que este é um mundo razoável, temos um argumento positivo e tranquilizador para a imortalidade. É claro que este pode ser um universo totalmente errático, do qual não se pode depender nem um pouco para fornecer pistas confiáveis para a verdade, mas tal concepção torna a ciência tão impossível quanto torna a imortalidade improvável.”[3] Esta é uma peça clássica de raciocínio non sequitur .

Fosdick acredita corretamente que a “suposição fundamental de toda ciência é que o universo é verdadeiramente um universo, consistente em sua regularidade de procedimento, não errático e caprichoso,

mas uniforme, confiável e obediente à lei",[4] mas ele está totalmente errado ao supor que sobre esta evidência se estabelece uma base para a imortalidade. Tudo o que a ciência entende pela racionalidade do universo é que ele é regular e preditivo. Se faz parte da regularidade deste universo que os homens morram sem esperança, sejam comidos pelos vermes, e esse é o seu fim, tais dados, desde que sejam regulares, não afetam a hipótese da racionalidade do universo. Isso significa apenas que o universo expressa sua regularidade e racionalidade exterminando prontamente e ordenadamente todos os homens no final de seus setenta anos. Fosdick salta injustificadamente de sua definição de racionalidade, 'em acordo com os valores humanos', para a definição do cientista, 'preditiva', quando, como fato filosófico, não há relação entre elas.

H. A Justiça e a Bondade de Deus

Embora a literatura sobre o tema da imortalidade seja imensa, a maioria dos argumentos sobre a questão resume-se ao equivalente a um suspiro profundo e a uma entrega da questão à 'justiça e bondade de Deus'. Fosdick está convicto de que um Deus que criasse personalidades humanas apenas para destruí-las novamente não passa de um artista sem juízo que se diverte com tarefas que não têm sentido.[5] Emmet está confiante de que o "Bom Pastor

que busca a ovelha perdida não descansará até que tenha salvo os bodes".[6] Trueblood está moralmente seguro de que "Se Deus é o autor da evolução e se os homens são, como Jesus ensinou, filhos de Deus, criaturas para cuja existência o longo esforço da criação tem apontado, então podemos descansar seguros quanto aos nossos futuros".[7]

Contraste essas opiniões otimistas com os severos julgamentos do Filho do Homem. "E não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei antes aquele que pode destruir tanto a alma quanto o corpo no inferno" (Mateus 10:28). "E, se o teu olho te fizer tropeçar, arranca-o; é melhor para ti entrares no reino de Deus com um só olho do que, tendo dois olhos, seres lançado no inferno, onde o seu bicho não morre, e o fogo não se apaga" (Marcos 9:47-48).

Mais uma vez vislumbramos um exemplo daquele conflito que existe em cada ponto entre a visão cristã de Deus e do mundo, e a não cristã. Esta última ensina, com Platão, que os deuses devem fazer o bem, enquanto a primeira afirma que o bem é o que Deus faz. A última pressupõe que Deus é bom e justo apenas quando preserva os valores humanos, enquanto a primeira está convencida de que Deus não está sob nenhuma obrigação antecedente de espécie alguma para salvar sequer um fio de cabelo da cabeça do mais justo. A última pensa que o universo está em operação para aumentar os valores humanos, enquanto a primeira ensina que a raison d'être

Este conflito já é uma velha história para nós; é o Deus finito, o Deus que deve preservar os valores humanos, versus o Todo-Poderoso que governa soberanamente os céus e a terra. Acreditando que este último é um tirano indigno do nosso amor, o homem moderno rejeitou a Jeová e, em Seu lugar, colocou outro Deus no céu, um que se

adapta ao temperamento de uma era científica. Mostremos agora que, sob a perspectiva de um Deus finito ou infinito, é impossível, mediante um apelo à 'justiça e bondade de Deus', fundamentar nossa esperança de imortalidade pessoal.

Se Deus é o Todo-Poderoso, e se o bem é o que Ele faz, então, obviamente, só se pode medir o que o bem é observando o que Deus faz. Nesta posição, Deus, que não recebeu conselho ao criar a raça humana, não busca conselho ao dispor dela. Em perfeita bondade e justiça, portanto, Ele não apenas pode enviar alguns homens para o inferno, mas pode enviar a todos. Onde está, então, nossa esperança de felicidade?

E se Deus não for o Todo-Poderoso, mas uma divindade finita que está empenhada em preservar os valores humanos, aconteça o que acontecer, nossa imortalidade tampouco poderá ser assegurada; pois, embora Deus possa ser muito bem-intencionado em Seus propósitos de salvar a todos, não se pode saber se Ele é impotente demais para cumprir tais propósitos. Ele pode ser como o homem sentado na cadeira, com os braços atados, observando uma menina se afogar, desejando tanto salvá-la; mas, como lhe falta o poder para salvá-la, a menina se afoga tão certamente quanto se ele não estivesse lá para simpatizar com ela. Nós apreciamos a simpatia de Deus, mas isso nos dará a imortalidade?

Eis o dilema novamente. Se tornamos Deus onipotente, então Lhe damos poder e autoridade para nos condenar ao inferno, caso Ele assim o decida. E se retemos parte do Seu poder e mantemos Deus limitado naquilo que Ele pode fazer, então deixamos em aberto a possibilidade de que Deus seja impotente exatamente no ponto em que mais precisamos Dele para nos conceder a imortalidade. Escolha

sua alternativa; tanto faz. Em nenhum dos casos você pode estabelecer prova para a nossa imortalidade a partir da 'bondade e justiça de Deus'.[8]

I. O Argumento da Graça

Convicto de que Jeová é Deus e Ele apenas, o cristão não faz nenhuma reivindicação a respeito de qualquer lei de razão suficiente ou padrão de bondade e justiça que possa servir como um porrete para obrigar Deus a agir e dar ao homem a imortalidade: pois Jeová é o Todo-Poderoso . “Eu sou Jeová, e não há outro. Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, Jeová, faço todas estas coisas” (Isaías 45:6-7). Em vez de ensinar que o homem possui um valor tão infinitamente incontestável que Deus, para ser digno de Seu nome, deve preservá-lo imortalmente, o cristão segue o juízo de Paulo de que não há um justo, nem sequer um (Romanos 3:10). O homem, portanto, merece a morte , não a vida. O cristão não pode apelar para a racionalidade do universo, pois toda racionalidade procede de Deus. Ele não pode reivindicar uma regra independente de bondade e justiça para lhe assegurar a vida, pois toda bondade e justiça emanam de Deus. Em suma, o cristão sabe que o homem — um pecador vil, miserável e imundo — receberá a vida imortal única e exclusivamente pela graça de Deus; o homem nem merece a imortalidade nem é digno dela.

A menos que Aquele que fez o homem decida soberanamente dar-lhe salvação e vida, por graça e não por obras, o homem está absolutamente sem esperança. O homem veio a este mundo nu e é certo que partirá exatamente da mesma maneira; e Aquele que deu a vida em primeiro lugar também pode tomá-la de volta, seja para a condenação, para a bem-aventurança ou para a aniquilação.

O cristão, portanto, prostrado diante do Todo-Poderoso, clama pela graça que socorre, não muito diferente de um homem em um edifício em chamas que não oferece nenhuma via de fuga da morte. “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus — não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2:8-9),

Não os labores das minhas mãos podem cumprir as exigências da Tua lei.

Se meu zelo repouso não conhecer,

Se meu pranto para sempre correr,

Tudo isso pelo pecado não pode expiar;

Tu deves salvar, e Tu somente.

Nada em minhas mãos eu trago,

Apenas à Tua cruz eu me apego;

Nu, venho a Ti por vestimenta,

Desamparado, busco em Ti a graça;

Imundo, à fonte eu voo,

Lava-me, Salvador, ou morro!

O problema com o homem moderno é que ele tem uma opinião muito boa de si mesmo. Incapaz de ver que ele é um pecador perdido e que está sob a terrível ira e o julgamento de Deus, ele brinca com Deus como se estivesse brincando com um pedaço de barbante, sem perceber que em sua própria atitude ele está exibindo o fruto de um coração arrogante e pecaminoso. Assim, enquanto o não

cristão reivindica autossuficiência em todos os pontos, o cristão a repele em todos os pontos. “Pois o que é mais coerente com a fé do que reconhecer que estamos nus de toda virtude, para que possamos ser vestidos por Deus; vazios de todo o bem, para que possamos ser cheios por ele; escravos do pecado, para que possamos ser libertados por ele; cegos, para que possamos ser iluminados por ele; mancos, para que possamos ser guiados; fracos, para que possamos ser sustentados por ele; despir-nos de todo motivo de vanglória, para que ele sozinho seja eminentemente glorioso, e para que nos gloriemos nele?” [9]

O argumento da graça ocupa o seu lugar num sistema de pensamento que é horizontalmente consistente consigo mesmo e que se ajusta verticalmente aos fatos da vida. Por meio da conveniência da única hipótese — a existência do Deus que Se revelou na Escritura —, o cristão coloca a imortalidade numa posição tão segura dentro da estrutura de sua cosmovisão quanto qualquer outro juízo que incida sobre a realidade. A imortalidade é absolutamente garantida pelo Deus a quem apelamos como solução para o problema do um e do múltiplo. “Em verdade, em verdade vos digo: quem crê tem a vida eterna” (João 6:47). Não há ses, mas ou talvez nas promessas de Deus. “Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que vive e crê em mim não morrerá jamais” (João 11:25-26). Se alguém rejeita a doutrina cristã da imortalidade pessoal, deve rejeitar também toda a revelação cristã; nesse caso, precisa começar ab ovo ('desde o ovo', do princípio) a partir do fluxo do tempo e do espaço para resolver o problema do um e do múltiplo. E, se for coerente nessa pequena tarefa, aprenderá que qualquer alternativa a um universo concebido sobrenaturalmente é

um universo concebido de forma naturalista. Mas o naturalismo, quando levado à sua conclusão lógica, conduz ao ceticismo, pois do fluxo apenas o fluxo pode provir. Uma cosmovisão, como já indicamos, assim como a água, não pode elevar-se acima da sua fonte. Se começamos com Deus em nossa teoria dos valores, terminamos com um Deus que provê a imortalidade para o homem; se começamos com o homem em nossa teoria, terminamos nem com Deus nem com a imortalidade, mas apenas com o pessimismo e o desespero.

Se o cristianismo pudesse ao menos garantir a imortalidade pessoal, ele já teria feito o suficiente para assegurar um lugar no panteão da fama filosófica; mas, quando o cristianismo vai além e garante, não apenas a imortalidade pessoal, mas a ressurreição dos nossos próprios corpos, ele realiza algo que nenhum dos antigos sequer sonhou que pudesse ser incorporado a uma cosmovisão racional. Contudo, esta é a própria esperança do cristão: que, uma vez que Jesus Cristo ressurgiu da sepultura, ele também ressuscitará! Com esta doutrina da ressurreição, encontramos a solução final e perfeita para a angústia da alma do homem que traçamos no capítulo um. A fonte primária da angústia da alma, aprendemos, é o medo da morte. Cristo destruiu a morte em Sua expiação. A fonte seguinte é a união do corpo e da alma no homem, a união do real e do ideal. O corpo do

homem é frágil demais para sustentar os ideais da alma, de modo que o homem possa desfrutar de pleno bem-estar em todo o seu ser. O cristianismo nos assegura que o corpo que o homem agora possui é uma estrutura pecaminosa e carnal, que está sob uma maldição; por essa razão, ele é incapaz de sustentar os ideais da alma. Na ressurreição, contudo, nosso corpo atual será trocado por um novo. "Semeado em desonra, é ressuscitado em glória. Semeado em fraqueza, é ressuscitado em poder. Semeado corpo natural, é ressuscitado corpo espiritual" (I Coríntios 15:43-44). Eis o termo de uma filosofia de vida verdadeiramente digna: a ressurreição do corpo e a purificação da alma, unidas perfeitamente para desfrutar de bênção e felicidade eternas. Para assegurar plenamente essa felicidade, Deus preparará um cenário compatível com o nosso novo estado, um ambiente onde a segunda lei da termodinâmica está totalmente fora de cogitação, pois no céu

"o próprio Deus estará com eles; ele enxugará dos olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem haverá mais pranto, nem luto, nem dor, pois as primeiras coisas passaram" (Apocalipse 21:3-4). Por meio da fé em Jesus Cristo, os crentes encontram finalmente uma solução perfeita para o dilema humano prático!

> Ó feliz retribuição!
>
> Breve fadiga, descanso eterno;
>
> Para os mortais e pecadores,
>
> Uma mansão com os bem-aventurados!

III. Objeções

A. O Céu Seria Chato

Alguns dizem que nem sequer quereriam o céu cristão, mesmo que pudessem tê-lo, pois seria entediante tocar harpas e cantar Salmos o dia todo. Em resposta, para não mencionar qual privilégio seria para qualquer ser mortal tocar diante do Todo-Poderoso, o céu é um lugar de perfeição, e a perfeição é aquele estado no qual não há espaço para melhorias. Se um homem quer algo, portanto, ele deveria querer o céu, pois o céu é o bem de qualquer coisa ampliado ao grau máximo . Se um homem não quer o que Deus prepara para ele, ele evidencia o fato de que não

ama a Deus e é um tolo, pois Deus sabe o que é melhor para ele do que ele mesmo.

B . Ressurreição Baseada em uma Indução Falha

“Se a Ressurreição realmente ocorreu”, diz Trueblood, “parece não ser tanto evidência de imortalidade em geral, mas antes da singularidade de Cristo. É uma indicação, não do que ocorre na vida de outros homens, mas do que não ocorre na vida de outros homens.”[10]

O significado da ressurreição, e não simplesmente o fato empírico, é o que o cristão apela, pois outros além de Cristo foram ressuscitados dentre os mortos e, no entanto, não são considerados como a base para a teologia cristã. Qualquer ressurreição não serve. Na ressurreição de Cristo, o Deus-Homem destruiu a morte e, assim, provou que todos os homens que confiam em Cristo também ressuscitariam da sepultura no último dia. A morte não pode mais retê-los do que pôde reter Aquele que detém as chaves da morte. Quem ressuscitou e por qual razão é o apelo cristão; e não simplesmente que uma ressurreição ocorreu.

C. O Cristianismo é Mais Agradável, não Mais Verdadeiro

Suponha que o cristianismo seja bem-sucedido em sua doutrina da ressurreição; isso apenas o torna uma cosmovisão esteticamente mais agradável do que aquele sistema que não consegue explicar a ressurreição. Isso é falso. O que é a verdade senão o significado adequado? E se faz parte do significado adequado afirmar a realidade da ressurreição, então o cristianismo é mais verdadeiro, além de mais agradável. Além disso, não nos deixemos enganar pela ousadia da objeção. Se um sistema é tão verdadeiro quanto outro, além de ser mais agradável, um homem racional, a menos que tenha perdido

completamente o seu senso de valores, escolherá o primeiro todas as vezes.

D. O Inferno é Irracional

O cristão ensina a doutrina da condenação eterna sob a premissa de que "se o pecado é um mal tão grande que exigiu a morte de Cristo para a sua expiação, não admira que ele mereça a nossa miséria eterna".[11] No entanto, para o homem moderno, que é autotitulado justo, a doutrina do inferno é repugnante. Pratt, por exemplo, questionou um grupo de pessoas e descobriu que "as antigas ideias de ruas de ouro e de fogo e enxofre parecem ter sido abandonadas de forma bastante geral... Apenas uma pequena proporção dos meus entrevistados acredita em algo semelhante ao inferno à moda antiga".[12]

Nós resolvemos essa questão quando tratamos do problema do mal nos capítulos dezesseis e dezessete; portanto, não a retomaremos, exceto para perguntar onde alguém encontra evidências para a convicção de que o inferno é irracional. Se a terra seria um caos sem instituições penais, por que os ímpios e os justos deveriam se misturar por toda a eternidade? Pode-se pessoalmente não gostar do argumento bíblico a favor do inferno eterno, mas o descontentamento pessoal não pode substituir um bom argumento. Onde há uma base para a convicção de que o inferno é irracional? A Bíblia não ensina isso. Da lógica? Um Deus Todo-Poderoso pode fazer tudo o que Ele escolher. Da experiência? Impossível! Algum observador competente morreu e voltou para relatar as condições no juízo? Da bondade e da justiça de Deus? Se Deus é infinito, Ele cumpre todo o conselho da Sua vontade; o bem e o justo são o que Ele escolhe, inclusive condenar os homens que rejeitam o Filho de Deus e consideram o sangue da Sua

aliança algo indigno. E se Deus não é infinito, Ele é finito; caso em que o inferno ainda é uma possibilidade, pois o poder de Deus pode falhar-lhe exatamente no ponto em que o inferno deveria ser evitado.

A Bíblia ensina que, quando nos apresentamos diante de Deus, nos apresentamos a Ele em juízo . Ora, o juízo é o resultado de um ato mental, e, no juízo final, Deus, a Suprema Corte do céu e da terra, julga. Portanto, visto que a mente de Deus é infalível, Seu julgamento é incontestável e dele não se pode recorrer. E, se o decreto do julgamento de Deus declara que os homens são dignos de condenação, então dignos de condenação tais homens são. Alguém ainda objeta? “Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus?” (Romanos 9:20).

Notas

1. Snowden, Can We Believe in Immortality? p. 111. “Vimos o que a segurança da vida eterna significa para o caráter.” Fosdick, The Assurance of Immortality, p. 139.

2. Fosdick, op. cit., p. 111-112.

3. Fosdick, op. cit., p. 113.

4. Ibid., p. 99.

5. Fosdick, op. cit., p. 113.

6. Immortality, p. 217.

7. The Logic of Belief, p. 320.

8. Se alguém há de apelar para Deus aqui, o mínimo que pode fazer é apresentar evidências de seu direito para fazê-lo. Fosdick diz que um “Deus justo e paternal não pode ter

trazido à existência filhos capazes de crescimento sem fim, aspirando ao conhecimento e ao caráter perfeitos, apenas para lançá-los um a um no esquecimento, até que, por fim, cansado até mesmo da casa que construiu para eles, Ele a incendeie" {op. cit., p. 115), mas fica-se sem saber onde ele obteve informação para essa convicção. A Bíblia não ensina isso e não há evidência alguma da ciência.

9. Calvino, Institutas, Dedicatória, pp. 23-24.

10. The Logic of Belief , p. 312.

11. Baxter, A Call to the Unconverted, p. 29.

12. The Religious Consciousness, p. 224. Quando os homens aprenderão que a verdade não pode ser decidida contando votos?

CONCLUSÃO

Capítulo XX

Conclusão

De tudo o que se tem ouvido, a conclusão é esta: Teme a Deus e guarda os seus mandamentos; porque este é o dever de todo o homem. Porque Deus há de trazer a juízo toda obra, e até tudo o que está oculto, quer seja bom, quer seja mau. — Salomão

I. Sumário e Recapitulação

V isto que o homem é tanto corpo quanto alma, ele é uma criatura sujeita à frustração e ao temor perenes. A alma, cujos voos são limitados apenas pela lei da contradição, sonha com aqueles repousos de bem-aventurança e felicidade que gostaria de desfrutar, apenas para ser esmagada contra a terra no fim de sua empreitada, por estar unida a um corpo frágil que não consegue sustentar esses sonhos e ideais que a alma coloca diante de si. Além desse problema de alma e corpo, o homem luta para relacionar a si mesmo, um ser pessoal, com um universo ostensivamente impessoal. Quanto mais o homem medita sobre as incompatibilidades que existem entre o que ele poderia ser e o que ele realmente é, mais dolorosa sua alma se torna. O homem quer a vida, mas lhe é oferecida a morte; ele quer a paz, mas o conflito e o atrito são a sua sorte.

E o que ele deve fazer diante dessa situação? Ele pode cometer suicídio; ou ignorar o problema; ou admitir o problema e tirar o melhor proveito dele; ou desafiar toda a interpretação da própria natureza, para ver se não há um sentido racional para o movimento básico das coisas. É este último caminho que o cristão escolheu tomar. Ele se propôs

seriamente a examinar exatamente o que compõe a verdadeira natureza e o destino do homem.

Contudo, o cristão logo aprende que a barreira fundamental para compreender do que se trata todo o universo é o problema do uno dentro do múltiplo — sendo o múltiplo os fatos discretos que compõem o fluxo ebuliente do tempo e do espaço, dos quais o homem faz parte, e o uno sendo o fio condutor de sentido ou coordenação que atravessa o múltiplo para lhe dar significado. O problema do uno dentro do múltiplo é intensificado pelo fato de que, se o homem se aproxima demais do múltiplo, como no empirismo científico, ele inevitavelmente, caso seja coerente, será levado ao ceticismo, pois do fluxo da história apenas o fluxo pode ser abstraído. E, se alguém se afasta demais do universo e se absorve completamente no uno, como no misticismo, ele fica tão distante da história real que sua cosmovisão não se aplica a este universo.

Mas, por meio de uma única pressuposição, a existência do Deus que Se revelou nas Escrituras, o cristão descobre que pode resolver o problema do um dentro do múltiplo, e assim dar sentido à vida. Jesus Cristo, eternamente verdadeiro Deus de verdadeiro Deus e, em virtude de Sua encarnação, verdadeiro homem, é descoberto como a solução que o cristão havia buscado por tanto tempo. Cristo, como Criador, é o Autor do múltiplo e, como Logos, é o princípio do Um, o Autor do significado do múltiplo. “Nele foram criadas todas as coisas... por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas, e nele todas as coisas coexistem” (Colossenses 1:16-17).

Ao ver essa conexão entre Cristo e o um dentro do múltiplo, o cristão entra imediatamente na posse de uma base para a verdade e a fé. A verdade é a correspondência proposicional à mente de Deus, e o teste para a verdade é a consistência

sistemática. Cristo é a verdade, pois Ele é o Logos, o princípio sintetizador e o verdadeiro significado de toda a realidade. E quando um homem vê e abraça essa verdade com uma confiança cordial, ele tem a fé adequada, pois a fé genérica nada mais é do que o repouso do coração na suficiência da evidência. Numa confiança cordial, o coração do cristão está unido ao coração de Jesus Cristo, pois, ao possuir a verdade, o cristão possui o próprio Cristo. Estando unido a Cristo pela fé, o cristão recorre então à Bíblia com ainda mais avidez para ver quais bênçãos e privilégios concomitantes são seus na revelação especial.

Quando pressionado a dar uma razão para o seu direito de apelar à Bíblia como sua premissa maior epistemológica, o cristão aponta para o fato de que toda a vida, toda a ciência e toda a filosofia só são possíveis porque a mente faz juízos; e todos os juízos são hipóteses, pois uma hipótese é um padrão de significado que a mente do homem avança para cobrir uma determinada área de fatos. O cristão, portanto, reivindica tanto o direito de avançar a hipótese da inerrância da Bíblia quanto o cientista tem quando apela à lei da gravidade, pois cada uma é uma inferência baseada na observação de fatos específicos.

Mas como o cristão prova a validade da Bíblia? Ele o faz da mesma forma que o cientista prova a lei da gravidade. Ele demonstra que, admitindo a hipótese da existência do Deus que se revelou nas Escrituras, ele pode produzir um sistema de filosofia que é horizontalmente coerente consigo mesmo, ou seja, que faz as pazes com a lei da contradição e que se ajusta verticalmente aos fatos da vida. Tendo satisfeito esses dois padrões, o cristão tem a certeza de que há evidências racionais suficientes para crer em um universo ordenado de forma sobrenaturalista.

Rejeitando a doutrina tomista de que não há nada no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos, o cristão conservador recorre à iluminação interior para estabelecer um ponto de partida sinóptico para sua filosofia de vida. O conhecimento da existência de Deus é encontrado a partir de uma análise do cogito , da finitude do eu e das rationes aeternae . Mas, mesmo com isso, o cristão não começou a esgotar os recursos de sua premissa maior, pois tem o privilégio de apropriar-se de todos os benefícios encontrados na revelação especial. Na Bíblia, o cristão é instruído com precisão sobre a natureza de Deus, a relação de Deus com o processo da história, a relação de Deus com as rationes aeternae , e a relação de Deus com a soteriologia. Nas Sagradas Escrituras, o cristão aprendeu sobre Jesus, o amador da alma do homem, e ele diz com Wesley,

> Outro refúgio não tenho;
>
> Em Ti se apoia minha alma desamparada;
>
> Ah, não me deixes sozinho,
>
> Ainda sustenta-me e consola-me.
>
> Toda a minha confiança em Ti repousa,
>
> Todo o meu socorro de Ti obtenho;
>
> Cobre a minha cabeça indefesa
>
> Com a sombra da Tua asa.

Quando ele se apodera das implicações encontradas na Bíblia para o sentido da vida, o cristão resolve o problema do ponto de contato, a relação entre ciência e teologia, o problema dos milagres, a filosofia da história, o problema do

mal, o ético e muitos outros, bem como a esperança da imortalidade e da ressurreição. Sobre cada problema teórico importante da vida, a Bíblia tem um julgamento confiável e lógico a oferecer, julgamento esse que, quando aceito por todo o coração e alma, produz um sistema de pensamento que é horizontalmente coerente consigo mesmo e que se ajusta verticalmente aos fatos da vida.

Acoplados às virtudes teóricas do sistema cristão estão os imponentes incentivos práticos, afirmativos e negativos, que Deus coloca diante do homem para atraí-lo à obediência e ao serviço. Afirmativamente, Deus promete vida e paz a todos que abandonarem seu pecado, tomarem sua cruz e seguirem a Cristo. “Porque Deus amou o mundo de maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (João 3:16). E negativamente, Deus promete morte e condenação a todos que rejeitam o sangue de Cristo e pisam aos pés a obra consumada da sua cruz. “Quem não crê já está condenado, porquanto não creu no nome do unigênito Filho de Deus" (João 3:18).

Assim como Cristo concluiu Seus discursos fazendo um convite a todos os Seus ouvintes para que cressem e fossem salvos, nós também aqui suplicamos o mesmo. É o servo maior do que o Mestre? “Oh, provai e vede que o Senhor é bom; bem-aventurado o homem que nele se refugia” (Salmo 34:8). “Perto está o Senhor de todos os que o invocam, de todos os que o invocam em verdade” (Salmo 145:18). Mas se um homem rejeita a solução para o enigma do universo que Cristo oferece, e se ele não pode crer em um sistema de filosofia que ao menos professa responder à questão da racionalidade do universo, resolver o dilema da verdade e fornecer uma base para a imortalidade pessoal, como ele responderá à pergunta de Pedro: “Para quem iremos?” (João 6:68)?

II. A Aposta de Pascal

Como última tentativa de mostrar tanto a futilidade do ateísmo quanto a probabilidade lógica do teísmo, vamos detalhar o famoso argumento de Pascal, chamado de ‘A Aposta’. Embora este argumento não dependa para o seu sucesso de nenhuma proposição específica que tenhamos defendido na lógica do cristianismo conservador até agora, ele está, no entanto, completamente em harmonia com a convicção cristã de que aquele que deixa a revelação pelo empirismo fica com um universo no qual não há sentido, pois há sempre uma chance de 50/50 de qualquer coisa, ou de sua contradição, acontecer.[1]

“Se há um Deus, ele é infinitamente incompreensível, visto que, não tendo nem partes nem limites, ele não tem proporção conosco; somos, portanto, incapazes de saber tanto o que ele é, quanto se ele é. Sendo isso verdade, quem ousará empreender a resolução desta questão? Não somos nós, que não temos proporção com ele.

“Quem, pois, culpará, por não serem capazes de dar uma razão para a sua crença, esses cristãos, homens que professam uma religião para a qual não podem dar nenhuma razão? Eles declaram, ao expô-la ao mundo, que ela é uma tolice, stultitiam; e então você reclama que eles não a provam! Se a provassem, eles não cumpririam a sua palavra: é na falta de provas que não lhes falta sentido. Sim; mas embora isso possa desculpar aqueles que a oferecem assim, e tirar a culpa por produzi-la sem razão, isso não desculpa aqueles que a recebem. Examinemos este ponto, pois, e digamos: Deus é, ou ele não é. Mas para que lado nos inclinaremos? A razão não pode decidir isso de forma alguma. Há um caos infinito que nos separa. Um jogo está sendo jogado, na extremidade desta distância infinita, no qual cara ou coroa deve sair. Qual você escolherá? Pela

razão você não pode apostar em nenhum; pela razão você não pode impedir nenhum de vencer.

“Não acuseis, pois, de falsidade aqueles que fizeram uma escolha; pois vós nada sabeis sobre isso. — Não: mas eu os culpo por terem feito, não esta escolha, mas uma escolha; pois, embora aquele que escolhe cara e o outro estejam na mesma falta, ambos estão em falta; o caminho certo é não apostar.”

“Sim, mas você deve apostar: isto não é voluntário, você já está embarcado. Qual você escolherá então? Vejamos. Já que é preciso fazer uma escolha, vejamos o que lhe interessa menos. Você tem duas coisas a perder: o verdadeiro e o bom; e duas coisas a arriscar: sua razão e sua vontade, seu conhecimento e sua beatitude; e sua natureza tem duas coisas a evitar: o erro e a miséria. Sua razão não se fere mais, visto que é necessariamente preciso fazer uma escolha, ao escolher um em vez do outro. Eis um ponto eliminado; mas sua beatitude? Pesemos o ganho e a perda, aceitando que Deus existe. Pesemos estes dois casos: se você ganha, ganha tudo; se perde, não perde nada. Aposte, portanto, que Ele é, sem hesitação.—Isto é admirável: sim, é necessário apostar; mas talvez eu aposte demais.—Vejamos. Visto que há igualdade de riscos de ganho ou perda, se você tivesse que ganhar apenas duas vidas por uma, ainda assim poderia apostar. Mas se houvesse três para ganhar, seria necessário jogar (já que você está sob a necessidade de jogar), e você seria imprudente, quando forçado a jogar, se não arriscasse sua vida para ganhar três em um jogo onde há igualdade de risco de perda e ganho. Mas há uma eternidade de vida e felicidade. E sendo isso verdade, mesmo que houvesse uma infinidade de chances, das quais apenas uma pudesse ser para você, você ainda estaria certo em apostar uma para ter duas, e agiria tolamente, sendo obrigado a jogar, ao

recusar jogar uma vida contra três em um jogo onde, entre uma infinidade de chances, há uma para você, se houvesse uma infinidade de vida infinitamente feliz a ganhar. Mas há aqui uma infinidade de vida infinitamente feliz a ganhar, uma chance de ganho contra um número finito de chances de perda, e o que você aposta é finito. Isto está bem resolvido: onde quer que esteja o infinito, e onde não há uma infinidade de chances de perda contra a chance de ganho, não há nada a equilibrar, devemos dar tudo. E assim, quando somos forçados a jogar, devemos renunciar à razão para manter a vida em vez de arriscá-la pelo ganho infinito, tão pronto para vir quanto a perda do nada.

“Pois não adianta dizer que é incerto se havemos de ganhar, e que é certo que arriscamos; e que a distância infinita entre a certeza do que arriscamos e a incerteza do que havemos de ganhar eleva o bem finito que arriscamos com certeza à igualdade com o infinito que é incerto. Não é assim: todo jogador arrisca com certeza para ganhar com incerteza, e, não obstante, arrisca com certeza o finito para ganhar incertamente o finito, sem pecar contra a razão. A distância não é infinita entre esta certeza do que arriscamos e a incerteza do ganho; isto é falso. Há, em verdade, um infinito entre a certeza de ganhar e a certeza de perder. Mas a incerteza de ganhar é proporcional à certeza do que arriscamos, segundo a proporção das chances de ganho e perda; donde resulta que, se há tantas chances de um lado quanto do outro, o jogo é igual; e então a certeza do que arriscamos é igual à incerteza do ganho: tão longe está de ser infinitamente distante. E assim a nossa proposição é de força infinita, quando há o finito para arriscar em um jogo onde as chances de ganho e perda são iguais, e o infinito a ganhar. Isto é demonstrativo; e se os homens são capazes de quaisquer verdades, esta é uma delas.”

(Fim)

Notas

1. O texto da Aposta encontra-se nos Pensamentos, capítulo XI.